

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Míria Moraes Dantas

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINISMO EM CONTEXTOS DE
RURALIDADE: um estudo com mulheres rurais no sertão da Bahia**

Belo Horizonte

2022

Míria Moraes Dantas

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINISMO EM CONTEXTOS DE
RURALIDADE: um estudo com mulheres rurais no sertão da Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Belo Horizonte

2022

150 Dantas, Míria Moraes.
D192r Representações sociais de feminismo em contextos de
2022 ruralidade [manuscrito] : um estudo com mulheres rurais no
sertão da Bahia / Míria Moraes Dantas. - 2022.
232 f. : il.
Orientador: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento .

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Representações sociais - Teses.
3. Feminismo - Teses. 4. Mulheres rurais - Teses.
I. Gianordoli-Nascimento , Ingrid Faria. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MÍRIA MORAES DANTAS

Realizou-se, no dia 28 de janeiro de 2022, às 14:00 horas, Plataforma Teams (online), da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEMINISMO EM CONTEXTOS DE RURALIDADE: um estudo com mulheres rurais no sertão da Bahia*, apresentada por MÍRIA MORAES DANTAS, número de registro 2019662927, graduada no curso de FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli Nascimento - Orientador (UFMG), Prof(a). Fabricio Veliq Barbosa (UFMG), Prof(a). Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE), Prof(a). Renata Lira dos Santos Allésio (UFPE).

A Comissão considerou a dissertação:

(x) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Veliq Barbosa**, Usuário Externo, em 28/01/2022, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Faria Gianordoli Nascimento**, Professora do Magistério Superior, em 28/01/2022, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima de Souza Santos**, Usuário Externo, em 28/01/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Lira dos Santos Allésio**, Usuária Externa, em 31/01/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1217696 e o código CRC 2B45E855.

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres anônimas e invisibilizadas pela História cuja força incontestável de suas práticas possibilitou a criação de movimentos-teorias capazes de modificar o mundo.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço primeiramente a todas as mulheres participantes desta pesquisa por me receberem em suas casas, sobretudo, diante da insegurança causada pela pandemia da COVID-19¹. Agradeço pelos cafezinhos, bolos, umbuzadas e pão na chapa, pela água e pelo guarda sol nos dias mais ensolarados do meu trabalho de campo. Sou imensamente grata pela confiança que depositaram em mim ao falar de suas vidas e sobre a forma como interpretam e constroem o mundo.

Quero agradecer às quatro lideranças comunitárias: o meu pai José Amandio, minha mãe Valmira Moraes, à Mundinha Moraes e Tamires Souza pela parceria tão necessária e por tão bem me introduzirem ao interior do nosso povoado e da nossa fazenda.

Também agradeço ao estudante de geografia Vítor Oliveira, pelas dicas e conselhos na compreensão dos mapas da minha região. Ao arquiteto e vizinho de roçado Timóteo Andrade cuja pesquisa de mestrado também teve como campo de pesquisa, as nossas origens, podendo dividir comigo seus enfrentamentos e descobertas. Ao historiador montessantense Eduardo Tolentino, pela riquíssima troca de materiais históricos e acadêmicos sobre a nossa linda e quase tricentenária cidade de Monte Santo/BA. E à vereadora Rosilange Ribeiro por gentilmente compartilhar informações sobre a formação comunitária do município de Monte Santo/BA.

¹ A pandemia da COVID-19 foi provocada pela disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV2), causador da doença COVID-19, e declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa ser acolhida.

Em uma ordem temporal de acolhimento, agradeço à minha avó Olinda, que no auge da sua sabedoria e bondade, revertia o conteúdo de violência de nossa casa em compreensão e perdão. Tornando-me aberta para o entendimento da dor, impedindo que a minha conduta se cristalizasse em repetições daquela socialização primária. Compreender foi a primeira porta para o questionamento.

Agradeço à minha mãe, pela força que precisou mostrar ao incentivar que eu “fosse embora de casa” para estudar, mesmo sabendo que ela ficaria sozinha em um espaço de dominação e desigualdade. Às minhas irmãs, por comporem junto com ela a minha força e desejo de criar por onde quer que eu ande e escreva, alternativas justas e amorosas para as relações. Agradeço ao meu pai, que mesmo em suas contradições, foi com quem aprendi o hábito da leitura e fui incentivada a seguir o caminho dos estudos.

À minha família porque sempre acreditou no meu potencial e na minha dignidade. Especialmente, o meu tio Osvaldo Moraes, primeiro exemplo familiar de que era possível acessar o ensino superior, mesmo pertencendo a uma realidade social em que a educação não era vista como direito. E à Camila Moura, por ser essa prima-irmã que sempre acredita e está perto seja qual for o cenário.

Agradeço às minhas professoras Rosilda Bonfim, Geisa Araújo e Sarah Correia, que acreditaram e confiaram em mim, nas pequenas grandes conquistas no ensino fundamental e médio. Às professoras da graduação Denise Coutinho e Mônica Lima, verdadeiras orientadoras do conhecimento partilhado, regido pela ética e pela desconstrução de verdades absolutas na pesquisa com pessoas. Ao professor Menandro Ramos, por me ensinar de muitas maneiras o poder da educação libertadora e pelo seu cuidado sempre amoroso e presente. E ao Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA/UFBA), pela oportunidade que me ofereceu de conhecer e me aprofundar na pesquisa em gênero e feminismos, agradeço principalmente, às colegas Maiara Diana e Barbara Souza, e ao professor Felipe Fernandes.

Às minhas amigas e amigos pela paciência, carinho e preocupação e por representarem esse espaço de acolhimento que tanto nos ajuda a seguir em frente quando tudo está instável e inseguro, especialmente, a Akauito Elcino, quem me ofereceu recursos afetivos e materiais que me possibilitaram ter, nesta passagem, um lugar tranquilo para caminhar e descansar os pensamentos. E à Valna Béria, pela bondade afetuosa de sua

companhia e por sempre fazer eu me sentir em casa, em sua casa. Também agradeço a Isac Santana, Dayanne Souza, Mumu Paulino e William Thales, figuras imprescindíveis durante os meus primeiros passos na cidade de Belo Horizonte/MG.

A Henrique Zmuda, por ter sido o meu companheiro nas descobertas e nos ensaios durante as primeiras e derradeiras batalhas deste curso.

À minha orientadora Ingrid Gianordoli, por me desafiar a me reconhecer como pesquisadora, por ouvir as minhas inquietações e propostas com respeito e afeto, e por compartilhar a sua experiência através de ricas orientações.

Ao querido professor Adriano Nascimento, cujos ensinamentos sedimentaram a importância de sempre considerar o *para quê* da pesquisa social. À professora Mariana Bonomo pelas generosas observações e por ser essa referência potente nos estudos sobre as ruralidades. Agradeço às/aos colegas do grupo “Memória, Representações e Práticas Sociais”: Jaíza Pollyana, Flaviane Oliveira, Walter Miez, Barbara Maciel, Filipe Santos e Sara Angélica, pela parceria constante na construção de nossos projetos individuais e coletivos, em particular, à Gislane Motti, pela companhia tão necessária nos momentos finais de organização deste trabalho. E a Fabrício Veliq, pela leitura e por todo o suporte estatístico-metodológico. Também agradeço às professoras Maria de Fátima Souza e Renata Santos por aceitarem ser parte da minha banca e estarem junto comigo nesta celebração.

À minha turma de mestrado pelos dias de aprendizado mútuo e por sempre lembrar que *viver a tese* nem sempre é preciso, mas a vida, sempre é. Em especial, Karen Góes, Camila Patrocínio e Maíra Almeida, companheiras em todos os momentos de afetos e aflitos desta jornada. Agradeço também a Flávio Henrique, Marcinha Marcita, Hilcéia Stefane, e mais uma vez, à Jaíza Pollyana e Flaviane Oliveira pelo suporte riquíssimo que me deram ao compartilharem comigo seus percursos no PPGPSI da UFMG.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo fomento permitiu a realização desta pesquisa e o início da minha trajetória na pós-graduação brasileira.

Por fim, agradeço à *natureza* e aos seus misteriosos encontros e acontecimentos.

“É preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis”. (Glória Anzaldúa, 2000, p. 230)

RESUMO

Dantas, Míria Moraes. (2021). *Representações Sociais de Feminismo em Contextos de Ruralidade: um estudo com mulheres rurais no sertão da Bahia* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais).

Feminismo não nasce datado, mas, corporificado na história das mulheres. Constitui-se um fenômeno social cujo percurso de significação ultrapassa a sua circulação lexical e é atravessado pela tríade prática-movimento-epistemologia. As mulheres, por serem as principais figuras de fundamentação e desenvolvimento deste fenômeno, contribuem para a orientação do seu significado, bem como para a sua caracterização plural e multifacetada. No âmbito das ruralidades, a compreensão plural de feminismo oportuniza a aproximação de estudos que considerem as mulheres rurais como parte da construção de conhecimento. Articulação percebida pela literatura como escassa, em particular, no campo da psicologia, no qual tanto as mulheres rurais como as ruralidades ainda costumam aparecer duplamente invisibilizadas ou acessadas a partir de olhares generalistas e urbano-centrados. Nesse sentido, ao tomarmos o feminismo como um objeto de representação social para mulheres rurais, estamos interessadas em compreender como significações partilhadas coletivamente sobre este objeto se manifestam através dos discursos e práticas cotidianas dessas mulheres, considerando-as a partir da multidimensionalidade de seus contextos de vida. Para tanto, recorre-se à Teoria das Representações Sociais com o objetivo de identificar e compreender como, e se, são construídas representações sociais de feminismo para mulheres em contextos de ruralidade, situados no município de Monte Santo, sertão da Bahia. Trata-se de uma pesquisa exploratória cujas estratégias de coleta de dados estiveram alinhadas aos cuidados exigidos pelas agências de saúde, no que se refere aos riscos de contaminação pelo novo coronavírus (Sars-coV-2), bem como ao impacto desse atravessamento na pesquisa em ruralidades. Utilizamos como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado (digital e impresso) composto por questões abertas e fechadas e pela técnica de associação livre de palavras (TALP). Participaram 62 mulheres, de diferentes faixas etárias, escolarizadas e não escolarizadas, no período de coleta. Os dados foram submetidos à análise de frequência simples e à análise de conteúdo. Os resultados revelaram a existência de um campo representacional de feminismo ainda em construção cuja elaboração se caracteriza por especificidades relativas aos modos de subjetivação, redes de inscrição/interação social,

contextos comunicativos e ao marcador geracional das entrevistadas. Observou-se que as representações sociais de feminismo para mulheres jovens se constituem a partir da acessibilidade a uma memória histórica e política, às reivindicações coletivas e às demandas sociais pautadas por um feminismo nomeado. Constituindo-se para mulheres adultas a partir do não dito, de uma queixa pessoal que denuncia um lugar atravessado pelas expectativas de gênero, violências e pelo feminicídio. E que, embora a maioria ainda não atue no feminismo através de sentidos nomeados, mostrou-se capaz de compreender suas pautas e de objetivá-las através da prática cotidiana. Por fim, os resultados denunciam a invisibilidade e o silenciamento a que mulheres rurais brasileiras ainda estão expostas, provocando-nos a continuar investindo em pesquisas que contribuam para a desarticulação dessa problemática social.

Palavras-chave: Representações sociais. Feminismo. Ruralidade. Mulheres rurais.

RESUMEN

Dantas, Míria Moraes. (2021). *Representaciones Sociales del Feminismo en Contextos de Ruralidad: un estudio con mujeres rurales del interior de Bahía*. (Disertación de Maestría, Universidad Federal de Minas Gerais).

El feminismo no nace marcado en el tiempo, sino incorporado en la historia de las mujeres. Constituye un fenómeno social cuyo recorrido de significado va más allá de su circulación léxica y se caracteriza por la tríada práctica-movimiento-epistemología. Las mujeres, al ser las principales figuras en la fundación y desarrollo de este fenómeno, contribuyen a la orientación de su significado, así como a su caracterización plural y multifacética. En el contexto de las ruralidades, la comprensión plural del feminismo brinda oportunidades para estudios más cercanos que consideren a la mujer rural como parte de la construcción del conocimiento. Esta articulación es percibida por la literatura como escasa, particularmente en el campo de la psicología, en el que tanto las mujeres rurales como la ruralidad todavía tienden a aparecer doblemente invisibles o se accede a ellas desde perspectivas generalistas y urbanas. En este sentido, cuando tomamos el feminismo como objeto de representación social para las mujeres rurales, nos interesa comprender cómo se manifiestan significados colectivamente compartidos sobre este objeto a partir de los discursos y prácticas cotidianas de estas mujeres, considerándolas desde la multidimensionalidad de sus contextos de experiencia. En este sentido, se utiliza la Teoría de las Representaciones Sociales para identificar y comprender cómo y si se construyen las representaciones sociales del feminismo para las mujeres en contextos rurales ubicados en el municipio de Monte Santo, en el interior de Bahía, noreste de Brasil. Se trata de una investigación exploratoria cuyas estrategias de recolección de datos se alinearon con la atención requerida por las organizaciones de salud, en cuanto a los riesgos de contaminación por el nuevo coronavirus (Sars-coV-2), así como el impacto de este cruce en la investigación en ruralidades. Se utilizó como instrumento de investigación un cuestionario semiestructurado (digital e impreso) compuesto por preguntas abiertas y cerradas y la técnica de libre asociación de palabras (TALP). En el período de recolección participaron 62 mujeres de diferentes grupos de edad, alfabetizadas y analfabetas. Los datos se sometieron a análisis de frecuencia simple y análisis de contenido. Los resultados revelaron la existencia de un campo representacional del feminismo aún en construcción, cuya elaboración se caracteriza por especificidades relacionadas con los modos

de subjetivación, redes de inscripción / interacción social, contextos comunicativos y el marcador generacional de las entrevistadas. Se observó que las representaciones sociales del feminismo para las mujeres jóvenes se constituyen desde la accesibilidad a una memoria histórica y política, a reclamos colectivos y demandas sociales guiadas por el feminismo nombrado. Constituyéndose para mujeres adultas desde lo no dicho, desde una denuncia personal que denuncia un lugar atravesado por las expectativas de género, la violencia y el femicidio. Y que, si bien la mayoría aún no actúa en el feminismo a través de significados nombrados, se mostró capaz de comprender sus lineamientos y objetivarlos a través de la práctica cotidiana. Finalmente, los resultados denuncian la invisibilidad y el silenciamiento a las que aún están expuestas las mujeres rurales brasileñas, incitándonos a seguir invirtiendo en investigaciones que contribuyan a la desarticulación de este problema social.

Palabras clave: Representaciones sociales. Feminismo. Ruralidad. Mujeres rurales.

ABSTRACT

Dantas, Míria Moraes. (2021). *Social Representations of Feminism in Rurality Contexts: a study with rural women in the interior of Bahia*. (Master's thesis, Federal University of Minas Gerais).

Feminism does not emerge with a fixed date, but embodied in women's history. It constitutes a social phenomenon whose meaning path beyond its lexical circulation and is crossed by the practice-movement-epistemology triad. Women, as they are the main figures in the foundation and development of this phenomenon, contribute to the orientation of its meaning, as well as its plural and multifaceted features. In the sphere of ruralities, the plural understanding of feminism provides an opportunity for studies that consider rural women as part of the construction of knowledge. Articulation perceived by the literature as scarce, particularly, in the field of psychology, in which both rural women and ruralities still appear doubly invisible or associated from generalist and urban-centered perspectives. In this sense, when we take feminism as an object of social representation for rural women, we are interested in understanding how collectively shared meanings about this object are manifested through the speeches and daily practices of these women, considering them from the multidimensionality of their life contexts. Therefore, the Social Representations Theory is used in order to identify and comprehend how, and whether, social representations of feminism are constructed for women in rural contexts located in Monte Santo, in the interior of Bahia, northeast of Brazil. This was an exploratory research whose data collection strategies were aligned with the care required by health agencies, regarding the risks of contamination by the new coronavirus (Sars-coV-2), as well as the impact of this crossing in the research in ruralities. We used as a research instrument a semi-structured survey form (digital and printed) composed of open and closed questions and the Technique of Free Association of Words (TALP). Sixty-two women, from different age groups, educated and not educated, participated in the collection period. The data were subjected to simple frequency analysis and content analysis. The results revealed the existence of a representational field of feminism still under construction, whose elaboration is represented by specificities related to the modes of subjectivation, inscription/social interaction networks, communicative contexts and the generational marker of the interviewees. It was noted that the social representations of feminism for young women are constituted from the accessibility to a historical and political memory, to collective claims and social demands guided by the

nominated feminism. Constituting itself for adult women from that unsaid, from a personal complaint that denounces a place crossed by gender expectations, violence, and femicide. And that, although most still do not act in feminism in a named sense, they can understand its guidelines and objectify them by way of daily practice. Ultimately, the results denounce the invisibility and silencing in which the Brazilian rural women are even exposed, provoking us to continue investing in research that contributes to the disarticulation of this social problem.

Key words: Social Representations. Feminism. Rurality. Rural women.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Estado Civil/Faixa Etária (n=62)	125
Tabela 2. Escolaridade/Faixa Etária (n=62)	127
Tabela 3. Renda Mensal Familiar/Faixa Etária (n=62)	128
Tabela 4. Renda Individual/Faixa Etária (n=62)	129
Tabela 5. Atividade de Trabalho/Faixa Etária (n=62)	130
Tabela 6. Principais Atividades de Rotina/Faixa Etária (n=70)	134
Tabela 7. Avaliação Positiva das Atividades de Rotina/Faixa Etária (n=53)	135
Tabela 8. Avaliação Negativa das Atividades de Rotina/Faixa Etária (n=44)	136
Tabela 9. Formas de Lazer e Diversão/Faixa Etária (n=81)	137
Tabela 10. Principal Meio de Informação/Faixa Etária (n=62)	140
Tabela 11. Principais Temáticas Discutidas (n=69)	142
Tabela 12. Ser Mulher/Faixa Etária (n=94)	144
Tabela 13. Modos de Circulação do Feminismo/Faixa Etária (n=150)	152
Tabela 14. Meios de Circulação do Feminismo/Faixa Etária (n=290)	154
Tabela 15. Dicionário de Palavras Evocadas - Termo Indutor Feminismo/Faixa Etária Jovem	158
Tabela 16. Dicionário de Palavras Evocadas-Termo Indutor Feminismo/Faixa Etária Adulta	159
Tabela 17. Evocação do Termo Indutor Feminismo (n=162)	160
Tabela 18. Explicando Feminismo (n=62)	173
Tabela 19. Avaliação do Feminismo/Faixa Etária (n=62)	179
Tabela 20. Coisas Boas do Feminismo/Faixa Etária (n=19)	179
Tabela 21. Coisas Ruins do Feminismo/Faixa Etária (n=44)	180
Tabela 22. Como Pessoas que Falam de Feminismo SÃO Chamadas/Faixa Etária (n=62)	181
Tabela 23. Como Pessoas que Falam de Feminismo DEVEM SER Chamadas/Faixa Etária (n=65)	183

Lista de Figuras

Figura 1. Localização do município de Monte Santo no estado da Bahia.	100
Figura 2. A cidade de Monte Santo/BA ao sopé da Serra da Santa Cruz.	102
Figura 3. Coleta de dados na Fazenda Bom Será.	107
Figura 4. Comunidade Rural - Fazenda Bom Será, município de Monte Santo/BA.	110
Figura 5. Comunidade Rural – Povoado Santo Antônio, município de Monte Santo/BA.	123
Figura 6. Campo Representacional de Feminismo para as Mulheres Rurais Entrevistadas	166

LISTA DE SIGLAS

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
BBB	Big Brother Brasil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DEAM	Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MM	Marcha das Margaridas
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MNU	Movimento Negro Unificado
MPRJ	Ministério Público do Rio de Janeiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTTR	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
NUWSS	National Union of Women's Suffrage Society
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PBF	Programa Bolsa Família
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RS	Representações Sociais
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TALP	Teste de Associação Livre de Palavras
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TNC	Teoria do Núcleo Central
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFB	União Feminina do Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WSPU	Women's Social and Political Union

SUMÁRIO

Apresentação	23
1 Introdução	25
2 Referencial Teórico	28
2.1 A teoria das representações sociais: uma dialética para o conhecimento	28
2.1.1 Finalidade e geração das representações sociais	33
2.1.2 Sobre re-apresentar	35
2.1.3 Teoria das representações sociais e teorias feministas: uma dialética para a mudança	37
2.2 Feminismo (s): percurso de significação	40
2.2.1 Práticas contestatórias	42
2.2.2 Movimentos Sociais	51
2.2.3 Epistemologias	66
2.3 Ruralidade(s)	72
2.3.1 O rural e as ruralidades	72
2.3.2 Estudos sobre ruralidades e o papel da psicologia	79
2.3.3 Mulheres em contextos de ruralidades no Brasil	87
3 Objetivos	98
3.1 Objetivo geral	98
3.2 Objetivos específicos	98
4 Método	99
4.1 Aspectos éticos	99
4.2 O contexto da pesquisa	99
4.3. História e caracterização das comunidades	102
4.3.1 Fazenda Bom Será	105
4.3.2 Povoado Santo Antônio	107
4.4 As participantes	110
4.5 Procedimentos de coleta de dados	111
4.6. Instrumento	114
4.7 Procedimentos de análise	115
4.8 Diário de campo: a pesquisa em contextos de ruralidade durante a pandemia da COVID-19	117
5 Resultados e Discussões	124
5.1 Caracterização sociodemográfica e modos de vida das participantes	124
5.1.1 A organização social do trabalho	129
5.1.2 Atividades cotidianas: rotina e formas de lazer	133
5.1.3 Acesso à informação e práticas de sociabilidade	139

5.1.4 Ser mulher	144
5.2 Representações Sociais de Feminismo	151
5.2.1 Contextos comunicativos	151
5.2.2 Análise das evocações	158
5.2.3 Explicando feminismo	173
5.2.4 Posicionamento e avaliação	177
6 Considerações Finais	186
Referências Bibliográficas	190
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	215
Anexo B – Questionário semiestruturado (aplicação digital e impressa)	217

Apresentação

Ter nascido e crescido em um contexto de ruralidade faz parte de toda a minha constituição como pessoa, e o mais importante: situa-me historicamente como uma *mulher rural*. Existência que é lançada no mundo a partir de um contexto único e singular e ao mesmo tempo traumatizado pela precarização de direitos, pelo abandono público e por “olhares de fora” que insistem em compreendê-lo como atrasado e sem futuro. Desde muito cedo fui criada para respeitar o nome da minha família (do meu pai), ser uma menina “direita e comportada”, fazer todas as coisas dentro de casa e ajudar na lida da roça diariamente. Costumes e valores que fizeram parte do modo primário como eu me reconheci e me socializei como mulher, algo que foi se transformando ao longo dos anos, quando passei a questionar aquele estado de coisas.

Minha construção como *feminista* ocorre antes de eu me compreender a partir dessa nomeação. Remonta à minha adolescência, quando frequentemente me definiam como uma menina “rebelde e respondona”. Naquele período eu ainda não conhecia o feminismo, mas hoje tive a oportunidade de saber e concordar que já o praticava. O contexto desse feminismo prático se dava diante de uma vivência marcada pela cena abusiva da violência doméstica e pelas tentativas elaboradas para vencê-la. Todas elas buscando articulação em meio ao silêncio das serras ao redor da nossa casa e ao silêncio do vazio de opções disponíveis para alcançar o entendimento ou uma solução para o que ocorria. Tinha certeza de que aquele processo violento não era justo e nem fazia sentido, o questionei e resisti inúmeras vezes, mas não sabia que havia formas organizadas de combatê-lo. A ausência de energia elétrica, telefone celular e o uso limitado de televisão até meados do não tão distante ano de 2011, somados à ausência de discussões ou redes de apoio em minha comunidade, insistiam em forjar uma experiência silenciosa e anônima.

No entanto, a possibilidade de acessar a escola me permitiu entrar em contato com a leitura e com mulheres que trabalhavam e eram independentes, como as minhas professoras do ensino fundamental, que frequentemente se deslocavam para a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina/PE, para especializações e cursos, tornando-se autoridades de suas profissões e carreiras, nos presenteando com várias histórias e palavras de mudança sobre o que era *justo* ao invés de *adequado* para nós, mulheres e meninas. Observá-las me permitiu aprender, para além do que elas me ensinavam, que aquele caminho que

estavam abrindo significava uma alternativa ao destino que nos era cotidianamente imposto (a casa e o casamento), era uma passagem da educação para a liberdade. E foi.

Com o ingresso na universidade pública, e a participação em grupos de pesquisa que tratavam de questões das mulheres e de gênero, tive a oportunidade de finalmente nomear as minhas práticas anteriores e reconhecê-las como algo que poderia fazer parte de um movimento organizado, histórico e coletivo, não mais solitário. Nesse momento também pude estudar a complexidade que caracteriza a experiência das mulheres na sociedade brasileira e compreender a importância do lugar que eu estava ocupando naquele espaço de saber-poder. Pude descobrir e vivenciar um ambiente acadêmico fortemente pautado pela supervalorização do pensamento masculino; pela preferência/utilização de aportes teórico-metodológicos urbano-centrados; pela maior concentração de produções científicas situadas nas regiões Sudeste e Sul do país, e pela tímida existência de estudos e pesquisas *sobre e com* as mulheres rurais, no âmbito da Psicologia e também fora dele. Coadunando com o exposto, a minha experiência atual como escritora e poeta feminista também me fez perceber que grande parte de nossas discussões negociadas e nomeadas como feministas ainda se constituem predominantemente urbana e conectada ao meio digital e acadêmico. Processo que impõe dificuldades e barreiras inimagináveis na construção de pesquisas diversas e contextualizadas.

É a partir do reconhecimento de tais processos e da trajetória apresentada que surgiu o interesse em pesquisar representações sociais de feminismo para mulheres rurais. Na tentativa de promover encontros e diálogos com a diversidade de práticas e pensamentos construídos para além das telas e academias.

1 Introdução

O que você pensa quando ouve a palavra *feminismo*?

Possivelmente sua resposta irá depender da sua localização sócio-histórica, do sistema de crenças e valores a partir do qual você negocia seus saberes e interpreta o mundo, bem como das relações que estabelece com as pessoas com as quais você compartilha os espaços de interação e inscrição social, dando sentido e significado aos objetos que se apresentam à sua frente. É, portanto, através dessa construção sociossimbólica que os significados e representações sociais de *feminismo* irão ser forjados no decurso do espaço-tempo, oferecendo a possibilidade de resposta à questão supracitada.

A literatura aponta que, inicialmente, a palavra *feminismo* adentrou nas sociedades exercendo funções de qualificação fenotípica para fins de categorização grupal, sendo posteriormente ressignificado e adquirindo a função de um movimento de busca por direitos de igualdade para as mulheres (Fraisse, 1991; Preciado, 2014) cujo desenvolvimento contínuo precisou reconhecer nas práticas anteriores e na memória invisibilizada destas, a compreensão prático-teórica da realidade do seu presente e o sentido do seu futuro (Alves & Pitanguy, 1985/2005; Castañeda, 2008; Pinto, 2010; Rovai, 2016; Sarti, 2004; Teles, 1993/1999). Nesse sentido, estudar feminismo nos convoca a observá-lo a partir de sua dimensão sócio-histórica, observando que sua trajetória de significação revela perspectivas posicionadas em lugares sociais diferentes, criando o impedimento de defini-lo como um movimento único e homogêneo, mas sim pela noção plural dos feminismos (Alvarez, 2014; Buarque de Hollanda, 2018; Costa, 2004).

No âmbito das ruralidades, essa compreensão plural ganha ainda mais importância, na medida em que oportuniza a aproximação de estudos que considerem tanto os contextos de ruralidade como as mulheres que dele fazem parte. Historicamente, os espaços rurais foram concebidos com um lugar de atraso e não desenvolvimento, atrelados ou a uma visão residual ou àquela que os colocava em direta oposição aos espaços urbanos (Abramovay, 1999; Bezerra & Bacelar, 2013; Silva et al., 2019; Wanderley, 2000). Tais perspectivas introduziram uma noção de incompletude ao *rural* em que este “precisaria” alcançar aspectos do urbano para ser considerado desenvolvido, concepções que fomentaram a criação de uma

lógica de não reconhecimento dos modos de vida e da diversidade presentes na ruralidade (Bonomo, 2010), legitimando construções a-históricas e descontextualizadas sobre esses espaços e sua população. Processo esse que vem se desarticulando ao longo dos últimos anos, mas que ainda precisa continuar rompendo com as posturas binárias das velhas concepções (Bezerra & Bacelar, 2013).

A literatura também destaca a escassez de estudos que se dediquem a trazer as ruralidades como parte integrante de suas pesquisas, sobretudo, no âmbito da psicologia, cujo campo ainda é percebido como tendo pouca aproximação destes espaços (Bonomo, 2010; Costa Neto & Dimenstein, 2017; Silva & Macedo, 2017; Silva et al., 2018). Dessa maneira, mulheres rurais se encontram atravessadas tanto pelos aspectos que marcam os contextos em que vivem, como pelas especificidades relativas às questões de gênero que enfrentam e outros marcadores, condição que irá situá-las em posições de desigualdade e vulnerabilidade psicossocial que urge em ser combatidas, como a violência doméstica, a depressão, o feminicídio, o não reconhecimento do trabalho na agricultura e do trabalho doméstico, o confinamento em atividades domésticas e as múltiplas jornadas (Parreira et al., 2017; Scott, 2010). Sobre isso, estudos feministas também vão ressaltar a necessidade de uma aproximação de teorias e discussões feministas das ruralidades, também percebidas como pouco presentificadas nesses contextos (Aguar, 2016; Santos & Betto, 2021).

Nesse sentido, ao estudar o modo como se constroem representações sociais de *feminismo* para mulheres rurais temos a oportunidade de compreender como são elaboradas práticas e formas de conhecimento para sujeitas situadas em contextos historicamente analisados por concepções reducionistas e desamparados de investimentos político-científicos, contribuindo para o avanço de pesquisas *sobre e com* estes espaços. Encontramos justificativa, sobretudo, na dupla urgência de a psicologia (e a psicologia social) e os estudos feministas acessarem as ruralidades e as mulheres rurais, para que se produza uma ciência localizada e socialmente situada (Haraway, 1995), evitando negligências epistemológicas.

Observando o que Sá (1998, p. 20) nos alerta sobre “a complexidade dos fenômenos de representação social”, devemos considerar que, antes de ser instituído como objeto de estudo, é preciso reconhecer o fenômeno através do seu caráter múltiplo e dinâmico. Nesse sentido, o feminismo sendo um fenômeno multifacetado, plural e concebido a partir de uma trajetória prático-teórica diversa (Alves & Pitanguy, 1985/2005; Soares, 1994) aponta para a necessidade de ser habilmente manejado como objeto de pesquisa, a fim de se compreender suas diferentes possibilidades de inscrição social. Nesta pesquisa, ao tomarmos o feminismo como objeto de representação, destacamos o pensamento de Jodelet (1989/2001) e Moscovici

(1961/2012) cujas premissas reforçam que a emergência das representações sociais não apenas se explica em função de compreender a especificidade de um objeto, mas também pela possibilidade de fornecer a grupos e pessoas uma função identitária. Sendo também uma forma de saber e de um conhecer que se elabora de forma compartilhada e pela via prática. Significa dizer que ao estudarmos uma representação social estamos interessadas em falar do objeto, mas também de quem fala sobre ele.

Partindo de tais considerações, temos o objetivo de identificar e compreender como, e se, são construídas representações sociais de *feminismo* para mulheres rurais, localizadas em duas comunidades pertencentes ao município de Monte Santo, sertão da Bahia. Procurando também analisar os elementos representacionais que compõem esse possível campo representacional, os contextos comunicativos que possibilitam o acesso ao objeto, bem como as negociações realizadas pelas mulheres entrevistadas na dinâmica das relações. Desapegando-nos de concepções e nomeações a priori sobre o objeto, esperamos com este trabalho provocar inquietações e descobertas capazes de contribuir para a construção de pesquisas que reconheçam, por meio da articulação de diversidades pouco visibilizadas, as ações de diferentes sujeitas sociais, suas perspectivas e olhares sobre o mundo. Coadunando, dessa maneira, com as propostas teórico-metodológicas desenvolvidas pela Teoria das Representações Sociais e pelas Teorias Feministas, cujos pressupostos reconhecem a importância de se considerar os saberes comuns e as práticas cotidianas como formas de conhecimento.

No empreendimento de alcançar tais objetivos utilizamos como percurso metodológico um roteiro semiestruturado e a técnica de associação livre, possibilitando às entrevistadas uma melhor expressão e organização de seus pensamentos e opiniões acerca do objeto estudado, oferecendo à pesquisa uma exploração mais aprofundada sobre as origens, funções e o movimento das possíveis representações elaboradas. Também foram construídos diários de campo com o intuito de enriquecer o método de coleta proposto, facilitando a compreensão da história de vida das participantes e de seus contextos. Reforçando, dessa maneira, indicações da literatura que salientam para a necessidade de ampliação e variedade de métodos de coleta de dados, em estudos dispostos a pesquisar representações sociais (Bertoni & Galinkin, 2017).

A presente dissertação estrutura-se inicialmente a partir desta introdução e de tópicos que apresentam o referencial teórico utilizado: a teoria base, o objeto social que buscamos compreender e o contexto no qual empreendemos esta pesquisa. Tais tópicos servirão como provocadores de uma discussão ainda mais ampla e que se mantém em constante

aprofundamento, não tendo a intenção de esgotar as temáticas apresentadas. Em seguida são descritos os objetivos e a metodologia utilizada para alcançá-los. Finalizando-se a partir da exposição dos resultados, discussões e suas considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 A Teoria das Representações Sociais: Uma Dialética² Para o Conhecimento

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi proposta pela primeira vez por Serge Moscovici, em 1961, a partir do seu estudo *La Psychanalyse, son Image et son Publique*, no qual buscou entender como a psicanálise penetrou e se difundiu na sociedade francesa. Sua teoria pode ser considerada uma abordagem sociológica em Psicologia Social (Farr, 1994) amplamente reconhecida pela sua relevância científica e eficiência prática, bem como pela complexidade característica de seus questionamentos de pesquisa (Marková, 2017).

O desenvolvimento da teoria foi articulado a partir de um aprofundamento dos estudos sociológicos de Émile Durkheim sobre representações coletivas, diferenciando-se da interpretação durkheimiana, ao propor uma compreensão não dicotômica sobre os processos pelos quais indivíduos e grupos, durante a interação, elaboram representações sobre determinados objetos sociais, e, de como essas representações possuem caráter dinâmico ao invés de estático, como se acreditava (Cabecinhas, 2009; Corga, 1998). Segundo Moscovici (1961/2012, p. 45), a diferenciação entre as teorias também se encontra no modo como ele (Serge Moscovici) decidiu empreender sua investigação sobre as Representações Sociais (RS), analisando-as a partir de seu caráter fenomênico e não apenas conceitual.

Podemos afirmar que a TRS nasce dentro da Psicologia Social, fazendo parte do seu desenvolvimento no continente europeu. Dentro da disciplina, é considerada uma das teorias com maior alcance e assimilação entre os psicólogos sociais, desde a Europa até os países latino-americanos, e também nos Estados Unidos da América (Álvaro & Garrido, 2006; Sá &

² Dialética é aqui compreendida como a relação histórica e dinâmica estabelecida entre os sujeitos e as sujeitas sociais e o contexto ao qual pertencem e é concretizada através do processo de partilha e negociação dos saberes diversos que produzem. (Oliveira & Werba, 2003).

Arruda, 2000). Jovchelovitch (1998) pontua que a teoria apresentou um duplo compromisso ao considerar a intersecção entre social e psicológico na construção do objeto de pesquisa, um passo importante na definição de uma pesquisa social não fragmentada ou cindida. Também significou levar em consideração o caráter subjetivo e histórico como dimensão de produção da realidade social e da constituição psíquica das/os sujeitas/os (Rey, 2006), assim como uma ferramenta de problematização de questões sociais de realidades invisibilizadas (Almeida, Santos & Trindade, 2000).

Levantando uma crítica fundamental às explicações sobre sujeitas/os como seres puramente racionais ou automatizadas/os (Santos, 1994), a teoria das representações sociais questiona o aspecto individualizante e positivista comum à pesquisa norte-americana em psicologia social, tornando-se então, um dos movimentos de recusa aos moldes científicos que tendiam a analisar a realidade por meio de interpretações mecanicistas (Álvaro & Garrido, 2006; Farr, 1995; Rocha, 2014). Nesse sentido, a teoria buscava a construção de uma psicologia social que se preocupasse com os problemas socioculturais e históricos, isto é, que demonstrasse interesse em estudar os grupos e seus contextos, valorizando o pensamento comum, no seio das conversações não reificadas. Ao se interessar pelo senso comum, Moscovici o toma como uma terceira forma de conhecimento que se difere da ideologia e da ciência, pela sua autonomia. O objetivo é compreender como a realidade é construída através das negociações comunicativas estabelecidas na dinâmica interacional.

Uma das principais contribuições da TRS à psicologia social foi a oportunidade de observar os saberes práticos do cotidiano a partir da diversidade individual e coletiva e pelo modo como o mundo é construído ao vencer tantas diferenciações. Para tanto, a teoria se funda e se desenvolve pela observação de suas origens atravessadas pelo aspecto social e psicológico na construção do pensamento social o que lhe confere uma complexidade necessária (Jodelet, 1989/2001; Vala & Castro, 2013). Buscando entender como o universo consensual teoriza sobre o pensamento científico a fim de organizar a coletividade na qual pertence, integrando-o em um mundo conhecido (Álvaro & Garrido, 2006; Marková, 2017).

Segundo Moscovici (1961/2012, p. 200), enquanto na força do universo reificado da ciência pode-se fazer desaparecer outras formas de conhecimento, na força do universo consensual são produzidas representações que trazem reformulações à vida cotidiana, guiando e reformulando o comportamento. Como cita o autor, "o conhecimento popular do senso comum fornece sempre o conhecimento que as pessoas têm ao seu dispor". Nessa perspectiva, o conhecimento preexistente atua como terreno fértil para a criação de novas representações sociais, e nesse curso, a/o sujeita/o utiliza tais RS para descrever e explicar,

ainda que inconscientemente, os fenômenos sociais, e orientar suas práticas (Jodelet, 1989/2001; Moscovici, 1961/2012).

Assim, a/o sujeita/o na teoria das representações sociais possui um significado histórico e situado, que não pode ser finalizado ou desencarnado (Jodelet, 2009). Suas reformulações e tessituras de representação, em razão do processo de familiarização, alcançam durabilidade no tempo e atravessam as gerações (Mazzotti, 2002; Moscovici, 2009). Tal passagem se dá, segundo Moscovici (1961/2012, p. 218), porque “estamos sempre em uma situação de analisar representações de representações”, isto é, de reformulá-las, e fazemos isso através da linguagem socialmente partilhada. Desse modo, a teoria aponta que a linguagem possui função organizativa e constituidora das representações em meio à vida coletiva, logo, esse lugar de trocas discursivas permite que esse processo de familiarização aconteça. Significa dizer que enfrentamos o estranho a partir de uma relação dialética.

Para o desenvolvimento da teoria, Moscovici pretendia discutir as representações sociais na esfera da psicologia social, considerando o cenário no qual a pluralidade e a rapidez marcavam as diversas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais no mundo, e principalmente na Europa (Farr, 1995). Em seus estudos, o autor não ofereceu uma definição fixa para o fenômeno, todavia, desenvolveu uma proposta de compreensão triádica na qual uma RS pode ser compreendida a partir do esquema interacional “*Sujeito-Outro-Objeto*”, ou seja, quando não se pode dissociar objetividade/subjetividade em razão da impossibilidade de o objeto constituir-se na ausência da/do sujeita/o, isto é, na ausência da relação (Carvalho & Arruda, 2008; Marková, 2017; Moscovici, 1961/2012, p. 152). Como ressalta Jodelet (1989/2001), é preciso entender onde se localiza socioculturalmente as/os sujeitas/os da representação social.

Para Jodelet (1989/2001) é através das representações sociais que se constrói e se elabora um lugar para estar no mundo, colorindo a realidade e lhe dando sentido. Para a autora, as RS também agem como uma forma funcional de guiar a/o sujeita/o e orientar sua postura frente a/o *outra/o* e ao *mundo* ao seu redor, interpretando o estranho a partir das informações que esta/e dispõe, e fazem isso com muita capacidade devido ao seu caráter partilhado. Em Moscovici as representações estão ligadas ao conjunto de valores pertencentes ao mundo vivido, sendo capazes de tornar o presente familiar e coerente, visto que:

São sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um “referencial de um pensamento preexistente”; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. [...] Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas

ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. (Moscovici, 1961/2012, p. 216)

Isso implica diretamente em uma discussão sobre como as sociedades constroem a sua própria história, não devendo ser afastada da observação de como a lógica de poder e a regulamentação do que é autorizado como pensamento válido e legítimo pode servir para criar uma polarização entre saber comum e saber científico (Almeida, Santos & Trindade, 2000). Também não pode ser afastada da compreensão de que o saber produzido pelo senso comum o representa e também é forma de conhecimento (Kaufmann, 2013). Sobre isso, o precursor da teoria acentua essa discussão ao mencionar o fato de que a fundação da sociedade capitalista tem como premissa básica excluir tudo o que é social, definindo como irracional aquilo que não condiz com sua matriz individualizante (Moscovici, 1961/2012).

Segundo o referencial da TRS, construir conhecimento requer observar as imposições e as regulamentações do que se considera como pensamento racional ou “não-primitivo”, posicionamento que coloca à margem o pensamento comum, as conversações informais e o diálogo de grupos não-hegemônicos, ou seja, as expressões do cotidiano de grupos que constituem e também são agentes formadores da sociedade. Como reforça Moscovici:

Todas as representações sociais são racionais, mesmo que, para parafrasear Orwell, algumas pareçam mais racionais que outras. Representações dos civilizados podem parecer ser mais racionais do que aquelas dos supostos primitivos, representações científicas podem parecer mais racionais que as religiosas e assim por diante. (Moscovici, 1961/2012, p. 289)

O investimento em demonstrar o caráter não-estático das representações sociais, a perspectiva de inacabamento e não definição taxativa do conceito, postura escolhida por Serge Moscovici como uma maneira de demonstrar o caráter dinâmico da teoria (Vala & Castro, 2013), também provocou uma constante construção teórico-metodológica ao longo dos anos, valorizando-se abertamente a necessidade de contínua reformulação e atualização (Marková, 2017). Além disso, seu caráter complexo de apreensão também a situa dentro dessa perspectiva de constante heurística (Jodelet, 1989/2001; Santos, 1994).

No que se refere ao campo metodológico, por exemplo, a pesquisa em representações sociais trouxe contribuições significativas à psicologia social, como a preocupação em superar paradigmas mecanicistas, e em sua consolidação teórico-metodológica como ciência pautada na construção de pesquisas que se atentem para a localização sócio-histórica de quem

pesquisa e de quem é pesquisada (Paula & Kodato, 2016). Não mais na “insegurança generalizada” (Moscovici, 1961/2012, p.133) de ser comprovada como disciplina “verdadeiramente” científica, mas sim, sendo compreendida como outro caminho frente à psicologia social tradicional (Álvaro & Garrido, 2006).

Desse modo, importa à psicologia social não se prender aos ditames endurecidos do método pelo método e da busca incessante pela coleta de dados, esquecendo-se de observar o sentido do que se estuda e a perspectiva educadora e reflexiva importante para a pesquisa. É importante lembrar também que a sociedade se constrói a partir da produção histórica de quem a constitui (Martin-Baró, 1997), e dos fenômenos da interação que são articulados a partir desta produção, sendo “um sistema de relações entre indivíduos coletivos” e não um somatório destes (Moscovici, 1961/2012, p. 158).

Quanto à produção teórico-conceitual da TRS, diferentes abordagens complementares à grande teoria de Moscovici foram produzidas no seio da psicologia social europeia (Doise, 1990). Uma das abordagens mais próximas à teoria original foi desenvolvida por Denise Jodelet, quem endossou a ideia de Serge Moscovici de que a representação social é constituída na triangulação “*sujeito – outro – objeto*”, destacando, além disso, a importância de se levar em conta os aspectos socioculturais dessa ligação, bem como a relação processual que se estabelece quando as/os sujeitas/os sociais elaboram suas representações, a partir de sua cultura e história, espalhando-as no seio das relações cotidianas (Sá, 1998). É consenso entre as/os teóricas/os das representações sociais (Almeida, 2009; Sá, 1998) que a abordagem proposta por Denise Jodelet contribuiu e contribui para o desenvolvimento e manutenção dos pressupostos da teoria original moscoviciano, em uma perspectiva que busca valorizar os aspectos sociológicos, culturais e processuais das representações.

O esquema de interpretação das representações sociais proposto por Jodelet (2009) leva em consideração principalmente a cultura de uma comunidade e a atuação das/dos sujeitas/os sociais diante do mundo, propondo um entendimento das RS a partir da noção de “esferas de pertença”, quais sejam, a esfera da subjetividade, relacionada aos aspectos que são próprios das/dos sujeitas/os e que fazem parte do processo de elaboração de uma representação; a esfera da intersubjetividade que se refere ao processo em que representações tornam-se fatores responsáveis pela formação de novas representações, construídas pela interação social e concretizada pelas trocas comunicativas; e a esfera da transubjetividade, que refere-se àquilo que é compartilhado por sujeitas/os que dividem um mesmo espaço de coletividade, sendo atravessada também pelas “trocas e produções discursivas” resultantes desta relação intersubjetiva e subjetiva que se estabelece (Jodelet, 2009, p. 696).

Outra abordagem que surge a partir da TRS é a Abordagem Estrutural das representações sociais ou Teoria do Núcleo Central (TNC), proposta pela primeira vez em 1976, pelo psicólogo francês Jean Claude Abric, influenciando os estudos em representações sociais a partir da década de 1990 (Sá, 1996). Abric desenvolveu uma abordagem estrutural das representações sociais, definindo-as como estruturas permeadas por diferentes dimensões, cuja visão do mundo é apresentada a partir de uma perspectiva em que estas exercem um caráter funcional. Na perspectiva da abordagem estrutural, a representação se organiza a partir de um núcleo central e de um sistema periférico. O núcleo central é caracterizado pela estabilidade, coerência, marcado pela memória coletiva e pela resistência à mudança, isto é, o lugar onde surgem os significados da representação. Já o sistema periférico caracteriza-se, a partir dos outros elementos representacionais, como articulador das experiências individuais, demonstrando flexibilidade e heterogeneidade em sua formação (Abric, 2001; Machado & Aniceto, 2010; Sá, 1996).

Ao longo do desenvolvimento da teoria das representações sociais de Serge Moscovici, também foram desenvolvidas as abordagens Societal e Dialógica das representações sociais, por Willem Doise e Ivana Marková, respectivamente. Na presente pesquisa, utilizaremos em nossa discussão e análise, as elaborações teórico-conceituais propostas por Denise Jodelet articuladas ao pensamento original de Serge Moscovici.

2.1.1 Finalidade e Geração das Representações Sociais

A finalidade básica de uma representação social é tornar familiar o não familiar. Deve ser vista como uma atuação em virtude do caráter dinâmico e processual, fruto das dinâmicas interacionais (Alba, 2014; Moscovici, 1961/2012). A fuga do estranho para o conhecido representa de alguma maneira, um direcionamento para o seguro, para o familiar da sociedade que representa determinado objeto. Tal processo acontece tanto no universo consensual como no universo reificado, na medida em que as cosmovisões científicas se fundam na sociedade a qual se pertence. Buscar a familiaridade é também uma forma de organizar a comunicação grupal a partir de algo consensualmente partilhado (Jodelet, 1989/2001), podendo tornar o universo consensual um lugar de conforto.

Para Moscovici (1961/2012, p. 34), as representações sociais possuem duas funções: convencionalizar e prescrever. A primeira atua sobre os objetos e as pessoas, permitindo sua localização e classificação, a partir do mundo conhecido e partilhado pela/o sujeita/o em

interação. O processo reúne os novos elementos aos já existentes, provocando satisfação e conforto diante do que antes era vago e sem familiaridade. Desse modo, pode-se entender o ato representacional como uma forma criativa de autoproteção individual e coletiva. A segunda função impõe a sua vontade e age em busca da concretização através da memória, portanto, anteriores à/o sujeita/o, pressionando seu pensamento em direção à norma. Cumpre anotar que as representações sociais agem então, como orientadoras da comunicação e como formadoras de um conhecimento sobre a realidade que é compartilhada socialmente de forma prática (Jodelet, 1989/2001).

Retomando Moscovici, temos que essas duas funções das RS são responsáveis pela materialidade do pensamento representacional, conforme menciona:

Espero ter demonstrado que ao se colocar um signo convencional (coloca-se) na realidade, e, por outro lado, ao se prescrever (se impor) através da tradição e das estruturas imemoriais, o que nós percebemos e imaginamos, essas criaturas do pensamento, que são as representações, terminam-se por se constituir em um ambiente real, concreto. (Moscovici, 1961/2012, p.40)

Quanto à geração das representações sociais, existem dois processos definidos como responsáveis pelo caminho de transformação do estranho para a familiaridade em direção à concretude: ancoragem e objetivação.

Ancorar significa classificar, transferir o desconhecido para o mundo familiar para que seja possível explicar, avaliar, e rotular, garantido sua compreensão e aplicabilidade prática (Jodelet, 1989/2001). O processo de ancoragem surge do incômodo com o não reconhecido, e da sua incompatibilidade com o mundo existente, desse modo, a/o sujeita/o tende a buscar uma maneira de explicá-lo, a partir do conjunto de categorias que dispõe e julga mais coerente, em um processo de classificação e categorização (Moscovici, 1961/2012). Para o autor, “jamais compreenderemos ou conheceremos as pessoas, as reconhecemos a partir do nosso sistema de categorias” (Moscovici, 1961/2012, p. 65). Ressalta-se que a ancoragem de uma representação social também ocorre após a sua objetivação, quando age em prol de orientar as relações de um grupo frente àquela representação construída (Cabecinhas, 2009), atuando quase como uma restauração artística do pensamento em busca de garantir a cena cotidiana.

Objetivar, por outro lado, compreende a passagem do conceito para a imagem, significa, “unir a ideia de não familiaridade com a de realidade” (Moscovici, 1961/2012, p. 71). Segundo o autor, significa observar a iconicidade do objeto em elaboração

representacional, algo que, por sua vez, também é realizado através do processo de comparação, que, ao transformar esse objeto lhe confere realidade e concretude. Nesse sentido, objetivar significa, então, a geração figurativa do sentido (Mazzotti, 2002), ou seja, é possível ver o que a linguagem fala.

Para Moscovici, a ancoragem e a objetivação, além de atuarem como geradoras de representações sociais, também atuam como articulações de relação com a memória, em um processo que percorre um caminho para dentro e para fora da/o sujeita/o:

A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (Moscovici, 1961/2012, p.78)

Diante de tal elucidação, pode-se perceber que através desses dois processos, o ser humano se torna capaz de reduzir à angústia do não saber, pois, as representações sociais agem como um recurso de sobrevivência da história do sujeito, ao mesmo tempo em que oferecem ao presente vivido a segurança da familiaridade e uma garantia de continuidade. A ansiedade por representar é uma ansiedade da construção de si mesmo, que se dá a partir da/do outra/o, não representar pode significar algo duro quando não se pode encontrar no mundo de categorias o encaixe ideal para os estranhos objetos que “surgem” e se re-apresentam. Assim, o ato de representar ao ser capaz de tornar presente algo ausente, também ajuda a contornar a falta de quem representa.

2.1.2 Sobre Re-apresentar

A construção do pensamento ocorre através da linguagem e é produzida a partir das representações já existentes na cultura conhecida e reconhecida, no cotidiano das relações. Significa dizer que quando se constrói uma representação pela primeira vez, ela não é uma representação autoral da/do sujeita/o, mas uma espécie de repasse, ou seja, é a linguagem construindo pensamento, e assim construindo representações. Por esse aspecto, conforme são re-apresentadas, estas são “impostas sobre nós, transmitidas, e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (Moscovici, 1961/2012, p. 37).

Partindo dessas noções, percebe-se como presente na constituição das representações sociais a sua durabilidade no tempo, ou seja, a sua passagem na cultura, algo que só é possível através do processo comunicativo. Conforme Moscovici (1961/2012), uma representação social não é algo estéril, mas uma recriação, uma reformulação de significações provenientes de culturas passadas, de outros grupos. O que fazemos é trazer novamente algo que existe, a partir das nossas elaborações interpretativas e do nosso contexto de interação. Logo, sendo representações de outras representações, mediadas e construídas pela linguagem, a representação é produtora e produto da comunicação, simultaneamente, e como não é possível sair da linguagem para discorrer sobre ela (Carvalho, 2005), o sujeito social fala *com* a linguagem.

É oportuno mencionar que ao serem repetidas no campo das conversações, tais representações adquirem “autonomia e independência”, tornando-se, desse modo, estáveis no tempo (Moscovici, 1961/2012, p. 90). É, portanto, pela interação social que são construídas e determinadas as representações sociais (Jodelet, 1989/2001). O papel da ação comunicativa significa, nesse sentido, conferir caráter coletivo ao ato de representar socialmente um objeto a partir da/do outra/o e de si mesmo. Como salienta Moscovici:

Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem, e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (...) É para se compreender ou explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu”. (...) na minha opinião, a tarefa principal da psicologia social é estudar tais representações, suas propriedades, suas origens e seu impacto. (Moscovici, 1961/2012, p. 41)

Assim, por serem históricas, as representações sociais atuam a partir de nossas primeiras memórias e figuras sociais e dos primeiros momentos e conversações que conduzem a/o sujeita/o a sua construção social e a sua organização no mundo (Moscovici, 1961/2012). RS se organizam através de uma constelação de temas centrais ou *themata* (Moscovici, 1961/2012; Oliveira & Amâncio, 2006), negociando no tempo e nas relações estabelecidas o que representamos. Conforme Moscovici a/o sujeita/o representa porque precisa de conforto e de conformidade com as pessoas com quem articula suas experiências no real:

A presença real de algo ausente, a “exatidão relativa” de um objeto é o que caracteriza a não familiaridade. [...] O medo do estranho é profundamente arraigado, por isso quando a alteridade nos é imposta de um jeito que não é exatamente como deveria ser,

nós a rejeitamos instintivamente, porque ameaça a ordem estabelecida. (Moscovici, 1961/2012, p. 56)

Lidar com o não familiar pode ocupar um lugar de dissociação, de separação, na medida em que aprendemos a medir nossas relações a partir daquilo que significamos como padrão, como normal, assim o que se difere e não se assemelha aparece como *a/o outra/o* não significado, o *não-nós estranho*, e, portanto, rejeitado. Por isso, ao se estudar o universo consensual, estuda-se aquilo que conecta as pessoas ao seu mundo cotidiano e familiar (Moscovici, 1961/2012). Importa ressaltar aqui, que o universo consensual permite a dinâmica da participação, já que nele, todas as conversações são possíveis, diferentemente do universo reificado, no qual os lugares são demarcados por lógicas de poder, onde só pode falar quem é creditada/o para isso, quem tem a “competência”, quem fala *sobre* a linguagem, fala quem exerce poder.

Ademais, com o não familiar *a/o* sujeita/o tende a se sentir ameaçada/o, sem sentido, em suspensão, por isso busca direcionar algo incomum para o comum. A partir da teoria das representações sociais, entende-se que essa busca atua como uma forma de encontrar uma explicação para aquilo que não reconhece ou não identifica como familiar diante de seus recursos ideológicos, mediáticos e de seus valores. Moscovici (1961/2012, p. 59) enfatiza que “ao se estudar uma representação social devemos sempre tentar descobrir a característica não familiar que a motivou, que esta absorveu”.

Portanto, qual seria o aspecto não familiar que a representação social de determinado fenômeno enfrenta ao se constituir? Quais construções simbólicas e representacionais são elaboradas quando este se situa para além do conceito reificado e se coloca historicamente permeado nas práticas? Formando-se também a partir de uma constante criação - recriação de saberes práticos contestatórios, bem como da teoria científica produzida sobre ele.

2.1.3 Teoria das Representações Sociais e Teorias Feministas: Uma Dialética Para a Mudança

Conforme foi discutido, para Moscovici (1961/2012), representações sociais são passadas ao longo tempo, refletindo o conhecimento do momento em que emergem, sendo então, re-criadas, algo que é garantido pelo seu caráter dinâmico-processual. A fim de contextualizar sobre as possíveis aproximações entre as teorias feministas e a teoria das

representações sociais, a presente seção busca dar relativa atenção aos aspectos teórico-conceituais dessa aproximação, bem como aos seus objetivos como teorias científicas preocupadas com a construção da realidade social pela via da legitimação e reconhecimento do pensamento comum e das práticas cotidianas.

Pode-se afirmar que a teoria das representações sociais e as teorias feministas encontram consonância ao representarem um movimento de ruptura dentro das Ciências Sociais (a TRS, em especial, no âmbito psicologia social). A primeira, ao investir e valorizar os saberes comuns produzidos no cotidiano como forma de conhecimento válido (Carvalho, 2005; Jodelet, 2009; Moscovici, 1961/2012), e a segunda, por também trazer o cotidiano como dimensão de estudo e problematização a partir da diversidade experimentada e vivenciada pelas mulheres (Oliveira, 2008). Desse modo, ambas se opõem a uma proposta de sociedade baseada na exploração de grupos minorizados e no silenciamento dos saberes diversos, cuja atuação e percurso de suas formulações foram possíveis em virtude do terreno de mudança paradigmática e da crise conceitual ocorrida nas ciências sociais e humanas, após a segunda metade do século XX (Arruda, 2000).

No Brasil, os estudos sobre representações sociais começaram a fazer parte do ambiente acadêmico a partir dos anos 1982, introduzidos por profissionais que regressavam da Europa e que se interessavam em responder questões teóricas e principalmente políticas, em um país ainda em intensa repressão e marcado pelo movimento de instauração do modelo norte-americano de saber-fazer psicologia (Sá & Arruda, 2000). O movimento feminista, por sua vez, desde a década de 1970, já reivindicava a desnaturalização do ser mulher e do seu lugar na sociedade brasileira (Arruda, 2000), e antes disso já se fazia um movimento em busca de liberdade e direitos. Na década de 1980, as teorias feministas assim como os estudos de gênero, questionavam a dicotomia sexo/gênero, propondo a desconstrução do modo como se estruturava o pensamento científico sobre o tema. O entendimento do sexo biológico como antecedente ao gênero levantou críticas pela teoria feminista, impulsionando a compreensão do gênero a partir do seu caráter histórico, seguindo mais adiante a também contemplar o sexo biológico como uma construção (Villela & Pereira, 2012).

Tendo em vista que a compreensão dos estudos de gênero atravessa e é atravessada pela história e desenvolvimento do movimento feminista, é importante considerar a ligação histórica entre ambos a fim de situar as/os sujeitas/os sociais constituintes das discussões pautadas pelos dois campos (Corrêa, 2001; Galinkin & Ismael, 2013). Nesse sentido, os estudos sobre mulheres situam-se dentro dos estudos de gênero e dos estudos feministas, sendo articulados a partir das correntes desenvolvidas em meio a essa intersecção entre os

campos, sendo alinhados e discutidos via paradigmas teórico-metodológicos convergentes ou divergentes entre si.

No que se refere à proximidade entre teorias feministas e em representações sociais, esta se encontra representada tanto no campo teórico-conceitual, como no campo metodológico, em razão de concordarem sobre a importância da também utilização de métodos compreensivos de observação e pesquisa, diante da tradicional ciência *hard* estabelecida (Arruda, 2000). Afirmando-se, cada uma em seus respectivos campos de atuação, como teorias comprometidas com a produção de pesquisas contextualizadas e reativas à dominação vigente, e contribuindo para uma virada paradigmática dentro das ciências sociais e humanas.

Conforme destacamos, os estudos em representações sociais assim como os estudos feministas (sobretudo na década de 1990) trouxeram contribuições significativas ao conhecimento científico, como a preocupação em superar paradigmas universais e dicotômicos e o ativo desenvolvimento teórico-metodológico pautado na construção de pesquisas contextualizadas, autocríticas e socialmente situadas (Haraway, 1995; Moscovici, 1961/2012). Significando um avanço importante para a compreensão da/do sujeita/o diante da sua complexidade (Arruda, 2002). Sem dúvida, os dois movimentos balançaram a expectativa individualista da ciência de então, ao estarem dispostos a estudar temas considerados “não-científicos” e reivindicando-os como parte constituinte da produção de conhecimento.

Se por um lado, a teoria das representações sociais trouxe o senso comum para o campo de análise social, reconhecendo que ele se constitui como uma forma de conhecimento prático, válido e atuante na produção de saberes (Almeida, Santos & Trindade, 2000; Carvalho & Arruda, 2008; Jodelet, 2009), as teorias feministas a partir do reconhecimento das diferentes vivências cotidianas de mulheres diversas, de suas práticas contestatórias e desobedientes, inova o universo reificado em uma explosão de conceitos (Hollanda, 2018) que também passam a renovar o saberes comuns e cotidianos, gerando novas representações.

Como aponta Jodelet (1989/2001), se a comunicação é o caminho pelo qual a representação social percorre, é então, nos estudos feministas que iremos encontrar os discursos e a linguagem de grupos historicamente marginalizados, e observar como eles estão construindo seus diálogos e suas práticas, significa ampliar os ouvidos da pesquisa para mundos acostumados com o silêncio e com o silenciamento. A produção do conhecimento terá de reconhecê-las, ou não falará sobre a realidade presente, visto que não é possível enxergar uma representação separada das relações sociais que as cercam, tampouco da produção discursiva que a constitui.

Ainda segundo a autora, é pela via das representações que se torna possível entrar em contato com significações atribuídas a fenômenos que fazem parte do contexto social no qual as/os sujeitas/os estão inseridas/os. Diante dessa afirmação, podemos pensar que representações sociais construídas a partir de crenças de inferiorização de minorias, ao vencer o tempo, permitem que muros criados para diferenciação discriminatória prevaleçam nas sociedades, através de um nó que reúne e endurece as construções sociais, simplificando as negociações de um grupo para o outro (Jodelet, 2009).

Na teoria das representações sociais diz-se que *sujeito/a* não existe sem a/o *outra/o* e sem os *objetos* de relação. Observando o gênero, percebe-se que há um *outro* que frequentemente atua em relação a uma *outra* de forma impeditiva diante do alcance de objetos, forjando assim, relações atravessadas pelo poder. Sobre isso, Arruda (2000) salienta que a teoria feminista aponta para uma ação diante das relações de poder enquanto que a teoria das representações sociais acentua a análise sobre essa dinâmica. Para a autora, as duas teorias possuem mais semelhanças do que diferenciações, e que os esforços para uma aproximação ainda mais concreta concorrem para uma mudança significativa dentro do campo das ciências sociais e humanas.

Diante do exposto, vimos que as pesquisas em representações sociais se preocupam com a dimensão subjetiva dos sujeitos, reconhecendo a dinâmica simbólica das representações, analisando a realidade como socialmente construída (Carvalho & Arruda, 2008). Seguindo ideais em comum, os estudos feministas também aparecem como movimentos de transformação e mudança social, atuando nos níveis sub, inter e transubjetivo (Jodelet, 2009). O diálogo entre ambas as teorias traz como resultados a possibilidade de transmitir informações, construir saberes, abrir espaço para discussão e negociação criativa de temas relevantes e urgentes, resultando em potentes transformações para toda a sociedade.

2.2 Feminismo (s): Percurso de Significação

Dar visibilidade à narrativa de mulheres não significa apenas integrá-las à história masculina, acrescentando informações e curiosidades sem analisar suas implicações. Publicizar seus testemunhos é vincular os acontecimentos privados aos problemas sociais, é revelar micropoderes cotidianos, demonstrando que uma leitura de gênero modifica o quadro geral da história ou da memória coletiva. (Rovai, 2016, p. 15)

Feminismo é o objeto de estudo desta pesquisa porque estamos investidas em identificar e compreender as formas de conhecimento e as interpretações construídas por um grupo social específico acerca deste objeto. Contudo por se tratar de um fenômeno social que carrega diferentes definições e entendimentos que ultrapassam a sua circulação lexical, faz-se necessário, neste capítulo, observar tal diversidade a partir de um olhar sócio-histórico, a fim de compreender forças sociais e eventos que puderam formatar seus significados no decurso do tempo.

Seguindo esse objetivo o presente capítulo parte de três eixos nos quais intentamos apresentar uma breve narrativa histórica do “surgimento” desse fenômeno, trazendo os elementos anteriores à sua circulação lexical como uma condição de extrema relevância na compreensão de seu percurso de significação. Fala-se breve narrativa, porque não é nosso objetivo esgotar as periodizações possíveis quanto ao tema, sobretudo diante da complexidade no resgate de todas as manifestações e práticas anteriores que foram base para o que hoje se define e negocia-se como feminismo. Os eixos estabelecidos para descrever essa breve narrativa foram: *Práticas Contestatórias*, *Movimento Social* e *Epistemologias*. Ressalta-se que o ato de partir da noção de feminismo como um fenômeno social nos ofereceu a possibilidade de vislumbrarmos os diversos lugares e definições que este fenômeno tem ocupado na sociedade, sem focar, no entanto, em escolher narrativas sobre esse lugar, mas sim no reconhecimento destas. Também destacamos que apesar do resgate histórico realizado, não se trata de propor uma linearidade temporal absoluta, trata-se de olhar para a diversidade de negociações estabelecidas no espaço-tempo.

Nesse sentido, o eixo *Práticas Contestatórias* se refere às diversas contestações de mulheres por direitos, diante de suas condições de vida, tais como o direito à liberdade, educação, trabalho, expressão oral e escrita, algo que remonta à Antiguidade, e que perdura até a atualidade. *Movimento Social* que se refere ao momento em que tais práticas contestatórias começam a se articular de forma organizada e coletiva na defesa desses e outros direitos, período que tem suas origens nas reivindicações de mulheres pela educação, na segunda metade do século 18, ampliando-se até o final do século 19, quando se inicia a luta pelo direito ao voto para as mulheres. Tal eixo perdura até os dias atuais, unindo-se às práticas contestatórias e também originando-se delas. O eixo *Epistemologia*, diz respeito à elaboração de uma metateoria do conhecimento que engloba e busca analisar as práticas contestatórias e os movimentos reivindicatórios que o fenômeno feminismo construiu ao longo do tempo, descortinando arranjos formatados pela supremacia androcêntrica na ciência, propondo um novo projeto político-científico para a sociedade.

2.2.1 Práticas Contestatórias

Feminismo não nasce datado, mas, corporificado na história das mulheres. Ao apontar para uma descrição do caminho que o fenômeno percorreu até os dias atuais requer-se o entendimento de que não será possível compreendê-lo sem observar a sua totalidade histórica, sua atuação prático-teórica, e as “autorizações” socioculturais pelas quais ele atravessou ao longo do tempo. As mulheres, por serem as principais figuras de fundamentação e desenvolvimento deste fenômeno, acabam por formar e contribuir para a orientação do seu significado, bem como para a construção de uma realidade social compartilhada, cujas características serão formatadas e transformadas de acordo com as demandas das sociedades nas quais se inserem, bem como da localização destas mulheres no seio de tais sociedades.

Ao se levar em consideração que aquilo que damos nome não significa que acabou de surgir no mundo, torna-se um pouco mais fácil compreender o percurso de significação do fenômeno feminismo e da função social que ele adquiriu no decurso do tempo, visto que o uso terminológico da palavra *feminismo* vinculado à luta das mulheres só aparece séculos depois de inúmeras práticas contestatórias realizadas e após uma revalorização simbólica de sua terminologia. Pensando sobre isso, volta-se a períodos históricos em que este termo ainda não existia no léxico cultural, ou seja, não era falado pelas pessoas daquelas culturas até ancorar-se pela primeira vez no cotidiano. Como já discutido no capítulo anterior, é preciso vencer o estranhamento e a ameaça da novidade para que novas palavras sejam ancoradas no mundo - ganhando nome e classificação - e objetivadas, concretizando o seu reconhecimento e a construção de sua rede de significações (Moscovici, 1961/2012).

Nesse sentido, é fundamental que a ideia de linearidade, comumente usada quando se busca compreender feminismo, não seja detida apenas ao critério terminológico ou às práticas-movimentos registrados. É necessária uma recuperação e reconhecimento de tempos anteriores e anônimos para que se possa alcançar o transbordamento do seu significado. Ao prender-se a um entendimento a-histórico corre-se o risco de não se reconhecer as práticas pioneiras que lançaram as sementes para o desenvolvimento desse fenômeno. Tal postura pode ampliar a lacuna já existente e potencializar o apagamento de mulheres que lutaram por

seus direitos, questionaram papéis sociais, e propuseram modificações no tempo em que viveram, mas que não denominava de *feminismo* aquilo que faziam.

Utilizando-se desse raciocínio, a historiografia feminista (Deplagne, 2014; Neri, 2013; Rodrigues, 2018; Silva, 2009; Teles, 1993/1999) nos indica que a busca por reconhecimento social, o questionamento da condição das mulheres, atuações pioneiras, pensamentos e práticas contestatórias já existiam desde as idades *antiga, média e moderna*, materializados pelas mulheres através dos recursos simbólicos que possuíam e da possibilidade de manifestação destes recursos. Desse modo, ainda que o feminismo, como termo-movimento, apareça vinculado à *contemporaneidade*, junto aos primeiros registros contestatórios publicados e com as primeiras manifestações de mulheres pelo direito ao voto, podemos perceber, ao longo das próximas páginas, que as bases que o constituem nascem muito antes disso.

Observando a literatura produzida pelos estudos supracitados percebemos uma quantidade significativa de mulheres que resistiram à misoginia, desvalorização do seu pensamento, acusação contra sua honra, falta de acesso à educação e ao trabalho, escravidão, e outras violências. Recursos frequentemente utilizados para mantê-las assujeitadas ao silenciamento e à reclusão, cuja consequência imediata e contínua foi a sua inferiorização frente ao homem, impedindo o desvelar de suas potencialidades na construção do mundo, ou o apagamento dessa construção quando conseguiam vencer tais barreiras (Perrot, 1989).

Para citar alguns exemplos, a começar pela *Idade Antiga* (4.000 a.e.c - 476 e.c) temos o questionamento sobre o lugar de inferioridade e aprisionamento do pensamento da mulher, levantado na poesia e na atuação educativa da aristocrata e poeta lírica Safo de Lesbos (século 7 a.e.c). Safo, apesar das lacunas e da perda de sua obra, pode ser considerada a primeira filósofa, além de poeta inquestionável (Santoro, 2020). Podemos trazer ainda mulheres que se tornaram pioneiras em diferentes áreas do conhecimento, como Maria La Hebra (por volta do século 1 e.c), vanguardista da ciência biológica e criadora do método de calor indireto, conhecido como “banho-maria”. E Hipátia de Alexandria (século 4 e.c), figura importante para a matemática do Egito Romano, cujos registros foram perdidos em sua quase totalidade (Fonseca, 2013; Gomes, 2018). Hipátia pertencia à nobreza de Alexandria, foi celibatária e mestra em uma época de perversa misoginia, e por suas posições e opiniões, sofreu acusação de bruxaria pelo Cristianismo, sendo assassinada publicamente. Por volta do período seguinte, que compreende a *Idade Média* (476 e.c – 1453 e.c), as discussões de Christine de Pizan (século 14 e.c), defensora da igualdade entre homens e mulheres e do

direito destas em educarem-se, puderam localizar a mulher no seio de uma sociedade que lhe atribuía o julgamento e a condenação. Pizan fazia parte da nobreza, e escreveu, entre outros escritos, *A Cidade das Mulheres*, em 1405, inaugurando o lugar da escrita como uma forma de trabalho e sustento para as mulheres, e influenciando tantas que viriam à sua frente (Calado, 2006; Deplagne, 2014; Karawejczyk, 2018). Em sua tese de doutorado, Luciana Calado traduz a obra de Christine de Pizan, nos fornecendo o pensamento inquieto e original, de uma mulher frente ao seu tempo, e que não poupava críticas diante da demarcação inferior e maldita dada às mulheres naquela sociedade, como no trecho a seguir:

Perguntava-me quais poderiam ser as causas e motivos que levavam tantos homens, clérigos e outros, a maldizerem as mulheres e a condenarem suas condutas em palavras, tratados e escritos. (...) Era quase impossível encontrar um texto moral, qualquer que fosse o autor, sem que antes de terminar a leitura não me deparasse com algum capítulo ou cláusula repreendendo as mulheres. (Calado, 2006, p. 119)

A passagem pelo período medieval representou para as mulheres da época um cenário para desobediências e insubordinações que lhes custaram a vida. Segundo Alves e Pitanguy (1985/2005), o lugar da mulher naquela sociedade foi fortemente definido pela demonização religiosa e fetichização médica, dois elementos organizadores do período genocida conhecido como “caça às bruxas”, durante a Inquisição. Na época deste genocídio, as mulheres deixavam de ser encaradas como entidades de sabedoria e proximidade ao divino (era comum que as mulheres que não se casavam, e que viviam em conventos, reclusas ao celibato obtivessem certo respeito na sociedade ou fossem associadas à figura de Maria Mãe de Jesus), passando a serem colocadas no extremo oposto dessa concepção, quando acusadas de bruxarias e magia oculta. O aprendizado e a leitura proporcionada pelo espaço religioso fomentaram o espírito da reivindicação de direitos de igualdade frente aos homens, algo que não agradou a supremacia patriarcal (Rodrigues, 2018; Leão, 2018).

Percebe-se aqui que o lugar das mulheres foi constantemente subjugado ao quanto ameaçavam o lugar de poder ocupado pelos homens, ação severamente punida com a morte entre outras violências. Demonstrando, dessa maneira, que o comportamento misógino é o pai do feminicídio, e que este crime, com o perdão da generalização, sempre ocorreu.

No período Renascentista - passagem da Idade Média para a Idade Moderna - a demonização da mulher vai perdendo sua força, com a influência dos movimentos humanista e iluminista, porém, seus direitos tornam-se amplamente restritos. Uma das razões para essa restrição é explicada por Alves e Pitanguy (1985/2005), pelo fato de o trabalho começar a

ganhar uma conotação positiva, tornando o espaço público dominado pela presença masculina. Segundo Rodrigues (2018), algumas das mulheres que participaram ativamente contra o silenciamento e o não reconhecimento da capacidade da mulher, durante essa passagem, foram as humanistas italianas Isotta Nogarola, Cassandra Fedelle e Laura Cereta, mulheres que, apesar das regalias de sua classe abastada, puderam romper com paradigmas misóginos e desiguais, lutando pelo lugar das mulheres no espaço da educação e literatura.

No que se refere às manifestações das mulheres por seus direitos, para além do território da escrita e da oralidade, constata-se durante a *Idade Moderna* (1453 e.c – 1789 e.c), que outras práticas também foram desconsideradas do registro histórico, como o seu papel combativo e de enfrentamento direto, por exemplo. Voltando-se para o território do Brasil Colônia e sua transição para o Império (1530-1822), Barbosa (2003), Lima e Oliveira (2019), Nascimento (2019), Pereira (2018), Pinto (2002) e Teles (1993/1999) apontam que é urgente superar o apagamento e resgatar a história de muitas mulheres protagonistas de manifestações contra o cenário colonial brasileiro e à escravidão de seus corpos, bem como potentes figuras de liderança, gestão e organização de seus grupos reivindicatórios.

Segundo as autoras supracitadas, entre tantas mulheres que atuavam na linha de frente de seus grupos, destacam-se: a princesa africana, escravizada no Brasil, Aqualtune da Casa de Kinlaza, líder e uma das fundadoras do maior quilombo da América, o Quilombo dos Palmares. Maria Felipa Aranha, líder do Quilombo do Mola, no estado do Pará, liderando centenas de negras e negros. Teresa de Benguela, liderança do Quilombo Quariterê, no Mato Grosso (MT), sendo também responsável pela sua organização política. Zeferina, a líder que organizou estrategicamente o Quilombo do Urubu, em Salvador (BA). E Dandara, que também lutou e construiu o Quilombo dos Palmares, na região de Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Além destes exemplos, temos mulheres lutando durante a resistência à invasão holandesa ao Brasil (1624), como a capixaba de origem espanhola, Maria Ortiz e a potiguar Clara Camarão, que organizaram pessoalmente estratégias e movimentos que retardaram essa invasão (Barbosa, 2003; Lima & Oliveira, 2019; Nascimento, 2019; Pereira, 2018; Pinto, 2002; Teles, 1993/1999).

Dois séculos mais tarde, pouco reconhecimento também foi dado ao protagonismo das baianas Maria Felipa de Oliveira, Joana Angélica e Maria Quitéria, mulheres que atuaram na linha de frente durante a luta pela Independência do Brasil. Segundo Santos (2019), Maria Felipa, junto a outras mulheres como Joana Soaleira e Brígida do Vale expulsaram os portugueses da Ilha de Itaparica (BA), usando folhas de cansação (um vegetal que queima a pele) e colocando fogo em suas embarcações. Joana Angélica os enfrentou em seu convento,

perdendo a vida para defender seu espaço e sua pátria. Já Maria Quitéria, que após “disfarçar” sua identidade-mulher usando roupas de soldado emprestadas de seu cunhado, lutou, em 1823, no campo de batalha pela independência, tornando-se a primeira mulher combatente do exército brasileiro³.

Retornando ao decurso dos anos 1600, nos cenários religioso e sociopolítico, percebe-se mais silenciamento e deslegitimação, como pontuam Alves e Pitanguy (1985/2005), ao trazerem a história da americana Ann Hutchinson, que ao levantar ideias de igualdade entre homens e mulheres, na oportunidade de suas pregações religiosas, foi punida com o banimento e silenciada pela doutrina calvinista. Enfrentamento semelhante também se deu na vida e obra da escritora e freira mexicana Juana Inés de la Cruz (1651) representante pioneira do feminismo latino-americano, no âmbito da educação, e autora de uma poesia comprometida em denunciar o impedimento a esse direito dado às mulheres, enfrentando o ambiente patriarcal da igreja católica (Corrêa, 2004; Silva, 2009). Observa-se que não havia espaço para as colocações e opiniões das mulheres, sem que essas não fossem subjugadas aos interesses e ao domínio masculino.

No século seguinte, em 1730, a inglesa pertencente à burguesia, Mary Astell, escreve “*Some reflections upon marriage*”, no qual questiona o papel das relações familiares naquela sociedade, denunciando que a ignorância educacional das mulheres corrobora e muito com decisões matrimoniais insatisfatórias (Silva, 2009). Quarenta anos depois (1770), no Brasil, Esperança Garcia, uma mulher negra escravizada, reuniu e endereçou suas próprias palavras de denúncia, contra a escravização de seu corpo e de sua humanidade, ao então governador do Piauí, tornando este, o primeiro escrito brasileiro por direitos feito por uma mulher. Em sua carta, Esperança Garcia faz um único apelo: ser vista como gente, retratando os horrores da desumanização durante o período escravocrata. Ela escreve:

Eu sou uma escrava de V.S. a administração de Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, aonde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim não poço explicar

³ Em 1823 ainda não era permitida a participação de mulheres no Exército Brasileiro. Apenas no ano de 1943 as mulheres ingressaram oficialmente nesta Força Armada, no entanto, não exercendo funções de combate. A abertura de vagas para mulheres, na instituição militar de formação de oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), só ocorreu em 2017. O Exército Brasileiro reconheceu Maria Quitéria de Jesus como patrona do Quadro Complementar de Oficiais, apenas em 1996. E só em 2018, ela passou a integrar o livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Passados 194 anos. (http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEUR1/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?inheritRedirect=false)

que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V.S. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha aos olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda aonde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V.Sa. sua escrava, Esperança Garcia. (França et al., 2015, p. 6)

Ao final dos anos 1700, nos Estados Unidos, a americana Abigail Quincy Adams, esposa daquele que seria o sexto presidente norte-americano - John Quincy Adams - preocupada com o esquecimento e exclusão das mulheres no pensamento liberal que revolucionou o século seguinte, apelou, por escrito, ao esposo para que o movimento que lutava pela Independência Americana, em 1776, observasse que as mulheres eram igualmente dignas de serem contempladas pelos direitos previstos na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Abigail obteve, no entanto, uma resposta claramente debochada do marido, como citado por Alves e Pitanguy:

Quanto ao seu extraordinário Código de Leis, eu só posso rir. Nossa luta, na verdade, afrouxou os laços de autoridade em todo o país. Crianças e aprendizes desobedecem, escolas e universidades se rebelam, índios afrontam seus guardiões e negros se tornam insolentes com seus senhores. Mas a sua carta é a primeira intimação de uma outra tribo, mais numerosa e poderosa de todos estes descontentes. [...] Esteja certa, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino. (Alves & Pitanguy, 1985/2005, p. 31)

Inquestionavelmente, o período moderno passou por transformações que moldaram o cenário mundial e sedimentaram novas mudanças nos séculos posteriores. Os diversos deslocamentos do lugar da mulher na sociedade, o impulso da 1ª revolução industrial e os princípios liberais que se instalavam seguiram provocando manifestações e desacordos por parte das mulheres. Conforme foi destacado, as mulheres foram participativas dessa construção, porém, pela via do enfrentamento e pela busca de um lugar de existência livre e justa para os seus corpos e direitos. Nesse sentido, o que marca o fim da Idade Moderna é um processo de elaboração do que seria um grande movimento de mulheres séculos depois.

No final do século 18, época que marca o final da modernidade, a noção de igualdade dentro do movimento liberal que se estabelecia não enfrentava a continuação da dominação dos homens frente às mulheres e a outras classes minorizadas, como pessoas indígenas e negras (Alves & Pitanguy, 1985/2005, p. 31). As revoluções que marcaram o final da década de 1789, sobretudo a Revolução Francesa e os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade

que a formataram, foram decisivos no que se refere às discussões sobre os direitos humanos, mas que deixaram muito a desejar no que se refere aos direitos das mulheres, sobretudo de mulheres negras. E é justamente a partir deste momento revolucionário que se inicia uma série de reivindicações, inaugurando o que a História denomina como *idade contemporânea* (1789 - até os dias atuais).

Como visto anteriormente, a partir da década de 1730, tornou-se a ver escritos e manifestos de mulheres que rejeitavam a sua insubordinação designada pelos homens e ansiavam por direitos de igualdade. Ao final deste período, dois documentos irão marcar o início das publicações escritas por mulheres, na contemporaneidade, caracterizando-se como referências basilares para os séculos seguintes: *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, publicado pela francesa Marie Gouze, mais conhecida como Olympe de Gouges, em 1791; e *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, escrito pela intelectual britânica Mary Wollstonecraft, em 1792. Ambas não gozaram de riquezas, mas o privilégio racial e o acesso a ambientes de escrita e leitura conferiram possibilidade para a autoria de dois grandes manifestos do século 18 - ainda atuais e relevantes - nos quais buscavam questionar, sobretudo, a negação dos direitos de autonomia, liberdade e educação para as mulheres. Como questiona, em 1791, Olympe de Gouges:

Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação. (Olympe de Gouges, 1791, p. 2)

E amplia, em 1792, Mary Wollstonecraft:

É, então, um afeto por todo o gênero humano que faz minha pena escrever rapidamente para apoiar o que acredito ser a causa da virtude; e a mesma razão me leva a desejar de modo sincero ver a mulher em uma posição a partir da qual avance, em vez de ser refreada, para o progresso desses gloriosos princípios que dão substância à moralidade. De fato, minha opinião sobre os direitos e deveres da mulher brota com tanta naturalidade de tais princípios fundamentais que me parece quase impossível que algumas das mentes abertas, responsáveis por dar forma a sua admirável constituição, não concordem comigo. (...) Mas, se as mulheres devem ser excluídas, sem voz, da participação dos direitos naturais da humanidade, prove antes, para afastar a acusação de injustiça e inconsistência, que elas são desprovidas de razão; de outro modo, essa falha em sua NOVA CONSTITUIÇÃO sempre mostrará que o homem deve de alguma forma agir como um tirano, e a tirania, quando mostra sua face despuorada em qualquer parte da sociedade, sempre solapa a moralidade. (Wollstonecraft, 1792/2015, p. 19)

Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges documentam e publicam o conjunto de suas manifestações pelo direito das mulheres, todavia, não se autodenominavam feministas, visto que o termo *feminismo* ainda não pertencia ao léxico daquela sociedade. A luta daquelas mulheres estava pautada em uma crítica radical ao destino inautêntico da mulher que as confinava em um lugar de subalternidade e empobrecimento existencial causado pela ignorância educativa a que eram condicionadas (Wollstonecraft, 1792/2015). Para Wollstonecraft, era inadmissível construir uma sociedade sem que suas maiores formadoras (as mulheres) não tivessem acesso e direito à educação, pois este era o caminho de libertação de sua inferiorização. Ambas as pensadoras defendiam teses abolicionistas e emancipatórias, sendo profusamente contrárias à escravidão. Mary Wollstonecraft morreu precocemente, após o nascimento de sua filha, aquela que seria a autora de um livro clássico da literatura mundial *Frankenstein*, e que lutaria para conseguir assinar seu próprio livro, a escritora Mary Shelley. Já Olympe de Gouges foi condenada à morte pela guilhotina, devido ao caráter revolucionário de suas palavras.

Em termos de registro reconhecido, observamos que a descrição das primeiras publicações registradas pelas mulheres, com fins de reivindicação, durante o período contemporâneo, irá situá-las em uma perspectiva branca, do norte global, mais especificamente, inglesa. Nesse mesmo recorte de observação, a intelectual nordestina Nísia Floresta, se coloca na história como a pioneira do feminismo brasileiro ao introduzi-lo nos debates, sobretudo na área da educação, ao publicar “*Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*”, em 1832. Assim, como Wollstonecraft e Gouges, Floresta também era abolicionista, contudo, aquele Brasil escravista em que publicava seus textos não se alinhava a todos os pensamentos libertários que incorporava em suas obras, pois, em meados do século 19, a busca por direitos ainda estava insensível à exploração de pessoas negras, à colonização de seus corpos e de sua epistemologia (Maia, 2014), características que forjaram o modo brasileiro de compreender e praticar a luta das mulheres (Ribeiro, 2017).

Para além do que pontuam Alves e Pitanguy (1985/2005, p. 14) não só o *trabalho* e a *educação* foram as primeiras bandeiras de luta das mulheres desde a Antiguidade, Idade Média, Moderna, até nossos dias. Também acompanharam essas pautas, a luta pela autonomia religiosa, pela possibilidade de opinar sem perder a vida, e, sobretudo, a luta pela sobrevivência à escravidão, observação fundamental que será cobrada mais à frente quando os marcadores sociais de raça e classe vêm questionar sobre a inclusão das mulheres em suas diversas localizações sociais. Crítica que já se iniciava em 1851, a partir do famoso discurso

da nova iorquina e mulher negra ex-escravizada, Sojourner Truth: “*E eu não sou uma mulher?*”, no qual questiona, entre tantas coisas que:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas em carruagens, erguidas sobre valas e ter o melhor lugar em todo lugar. Ninguém me ajuda em carruagens, ou em poças de lama, ou me dá o melhor lugar! E eu não sou mulher? Olhe para mim! Olhe meu braço! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojourner Trutha *pub* Angela Davis, 2016, p. 72)

Nesse sentido, ainda que a garantia do registro autorize a palavra, ela não desautoriza a experiência, mas, para ver a experiência é preciso descolonizar os olhares e pluralizar as observações. Desse modo, a poesia de Safo de Lesbos, as lideranças quilombolas latino-americanas, a carta de Esperança Garcia, até os registros de Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, Nísia Floresta, e o discurso de Sojourner Truth, são alguns dos exemplos que revelam a diversidade e pluralidade das contestações, desobediências e reivindicações das mulheres dos tempos antigos até a contemporaneidade. Os eventos pioneiros supracitados e outros que escapam da memória autorizada e reconhecida sedimentaram a construção da resistência e articulação das mulheres durante todo o período histórico, revelando as estratégias patriarcais utilizadas para o silenciamento e a subordinação da prática e de seu pensamento: o medo, a desqualificação moral, a escravidão, a expulsão, o escárnio, a morte por ser mulher, o desprezo pela existência.

O apagamento do papel das mulheres na cena social, como bem descreve a historiadora Michelle Perrot (1989), tornou a sua memória uma reunião de pequenos fragmentos perdidos no tempo, a serem conectados e registrados. Implica dizer que por séculos ofereceram às mulheres apenas o espaço-de-dentro: a casa, o convento, o casamento, ou o exterior-total: a sua escravização. Em todas as idades históricas foram percebidos muitos exemplos de ações e práticas violentas e aniquiladoras das mulheres, em diferentes níveis de organização social, um genocídio contínuo que sedimentou a imensa desigualdade ainda enfrentada. Levando em consideração que escrever e ser lida, bem como enfrentar a morte e o silenciamento são formas de participar da História, o processo androcêntrico que as mulheres violentamente enfrentaram nos períodos destacados, objetivava negá-las com vistas a definir

o que poderia ser registrado e lembrado e quem merecia reconhecimento, ou seja, quem poderia *existir*.

Restou ao ecoar das práticas e contestações de tempos potentes ser o fundamento contínuo de formação de um “novo” projeto político e filosófico para a humanidade: o *movimento feminista*.

2.2.2 Movimentos Sociais

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. (Céli Pinto, 2010, p. 15)

Foi ao final do século 19, mais precisamente no ano de 1871, que o termo *feminismo* aparece pela primeira vez no léxico cultural. A palavra *feminismo* origina-se do latim *femīna* que significa *mulher*, seguido do sufixo *ismo*, usado, entre outras razões, para formar novos substantivos. O termo originou-se da prática médica através do trabalho do francês Ferdinand-Valère Faneau de La Cour, intitulado “*Du féminisme et de l’infantilisme chez lestuberculeux*”, em português, “*Do feminismo e do infantilismo nos tuberculosos*”, cujo objetivo era caracterizar como patológico, o aparecimentos de traços considerados femininos (longos cílios, pele macia, ausência de barba) em homens tuberculosos.

No ano seguinte, a expressão foi absorvida do campo da medicina para o campo da comunicação, pelo escritor francês Alexandre Dumas Filho, que a usou em um panfleto para negativar e inferiorizar homens que se filiavam às lutas das mulheres por direito ao voto naquela época, também chamadas de lutas sufragistas (Fraisse, 1991; Preciado, 2014, como citado por Mariana Azevedo et al., 2018). Somente alguns anos depois, a sufragista francesa Hubertine Auclert utilizou o termo *fēminisme*, em português, *feminismo*, para definir diretamente os movimentos de luta organizados pelas mulheres pelo voto, em seu jornal *La Citoyenne*, em 1880, proclamando-se na década seguinte como uma *feminista*. Foi a partir desse período que o termo *feminismo* passou a ser traduzido e absorvido em outros países ocidentais, principalmente Inglaterra e Estados Unidos, durante a primeira década do século 20, também chegando ao oriente a partir do termo mulçumano *niswiyya*, em 1920, pela voz da pioneira e fundadora da União Feminista Egípcia, Huda Shaarawi (Badran, 2002 *apud* Lima, 2017; Cova, 2012).

Diante disso, observa-se que a nomeação do termo *feminismo*, quando utilizado por Dumas, sugere um questionamento da masculinidade do homem diante de sua aproximação com mulheres sufragistas, impondo uma crítica de inferiorização ao comportamento masculino por este não se pautar dominante frente às mulheres, e sim partidário. O termo adquire então, em um contexto de valorização do masculino, a função de classificar negativamente as reivindicações femininas ou de quem se associa a elas. Por outro lado, quando utilizado por Auclert, é inovado de sentido e ressignificado como uma referência à luta pela emancipação da mulher diante das desigualdades, nomeando e dando substância a tais práticas a partir de uma visão positivada.

Tal processo é um exemplo que demonstra que a ação de nomear - classificar apresenta-se como uma possibilidade de ancorar a novidade e suas contestações, a fim de garantir sua familiarização e o seu pertencimento grupal (Moscovici, 1961/2012). É justamente pelo caráter grupal que as representações sociais, quando se ancoram, podem ganhar um sentido normativo ou prescritivo, unindo grupos, mas também diferenciando-os. Sobre isso, também é oportuno mencionar que na época da luta sufragista, uma das tentativas utilizadas para depreciar o movimento das mulheres pelo voto foi o ato de apelidar a parte mais combativa do movimento, de *suffragettes* - definindo-as pelo diminutivo - ao invés de *suffragistas*, como chamavam a parte mais branda do movimento, o que além de prejudicar a todas, no final das contas, também poderia favorecer a rivalidade entre os grupos de mulheres. Esta ação foi realizada pelo jornal britânico *Daily Mail* (Schons et al., 2020, p. 118).

Percebe-se que o que passa a caracterizar feminismo como um movimento tem seu início naquele final do século 19, quando as primeiras manifestações pelo direito ao voto das mulheres passaram a protagonizar suas discussões e reivindicações, seguindo um rumo organizativo durante as primeiras décadas do século 20. Segundo Alves e Pitanguy (1985/2005), a Inglaterra e os Estados Unidos foram o palco de surgimento do movimento sufragista. Já Teles (1993/1999) pontua que as chilenas já estavam à frente de mulheres europeias diante da pauta pelo voto, desde 1876, quando colocaram em xeque a constituição de seu país. Sobre a conceituação de movimento feminista, Pedro e Barletto (2019) tecem uma importante consideração, a de que nem todas as movimentações de mulheres são chamadas de feminismo, algo que gerou muitas inquietações e fez parte do desenvolvimento do movimento ao longo do tempo, principalmente, a partir da suspeição de suas ações diante de demandas específicas de mulheres negras.

Blay (2001) acrescenta que a alemã Clara Zetkin e a russa Alexandra Kollontai, entre outras mulheres socialistas-anarquistas, destacaram-se na luta das mulheres naquele início do século 20, organizando outro movimento fundamental para a construção do movimento feminista: o movimento operário. A autora destaca que ambos os movimentos não coadunavam entre si em muitos aspectos, visto que a crítica socialista apontava que a luta pelo direito ao voto colocava em pauta apenas uma faceta dos direitos a serem conquistados pelas mulheres, além de não se referir a todas estas. Apesar das diferenças, tais movimentos foram felizes em se organizarem coletivamente em busca de direitos e representação política para as mulheres em seus países, em busca de tornarem-nas trabalhadoras com direitos e salários respeitados de forma justa. Nesse sentido, o direito ao voto feminino e a luta operária foram a tônica de construção do movimento feminista naquele período, tanto nos Estados Unidos e Inglaterra, como aqui no Brasil. A diferença é que no caso brasileiro foi mais forte a presença significativa de mulheres da classe média intelectual do que da massa popular (Alves & Pitanguy, 1985/2005).

No que se refere ao movimento sufragista inglês, Mônica Karawejczyk (2013, p. 130) o descreve a partir de duas fases: a primeira denominada por *National Union of Women's Suffrage Society (NUWSS)*, em português, União Nacional das Sociedades de Mulheres pelo Sufrágio, liderada pela inglesa Millicent Fawcett, fundada em 1897, e com posturas reformistas que iam além do direito ao voto. E a segunda, *Women's Social and Political Union (WSPU)*, em português, União Social e Política das Mulheres, entendida como a fase mais difundida do movimento, bem como aquela que irá se utilizar de mecanismos mais confrontadores e ativos em suas manifestações. A WSPU foi fundada pela britânica Emmeline Pankhurst e suas filhas, em 1903. Para Karawejczyk (2013), as práticas ostensivas desta segunda fase, acabaram sendo caricaturadas pelos meios de comunicação e pela ótica social como violentas, mal amadas e negligentes, eram as *suffragettes*, prejudicando a imagem popular das mulheres que se movimentavam pelo voto. Contudo a autora aponta que foi também por essa disseminação que a questão do direito ao voto foi profundamente ampliada naquela sociedade, denotando o impacto das construções sociais na formulação do que seriam o feminismo e as feministas.

Já em relação ao movimento sufragista que acontecia nos Estados Unidos, Karawejczyk (2013) explica que este procurou se diferenciar do britânico, na medida em que apostava em posições mais neutras e menos combativas na busca pelo espaço de escuta de seus anseios (Mônica Karawejczyk, 2013). As autoras Alves e Pitanguy (1985/2005) definem a Convenção dos Direitos da Mulher, realizada em Seneca Falls, em 1848, como um dos

eventos que narram o começo da luta pelo voto nos Estados Unidos. E apesar de ambas as autoras pontuarem que o fim da escravidão fazia parte de pautas daquele movimento, consideramos de fundamental relevância trazer o pensamento de Angela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe* (1981), quando a filósofa e feminista negra questiona a postura ambígua do movimento ao não incluir mulheres negras em suas pautas, e ao se deixar vencer pela ideologia racista ainda presente, sobretudo, na região sul do país, alertando que as pautas antiescravidão não eram uma tônica geral do movimento.

No Brasil, o movimento sufragista aparece encabeçado por diferentes mulheres: como a professora baiana Leolinda Daltro, fundadora do Partido Feminino Republicano, em 1910, que de tão assertiva em suas colocações sobre o direito ao voto às mulheres, chegou a ser apelidada pejorativamente de “mulher do diabo” pela sociedade católica de então; a bióloga paulista Bertha Lutz e a professora mineira Maria Lacerda de Moura, fundadoras da Liga para a Emancipação Internacional da Mulher. Bertha Lutz também geriu uma das principais organizações de mulheres pelo direito ao voto no Brasil, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A FBPF teve grande protagonismo na luta sufragista brasileira, sobretudo por se expandir para outras capitais do Brasil, além do Rio de Janeiro (Almeida, 1986; Garcia, 2019; Pedro & Barletto, 2019; Pinto, 2010; Teles, 1993/1999).

Nas palavras de Almeida (1986), nomes como o de Maria Luiza Bittencourt, Edith Gama e Lili Tosta também compunham a lista de mulheres baianas que se forjavam dentro do movimento pelo voto no Brasil. No entanto, a autora também tece uma importante crítica ao sufragismo brasileiro por este não questionar o sistema capitalista, manter uma visão essencializada da mulher, e por não incluir mulheres da massa popular no seio do movimento (Almeida, 1986, p. 107). Sobre isso, Pinto (2003) reforçou que essa fase do movimento não possuía uma radicalidade necessária para romper com o lugar de superioridade exercido pelo homem frente às mulheres. Nesse sentido, reflete-se que as atuações dos movimentos sufragistas, em seus diferentes contextos, se organizaram a partir de buscas por mudanças estruturais nas sociedades, mas que também foram influenciadas pela manutenção de opressões e invisibilidades, guiando-se muitas vezes pelos ditames econômicos e ideológicos que caracterizavam o período vigente.

Antes da metade do século 20, muitos países já haviam concedido o sufrágio feminino: Nova Zelândia, (1893); Inglaterra, (1918); Estados Unidos, (1920); Uruguai, (1927); Brasil, (1934); Chile, (1934). Aqui no Brasil, apesar de o voto feminino ter sido regulamentado em 1934, em 1928, no estado do Rio Grande do Norte, através de uma lei estadual, tivemos a primeira mulher a ser eleita prefeita na América do Sul, a potiguar de

família abastada, Alzira Soriano, em Jardim de Angicos (RN), nos confirmando que o movimento de mulheres pelo voto no Brasil não era uma luta sem apoiadoras/es, ou menos ainda, sem eleitores e eleitoras dispostas a acreditar no potencial das mulheres. Ressalte-se que mesmo sendo uma grande vitória, o direito de votar foi aos poucos sendo percebido apenas como um dos muitos desafios que o movimento das mulheres por direitos políticos iria enfrentar. Um segundo momento é caracterizado por Spohr et al. (2016) como a luta por cotas de gênero nas candidaturas ao poder legislativo, pois, não bastava apenas votar, era preciso representar e participar das decisões políticas. Segundo o estudo, essa fase tem início anos mais tarde, na Europa (1970) e na América Latina (1990).

Simultaneamente ao movimento pelo voto, mas com características próprias, desenvolvia-se o movimento operário. A socióloga Eva Blay (2001) destaca que o movimento operário teve proporções globais, sendo de fundamental importância para o movimento feminista, na medida em que pôde oferecer discussões relevantes sobre o sistema capitalista, cujo modelo conduzia às mazelas sociais intransponíveis aos grupos sociais que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver, inventando assim, uma classe operária pobre e explorada, na qual as mulheres eram aquelas que enfrentavam não só as excessivas jornadas de trabalho, mas também salários menores, assédio moral e sexual. Nota-se que a precariedade e a desumanização vivenciada no ambiente laboral, bem como sua articulação com o pensamento de esquerda forjaram o estopim das manifestações da classe operária, principalmente, em países industriais como a Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. Blay ainda pontua que as figuras de liderança comunistas e de esquerda, bastante presentes dentro do movimento operário, não eram tão abertas à luta feminista, observando-a como uma atitude de caráter dispersivo dentro do movimento, como aponta a seguir:

Em seu Diário, Clara Zetkin relata o que ouvira do camarada e amigo Lenin, ao visitá-lo no Kremlin, em 1920. Lenin lamentava o descaso pelo Dia Internacional da Mulher que ela propusera em Copenhagen, pois este teria sido um oportuno momento para se criar um movimento de 'massa', internacionalizar os propósitos da Revolução de 17, agitar mulheres e jovens. Para alcançar este objetivo, afirmava ele, era necessário discutir exclusivamente os problemas políticos e não perder tempo com aquelas discussões que os jovens trabalhadores traziam para os grupos políticos, como casamento e sexo. (Blay, 2001, p. 605)

As reivindicações de trabalhadoras e trabalhadores geraram na sociedade brasileira um campo de muita instabilidade política e o nascimento de classes sociais (burguesia industrial e operariado) dispostas a erguer profusas manifestações, como apontado por Maria

Ferreira de Almeida (1986), em sua tese de doutorado. Teles (1993/1999) destacou que o movimento operário no Brasil, concentrado na cidade de São Paulo, foi amplamente protagonizado por mulheres. Segundo a autora, a partir de 1907 centenas de trabalhadoras formavam a linha de frente da luta por melhores condições de trabalho e redução de jornada, em greves que balançaram a capital paulista por mais de uma década, e fortemente carregadas de violência e massacre contra mulheres e crianças (Pinto, 2010; Teles, 1993/1999, p. 43). Os movimentos de esquerda forjavam, então, outra vertente das lutas das mulheres no início do século 20, tanto no Brasil como nos países do norte global - a luta de mulheres anarquistas - pois se destacava para além do direito ao voto, a superação da hegemonia de homens sobre as mulheres, contrapondo-se às sufragistas brasileiras que ainda não protagonizavam essa pauta em suas manifestações (Blay, 2001; Pinto, 2003).

Ainda que costume-se apontar uma pausa no movimento feminista após as conquistas trabalhistas e políticas mencionadas, não necessariamente houve uma quietude ou suspensão do movimento. O que se percebe é uma desaceleração das atividades, principalmente, em virtude de conflitos ditatoriais e totalitários que marcaram os anos seguintes, como o movimento nazifacista alemão, a própria Segunda Guerra Mundial, e a ditadura Vargas no Brasil. Conforme Alves e Pitanguy (1985/2005), tais conflitos atravessaram a rotina social, inibindo o comportamento das pessoas. Aqui no Brasil, durante o período da ditadura Vargas, algumas organizações de mulheres foram colocadas à margem e proibidas de atuarem, como a União Feminina do Brasil (UFB), uma organização antifascista, criada em 1935, que tinha entre seus objetivos defender os direitos das mulheres brasileiras, sobretudo, no acesso à cultura e educação. Essa organização teve à sua frente Maria Werneck de Castro, Ester Xavier, Armanda Álvaro Alberto, Catarina Laudsberg, Eugênia Álvaro Moreira, Mary Mércio e Norma Mormy (CPDOC, s/d; Venturini, 2019). Logo após o fim da Segunda Guerra, entre os anos 1945 e 1964, outros movimentos também foram criados, como o Comitê de Mulheres pela Democracia; a Associação de Donas de Casa contra a Carestia; o Jornal Momento Feminino; a Federação das Mulheres do Brasil; a 1ª Associação Nacional de Mulheres; e a Conferência Nacional de Trabalhadoras; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Teles, 1993/1999, p. 49).

Ao redor do mundo ocidental, o pós-guerra sufocou os movimentos, mas não conseguiu suprimir todo tipo de manifestação. No campo intelectual, a publicação do livro "*O Segundo Sexo*", pela escritora e filósofa francesa, Simone de Beauvoir, em 1949, não só finalizava uma década, como rompia com a ideia cristalizada de natureza e essência das mulheres (Pinto, 2010), promovendo ao mesmo tempo uma profunda reflexão sobre a

necessidade destas em vencerem sua alienação frente ao homem, e deslocarem-se do lugar de *Outro* para tornar-se *Sujeita*, buscando constituir-se por meio de uma subjetividade autêntica e autorrealizadora (Beauvoir, 1949, p. 22). Na época da publicação de *O Segundo Sexo*, o feminismo ainda não tinha uma presença significativa nas discussões intelectuais, conforme aponta Candiani (2019), mas sem dúvida, a obra de Beauvoir representou uma ruptura no pensamento daquele período sobre o “lugar natural da mulher”, influenciando o movimento feminista ao longo dos anos. Ruptura reforçada anos mais tarde pela publicação de outro livro de peso para o movimento feminista: *Mística Feminina* (1963), de Betty Friedan. Ambas as pensadoras irão fomentar as discussões acadêmicas e cotidianas sobre feminismo nas décadas seguintes.

Seguindo para a década de 1960, esta significou para o mundo ocidental, com destaque para os Estados Unidos e Europa, um período marcado por grandes eventos libertários, como o movimento hippie, o movimento contra a Guerra do Vietnã, o Maio de 1968, e a criação da pílula anticoncepcional. Tal contexto favoreceu o reaquecimento do movimento feminista, passando, inclusive, a caracterizá-lo como um movimento pela liberdade da mulher em um sentido mais amplo, e não mais tão restrito apenas aos seus direitos político-sociais (Pinto, 2010, p. 16). No entanto, aqui no Brasil, esses acontecimentos não iriam impactar o movimento feminista brasileiro na mesma proporção, em virtude de o país estar vivenciando um governo militar ditatorial, com um cenário proibicionista que impedia que os ideais de liberdade de mulheres europeias ou norte-americanas fossem incorporados à vida das brasileiras, em particular naquelas de classes minorizadas. Assim, o movimento feminista brasileiro daquela década será bastante caracterizado pela militância, não só pela igualdade, mas também e mais uma vez, em favor da democracia (Pinto, 2003; Sarti, 2004; Soares, 1994).

No período seguinte, inaugura-se um importante episódio para os movimentos feministas: a Organização das Nações Unidas (ONU) declara oficialmente o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, em um evento realizado no Rio de Janeiro, concentrando os principais questionamentos, comemorações e levantes das mulheres, bem como as resistências ao movimento. Cabe ressaltar sobre esse evento, o que menciona Pinto (2003, p. 57), que relata o fato de uma das organizadoras do Ano Internacional da Mulher informar que “o termo feminista assustava as pessoas”, sendo necessário, então, não inseri-lo na nomeação do evento. Ainda neste período, aqui no Brasil, foram criados outros dispositivos que fortaleceram e organizaram o movimento feminista no país, como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; o Movimento Feminino pela Anistia; e a criação

de Jornais como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Em 1976, o jornal *Brasil Mulher* utilizou o termo *feminismo* em uma de suas publicações chocando algumas pessoas e mulheres que tinham medo de usá-lo. Uma das sociólogas feministas brasileiras, Heleieth Saffioti, citada por Teles (1993/1999, p. 89), mencionava que naquele período este receio estava relacionado à cristalização feita durante a ditadura, que colocou o termo *feminismo* vinculado ao significado de “uma luta contra os homens”.

No âmbito filosófico, segundo Costa (2004), o movimento feminista da década de 1970 foi muito influenciado pela psicanálise e pelo marxismo trazido ou intercambiado por feministas exiladas na Europa, durante a ditadura militar. Todavia para Sarti (2004) e Pinto (2003), concordando com Blay (2001), mesmo que o movimento sofresse influência do pensamento marxista, e conseqüentemente dialogasse com a esquerda brasileira, nela também encontrou resistências, assim como com no sistema ditatorial vigente, revelando que as representações sociais sobre ele foram sendo construídas em meio a tensões ideológicas e políticas pontualmente cindidas na sociedade brasileira, que sem dúvida, delimitaram como o termo-movimento *feminismo* iria ser recebido pela sociedade. Sarti relata que naquele contexto específico: “Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina.” (Sarti, 2004, p. 40).

É oportuno mencionar que os jornais de circulação impressa exerceram um papel de extrema importância para a assimilação do movimento feminista durante a década de 1970-1980. O jornal *Brasil Mulher* (1975 -1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e posteriormente o *Mulherio* (1981-1987) serviram para trazer pautas silenciadas pela sociedade e pelo regime militar, como o direito à creche, salários iguais, licença-maternidade, divórcio. Muito embora deixassem a desejar quanto ao desenvolvimento de uma discussão de raça de forma aprofundada, ou em alcançarem uma parcela significativa de mulheres que moravam em contextos de ruralidade (Pinto, 2003; Teles, 1993/1999).

Pinto (2003) e Costa (2004) enfatizam que as mulheres que constituíam a organização do movimento feminista, nos anos 1970, faziam parte de uma classe média intelectualizada e assídua ao pensamento internacional, características que balizaram as noções de igualdade, impedindo que as pautas do movimento se estendessem a todas as mulheres, por exemplo, a questão dos direitos de trabalhadoras domésticas. Crítica semelhante foi apontada por Almeida (1986) e Costa (2004) sobre a composição do movimento sufragista do início do século 20, no qual mulheres pobres e negras substituíam o lugar doméstico das sufragistas

enquanto estas lutavam pelo voto. Sem contar que apesar de as mulheres conquistarem seus direitos políticos em 1932, pessoas não alfabetizadas só conseguiram votar em 1988. Considerando que, historicamente, a possibilidade de estudar não foi um direito garantido a pobres e pretas/os no Brasil, revela-se com isso que durante as primeiras elaborações do movimento feminista brasileiro as estruturas sociais de opressão não fundamentavam as bases de reivindicação do movimento.

Sobre essa questão, ainda que mulheres negras não tenham encontrado dentro do movimento feminista o lugar mais justo e possível para a discussão de seus direitos e de sua localização social – estas foram protagonistas nas lutas contra a opressão, antes mesmo de o feminismo se pautar como movimento. Importantes articulações teóricas em prol do reconhecimento de opressões engendradas em diferentes eixos estruturais na sociedade foram concretizadas por mulheres negras, no Brasil da década de 1970. Conforme aponta Gabriela Kyrillos (2020), discussões raciais eram trazidas pela filósofa e professora Lélia Gonzalez, em 1976, através de um curso pioneiro que ministrou em plena ditadura militar. Segundo a autora, apesar de a ditadura ter representado um período em que as pautas da população negra tenham sofrido desestruturações, foi possível surgir dispositivos importantes como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Memorial Zumbi, fundamentais para a resistência cultural da população negra em muitas frentes de atuação. Também foi em virtude da atuação de mulheres negras e do movimento negro como um todo que foi possível debater a questão da pluralidade dentro do movimento feminista, reconhecendo outras identidades (Fachini et al., 2020; Pedro & Barletto, 2019). Diferentemente do que aponta Vincent (1995, como citado por Villwock et al., 2016, p. 8), feministas negras não estão na periferia do movimento feminista, pois fazem parte de sua construção prático-teórica há séculos, sendo responsáveis pelo desvelamento da multidimensionalidade e complexidade que forjam a sociedade, algo que o movimento não enxergou durante muito tempo, mas que não pôde mais ser evitado nas décadas seguintes, menos ainda na atualidade.

Ainda sobre essa questão, a década de 1980 é celebrada nos Estados Unidos com dois importantes marcos para o pensamento feminista negro: a publicação de *Mulheres raça e classe*, de Angela Davis, em 1981 (traduzido para o Brasil apenas em 2016), e a discussão sobre a sofisticada interação entre as opressões, através do conceito de *interseccionalidade*, proposto pela jurista norte-americana, Kimberlé Crenshaw, em 1989 (Kyrillo, 2020). Crenshaw renasce, dentro da produção científica, o questionamento de Sojourner Truth “*E eu não sou uma mulher?*”, colocando em pauta a invisibilidade sofrida pelas mulheres negras dentro do movimento feminista. Neste período no Brasil, os questionamentos quanto aos

diferentes marcadores sociais também serão levantados com mais força e possibilitados, certamente, pelo processo de redemocratização do país que favoreceu a articulação dos movimentos sociais, entre eles, o movimento feminista negro (Fachini et al., 2020; Pinto, 2010).

Igualmente importante para essa década foi a mobilização da luta de grupos lésbicos por direitos, como o Grupo Lésbico Feminista, que conforme apontam Lopes e Aguiar (2020), se colocavam resistentes diante do pensamento patriarcal-conservador-heteronormativo presente tanto no pensamento militar, como no pensamento de esquerda e cristão, cujas crenças e inferências sobre o movimento feminista disputavam a cena ideológica do período e colocavam o movimento diante de tensões as quais precisou vencer. Tal cenário serviu para moldar o pensamento comum sobre feminismo como um movimento ora burguês, e por isso inútil, ora contra aos valores da família, e por isso imoral, e ora contra os homens, e por isso perigoso (Pinto, 2003). Relembrando Moscovici (2003) sobre o quanto a produção de conhecimento coletiva fundamenta a formação da identidade grupal, pode-se pensar o quanto as construções de significado sobre a luta das mulheres (não só na década de 1970-1980) podem revelar o modo pelo qual foi sendo moldado o pensamento social sobre feminismo, bem como das identidades sociais de quem dele fazia parte, mais precisamente das mulheres feministas.

É também na década de 1980 que as pautas sobre mulheres em contextos de ruralidade são tomadas pelos estudos em ciências sociais e humanas, somadas ao próprio desenvolvimento de estudos sobre os espaços rurais que despontavam com maior efervescência (Wanderley, 2011). A partir desta época foram criados movimentos articuladores dos direitos dos povos rurais, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MTTR), em 1984, e de movimentos que se preocupavam, especificamente, com as demandas e necessidades e direitos das mulheres rurais brasileiras. Segundo Thayer (2001), foi a partir de 1980 que o movimento feminista irá iniciar seus primeiros encontros com as mulheres rurais, momento em que o movimento se articula com mais força no Brasil. Tal encontro é descrito, no entanto, como pouco decisivo na construção e articulação de movimentos de mulheres rurais, cuja maior permeabilidade do movimento feminista, nestes espaços, vai se dar pela sua confluência com as ações teológicas das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e também pela aproximação de mulheres rurais com as pautas sindicais, de cursos e materiais desenvolvidos neste âmbito (Schaaf, 2003; Thayer, 2001, como citado por Paulilo, 2010).

Importante destacar a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a partir da organização de mulheres rurais pernambucanas, que se expandiu para todo o Nordeste, na década de 1990. Segundo Thayer (2001) citada por Pedro e Barletto (2019, p. 12) “o MMTR organizou reuniões de discussão sobre o corpo e sexualidade feminina, lutou por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca, e pelo direito das mulheres de participarem de seus sindicatos em pé de igualdade”. Soma-se ao MMTR, a Marcha das Margaridas (MM), organização de mulheres trabalhadoras rurais que homenageia uma das lideranças mais importantes desse movimento, Margarida Alves, mulher rural paraibana, covardemente assassinada em frente à sua casa por fazendeiros da região, em 1983. Segundo Teles (1993/1999, p. 140), naquele período as mulheres rurais lutavam por participação sindical, guarda dos filhos, previdência social, saúde e reforma agrária. Foi graças à sua mobilização que a Constituição Cidadã, de 1988, reconheceu os direitos trabalhistas e previdenciários a todas as mulheres brasileiras (Aguiar, 2016).

Sem dúvida o processo de redemocratização, iniciado na década de 1980, foi terreno fértil para a entrada do movimento feminista em diferentes setores da sociedade brasileira, colaborando para a sua acomodação no cotidiano das pessoas, a partir das diversas interpretações e classificações negociadas pela sociedade. Discutir temas como a violência, saúde da mulher, direitos reprodutivos foi cada vez mais frequente, inclusive, o investimento na questão da violência contra as mulheres alterou legislações que favoreciam a tutela patriarcal e o feminicídio, na época, considerado “um crime contra a honra” (Farias, 2017; Pinto, 2003). No entanto, esse momento da história do feminismo brasileiro, também representou para as intelectuais Pinto (2003) e Sarti (2004) uma fase de cisão dentro do movimento feminista, justificada pelas autoras como um reflexo das disputas político-partidárias que o movimento vivenciou no interior de sua organização, somadas às resistências dos movimentos autônomos de mulheres que eram contrários à institucionalização do movimento feminista, ocorrida através dessa aproximação com os partidos políticos, e com a criação de ONGs.

Tal crítica sustentava-se pelo receio de que o movimento se tornasse especializado e refém dos interesses do Estado, retirando a autonomia das mulheres na construção de suas pautas. No entanto, destaca-se que apesar de não efetivamente alcançar um lugar de decisão para as mulheres, a institucionalização teve resultados importantes como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985; da primeira Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), chefiada pela então primeira delegada da

Mulher do Brasil, a paulista Rosemary Corrêa; do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); e da construção de um dos documentos mais relevantes para as mulheres na América Latina, a *Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987*, criado pelo CNDM, no qual era amplamente defendida a inclusão da opinião das mulheres na construção da nova constituição, com a defesa de direitos de igualdade e justiça nos âmbitos familiar, trabalhista, reprodutivo, da saúde, educação, e violência. A carta teve 80% das reivindicações atendidas em 1988 (Câmara dos Deputados, 1987; Pinto, 2003). Ainda segundo Pinto (2003), o documento foi criado com o apoio e mobilização de mulheres de todo o país, em um período em que a participação civil na política era largamente incentivada. Nesse sentido, percebe-se a importância da democracia para o movimento feminista neste período, que parecia ser mais facilmente absorvido pela sociedade brasileira do que em períodos anteriores, embora históricas resistências tenham se mantido.

Sobre esse ponto, Costa (2004) aponta que, em 1980, nos Estados Unidos, houve um movimento perigoso a ser observado: uma onda antifeminista articulada buscava literalmente confundir as mulheres sobre a luta feminista e o valor de suas realizações, influenciando que as mulheres, que podiam permear o espaço público, retornassem ao ambiente privado-doméstico. Para a autora, o avanço neoliberal que o mundo vivenciava favorecia o sufocamento de movimentos que globalizavam as discussões sobre as desigualdades sociais. A autora também reflete que o espaço de discussão sobre os marcadores que entrecruzam as vivências das mulheres vivia tensões desafiadoras, na medida em que não dava centralidade à raiz de tais desigualdades, como no relato a seguir:

Ainda que o paradigma do patriarcalismo tenha sido relevante para o processo de tomada de consciência das relações de poder e dominação entre os sexos, é preciso revê-lo. Esta escolha teórica oculta muito da complexidade social, quando desconsidera sistemas de poder e subordinação, postos pelas relações de classes, etnias/raças e gerações em suas muitas interseções. (Costa, 2004, p. 26)

Já o movimento feminista desenvolvido na América Latina e no Caribe, em meados das décadas de 1970/1980 precisou enfrentar a barbárie provocada pelos regimes ditatoriais instaurados. Como pontuam Sternbach et al. (1994), há uma complexidade presente na lutas das mulheres feministas latino-americanas, não previstas no norte global, onde as questões do militarismo e de classe e raça não se colocavam como feridas abertas, e portanto, construtoras de um movimento feminista de oposição e sobrevivência. Nesse sentido, na América Latina, havia um movimento feminista e um movimento de mulheres de camadas populares, fora das

academias, na linha de frente contra o sistema capitalista que tão orquestralmente embasava a repressão, a fome, a saúde precária, a falta de acesso à educação naquele contexto histórico.

O contexto social vivenciado pela pós-ditadura na América Latina e pelo neoliberalismo fez surgir questionamentos que balançaram a estrutura do movimento. O estudo da categoria “mulher” como sujeita de pesquisa é o que ampliará tais discussões. Segundo Pinto (2003) o que simbolicamente irá marcar essa entrada da sujeita-mulher nas pesquisas, é a realização do Primeiro Encontro Nacional Feminista, em 1979, suscitando em novos encontros feministas no Brasil, e em outros países da América Latina entre os anos 1981 e 1993. Sternbach et al. (1994) apontam que estes encontros foram o terreno fértil para discussões que valorizavam a especificidade da vivência das mulheres latino-americanas, internacionalizando pautas, tensões e contribuições para uma globalização das lutas. Além de construir uma identidade política feminista e situada no sul global, sobretudo, em países como Chile e Bogotá.

Observamos que as mudanças ocorridas nos anos 1980/1990 trouxeram novas perspectivas para o movimento feminista, tanto no norte como no sul global, as quais apontaram críticas necessárias para o seu aprofundamento sócio-histórico, político e cultural, reconhecendo a heterogeneidade pertinente a cada contexto. Nas décadas seguintes se observará uma grande concentração de estudos sobre a questão das mulheres, a partir de uma nova categoria analítica: o gênero (Scott, 1995). Nessa oportunidade, teorizações são formuladas passando a caracterizar o movimento feminista também como um pensamento teórico articulado, sediado no espaço acadêmico, obtendo a partir disso uma série de limitações, bem como grandes avanços, processo constante na atualidade (Pessoa & Borges, 2018).

A partir de 1990, será mais percebido o questionamento das categorizações e concepções dualistas sobre as mulheres e as pessoas de modo geral. As pautas sobre os feminismos da igualdade e os feminismos da diferença (Buarque de Hollanda, 2018) irão constituir a discussão teórica sobre feminismo envolvendo tensões epistemológicas importantes, que encontraram na perspectiva pós-estruturalista de Judith Butler, um convite para a desconstrução de conceitos fixos que foram constituintes do movimento feminista até então, como o natural/biológico, sexo/gênero, masculino/feminino, igualdade/diferença, quebrando a noção estável de sujeito e propondo para a ciência a noção performática do gênero (Pinto, 2010; Butler, 2003).

Na virada do século 20 para o século 21, iremos observar, já nas suas primeiras décadas, uma mudança no modo pelo qual as pessoas vão se comunicar e construir suas redes

de interação social. O uso da internet é apontado como um recurso que promoveu uma ampliação de diferentes discussões e pautas, incluindo-se discussões sobre mulheres e feminismos. Nas palavras de Coelho (2016, p. 219) “Podemos dizer então que nossas relações são permeadas pelo meio digital e, assim, mais essa categoria de análise se apresenta na intercessão diferenças de gênero, sexualidade, particularidades étnico-raciais, geracionais e regionais”. Para a história feminista latino-americana, esse período representou, segundo, Alvarez (2014, p. 17), “um terceiro momento, o atual, em que presenciamos o que chamo de “sidestreaming”, o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas”.

No Brasil, recentes conquistas como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003; da Lei Maria da Penha, em 2006; da aprovação da PEC das Domésticas, em 2013; e da Lei do Feminicídio, criada em 2015, pela primeira presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff, reforçaram a continuidade da luta. Também se fez presente a realização de importantes movimentos sociais como a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres, no ano 2000; a Marcha das Vadias, em 2011; e a Primavera das Mulheres, em 2015.

Na segunda década, especificamente, a explosão de hashtags, os encontros virtuais, as aulas online, podcasts, blogs, revistas digitais, lives, canais no YouTube, etc., vêm enriquecendo o debate, oportunizando a diversidade de vozes, e a globalização das discussões. Importantes referências teóricas brasileiras do movimento feminista e de mulheres passaram a adotar as redes como um rico campo de produção de conhecimento, militância e ativismo, temos como exemplo, a filósofa Djamila Ribeiro; a assistente social Carla Akotirene; a arquiteta, Joice Berth; a psicóloga social Lia Vainer Schucman; a ecossocialista Sabrina Fernandes; a drag queen Rita Von Hunty, criada e performada pelo professor Guilherme Terreri. Assim como por mulheres que estão construindo seus saberes a partir das experiências fora do universo acadêmico, fazendo uso de suas próprias redes sociais digitais para compartilhar tais experiências e propor projetos de transformação social, como a empresária baiana Monique Evelle, e a Youtuber escritora paulista, Julia Tolezano ou Jout Jout.

Segundo o Instituto Avon, entre os anos de 2015 e 2017, o espaço digital representou o principal palco para o debate sobre violências perpetradas contra as mulheres. Os termos “assédio” e “violência” foram amplamente mencionados nas redes sociais digitais, com crescimento superior a 300% e 200%, respectivamente, no período verificado. Segundo a

pesquisa realizada, o Facebook foi o canal mais utilizado para discutir sobre o tema. Diferentes tipos de violência contra as mulheres foram representados nas discussões propostas, sendo a violência física o mais presente. Os dados ainda revelam a importância e o papel do ativismo na disseminação e formulação de campanhas que impeçam a manutenção e silenciamento desse tipo de violência.

Algumas das principais hashtags ligadas aos feminismos e aos movimentos feministas, que marcam o início deste século são: *#readwoman2014*, da escritora britânica Joanna Walsh, criado em 2014, e impulsionado no Brasil em 2015, como *#leiamulheres*, cuja utilização promoveu a criação de clubes de leitura em dezenas de cidades brasileiras (Castro, 2017). *#NãoMereçoSerEstuprada*, criada em 2014 e levantada pela jornalista Nana Queiroz, cuja denúncia se dirigia à crença de parte da sociedade brasileira de que mulheres que usam roupas que deixam o corpo à mostra merecem sofrer ataques. *#NiUnaAMenos* uma denúncia ao feminicídio da adolescente de 16 anos Lucía Pérez, na Argentina, em 2016. *#MeToo*, que explodiu no cenário cinematográfico Hollywoodiano em 2017, alcançando mais de 196 países, e o *#MexeuComUmaMexeuComTodas*, levantada no cenário televisivo brasileiro, no mesmo ano, ambas denunciavam o assédio e a violência sexual. E *#PrimeiroAssédio* ou *#MiPrimerAcoso*, no México, *#FirstTimeIWasCatCalled*, nos Estados Unidos, hashtag criada no Brasil, em 2015, a partir da sexualização de uma menina de 12 anos, em um programa de TV, por internautas da rede social Twitter (Levischi, 2019). O movimento gerado nas redes através da *#PrimeiroAssédio* desencadeou também uma série de manifestações pelo país, a chamada Primavera Feminista.

Nesse sentido, a internet se apresenta como um território de possibilidade para a troca de conhecimentos e experiências (Facchini et al., 2020) profundamente comprometidos em difundir as novas negociações feministas, bem como para celebrar e perpetuar no espaço infinito das redes, as reivindicações e movimentos que serviram para fundar o que multidefine-se como feminismo. Assim como se apresenta como um campo fértil para a expressão de preconceitos, discriminações e violências, tornando-se um desafio para as práticas-movimentos-teorias feministas do nosso tempo. Pois, como também defende Martinez (2019, p. 31), “antigas formas temporais [...] agora cedem seu lugar a uma temporalidade que não só harmoniza passado, presente e futuro, como também se traduz nos termos das novas demandas atualizando seus significados”.

Em 2021, início de uma nova década e ano em que este trabalho de dissertação está sendo escrito, o mundo se vê diante do caos provocado pela pandemia da COVID-19, que acentuou as desigualdades sociais em muitos aspectos, sobretudo no campo dos direitos e da

segurança das mulheres, como foi percebido com o aumento vertiginoso da violência doméstica contra mulheres e meninas nesse período, associado ao impacto do isolamento social necessário à contenção do vírus (Vieira et al., 2020). Percebemos que muitos enfrentamentos vivenciados ao longo tempo, ainda se mantêm encobertos por novos disfarces de opressão ou por vernizes de feminismo ainda não apartados de lógicas neoliberais. Indicando que nossas negociações atuais precisam estar diante de uma observação crítica e contextualizada, valorizando a memória social de práticas anteriores, e não fechando os olhos para a articulação destruidora do capitalismo-patriarcado.

2.2.3 Epistemologias

La teoría feminista es un vasto campo de elaboración conceptual cuyo objetivo fundamental es el análisis exhaustivo de las condiciones de opresión de las mujeres (Castañeda, 2008, p. 11)⁴

Conforme menciona Pinto (2003, p. 62), apesar de em 1967, a socióloga Heleieth Saffioti ter inaugurado a entrada do pensamento sobre as mulheres na academia, no Brasil, com a sua tese de doutorado intitulada *A mulher na sociedade de classes*, o feminismo acadêmico vai ser mais articulado a partir da realização do primeiro encontro de mulheres junto à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1975, e da criação dos núcleos de estudos sobre as mulheres, durante a década de 1980, inaugurando “as pesquisas científicas sobre a condição da mulher”. Sobre as áreas de conhecimento que discutiam a questão das mulheres, Costa (2004) acrescenta que, especificamente no âmbito da História, os estudos sobre mulheres despontam em meados dos anos 1990, sendo que no início dos anos 2000, boa parte das publicações vinha do campo das ciências sociais. Outros dispositivos acadêmicos importantes foram criados, como as revistas *Cadernos Pagu* (1991), *Estudos Feministas* (2004), e a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR/1992), esta última foi interessante na medida em que ampliou a discussão sobre as questões das mulheres na região Nordeste do Brasil.

Tais núcleos eram financiados por fundações privadas e públicas e majoritariamente formados por uma elite intelectual. Conforme apontado por Pinto (2003, p. 85), a elitização sempre foi a tônica de surgimento do feminismo, e durante sua inserção na academia isso se

⁴“A teoria feminista é um vasto campo de elaboração conceitual cujo objetivo fundamental é a análise exaustiva das condições de opressão das mulheres”. (Tradução nossa).

repetiu. Segundo a autora, essa presença intelectual definiu o que se produzia na universidade, quais seriam as discussões centrais ou priorizadas pelos estudos. O saldo dessa nova fase, para Pinto (2003, p. 89) é que mesmo sendo relevante o abrigo estatal, as discussões não foram ampliadas como deveriam, causando um esvaziamento e especialização do feminismo.

Para Pedro e Barletto (2019, p. 1) uma das maneiras de a literatura científica observar o feminismo é a partir de sua vinculação às universidades, nesse sentido, apesar dos desafios, foi através das teorizações acerca de feminismo que esse objeto se coloca na ciência como um campo de estudo teórico-metodológico. A partir dessa organização do que seria então esse movimento complexo e plural, é que a literatura se encarregou de analisá-lo a partir de períodos de efervescência das ações em prol das mulheres feitas *pelas* mulheres (Pinto, 2010; Matos, 2010). De acordo com Pedro e Barletto (2019), mesmo que haja divergências entre as diferentes atuações do movimento feminista e a sua aproximação com a academia, há também uma coalizão de forças pela qual ambas as perspectivas se desenvolvem. Contudo citando Gregori (1999), as autoras pontuam sobre a dificuldade em estabelecer uma aceitação da mulher “acadêmica feminista” nos movimentos, pelo fato de um campo não conceber o outro em sua totalidade (Pedro & Barletto, 2019, p. 7), fato que se relaciona à cisão do movimento apontada na década de 1990.

Ainda segundo Pedro & Barletto (2019), foi possível ver investimentos nos estudos sobre feminismos, diversidade e gênero, no Brasil, a partir da interlocução entre secretarias e universidades, direcionadas a formar jovens mulheres feministas. Um dos eventos citados pelas autoras como essencial na construção de uma ponte entre teorias e movimentos foi o Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1994, e que hoje está em sua 11ª edição. Para as autoras, esse seminário, bem como outras intervenções entre academia e movimento permitiram estabelecer o contato entre diferentes perspectivas e construções feministas, desde mulheres propriamente acadêmicas às mulheres ribeirinhas, provando que é possível obter ganhos importantes entre esse encontro e que ambos se retroalimentam (Pedro e Barletto, 2019). Outra interlocução importante se deu ainda antes, a partir da criação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), em 1983, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além de ser considerado o centro de estudos feminista mais antigo do Brasil, também é responsável pela descentralização das discussões situadas historicamente na região Sudeste do país, inovando a produção do conhecimento feminista com a inserção de realidades não visibilizadas das mulheres nordestinas (Ferreira, 2011).

Como foi destacado no tópico anterior, o percurso da prática-movimento feminismo foi ganhando diferentes perspectivas teóricas, políticas, sociais e culturais, tais nuances desencadearam em divisões, denominadas por boa parte da literatura sobre o tema como vertentes, vagas ou ondas feministas. Ondas feministas ora são definidas pela literatura como um período onde se concentraram ações de luta organizadas pelas mulheres (Pinto, 2010; Matos, 2010), ora são apontadas como um recurso importante, mas que não se pretende e nem seria capaz de abarcar todas essas manifestações (Ribeiro et al., 2021).

Sobre isso, o presente trabalho posiciona-se segundo o entendimento de que, como aponta a historiografia feminista, no alcance de seus registros, se as manifestações das mulheres por direitos são caracterizadoras dos feminismos e não são um privilégio da contemporaneidade, a existência de ondas feministas limita-se a uma escolha de um ponto específico da história (final do século 19) marcado pelo cunho organizativo. Nesse sentido, as ondas se debruçariam sobre o movimento feminista articulado, mas não sobre as diferentes manifestações e práticas das mulheres em prol de seus direitos que antecedem e muito essa datação. Portanto, nos interessamos pelos períodos anteriores aos movimentos organizados e datados, sobretudo, porque acreditamos ser a memória social, o sistema de crenças, o pensamento comum e as ideologias o tempo-lugar de ancoragem das representações sociais.

Quanto às vertentes feministas, estas podem ser definidas como aspectos específicos de cada movimento ou ações de mulheres que se construíram no decorrer dos períodos históricos, sendo possibilitadas pela dinâmica plural dos feminismos e da potencialidade diante da superação de opressões. Os feminismos: negro, radical, marxista, lésbico, anarquista, trans, camponês, interseccional são algumas das diversas vertentes feministas que marcam a atualidade (Martinez, 2019; Santos & Betto, 2021). Toda essa diversidade ampliou a ideia de conceituação do feminismo como um termo único e generalista, trazendo a noção dos feminismo(s) como a forma mais justa de abarcar essa pluralidade. Significa, para além das tensões políticas que ela pode provocar, um reconhecimento de que é necessário uma dialética constante entre as principais formas de entender e atuar em prol das pautas das mulheres (Martinez, 2019).

Quando feministas e intelectuais negras enriquecem e ampliam o feminismo a partir dos conceitos de interseccionalidade e lugar de fala (Akotirene, 2018; Carneiro, 2003; Crenshaw, 2002; Ribeiro, 2017) o fenômeno toma em seu decurso contínuo, o plural como a forma mais coerente de se falar sobre os direitos de todas as mulheres. Toda essa reflexão demonstra que só é possível enxergar os feminismos a partir da história situada e compreensiva, caso isso não seja possível, não haverá feminismos (Smith, 1979). Para Costa

(2004) é preciso que vejamos as novas desigualdades para a construção de uma teoria feminista consciente. Segundo a autora, discutir a construção do feminismo e o lugar da política neoliberal é essencial para desvelar práticas de desigualdade no seio da construção do próprio feminismo.

Como foi discutido, as práticas e movimentos das mulheres por direitos sempre existiram, sendo marcados por diferentes formas de nomeação e entendimento, e profundamente vinculados às condições de privilégio de tais mulheres. Esse pensamento também é caro ao se pensar o fenômeno feminismo como epistemologia, visto que esta também se construiu a partir do percurso das práticas-movimentos, as quais tentamos trazer apenas um escopo da sua magnitude, nas páginas anteriores. Epistemologia é definida por Tesser (1994, p. 92) como um estudo do conhecimento cuja tarefa básica é a “reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico”. Desse modo, quando se fala em epistemologia feminista significa dizer que haverá um aprofundamento dessa análise da construção do conhecimento, considerando-se o enfoque e a perspectiva feminista. Ou, como salienta Gergen (1993) citado por Paiva (1997, p. 522), é preciso que “se reconheça que cientistas, objetos de pesquisa e ‘fato’ estão todos inter-relacionados, envolvidos em influências recíprocas”.

Nas palavras de Anderson (2000) as epistemologias feministas surgem como uma forma de enfatizar o processo de exclusão de grupos sociais, entre eles, as mulheres, realizado pela ciência canônica. É uma crítica à construção do pensamento científico justificada no fato de que este se vestiu de objetividade e neutralidade para construir conhecimento, cujas limitações interpretativas dessa escolha acabam por modelar a perspectiva sobre a realidade, colocando o homem-cis-branco-heterossexual como o exemplo universal de ser humano, apagando outras subjetividades e experiências. Nessa discussão Haraway (1995, p. 22), uma das referências no estudo sobre a parcialidade das perspectivas, ressalta que o discurso objetivo e neutro presente na ciência constituem-se uma irresponsabilidade, pois, ao não situar e corporificar o saber, acaba por definir quem *pode* falar como uma referência universal, portanto inquestionável.

Anderson (2000) destaca a existência de três vertentes teóricas que analisam e reconstróem o estudo científico, compondo as epistemologias feministas. A primeira seria a Teoria do Ponto de Vista ou *Standpoint Theory*, cujas interpretações preveem um lugar marcado e “específico para a compreensão do mundo”, sendo as mulheres aquelas que irão se colocar como protagonistas dessa reflexão, desenvolvendo “estilos cognitivos superiores”

capazes de enfrentar e transformar suas realidades. Tal corrente é criticada justamente por esse posicionamento, já que nem todas as mulheres podem acessar o desvelamento e a conscientização de suas condições de subalternidade.

Outra corrente epistemológica descrita por Anderson (2000) seria o Pós-modernismo Feminista, cuja ótica de interpretação está vinculada à corrente epistemológica pós-estruturalista francesa, e defende a partir da centralidade discursiva a quebra do pensamento rígido-dicotômico, universal e essencialista sobre os corpos. Nessa vertente, a noção de *mulher* se vê em uma profunda crítica por não conseguir dar conta do entrecruzamento das experiências de todas mulheres, e por ser vista como uma noção construída socialmente, portanto, questionável, assim como a de *homem*. A corrente pós-modernista feminista propõe uma tensão autocrítica, já que a categoria “mulher” é historicamente considerada como a sujeita do feminismo. O pensamento da filósofa Judith Butler vai exemplificar melhor tais noções quando aponta que “a crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação”. (Butler, 2003, p. 19 *apud* Pinto, 2010, p. 20). A terceira corrente epistemológica feminista seria, segundo Anderson (2000), o Feminismo Empiricista, cujas análises estão situadas em compreender como a investigação científica é afetada pelos marcadores de opressão existentes, corrente muitas vezes criticada por não observar as sujeitas e sujeitos a partir de seu contexto histórico (Anderson, 2000).

Em uma direção crítica às construções branco-hegemônicas e tendentes ao universalismo desenvolvidas pelo Norte Global, o Pensamento Descolonial, encontra-se com o feminismo propondo uma alternativa epistemológica às análises feministas pautadas pela lógica moderno-capitalista, que ao desenvolver suas lutas por igualdade para as mulheres, acabaram se mantendo próximas da racionalidade patriarcal, preservando categorias universais para explicar a realidade (Ballestrin, 2017). Segundo Ballestrin (2017), uma perspectiva descolonial irá pensar a colonialidade como um dispositivo de poder e subalternização da vida que desconsidera a interseccionalidade das experiências das mulheres e preconiza o dito primeiro mundo como o ponto de partida do saber-poder. Sendo então, os movimentos de mulheres sócio-situados no Sul Global, especialmente na América Latina, que viabilizam e atravessam as compreensões universais historicamente presentes no movimento e teoria feministas. Como também salienta Lugones:

La crítica del universalismo feminista hecha por mujeres contemporáneas de color y del tercer mundo se centra en la idea de que la intersección entre raza, clase y

sexualidad y género va más allá de las categorías de la modernidad. Si mujer y negro son términos para categorías homogéneas, atómicas, separables, entonces su intersección nos muestra la ausencia de las mujeres negras en vez de su presencia. Así, ver a mujeres no-blancas es ir más allá de la lógica “categorial”⁵. (Lugones , 2011, p. 106)

Em 1980, Anzaldúa (2000), em sua carta dirigida às mulheres escritoras do terceiro mundo, salientou que a invisibilização da mulher não-branca é parte de uma sofisticada relação de poder em que esse existir não-branco soa como um atrevimento, uma afronta à normalidade imposta pela branquitude, e que por essa razão, só poderia ser compreendido como primitivo e racializado. Não deveria ser visto e reconhecido, mas sim inventado para ser combatido. Como pontua a autora “É preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis” (Anzaldúa, 2000, p.230). É nesse sentido que se justifica o projeto para a descolonização dentro do movimento feminista.

A oportunidade de desenvolvimento de epistemologias feministas foi possibilitada, sem dúvida, pela aproximação das práticas e movimentos feministas da academia e pelo entendimento de que produzir e acessar conhecimento configura-se como uma forma de ocupar um lugar de poder previamente destinado aos homens. Os movimentos de mulheres fora das academias e conceituações, no enfrentamento da invisibilidade, foram fundamentais para forjar o pensamento descolonial.

A produção de conhecimento sobre mulheres e suas condições de subalternidade é descrita nos capítulos anteriores desde Safo de Lesbos e Christine de Pizan, nas Idades Antiga e Média, de Mary Astell e Esperança Garcia, na Idade Moderna, à Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta, Simone de Beauvoir, Angela Davis, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, na Contemporaneidade. Vimos que nem todas essas mulheres foram registradas ou reconhecidas, assim como não devem ter sido as únicas a escreverem sobre suas realidades, em seu tempo. Como salienta a historiadora Michelle Perrot (1989, p. 11) “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”, e como indicam as últimas páginas, esse obscurantismo não foi posto pela ausência de mulheres nos mais diversos espaços, mas sim pelo violento apagamento de suas existências nestes lugares.

⁵ “A crítica do universalismo feminista por mulheres contemporâneas de cor e terceiro mundo centra-se na ideia de que a intersecção entre raça, classe e sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e preto são termos para categorias homogêneas, atômicas e separáveis, então sua intersecção nos mostra a ausência de mulheres negras ao invés de sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica ‘categórica’” (tradução nossa).

Portanto, a história das mulheres é uma constante tentativa de sobrevivência. E o que ela nos ensina é que não se pode parar de sobreviver.

2.3 Ruralidade(s)

2.3.1 O Rural e as Ruralidades

As concepções sobre o rural apresentam-se ao longo do tempo a partir de transformações ligadas ao processo de desenvolvimento urbano-industrial, sendo percebidas historicamente a partir do século 19. No Brasil, o decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938 classifica os espaços rurais tomando como ponto de partida as leis municipais, definindo rural como aquilo que é externo aos municípios e suas vilas distritais, delineando uma visão residual para tais espaços (IBGE, 2017, p. 37). Esse modelo, embora ainda seja legalmente utilizado, foi rediscutido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2017, através do documento intitulado *Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil | Uma primeira aproximação*, o qual reparou na necessidade de inclusão de aspectos morfológicos de cada espaço rural na construção do seu significado e definição, apontando que a lógica de fiscalização municipal não daria conta da diversidade rural e das mudanças ocorridas nos limites do espaço campo-cidade (IBGE, 2017). O documento adverte para o caráter temporal dessa nova aproximação cujas atualizações serão inevitáveis, mas propõe três aspectos a serem observados, na atualidade, para a definição urbano-rural: a densidade demográfica, tamanho populacional e distância dos principais centros urbanos (IBGE, 2017).

Outras propostas já foram realizadas anteriormente, como o Programa Territórios da Cidadania (PTC), criado em 2008, pelo Governo Federal, cujo objetivo era fortalecer o desenvolvimento territorial por meio da participação social e desenvolvimento de atividades locais. Em sua perspectiva os territórios rurais seriam definidos a partir do reconhecimento de uma tríade identitária que valoriza os aspectos: social, econômico e cultural. Para o PTC, para ser considerado rural era necessário que os territórios estivessem enquadrados nos seguintes critérios:

Conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²; organizados em territórios rurais de identidade; integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI). (Brasil, 2008, p. 2)

Em 2013, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) também propôs uma reformulação no modelo de classificação das áreas rurais brasileiras, destacando a relevância em contemplar a multidimensionalidade que engloba as áreas rurais, suas características particulares e os aspectos socioculturais presentes em sua formação como critérios essenciais a serem incluídos em sua classificação. O IICA amplia, inclusive, a própria definição de população rural, ao inserir populações de pequenos municípios que mantêm, de forma contínua e predominante, relações de aproximação com a ruralidade, sobretudo através do trabalho, e não somente as populações que são destacadas na literatura como rurais:

[...] os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais, como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no Sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (História Social do Campesinato, 2008 *apud* Wanderley & Favareto, 2013, p. 438)

De acordo com o exposto, em termos legais, o rural passou a ser definido no Brasil a partir da publicação do decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938, cuja definição é descrita pela literatura e reconhecida pelo próprio IBGE como limitada às regras de fiscalização e da estrutura municipal, resultando na desconsideração de aspectos sociais e territoriais presentes tanto no espaço rural como no espaço urbano (Brasil, 2017; Wanderley & Favareto, 2013), mantendo como características definidoras desses espaços, concepções tradicionais vinculadas ao não desenvolvimento e à crença do rural como um território ausente de identidade que almeja urgentemente pela urbanização, dirigindo aos contextos rurais, não apenas as noções de incivilidade e ignorância, mas também o caráter de áreas “residuais, “remanescentes”, que tendem necessariamente a diminuir a cada demarcação.” (Wanderley & Favareto, 2013, p. 424).

Campos (2012, p. 337) assinala que a importação de uma perspectiva de vida europeia descrita como “não-primitiva”, e, portanto, considerada uma hegemonia cultural, delineou o processo de urbanização brasileiro, no início do século 20, somando-se às transformações na economia que o país sofria naquele período, contribuindo então para a construção de estereótipos sobre a vivência rural a partir da lógica do atraso e desvalor. O autor afirma que a descentralização das atividades econômicas das regiões rurais para o âmbito urbano foi fator decisivo na construção de uma imagem depreciativa e não-autônoma para aqueles e aquelas que viviam no campo, mas que, a preferência por uma cultura importada afetou sobremaneira a própria construção teórico-literária brasileira sobre esses povos, legitimando a discriminação em diferentes aspectos sociopolíticos, cujas consequências ainda imperam na atualidade.

Segundo Moraes e Vilela (2013) a noção dualista rural-urbano remonta ao período localizado entre o final do século 19 e início do século 20, o que marca a entrada do *rural* como objeto de estudo nas ciências sociais - inicialmente discutido a partir da sociologia rural norte-americana. Nesse período inventava-se o *rural* através da comparação direta com o *urbano*. Outro modo pelo qual o rural foi concebido foi através da noção de *continuum* do urbano, criada a partir da década de 1930, com o intuito de analisar a visão dicotômica anterior, onde se buscava exemplificar a estrutura predominantemente rural ou urbana de alguns territórios e quais eram os limites ou o encontro entre ambos. Conforme apontam Carneiro (1998) e Abramovay (1999) ainda que historicamente, os contextos rurais tenham sido apresentados como espaços de relação direta com o desenvolvimento industrial e econômico das cidades, tal noção não implica em concebê-los necessariamente como o seu *continuum*. Principalmente, quando se leva em consideração a heterogeneidade cultural, social e econômica constituinte do seu desenvolvimento, e as diferentes formas de recepção e adequação de uma modernização da agricultura, fortemente moldada segundo a lógica capitalista.

Por volta dos anos 1950/1970 o que vai marcar a construção de significado sobre o rural será a intensa presença do capitalismo no desenvolvimento da agricultura, remetendo-o à noção puramente agrícola (Silva & Macedo, 2017; Silva et al., 2019). Sobre isso, Abramovay (1999) e os estudos da chamada Sociologia da Agricultura, vertente que vai propor um novo olhar para as ruralidades, a partir da década de 1970, ressaltam que o não desenvolvimento do cenário rural brasileiro era justificado pelas formas de compreensão e pela função que se esperava dele naquela sociedade brasileira, sendo que a sua relação positiva e intercambiável com o espaço urbano dependia da visão social do primeiro. Não se

percebia, nesse sentido, um investimento em atribuir relações de troca entre rural-urbano, mas sim em estabelecer uma relação de exploração e apagamento identitário, tanto dos territórios rurais como de sua população (Abramovay, 1999; Brisana Silva et al., 2019).

No Brasil, a tentativa de superação da noção binária – atraso-modernidade – está situada a partir da década de 1960, muito articulada ao debate sobre a influência do sistema capitalista na agricultura brasileira e a cristalização desse imaginário em benefício do próprio sistema. Essa influência é descrita por Oliveira (1972) citado por Wanderley (2011, p. 26) como “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”. Segundo Kayser (1972), o modelo capitalista definiu profundas relações de desigualdade entre as regiões urbanas e rurais, de modo que o crescimento vertiginoso das cidades sustenta-se no campo, através da manutenção de uma relação de dependência e contradição, que alimenta a ganância do sistema.

O uso dos espaços rurais pela lógica capitalista não cuidou em valorizar suas características socioculturais e as riquezas naturais, pelo contrário, avançou em sofisticar novas formas de exploração desde a ampliação da política neoliberal em meados da década de 1980, até os dias atuais, em plena pandemia da Covid-19, quando as medidas de proteção ambiental e fiscalização são invadidas pelo poder do agronegócio, reflexo de um cenário político brasileiro desolador (Furtado & Andriolli, 2021). Para as autoras mencionadas, são as mulheres, a partir da intersecção de suas vivências, as principais impactadas pelos conflitos ambientais inerentes ao investimento capitalista em territórios dos campos e das florestas (Furtado & Andriolli, 2021, p. 80). As autoras evidenciaram em sua pesquisa que a violência contra as mulheres é praticada no seio de grandes projetos capitalistas em territórios ambientais explorados, ao naturalizar a violência, veem o corpo da mulher como um recurso também a ser violado.

Wanderley e Favareto revisam a literatura sobre a temática rural e evidenciam importantes considerações para os estudos rurais na contemporaneidade. Os autores ressaltam pelo menos três aspectos a serem observados quando se pensa o rural brasileiro como um campo de análise e considerando as diversas relações de interdependência que mantém com todo o território nacional:

A primeira delas é que o rural não é uma categoria a-histórica, que se possa definir de maneira essencialista, independente do tempo e do lugar. Diferente disso, o intuito é mostrar que as formas de definir o que é o rural guardam, no nosso caso, direta correspondência com a trajetória social da formação brasileira. [...] A segunda ideia

central do texto reside na afirmação de que há uma expressiva heterogeneidade nessa ruralidade brasileira. E ela se manifesta em distintas escalas, dos grandes subespaços nacionais até a heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade da terra e de organização econômica e social. [...] A terceira e última ideia forte do texto consiste em apontar o vazio institucional que há nas formas de regulação territorial do rural brasileiro, fator que se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento brasileiro. (Wanderley & Favareto, 2013, p. 413)

Para as/os autoras/es mencionadas/os, a demarcação do rural brasileiro teve forte influência do período colonial no qual o ponto de partida do povoamento se dava das regiões litorâneas para o sertão adentro, isto é, para as regiões de florestas, afastadas das primeiras formações vilanescas que se constituíam a partir das primeiras relações econômicas, religiosas e militares estabelecidas na colônia. Tal processo é apontado, particularmente, como aquilo que fará nascerem as cidades brasileiras e um marco de diferenciação entre estas e os espaços não povoados, portanto, não constituídos de estabelecimentos de poder e negociação (Deffontaines, 1944 *apud* Wanderley & Favareto, 2013, p. 418). No entanto, essa divisão de cenários não foi independente ou desinteressada, pois, aquilo que tornava urbano determinado contexto estaria profundamente relacionado aos recursos econômicos de sua elite formadora, e esta, por sua vez, obtinha poder através da posse de terras, além disso, a formação de um núcleo urbano estava mais mediada pela função econômica que iria exercer do que ao desenvolvimento social da população local (Wanderley & Favareto, 2013).

Sobre esse aspecto, percebe-se que as mudanças econômicas estão diretamente relacionadas ao modo pelo qual as construções do rural-urbano se deram ao longo de todo o processo de construção da sociedade brasileira, a partir de seus mais diferentes aspectos e interesses. Junte-se a isso, o povoamento de centros e vilas urbanas que atribuía a esses lugares o caráter de progresso e desenvolvimento. Por essas razões, é que o imaginário de que a cidade é civilizada e o campo atrasado passou a se justificar, pois, é pelas relações de poder fincadas na cidade que se destina a sua sobreposição sobre os espaços rurais, encobrendo a relação de interdependência entre ambos, e criando dessa maneira, formas sociais de compreender e classificar o mundo rural e urbano, bem como a sua população (Wanderley & Favareto, 2013).

Nessa oportunidade, os autores reiteram que a forma como o desenvolvimento rural foi articulado no Brasil determinou como esses espaços iriam se definir e se relacionar com a estrutura geral de toda a sociedade. Tal desenvolvimento é descrito como um modelo ligado a uma urbanização que se fragmenta em diversos pequenos municípios e a uma industrialização que não se presentifica nas regiões rurais, resguardando-se aos maiores centros urbanos,

resultando em um desenvolvimento rural pulverizado e específico cuja consequência mais marcante é a de estabelecer uma relação de dependência campo-cidade e de tornar as regiões rurais restritas dos mais diversos serviços essenciais como saúde, educação, eletricidade. Além disso, a ideia de desenvolvimento fortemente relacionada à propriedade da terra e ao poder de grandes proprietários tornou as regiões rurais e a sua população reféns de um modelo de dependência e exploração que prioriza o regime latifundiário, desfavorecendo o desenvolvimento social equilibrado e conjuntural dessas regiões junto à sociedade como um todo, agravando a pobreza, precarizando o trabalho e diminuindo o acesso à terra (Wanderley & Favareto, 2013).

Corroborando com essa discussão, no livro *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*, Maria Nazareth Wanderley traz o conceito de *ruralidade* como uma categoria analítica profundamente relacionada com o processo de desenvolvimento dos contextos rurais. Para a autora, a ruralidade “em seu sentido geral, diz respeito às particularidades do espaço rural, às relações, às representações e aos sentimentos de pertencimento, referidos ao meio rural e aos modernos processos de integração campo-cidade” (Wanderley, 2011, p. 120). Wanderley (2011, p. 30) também reitera que o processo de modernização da agricultura brasileira não se colocou para todos os contextos de ruralidade existentes, mas sim, através da seleção de regiões ou “unidades produtivas”, demonstrando o caráter seletivo e exploratório da tal processo, portanto, não se caracterizando como uma busca pelo desenvolvimento, mas sim pela garantia da lógica acumulativa.

Nesse sentido, a palavra *ruralidade* é uma expressão que surge com a perspectiva de dar um novo sentido ao termo *rural*, frequentemente utilizado de forma generalista. Representa uma mudança no entendimento psicossociológico dos espaços rurais, permitindo observar as relações grupais que ali existem, valorizando seus saberes e a sua diversidade (Biazzo, 2011). Através da noção de ruralidade abandonamos interpretações que consideram os contextos rurais como um espaço em atraso, opostos às urbanidades ou aquilo que não conseguiu sê-las. Esse pensamento é inadequado porque ignora a riquíssima cultura que é produzida nesses contextos e simplifica sua existência em comparação ao *urbano*, cuja diversidade e formas de vida social, mesmo singulares, não implicam em uma desconexão e independência entre ambos (Wanderley, 2011). Observar a ruralidade também nos possibilita analisar que há diferenças marcantes entre contextos rurais, inclusive, naqueles pertencentes ao mesmo distrito municipal. Nesse sentido, significa uma forma ampla e reconhedora das diferentes experiências e trocas ali realizadas.

No âmbito dessa discussão o IICA publicou em 2013 o projeto *Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras*, no qual apresentou uma análise robusta sobre o desenvolvimento de pesquisas e políticas públicas sobre a ruralidade, traçando comparativos entre nações latino-americanas e alguns países europeus. O estudo se debruçou principalmente quanto aos formatos metodológicos que se valem nas pesquisas para caracterização do que significa o espaço rural, bem como sustentou análises transnacionais sobre essa conceitualização, observando o cenário brasileiro com particularidade. Na introdução do livro, Bezerra e Bacelar (2013, p.35) descrevem que o empreendimento em compreender as concepções contemporâneas sobre a ruralidade ainda parte de uma necessidade de romper com algumas das velhas definições ainda presentes sobre os espaços rurais, por exemplo, a de que ele seria um oposto do urbano ou aquilo que tenta alcançá-lo. As autoras reiteram que se o Brasil construiu suas concepções sobre o rural a partir de uma ótica de exclusão ou através de uma postura “eminente físico-geográfica e arbitrária”, não dando conta dos aspectos socioculturais que os caracterizam, significa dizer que, tanto a conceitualização *rural* como *urbano* devem ser revisitadas. Só que desta vez, levando em consideração toda a diversidade que funda e constrói cada um desses espaços, bem como dos espaços situados nos territórios *entre* ambos.

Sobre o termo ruralidade, Wanderley e Favareto (2013) apontam que este não é consensual porque depende do modo como as epistemologias são construídas e do contexto onde nascem. Para os autores, a economia rural tendeu a restringir o espaço rural apenas ao que tange à agricultura, extrativismo e atividades de exploração das florestas, deixando de levar em conta a existência das pessoas do lugar e das relações de troca nesses espaços. Enquanto a sociologia buscou compreendê-lo a partir de uma lógica opositiva e descritiva. Na concepção de ambos estudiosos a ruralidade “diz respeito à forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida.” Wanderley e Favareto (2013, p. 415). Compreende-se, dessa maneira, a relevância em considerar a ruralidade como um lugar que existe por sua história e pelas relações que possui com o mundo, e não como um espaço inventado pela superficialidade da sua desvalorização.

Assim, reiterando as palavras de Wanderley e Favareto (2013), os espaços rurais existem junto com as cidades, em uma relação mútua e particular ao mesmo tempo, inclusive, o próprio rural mantém suas particularidades também diante de outros inúmeros espaços rurais existentes, a partir das múltiplas formas de vida e de ação social que os caracterizam.

Segundo Moraes e Vilela (2013, p. 62) “A mirada de estudos e pesquisas desencadeados nos anos 1990 e interpelados pelo fenômeno da globalização ou mundialização, em suas múltiplas dimensões, vem repondo na arena política e teórica, conceitos como espaço, território, territorialidades, territorialização, (des)territorialização, (re)territorialização”. É nessa oportunidade que os conceitos de *rural* e *ruralidade* ampliam-se para a noção de *ruralidades*, isto é, para uma compreensão que vai além da geografia do território e da tarefa de produzir ao capital, inserindo uma complexidade na conceituação dos espaços rurais que incorpora os modos de vida e a localização sócio-histórica e interseccional das subjetividades ali construídas (Lima & Yasui, 2014). Sendo tais espaços simultaneamente, plurais singulares, mantendo relações interdependentes com as urbanidades e não residuais, sendo estas, também construídas sob a influência dessa relação.

Como aponta Remy (1993) citado por Wanderley (2000, p. 88) “o ‘rural’ não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma”. E a ruralidade, conforme Abramovay (2003, p. 51) “não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”.

2.3.2 Estudos Sobre Ruralidades e o Papel da Psicologia

O Brasil começa a produzir pesquisa sobre o rural a partir dos anos 1940 até meados de 1970, situada sob os seguintes eixos: “constituição morfológica” dos espaços rurais; modo de vida e de trabalho de seus habitantes; e suas relações com os espaços mais amplos das cidades” (Wanderley & Favareto, 2013, p. 425). Na segunda metade do século 20 os estudos irão salientar as influências e transformações impostas pela modernização e urbanização brasileira que buscavam “transformar internamente o mundo rural, e mesmo destituí-lo de sua substância, pela integração aos processos gerais da acumulação capitalista, único motor do desenvolvimento nacional”, bem como quais seriam as percepções sociais e os impactos estruturais resultantes de um rural atravessado por esse sistema (Wanderley & Favareto, 2013, p. 433).

Contudo é na década de 1980 que esses estudos irão se potencializar, e a justificativa para esse avanço é descrita por Wanderley (2011) como resultante do período de

redemocratização que proporcionou a ampliação e criação de movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, como a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984; pelas articulações entre os sindicatos rurais; pela abrangência política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e pela centralidade que o tema da agricultura familiar ocupou dentro das discussões. A autora também aponta que a coalizão entre os movimentos sociais e os estudos acadêmicos tornaram visíveis as ambiguidades do sistema capitalista naqueles espaços, expressas via exploração do meio ambiente, da população trabalhadora e pela concentração da terra. Além disso, a reflexão aprofundada sobre a diversidade presente nas ruralidades e nas relações sociais estabelecidas pelos sujeitos e sujeitas que a constituem corroborou para um novo patamar de análise dentro do campo das ciências sociais (Wanderley, 2011, p. 105).

Wanderley (2011) reforça que com a Constituição Cidadã, promulgada em 1988, foi possível emergir identidades antes não observadas ou consideradas, nessa oportunidade, reflexões sobre outras facetas da organização social são previstas nos estudos sobre questões rurais, como a questão de gênero e de geração, que possibilitaram o reconhecimento de sujeitos e sujeitas das ruralidades a partir de um olhar multifacetado e situado que pudesse dar conta de garantir a observância da participação ativa dessas populações na construção de diferentes formas de sociabilidade e de ação política em seus contextos de vida. Além disso, a virada metodológica e o investimento de estudos *sobre e com* esses contextos favoreceu a produção científica oferecendo-lhe um novo olhar sobre o rural, rompendo com as binariedades epistemológicas, sobretudo, quando se passa a pensá-lo pelo espectro plural das ruralidades.

Ainda sobre esse aspecto, Schneider (2010) salienta que o desenvolvimento dos estudos rurais no Brasil está atrelado a fatores como o aprofundamento sobre a temática da agricultura familiar, do desenvolvimento sustentável, ao acirramento de questões político-ideológicas e à influência do Estado em regiões rurais. Segundo o autor, os primeiros estudos sobre contextos rurais foram influenciados pela perspectiva que via o rural como um espaço de atraso e que dependia dos avanços tecnológicos e da modernização para alcançar um patamar de desenvolvimento, pensamento que passará por transformações em 1990, quando tais perspectivas teóricas começam a ganhar novos enfoques e entendimentos sobre as ruralidades, sendo que:

Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos

territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros. (Schneider, 2010, p. 512)

No que se refere ao campo da psicologia, particularmente, a literatura aponta para uma tímida aproximação junto aos contextos rurais brasileiros (Costa Neto & Dimenstein, 2017; Ronzani et al., 2019; Silva & Macedo, 2017). Os estudos mencionados indicam como justificativas para essa ausência: o enfoque marcadamente urbano que a profissão assumiu ao longo do seu desenvolvimento teórico-metodológico; o recente processo de interiorização da profissão; e o cunho elitista que impossibilitou, durante anos, o acesso a recursos psicológicos pelas populações em condições de vulnerabilidade em todo o território brasileiro, mas, principalmente, nas ruralidades. Importa destacar que o distanciamento da psicologia dos contextos rurais é um fenômeno não apenas restrito à psicologia brasileira, sendo também encontrado a nível internacional, como apontam Roberti e Mussi (2014).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) 45% da população mundial vivem em áreas rurais. E segundo o último censo do IBGE, realizado em 2010, a população rural brasileira compreendia o total de 29.830.007 pessoas. Dados encontrados por Lopes et al. (2018) também indicam que a maioria da população que vive em situação de pobreza no Brasil, encontra-se nas regiões rurais. Dessa maneira, a ausência percebida nos estudos passa a reiterar o questionamento sobre o quanto a psicologia está se dedicando a transformar as condições de vida de grande parcela da população.

Quanto à aproximação já existente, para Dantas et al. (2018); Landini et al. (2015); Macedo & Dimenstein (2011); Silva e Macedo (2017) *apud* Leite et al. (2013), os mecanismos que garantiram a presença da psicóloga e do psicólogo das ruralidades brasileiras foram: a chegada destes profissionais no campo do Sistema Único de Saúde (SUS); no Sistema Único da Assistência Social (SUAS); e a interiorização da educação. No entanto, ainda se faz necessária a construção de um campo de conhecimento sólido que configure a psicologia uma ciência preparada para enfrentar as iniquidades sociais presentes nesses contextos.

É comum nos estudos sobre psicologia e ruralidades observados, o apoio ao desenvolvimento de uma psicologia que entenda o rural em sua totalidade e particularidade, criando novos aportes e metodologias, recusando o conforto do olhar urbanizado. Silva e Macedo (2017) irão colocar que a psicologia deverá se preparar para uma nova observação sobre as ruralidades, desligando-se do pensamento binário sobre esse território, a fim de formular categorias de análise coerentes com as diversas sociabilidades, redes de interação, modos de vida, trabalho, formas de lidar com a natureza, ali existentes, bem como dos

diferentes enfrentamentos e desigualdades que toda a invisibilização desses contextos ocasionou ao longo do tempo.

De acordo com Silva e Macedo (2017), são encontrados estudos sobre ruralidades na psicologia brasileira desde a década de 1940, sendo ampliados nas décadas de 1970/1980, mantendo um percurso relativamente crescente na atualidade. A psicologia social e a psicologia comunitária são as áreas com o maior número de publicações e investimentos científicos *sobre e com* esses contextos. Para os autores, é sabido que houve uma gama considerável de temas abordados pelo campo *psi*, contudo, é crítico que tenham sido ainda muito ligados à noção dicotômica entre rural-urbano. Segundo os autores é novo para a psicologia não o tema rural em si, mas a sua problematização como um tema que quase não passou por um descortinamento ou profundidade, mas sim um apanhado de generalizações e simplificações (Silva & Macedo, 2017). Nesse sentido, percebe-se a urgência de a profissão ampliar seus recursos teórico-metodológicos considerando a multidimensionalidade de relações nas ruralidades, redescobrimo identidades, destacando novas maneiras de pensar trabalho, gênero, geração, renda, agricultura, saúde, entre outras categorias temáticas.

Em uma revisão de literatura sobre estudos dedicados a pesquisar contextos rurais na América Latina, publicados entre 1996-2017, Ronzani et al. (2021) evidenciaram que a aproximação da psicologia desses espaços ainda se mostra incipiente e em curso de desenvolvimento. Os dados apresentados nesta análise também revelaram que não há uma multiplicidade de temáticas e de enfoques teóricos, revelando uma especificidade das discussões. Os autores colocam que é urgente a necessidade de se pautar uma conscientização histórica dentro do campo da psicologia que garanta a inserção de temas caros à sociedade – como são as questões enfrentadas nas ruralidades – a fim de se construir uma psicologia mais diversa e atenta aos processos de desigualdade a que inúmeras populações rurais estão submetidas. Segundo a pesquisa, é comum entre os países latino-americanos o investimento no agronegócio e o incentivo ao enfraquecimento da agricultura familiar, fatores que produzem situações de miséria e extrema vulnerabilidade social para essas populações, como já destacado anteriormente por Wanderley e Favareto (2013), sobre o caso brasileiro.

A revisão mostrou ainda que foi a partir de 2012 que se começou a ver um crescimento de pesquisas publicadas sobre essa temática e que sua consolidação de crescimento vem ocorrer em 2017. Sendo o Brasil o país que mais se dedicou a estudar ruralidades no âmbito da psicologia, com 47,3% do total de estudos, e a psicologia social como a área de conhecimento utilizada por quase metade das publicações. Cabe ressaltar que a temática de gênero apareceu como um dos temas mais discutidos nessas pesquisas, e a

categoria mulheres a mais abordada. Outra análise importante dos autores se refere ao processo de produção do conhecimento, que acabou por negligenciar fatores como a interação com a população estudada, a troca sobre os resultados de tais pesquisas, desconsiderando também os aspectos singulares que marcam essas territorialidades (Ronzani et al., 2021, p. 13), postura também relatada por Costa Neto e Dimenstein (2017), quando pesquisaram sobre como se dava o manejo de profissionais de saúde (incluindo psicólogas/os) junto às populações assentadas no estado do Rio Grande do Norte, cuja ações se mostraram bastante ligadas a um modelo de pensamento sobre a saúde de caráter biologicista, médico-centrado e insensível ao contexto e aos saberes presentes na cultura daquelas populações.

Sobre a produção do cuidado em saúde mental nas ruralidades, Costa Neto e Dimenstein (2016) afirmam que a situação de pobreza a que estão submetidas as populações rurais, coloca-se como consequência direta para o desenvolvimento de problemas de saúde mental e consumo de álcool, o que denota mais uma vez a urgência de pesquisas que deem conta de analisar tais problemáticas promovendo mudanças sociais efetivas e coerentes. Os autores informam que a investigação sobre saúde mental e populações rurais não é debatida nacional e internacionalmente, conferindo ainda mais complexidade e exigindo sensibilidade histórica aos pesquisadores e pesquisadoras que se dediquem a trabalhar nesses espaços.

Dito isso, espera-se da psicologia uma entrada permanente nas discussões ligadas à terra e aos povos rurais brasileiros, colada ao reconhecimento da materialidade simbólica que elaboram essas identidades sociais, alcançando assim, competência científica e ética coerentes, como previsto em nosso código de ética (CFP, 2013). Dessa maneira, é que este campo pode-se confirmar e celebrar o compromisso social da profissão com a sociedade, sem distinção, e promover a conscientização das pessoas sobre si mesmas (Baró, 1997), evitando com isso, a convivência com o esvaziamento das ruralidades e das identidades ali construídas.

Percebe-se diante do exposto que o tema da saúde mental aparece correlacionado ao pensamento dos estudos sobre o impacto do sistema capitalista no campo (Wanderley & Favareto, 2013), reiterando que a exploração do trabalho e de recursos humanos e ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento produtivista criou profundas desigualdades, sendo um dos determinantes sociais que afetam diretamente a saúde mental das populações rurais (Costa Neto & Dimenstein, 2017). Os estudos que se dedicam a reparar em saúde mental são raros tanto em nível nacional como internacional, e não se alinham à perspectiva que leva em consideração o espaço rural como um território, ou seja, como um lugar em que se produz vida historicamente, ressaltando que, de modo geral, “o debate sobre atenção em

saúde ainda é urbano e etnocêntrico” (Costa Neto & Dimenstein, 2017, p. 1654). O que chama a atenção nesse estudo mencionado é a constatação de que em pleno ano de 2017, ano que data o estudo, ainda seja algo raro falar de saúde mental nos espaços rurais.

Estudos latino-americanos sobre Psicologia Rural, organizados por Fernando Landini, no livro *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (2015) refletem sobre o quanto a ciência-profissão psicologia ainda não tem decididamente se colocado diante da complexidade sociocultural das ruralidades, preferindo uma superficialidade generalista, a ponto de não alcançar os contextos rurais como um rico espaço de estudo e pesquisa cujas particularidades exigem preparo e diversidade teórico-metodológica (Landini, 2015). Nesse sentido, as argumentações de Landini (2015, p. 22) exemplificam as limitações encontradas no campo psicológico e as saídas para essa questão, por exemplo, o esforço para que haja dedicação da área em prol de uma psicologia rural que “no solo sería necesaria en términos de campo de aplicación de La psicología sino también como ámbito portador de especificidades que requieren estudio e indagación”⁶ e não veja todos os contextos rurais a partir de uma única lente de visualização.

Como reforça Landini (2015), não há como se fazer uma psicologia rural, quando as principais bases de pesquisa e estudo, não apenas se localizam em grandes centros urbanos, como também ainda estão pautadas pela tendência positivista e universal que marca a história da psicologia, colocando em suas pesquisas a experiência urbano-centrada que possuem, denotando aquilo que já se sabe: a universalização de fato impede que se enxergue as alteridades e as problemáticas que enfrentam. Por essa razão, o autor sugere que a psicologia rural se torne uma frente ampla de investigação dentro da psicologia, para que as invisibilidades sejam percebidas e confrontadas dentro de uma nova proposta “sub-disciplinar” que elabore ações de forma integrativa entre psicologia e ruralidades. Nessa oportunidade, os estudos de gênero são colocados por Landini (2015, p. 28) como um dos enfrentamentos que carece de observações particulares aos contextos em que se inserem e as suas formas de atuar nas ruralidades.

Em uma perspectiva animadora sobre a contribuição da psicologia no desenvolvimento das ruralidades, na América Latina, Roberti e Mussi (2014) destacam que, no que tange às propostas para o desenvolvimento rural, uma das principais dificuldades dos programas que buscam desenvolver os territórios rurais, seria a falta de treinamentos que englobem diferentes disciplinas, entre elas, as que discutem questões de gênero. Nesse

⁶ “seria necessária não apenas como campo de aplicação da psicologia, mas também como campo que carrega especificidades que requerem estudo e investigação”. (tradução nossa)

aspecto, os autores mencionam que a psicologia é um campo potente para enfrentar tais questões, sobretudo ao se pensar os dispositivos teórico-metodológicos e de intervenção da área como as práticas grupais, clínicas e de pesquisa (Lassey y Lovrich, 1985 *apud* Roberti e Mussi, 2014. p. 7). Na revisão internacional realizada pelos autores, todos os países apontam para a potencialidade da psicologia em contribuir com o desenvolvimento de povos rurais e seus contextos, guardando as especificidades que marcam cada um deles, destacando a participação da população junto ao campo *psi* como critério essencial para promover tal desenvolvimento. Os autores falam sobre como é um mito acreditar que no campo existem melhores condições de saúde, em uma comparação dicotômica para com as cidades, pois, não se leva em conta a escassez de infraestrutura e a ausência de autonomia dessas populações diante dos próprios enfrentamentos, umas das facetas mais caracterizadoras da pobreza.

Também no contexto latino-americano Logiovine at al. (2017) enfatizam que uma ciência que possui recursos teórico-metodológicos como a psicologia tem, pode contribuir sobremaneira para o entendimento de como as problemáticas ocasionadas pelas mudanças ambientais e políticas que o final do século 20 trouxe aos contextos rurais, como o acirramento do agronegócio e o aumento do nível de pobreza de sua população. Os autores colocam como principais ferramentas do campo psicológico a possibilidade de compreender e intervir diante de situações de vulnerabilidade social. Para tanto, o estudo questiona sobre como tem sido a atuação da psicologia em contextos rurais na superação de seu característico viés urbano de interpretação e generalização analítica, indicando campos como a Psicologia Comunitária e a Psicologia Social como pertinentes no desenvolvimento de ações que considerem os territórios de forma coletiva e marcado pela sua historicidade. Logiovine at al. (2017) ainda destacam a importância dos referenciais da Teoria das Representações Sociais e do Construcionismo Social:

[...] Ambos resultan pertinentes para pensar la forma en que los grupos o actores sociales se comprenden a sí mismos, a los otros y al mundo en el que viven, a fin de tomar decisiones y generar acciones específicas. De esta manera, tanto el abordaje del conocimiento del sentido común como el estudio de la realidad compartida como construcción social, permiten definir el marco propio de los llamados “procesos psicosociales”⁷. (Logiovine at al., 2017, p. 7)

⁷ “[...] Ambos são relevantes para pensar a forma como grupos ou atores sociais compreendem a si mesmos, aos outros e o mundo em que vivem, para tomar decisões e gerar ações específicas. Deste modo, tanto a abordagem do conhecimento do senso comum como o estudo da realidade partilhada como construção social permitem definir o enquadramento dos chamados ‘processos psicossociais’”.

A psicologia social, área de estudo da presente dissertação, situa-se dentro do campo da psicologia como uma ciência do “entre” (Jovchelovitch, 2004, p. 21), uma disciplina que se formou ao longo do tempo a partir de disputas e diálogos entre o campo psicológico e sociológico, construindo, por meio desta dinâmica, seus saberes teórico-metodológicos e a sua prática de pesquisa. No que se refere aos estudos acerca do rural no campo específico da psicologia social, observando uma pesquisa bibliográfica feita por Albuquerque (1996), sobre estudos em psicologia social e mundo rural, na década de 1990, Silva e Macedo (2017, p. 824) destacaram como os temas presentes nos estudos: “saúde mental, família, atitudes, ergonomia e variações individuais, tecnologia, política econômica, satisfação e qualidade de vida, extensão agrária, conceitos/definições e ecologia”. O uso de metodologias de pesquisa dentro do enquadre das urbanidades esteve presente também na psicologia social, nas palavras de Albuquerque (1996). O autor ainda menciona que a categoria rural sequer aparece como uma analítica dos processos subjacentes às pesquisas nestes contextos, tampouco os aspectos particulares que os constituem.

Corroborando com essa discussão, Bonomo (2010) também aponta para a fragilidade pela qual o rural é inserido nos estudos em psicologia, trazendo em suas pesquisas (Bonomo et al. 2008; Bonomo, 2010; Bonomo et al. 2011) no âmbito da psicologia social, a discussão sobre a dimensão identitária, buscando reconhecer a multidimensionalidade desses espaços através de discussões sobre identidade social, as principais negociações intergrupais características desses contextos, reforçando o pensamento de que o rural deve ser tomado pelos estudos a partir de suas características, modos de vida, e da organização social que o sedimenta. O estudo de Bonomo (2010), ao analisar o processo de identificação social a partir das relações estabelecidas entre a elaboração de representações sociais e o processo de construção da identidade social em um contexto comunitário rural, demonstrou que o campo representacional está interligado aos processos identitários, e como essa construção social da identidade pode ser analisada a partir da especificidade das ruralidades e de suas populações, situando-as como um espaço produtor de práticas e saberes próprios.

A pouca aproximação da psicologia com os contextos rurais sugere a necessidade de maior investimento de estudos que coloquem esses contextos como campo de análise e também como produtor de saberes, sobretudo, no que tange aos processos de subjetivação, processos psicossociais e identitários, questões de gênero, organização social, geração e renda (Silva et al., 2019). Importa considerar que o movimento para ampliação desses estudos devem guardar especificidades relativas a cada região e contexto onde se desenvolveram, exigindo um olhar atento ao seu percurso histórico-político e às diversas manifestações e

lutas que engendram esses cenários como é o caso dos movimentos sociais pelo direito à terra, ao movimento de mulheres trabalhadoras rurais, etc. levando sempre em consideração as alteridades e a multiplicidades que constroem as ruralidades (Silva & Macedo, 2017).

Como descrito por Ronzani et al. (2021, p. 6), os movimentos sociais não se mostraram adormecidos diante do enfraquecimento da agricultura familiar e dos desafios em desenvolver os contextos rurais sem explorar sua população. Nessa oportunidade, destaca-se o papel de mulheres das mais diversas ruralidades como protagonistas de grandes organizações sociais em defesa de seus direitos e da terra em que vivem. É nessa conjuntura política que as ruralidades se constituíram como um espaço onde irão acontecer processos de violências e desigualdades dos quais a psicologia, em todos os seus âmbitos de atuação, não poderá mais se ausentar em debater.

2.3.3 Mulheres em Contextos de Ruralidades no Brasil

A interseccionalidade da experiência social vai demarcar que a vivência das mulheres nas ruralidades é atravessada por duas geografias: a da terra e a do corpo. Fenômeno intrinsecamente relacionado à cristalização do machismo em regiões rurais e da subordinação das mulheres que ali vivem diante das relações micro-poderosas do ambiente doméstico patriarcal, processos extremamente enraizados nos contextos de ruralidades, não só no Brasil. Exigindo, dessa maneira, uma discussão que considere a multidimensionalidade presente nas vivências destas mulheres.

Segundo dados do IBGE (2006; 2014; 2015; 2017) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), mulheres rurais brasileiras possuem as maiores taxas de escolarização em relação aos homens rurais, contudo, apresentam os menores índices de renda média mensal, nas cinco regiões do país. A alta escolaridade está relacionada com a migração feminina para as regiões urbanas, provocando uma baixa concentração de mulheres, sobretudo jovens, no âmbito rural (Scott, 2010). A participação feminina na agricultura familiar é descrita como inferior aos homens, ao mesmo tempo em que o índice de trabalho não remunerado no campo é delegado às mulheres, revelando a desconsideração de diferentes atividades realizadas e às múltiplas jornadas, processo que produz invisibilidade do trabalho feminino nesses espaços. No que se refere à violência doméstica, mulheres rurais são as mais impactadas, bem como enfrentam uma

maior desigualdade de gênero e dificuldades quanto ao acesso de políticas públicas e medidas protetivas. Conforme apresentado pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais (Munic), do IBGE, em 2019, o número de cidades brasileiras que não possuem delegacias especializadas de atendimento para as mulheres, chega a 93%, impactando sobremaneira também as ruralidades.

Como já foi discutido anteriormente, a luta pela terra foi a pauta-chave dos movimentos sociais ligados às ruralidades (Leite, 2015). Aguiar (2016) constatou em sua pesquisa sobre a participação de mulheres em movimentos rurais no Brasil que o período democrático e a possibilidade de manifestação de grupos sociais marginalizados foram um palco decisivo para que as mulheres rurais pudessem sistematizar suas ações e organizarem-se politicamente. Aguiar (2016, p. 262) ressalta que “no processo de organização das mulheres do campo, destacam-se a agência da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais; a emergência do “novo sindicalismo” e das “oposições sindicais”, e a atuação do movimento feminista”.

Tais dispositivos atuaram, respectivamente, na conscientização dos papéis sociais destinados às mulheres rurais, trazendo-as para o campo das discussões políticas e das manifestações pela igualdade; como um espaço em que as mulheres atuavam na luta pelos direitos ao mesmo tempo em que teciam críticas às fragilidades patriarcais estruturais dos próprios sindicatos; e na reafirmação do questionamento das desigualdades de gênero nos mais diversos setores da sociedade. Aguiar (2016) destaca ainda que as CEBs tiveram o papel decisivo na articulação de mulheres rurais, no Brasil, pelo fato de acomodar muitas mulheres em suas bases e por ter um olhar integrativo e menos urbano do que o movimento feminista, por exemplo. Somente depois, é que os sindicatos passam a ser o palco de desenvolvimento de mulheres rurais organizadas, mantendo relações discordantes, sobretudo quanto às questões de gênero.

Nesse sentido, ao se propor uma discussão sobre mulheres e ruralidades no contexto brasileiro, cabe mencionar com destaque algumas das mais importantes organizações de mulheres rurais no Brasil, que surgem a partir de 1980 e se mantêm ativas na atualidade, em suas lutas e na busca de reconhecimento de direitos, articulando-se em âmbito nacional, quais sejam: a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); a Marcha das Margaridas; e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Todas profundamente responsáveis pelo reconhecimento dos direitos das mulheres trabalhadoras das ruralidades, nos mais diferentes setores da vida

social, desde a luta pela terra, aos direitos trabalhistas, de saúde, reprodutivos, documentação, renda, segurança alimentar, educação e sexualidade (Aguiar, 2016).

A Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi criada em 1995, com a proposta de realizar uma série de articulações em prol do reconhecimento dos direitos das mulheres do campo, das águas e das florestas, sobretudo, no que tange ao processo de documentação, participação sindical e política, e de direitos previdenciários, planejamento familiar, educação. Além disso, a organização foi ativa no combate ao sexismo e suas consequências na vida pessoal e política das mulheres trabalhadoras rurais, representando uma frente ampla e imprescindível para a conquista de direitos e para o descortinamento da classe e do gênero como categorias que mantêm profunda relação com a desigualdade de gênero enfrentada nas ruralidades. Após reformulações, atualmente, o ANMTR se apresenta como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e se alinha às questões ligadas ao ecofeminismo, ao uso da terra e dos alimentos (Boni, 2018, p. 126). Aguiar (2016) citando Bordalo (2011) ressalta que essa reformulação representou uma divergência entre os movimentos rurais, além de delimitar caminhos muito específicos para lidar com a questão das mulheres trabalhadoras rurais, em diferentes contextos, algo que encontra justificativa na diversidade de reivindicações que estas mulheres possuem.

O MMC ampliou suas ações e definiu seus objetivos como um movimento autônomo a partir de sua nomeação em 2003, cuja luta se pretende em nome de uma categoria camponesa, localizada como uma configuração social que se baseia nos pilares da agricultura familiar, na valorização do meio ambiente, e que vê a libertação da mulher camponesa a partir de sua valorização como sujeita de direito, reconhecida em seu espaço de vida, e na luta contra o machismo e o avanço capitalista. Para o MMC a mulher camponesa:

É aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (Movimento de Mulheres Camponesas, n.d.)

A Marcha das Margaridas é uma das maiores organizações de mulheres trabalhadoras da América Latina, criada no ano de 2000 e realizada a cada 04 anos por mulheres das águas, das florestas e do campo. O nome da Marcha é dedicado à Margarida Alves, mulher rural paraibana, assassinada em 1983 em frente à sua casa, a mando de fazendeiros da região. Margarida era sindicalista e lutava por melhores condições de vida para trabalhadoras e

trabalhadores do campo. Na última Marcha realizada no ano de 2019, a Revista da Marcha das Margaridas reforçou o papel decisivo do movimento em combater as violências sofridas pelas mulheres das águas, dos campos e das florestas ao mesmo tempo em que comemora avanços em relação à questão de gênero nos movimentos sociais organizados para as ruralidades, por exemplo, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Em 2019, o movimento se colocou comprometido com o seguinte lema: “*Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência*”. (Revista da Marcha das Margaridas, 2019, p. 7). Para Aguiar (2016) atualmente a Marcha das Margaridas se configura como a maior organização brasileira de mulheres rurais. A autora relembra que:

Inicialmente, “as margaridas” surgiram no espaço público como trabalhadoras rurais, sendo identificadas como tal, mas a partir da Marcha de 2007, atendendo a uma reivindicação das mulheres extrativistas, elas passaram a se nomear “mulheres do campo e da floresta” e, na Marcha de 2015, a denominação “mulheres das águas” foi incluída, procurando, assim, abarcar o conjunto formado por mulheres rurais agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assentadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades construídas nos diversos territórios do País. Trata-se, portanto, de uma categoria identitária negociada. (Aguiar, 2016, p. 280)

Quanto aos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), estes foram criados na década de 1980, a partir da articulação de organismos autônomos em diferentes estados brasileiros, como Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, objetivando abrangência e participação política para mulheres rurais, entre outros direitos fundamentais, compartilhados com outros movimentos sociais de mulheres rurais que eclodiam naquele período (Aguiar, 2016). Na região nordeste do Brasil, destaca-se a criação do MMTR-NE, em 1986, com o objetivo principal de lutar pela defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais da região a partir de uma agenda nacional. O movimento surge a partir da ampliação das organizações das mulheres trabalhadoras rurais, quando o movimento se aproxima dos sindicatos de trabalhadores rurais, embora com muitas tensões devido ao endurecimento dos sindicatos frente às questões de gênero (Aguiar, 2016). Criado no estado de Pernambuco, o MMTR-NE atualmente está presente nos nove estados da região Nordeste do Brasil.

Thayer (2001) enfatiza sobre o papel do MMTR-NE na desconstrução do lugar esperado para as mulheres rurais, não só em seus territórios, como dentro do movimento feminista marcadamente urbanizado e articulado internacionalmente, o que a autora vai

denominar como feminismo transnacional. Segundo Thayer (2001), a noção de atraso vinculada ao rural também se estendia ao lugar de subalternidade que as mulheres dali ocupavam, servindo inclusive para justificá-las em tais posições, reproduzindo desigualdades. Contudo a autora ressalta que apesar desse efeito, a interpretação generalista e preconceituosa sobre o rural e as mulheres rurais dizia muito mais do preconceito do que de com a realidade que de fato se apresentava, visto que a participação de mulheres rurais em atividades internacionais sobre gênero já acontecia, como no caso da participação do MMTR-NE no primeiro Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, e do uso da categoria gênero, pelo movimento, como recurso transnacional para articular ações em seu campo de vivências, na década de 1990.

A autora ainda ressalta que a transnacionalidade vai ser importante no sertão nordestino na medida em que articula as experiências vivenciadas pelas mulheres junto a outras, independentemente do distanciamento que lhes é imposto. Todavia foi percebida nessa relação junto ao MMTR, uma dificuldade por parte do feminismo transnacional de respeitar as discursividades produzidas pelas mulheres do movimento, ou seja, “sua condição de habitantes de um setor rural cada vez mais marginalizado pelos fluxos globais de capital as tornou vulneráveis aos ataques a sua autonomia feitos pelas representantes do feminismo transnacional, de cujo apoio elas dependiam para sobreviver” (Thayer, 2001, p. 17).

A partir do exposto, percebe-se que as mulheres rurais já estavam se movimentando em níveis tanto regionais, como nacionais e internacionais, como permanecem fazendo na atualidade (Aguilar, 2016, p. 285) através de eixos próprios de organização e leituras singulares de suas vivências, tendo com a teoria e o movimento feminista uma relação tensa, mas também co-constitutiva. Essa relação de intercâmbio entre ambos os movimentos, como menciona as autoras, reforça a importância da sistematização e organização política das reivindicações das mulheres em toda a sua diversidade, a fim de que seja possível lidar com as contradições sociais que consubstancializam essa experiência social, bem como suas articulações de luta. Leite (2015) relembra sobre a capacidade que os movimentos possuem de articular lutas coletivas em prol do fim de desigualdades que se entrecruzam. O autor salienta, por exemplo, que:

Parte das mulheres, ao se inserirem no MST, estão buscando algo para além da conquista da terra ou que essa terra pode oferecer como, por exemplo, autonomia em relação a ex-companheiros com os quais viviam uma relação de violência. Então a conquista da terra passa também por um processo de busca de autonomia dessas mulheres na própria gestão da sua vida. E essa ação militante das mulheres no MST vai redefinir, inclusive, esses lugares de gênero em que aí você tem uma

problematização desses elementos onde o espaço que era doméstico, tido como da mulher, essas mulheres passam, agora também, a buscar essa vivência nos espaços coletivos. (Jader Leite, 2015, p. 101)

No que se refere à pesquisa sobre mulheres em contextos de ruralidades, é possível observar na literatura, que as questões das mulheres e de gênero em contextos rurais no Brasil foram abarcadas pelos estudos desenvolvidos a partir da década de 1980, quando tornaram o tema parte importante no cenário científico, sobretudo, no âmbito das ciências sociais. A entrada nesse cenário contribuiu de modo significativo para a reflexão sobre as problemáticas enfrentadas por mulheres em contexto de ruralidades e para a criação de políticas públicas que dessem conta das particularidades que as envolvem, como geração de renda, direitos sexuais e reprodutivos, emancipação e representação política, educação, trabalho, geração, violências, bem-estar biopsicossocial (Costa et al., 2014, 2015; Gomes et al., 2016; Hirt et al., 2017; Parreira et al., 2017; Santos, 1998).

Esse período de investimento científico foi marcado pela intensificação de estudos que tornaram visíveis reflexões sobre gênero em contextos rurais no Brasil. Investigações feministas sobre trabalho feminino; a crescente manifestação de mulheres trabalhadoras rurais vinculadas a grupos e movimentos sociais e o desenvolvimento de pesquisas etnográficas sobre populações rurais, das águas ou de floresta compõem as principais vertentes para o desenvolvimento e a visibilidade dessas mulheres e do seu contexto socio-histórico (Cordeiro & Scott, 2007). No âmbito das ruralidades, as discussões sobre gênero perpassam principalmente pelo seu caráter relacional e sua localização política na sociedade, e nas relações familiares (Aguar, 2016). O grande número de reivindicações realizado pelo movimento de mulheres, por volta dos anos 2000, também foi fundamental para que programas e ações fossem criados a fim de promover a equidade de gênero. Tais reivindicações trouxeram conquistas importantes para o movimento de mulheres em contextos rurais, como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003; do Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; e dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II (Cintrão & Siliprandi, 2011).

Ainda que tais conquistas sinalizem mudanças na realidade das mulheres que vivem em contexto de ruralidades, ainda persistem muitos desafios, principalmente, no que se refere aos debates sobre gênero e violência contra as mulheres, visto que a luta que vem sendo pleiteada pelo movimento de mulheres, reconhece que distâncias entre moradias, relação patriarcal, precarização das condições de vida e falta de acesso à informação e educação são

as principais razões da manutenção da violência contra as mulheres nesses contextos (Cordeiro & Scott, 2007). Ao longo do desenvolvimento dos estudos sobre mulheres e ruralidades é possível apontar para algumas questões relevantes ao processo de construção desse debate, como destacam Cordeiro & Scott (2007) sobre a pouca percepção que os estudos realizados nas regiões Norte e Nordeste possuem em outras regiões do país, provocando o questionamento sobre em quais regiões pesquisas sobre mulheres rurais ganham maior visibilidade e por que isso acontece.

No que se refere às áreas de estudo, a pesquisa de Rita Gomes et al. (2016) demonstrou que as principais discussões teóricas que se dedicam a pesquisar mulheres em contexto de ruralidades estão situadas nos campos teóricos das ciências sociais e humanas, assim como, nas ciências da saúde, com destaque para a área de enfermagem. As discussões encontradas trazem, majoritariamente, análises e propostas sobre aspectos ligados aos direitos sociais das mulheres no campo, à invisibilidade de mulheres trabalhadoras rurais, sua escassez na participação política, regional e nacional, promoção da saúde e os sentidos de ser mulher em contextos rurais. O estudo realizou mapeamento das produções sobre gênero e ruralidades, nas áreas de ciências humanas, sociais e da saúde, destacando-se, em seus resultados, a necessidade de maior presença de teorias feministas junto a esses contextos (Gomes et al., 2016).

Estudos encontrados no campo de enfermagem sobre violência de gênero discutem quais os impactos da violência contra as mulheres rurais na sua saúde física e mental, apontando o processo de naturalização da violência como um dos principais fatores para sua manutenção, seguido do isolamento entre as casas, e o descaso pelos órgãos públicos, algo comum a essas regiões (Costa et al., 2014, 2015a, 2015b; Hirt et al., 2017). Outros estudos da área percebem a função do autocuidado como uma prática cultural de grande importância na promoção da saúde de mulheres em comunidades rurais (Portella, 1999; Thum et al., 2011), além de trazerem a importância em discutir promoção e acesso à saúde (Maeda et al., 2007; Parreira et al., 2017; Prates et al., 2015). Destaca-se o estudo de Parreira et al. (2017) sobre sintomas de depressão em uma comunidade rural, ressaltando que mulheres que relataram ter “convivência ruim” com seus parceiros apresentaram o maior escore de sintomas depressivos.

No campo da psicologia, algumas pesquisadoras se debruçaram sobre a construção de discursos e processos identitários no contexto de ruralidades, destacando sua relação com as opressões sofridas por mulheres, as invisibilidades, violências e restrição de direitos. A prevalência do papel de “mulher do lar”, dedicada apenas aos afazeres domésticos ainda é muito presente, e apesar de elas também exercerem atividades na lavoura, essa participação é

completamente desconsiderada, tida apenas como “ajuda” (Baronio & Geiger, 2018; Bonomo et al., 2008; Pinto et al., 2013; Pizzinato et al., 2016), fenômeno também observado em contextos urbanos (Nascimento et al., 2008). O estudo de Vasquez (2009) e Costa et al. (2014) reiteram a importância de fomentar pesquisas que olhem para a subjetividade das pessoas em contexto de ruralidades, principalmente das mulheres assentadas, vítimas frequentes de abusos e agressões. Também foi questionado o papel da psicologia nesses espaços, que tem se mostrado ainda incipiente (Pizzinato et al., 2016; Silva et al., 2019; Vasquez, 2009).

Algumas pesquisas situadas em revistas feministas expressaram em seus objetivos o desejo de promover a diminuição da invisibilidade de mulheres trabalhadoras rurais, reconhecendo seus direitos à terra e seu papel na agricultura familiar. Os estudos de Karam (2004) e Sales (2007), por exemplo, apontaram o ingresso nos movimentos sociais como o maior responsável pelo reconhecimento social e político dessas mulheres. Já Brumer (2004) investigou quais as razões para a migração rural-urbana de moças ser maior que a de rapazes, chegando à conclusão de que a desigualdade de gênero é a principal responsável por essa migração acentuada, na medida em que a divisão sexual do trabalho impede que mulheres tenham acesso à terra, ficando restritas ao trabalho doméstico, subordinadas e sem voz. Esse dado coincide com os achados de Deere (2004), quando a autora levanta a crítica de que a garantia do direito à terra para mulheres não era necessariamente uma prioridade dos movimentos sociais rurais.

Em áreas como a sociologia e a educação, alguns estudos versam sobre a participação política e emancipatória das mulheres agricultoras e o reconhecimento do trabalho feminino nesse contexto laboral, mais uma vez ressaltando a classificação do trabalho da mulher na agricultura como uma “ajuda” (Ebling et al., 2015; Schaaf, 2003), tal processo é indicado no estudo de Naase (2009) como um dos possíveis motivos que levam mulheres a fazerem parte do Movimento Sem Terra (MST). O estudo de Guedes-Pinto et al. (2004) analisou a inserção profissional e social das mulheres em contextos rurais, a partir do século 20, nos espaços escolares, argumentando que apesar de não ser um trabalho doméstico, ainda era uma mudança que localizava as mulheres fora dos espaços de decisão política.

Em recente revisão de literatura sobre o tema, Silva (2019, p. 166) destacou que as principais discussões sobre mulheres em contextos de ruralidades se dedicaram a pesquisar sobre: “movimento social e participação política; jovens mulheres e ruralidade e condições de vida, saúde mental e suporte psicossocial”. A autora encontra em seus resultados que a participação de mulheres nos movimentos pela terra extrapola a luta pelo direito ao próprio

lugar, na medida em que também inserem-nas em discussões que pautam amplos direitos como sujeitas sociais, dando visibilidade às vivências interseccionais que compartilham. Além disso, também foi possível perceber o incentivo ao questionamento diante dos “lugares comuns” de situações de violência, tarefas domésticas, múltiplas jornadas, além de observar a questão do direito ao trabalho e à participação na tomada de decisões políticas, produzindo alternativas de vida mais justas e pautadas pela valorização das subjetividades dessas mulheres. Conforme apontam os autores:

Estudar mulheres em contextos rurais requer que se coloque em análise os múltiplos marcadores sociais que incidem em seus modos de vida – gênero, classe, sexualidade, idade e dentre outros – em um campo de intersecções, que na sua coexistência produzem desigualdade, opressão, dominação, exclusão e violência, ou seja, produzem interseccionalidades. (Silva et al., 2019, p. 166)

O estudo de Silva et al. (2019), também evidenciou que a relação entre as condições de vida daquelas mulheres rurais, fortemente atravessadas pela desigualdade de gênero, corroboram para o esgotamento de sua saúde mental e da qualidade de vida, e embora tenha ocorrido um investimento da psicologia, em estudar as ruralidades, ainda é uma lacuna significativa do campo, atentar-se para as questões de gênero implicadas nessa vivência. Sem dúvida, a construção do rural brasileiro que desconsidera as condições de vida e os aspectos particulares das ruralidades, somando-se à urbanização da ciência psicológica (formação e prática) resultam em um desafio ético e profissional urgente na atualidade. Corroboram com esse pensamento Logiovine et al. (2017) na medida em que colocam esta temática como um lugar de fundamental problematização dentro dos assuntos sobre psicologia e contextos rurais, com ênfase em questões de gênero. Os autores reiteram que a questão do gênero está diretamente articulada a outros marcadores como jornadas de trabalho excessivas e não reconhecidas, péssimas condições de vida e de saúde e o não acesso à terra, situando-as em um lugar diretamente afetado pela geografia e pelo gênero. Assim, cabe considerar que as ruralidades devem ser abarcadas considerando todas as suas facetas, a partir de um compromisso ético-político não só no campo da psicologia, mas também nas demais ciências.

Outra discussão importante sobre mulheres em contextos de ruralidades diz respeito à questão de gênero e geração. Para Scott (2010, p. 16) a leitura sobre gênero e geração não passa despercebida de uma reflexão que os veja como “termos relacionais que implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes”. Santos (1998), ao analisar as representações sociais da velhice em contextos rurais nordestinos, já apontava para um distanciamento da psicologia

em estudar essa faixa etária. Reflexão observada no estudo de Pizzinato et al. (2015) sobre projetos de vida de jovens mulheres rurais, em que se demonstrou uma relação de transição entre uma expressão mais tradicional do gênero e alternativas de empoderamento, mas que ainda encontra nas diferentes gerações desequilíbrios quanto às discussões de gênero, visto que o estudo demonstrou que mulheres adultas e idosas possuíam pouco acesso a essa temática.

Diante do exposto, destaca-se que mesmo discutindo temas com objetivos diferentes entre si e a partir de áreas diferentes, os estudos têm apontado para a questão da desigualdade de gênero à qual estão submetidas mulheres em contexto de ruralidades, como umas das principais razões para a imprescindibilidade de novas pesquisas nesse contexto. É percebido que há pouca aproximação dos estudos acadêmicos, principalmente, discutindo a questão das mulheres e de gênero nas ruralidades. No caso da psicologia, isso é ainda mais expressivo, havendo a necessidade de ampliação de pesquisas da área junto a essas populações.

Importa salientar que embora as temáticas exploradas tenham relevância e pertinência científico-social indiscutíveis, foi percebida na maior parte dos estudos observados, a busca por um mapeamento das questões relacionadas às mulheres em contexto de ruralidades, sendo ainda tímida a produção de pesquisas que tragam uma perspectiva de caráter preventivo-interventivo em relação às problemáticas enfrentadas por mulheres em contexto de ruralidades, tais como estudos que pautem a desconstrução do machismo e suas consequências psicossociais para homens e mulheres, investindo, inclusive, em projetos que considerem essa desconstrução desde a infância; estudos que identifiquem representações sociais de objetos que atravessam a vivência social, como o machismo, feminismo, masculinidades e feminilidades; o fortalecimento ou desenvolvimento de redes e grupos de mulheres e ampliação de suas discussões; aproximação da Psicologia para além do Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), projetos que tematizem a região como um marcador interseccional de estudo. É evidente a necessidade de criação de estratégias mais amplas de aproximação desses estudos em tais contextos, sobretudo, articulando perspectivas feministas e de gênero, como já foi apontado no trabalho de Gomes et al. (2016).

Os movimentos de mulheres rurais organizados demonstram seu papel fundamental na integração destas em organizações e temáticas importantes para o seu desenvolvimento, compreendendo a importância de uma articulação com outras organizações de mulheres. Como já foi discutido, o feminismo pós-ditadura militar evidenciou identidades múltiplas e recusou o caráter particularizado do movimento, ampliando suas noções e práticas através dos feminismos. Nesse sentido, é de fundamental relevância, para o feminismo

contemporâneo, que haja uma articulação interseccional que dê conta de realizar trocas ainda mais articuladas com os contextos de ruralidade e suas sujeitas sociais. Como salienta Machado (2019), é uma relação de articulação a partir das diferentes experiências das mulheres e da formulação de suas próprias lutas, em alguns casos, trajetórias solitárias, como acontece em muitas ruralidades brasileiras, mas, profundamente consubstancializadas por desafios e desigualdades coletivas, urgentes de serem vistas. Feminismo como um conceito que está, pela materialidade histórica de sua fundação e desenvolvimento, em uma trajetória de constante movimento, renovando-se a cada descobrimento e ampliação de seus olhares e representações, se faz necessário escapar da fixidez e do particularismo, a fim de esquematizar estratégias mais próximas da realidade, e que beneficiem mulheres em contextos distancializados do poder, alcançando-as na originalidade de seus feminismos e modos de vida.

3 Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Identificar e compreender como, e se, são construídas representações sociais de feminismo para mulheres de diferentes faixas etárias, nascidas e moradoras de duas comunidades rurais do município de Monte Santo, sertão da Bahia.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar e analisar os elementos representacionais que constituem a possível representação social de feminismo para as mulheres rurais participantes;
- Identificar quais os contextos comunicativos de discussão e acesso ao objeto representacional estudado;
- Analisar como as mulheres negociam suas representações sociais de feminismo na dinâmica das relações.

4 Método

4.1 Aspectos Éticos

Esta pesquisa observou os aspectos éticos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde sobre as diretrizes e normas reguladoras em pesquisas envolvendo seres humanos. Sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP/UFMG), sob o número de parecer **5.019.508**.

4.2 O Contexto da Pesquisa

Monte Santo é um município localizado na Mesorregião do Nordeste Baiano e Microrregião de Euclides da Cunha, situado completamente na região denominada como Polígono das Secas (IBGE, 1958), pertencendo ao bioma Caatinga e ao Território de Identidade do Sisal (SEPLAN). Possui população de 52.338 habitantes, segundo o último Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e se encontra a uma distância de aproximadamente 365 km da capital do estado (Salvador). Considerando os aspectos legais definidores de urbano-rural, expostos pelo decreto-lei n. 311/1938, o município de Monte Santo caracteriza-se como um espaço urbano, no entanto, de acordo com a nova tipologia rural-urbano proposta pelo IBGE, em 2017, ao observar a distância do município em relação à pelo menos uma das Regiões de Influência das Cidades mais próximas, e o baixo grau de urbanização conferido à sua unidade populacional (entre 3.000 e 10.000 habitantes em iUHD de ocupação densa), Monte Santo se encontra definido como um município rural adjacente (IBGE, 2017, p. 53-62).

Figura 1

Localização do município de Monte Santo no estado da Bahia.



Nota. (Monte Santo - Wikipedia, s.d.)

A criação de Monte Santo se dá por volta dos anos 1775, em meio a um cenário profundamente marcado pela religiosidade e pregação, e através da figura do capuchinho Frei Apolônio de Toddi (IBGE, 1958). Apolônio de Toddi realiza uma procissão em um monte, na região da Fazenda Soledade, propriedade pertencente à Casa da Tôrre, da família portuguesa Garcia D'ávila. Esta peregrinação foi permeada por eventos milagrosos que transformaram aquele lugar em um espaço sagrado para a fé católica servindo de base para a formação também de seu povo. A representação das dores de Cristo é simbolizada nas capelas construídas ao longo do “monte santo” descoberto, até o seu cume. “O lugar criou uma ordem espiritual predominante e ficou marcada pela prática religiosa das romarias ao Santuário da Santa Cruz” (Venâncio Filho, 2014, p. 25). Esse lugar de fé ali formado tornou-se a freguesia Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição de Monte Santo, em 1790, passando à categoria de município, no ano de 1837. As romarias até o pico da Serra da Santa Cruz são realizadas até hoje, movidas pela grande força religiosa e de peregrinação que ali se constitui, atraindo fiéis de várias partes do Brasil.

O município também guarda importantes fatos históricos que influenciam sua formação e sua construção identitária, como a sua participação na História do Brasil, ao servir de Quartel-General do Exército Brasileiro, durante a Guerra de Canudos (1896-1897), recebendo não só tropas militares, como também o jornalista e escritor Euclides da Cunha, e as pessoas refugiadas das sangrentas expedições contra o Arraial do Belo Monte, erguido por Antônio Conselheiro e suas/seus fiéis, no então distrito de Canudos/BA. Anos antes, (1784)

foi em Monte Santo, onde foi localizado o maior meteorito caído em solo brasileiro, o Meteorito de Bendegó, mantido no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde recentemente resistiu ao incêndio sofrido neste museu, em 2018. No cenário cultural, o município também serviu de palco para a produção de duas grandes produções do cinema nacional, "*Deus e o Diabo na Terra do Sol*" (1964), de Glauber Rocha, e "*O Pagador de Promessas*" (1962), de Dias Gomes.

Monte Santo destaca-se pelo grande número de comunidades rurais, nas quais se concentra a maior parte de sua população, representando 83,1% do número total de habitantes (IBGE, 2010). A sede municipal conta com relações intrinsecamente ligadas às ruralidades constituintes do município, bem como com as cidades circunvizinhas, de Euclides da Cunha, Uauá, Cansanção, Itiúba, Canudos, Quijingue e Andorinha. Segundo dados do IBGE (2010), mais da metade da população (57,9%), possuía um rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo. E em 2019, a população ocupada do município representava apenas 6% da sua população, sendo que a taxa de ocupação com carteira assinada está maior concentrada na população autodeclarada parda e branca, respectivamente. O município possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado de baixo desenvolvimento (0,506). A educação do município possui uma alta taxa de escolarização para pessoas entre os 06 e 14 anos (98.1%), e há no município 71 instituições de ensino fundamental e 04 de ensino médio (IBGE, 2019).

A organização econômica concentra-se em atividades ligadas à produção agrícola de cereais, leguminosas e oleaginosas como o feijão, girassol, mamona e milho; à lavoura permanente de sisal ou agave e castanha de caju; à lavoura temporária de mandioca, feijão e milho; à extração de vegetal; e à pecuária, predominantemente marcada pela criação de ovinos, galináceos e caprinos, nesta ordem. Sobre esse aspecto, ressalta-se a importância dessas ruralidades na constituição econômica do município, constituindo-se como produtoras das suas principais fontes de renda. As trocas econômicas mantidas entre a sede municipal e suas comunidades rurais constituem uma relação de reciprocidade que configura dois modos de vida que se interrelacionam e se afetam construindo uma existência não residual e marcadamente interdependente (Wanderley & Favareto, 2014).

Entre as comunidades rurais pertencentes ao município de Monte Santo, duas foram elencadas para participar desta pesquisa: a Fazenda Bom Será, localizada a aproximadamente 17 km da sede municipal de Monte Santo, na qual foi iniciado o campo de pesquisa; e o Povoado Santo Antônio, localizado a aproximadamente 13 km da sede municipal. A distância entre as duas comunidades é de aproximadamente 4 km. Apesar de situadas geograficamente

em limites territoriais estabelecidos, ambas as comunidades compartilham entre si todas as esferas da organização política, religiosa, cultural, educacional e socioeconômica. A escolha das comunidades se deu em função de a presente pesquisadora de mestrado ter nascido e crescido nesta territorialidade e por ainda manter suas principais relações familiares neste espaço. Tal fator se mostrou relevante, sobretudo, em virtude do contexto da pandemia da COVID-19, que inibiu o comportamento social e a visitação de outros contextos comunitários. A história e caracterização das comunidades rurais, suas principais características, como se organizam e constroem-se mutuamente a partir das dimensões econômica, política, cultural e simbólica, serão mais bem descritas no tópico a seguir.

Figura 2

A cidade de Monte Santo/BA ao sopé da Serra da Santa Cruz.



Nota. (Google Earth, 2014)

4.3. História e caracterização das comunidades

De acordo com Tönnies (1979) citado por Prado (2008), no século 19, o conceito de *comunidade* se diferencia do conceito de *sociedade* por representar um ideal de unidade e de

ação individual focada no bem comum e não no benefício individual. No entanto, segundo o autor, o raciocínio dicotômico e o desenvolvimento histórico na modernidade revelaram impossibilidades articulatórias entre indivíduo e comunidade, configurando a utopia comunitária como uma base de sedimentação de antinomias. A psicologia é localizada, nesta discussão, como um campo formado em meio a diversos tensionamentos e contradições. Processo que acabou por compreender *sociedade* e *indivíduo* a partir de uma cisão epistemológica orientando e legitimando projetos que são distintos não exatamente pela dialética provocada pelas suas proposições, mas pela negação da própria possibilidade dialética. Sendo a saída mais pertinente deste lugar de extremos, a produção de conhecimento baseada nas pluralidades e na interação histórica entre a realidade social e individual, bem como pela promoção de um sentido comunitário nem totalizante e nem fragmentado.

No âmbito da psicologia social, o conceito de comunidade foi descrito por Sawaia (2007) como uma perspectiva que surge na década de 1970, a partir do período de crise da psicologia social e de uma nova proposta de candidatura ao comprometimento com as minorias e com a transformação social. A autora adverte para a amplitude de significações do conceito e para a visão utópica que este adquire ao estacionar em um lugar de idealização da vida em sociedade, onde não se prevê mudanças; de demagogia e reducionismos; ou de uma “intencionalidade prática que continuava voltada à integração social mais que à exclusão” (Sawaia, 2007, p. 45). Nesse sentido, reforça-se a importância de se discriminar a perspectiva utilizada ao se trabalhar com este conceito.

Contribuindo com esse debate, Bonomo (2010), em seu estudo sobre a construção da identidade social dentro de contextos comunitários rurais, traz a partir do pensamento tajfeliano e das considerações de Palmonari e Zani (2003), a noção de *grupo*, apontando para o modo como uma comunidade se constrói através da conjugação de significações tecidas de forma afetiva e pelo sentimento de pertença a esse lugar-relação constituído. A noção de grupo vai exemplificar um processo psicossociológico no qual suas/seus integrantes necessitam sentirem-se pertencentes ao próprio grupo, conferindo-lhe critérios avaliativos positivos, sustentados por uma carga afetiva e emocional.

O reconhecimento do grupo como uma ferramenta analítica serve aqui para compreender esse lugar-relação elaborado pelas duas comunidades rurais participantes e co-construtoras desta pesquisa, a fim de dar conta da interface produzida entre os territórios e o grupo social que os constituem, resultando na compreensão da territorialidade. O território pode ser compreendido como um pedaço-cisão do espaço constantemente atravessado pelas ocupações, disputas e divisões estabelecidas em sociedade, alcançando ao longo do tempo

reformulações que dimensionaram sua compreensão (Haesbaert, 2004). Já a territorialidade, ao transcender os limites geográficos do espaço, integra suas dimensões oferecendo uma complexidade psicossociológica, relacional e simbólica ao território. Estabelece-se como uma relação entre sociedade e espaço vivido a partir de um sentido de pertencimento e identificação, bem como pela concretização da ação prática e das redes de significação ali construídas pelo grupo social (Albagli e Maciel, 2004; Haesbaert, 2004).

A equivalência entre comunidade-grupo e a ampliação da noção de território possibilitou neste trabalho a percepção de uma territorialidade integrada e relacional que compartilha entre si uma organização social, política, cultural, educacional, tal como é percebida ao conhecer a história e as negociações articuladas entre ambas as comunidades, bem como as diferenciações que também se apresentam. Elementos que reforçam que o trabalho em psicologia social se materializa na complexidade, pois, como bem pontuou Michel Maffesoli, a construção da vida cotidiana “[...] produz esta sociedade complexa que, por sua vez, merece uma análise complexa” (Maffesoli, 1987, p. 21 *apud* Prado, 2008, p. 219).

Diante disso, ressaltamos que o termo *comunidade* é aqui utilizado para se referir ao modo como a população destes espaços nomeia os territórios rurais em que vive e outros espaços adjacentes, referindo-se às relações estabelecidas dentro ou fora dos laços familiares, no trabalho-emprego, formas de lazer, etc. Já os termos *fazenda* e *povoado* são utilizados pela população local como uma classificação diferenciadora entre uma comunidade e a outra, na qual *povoado* representa uma comunidade com maior autonomia comercial e casas aproximadas, e o termo *fazenda* qualifica uma comunidade com casas mais afastadas e sem um centro comercial autônomo. Os *territórios* Fazenda Bom Será e Povoado Santo Antônio são compreendidos nesta pesquisa como duas ruralidades que se atravessam a partir de uma constituição recíproca, forjando um grupo social que compreende e se articula objetiva e subjetivamente a partir desses territórios, construindo assim, uma territorialidade compartilhada (Colin & Pelicioni, 2018).

A seguir apresentaremos separadamente as comunidades participantes com o objetivo de respeitar a história de cada uma delas e as especificidades de sua formação. Contudo utilizaremos a compreensão da territorialidade e do grupo social para discutir e analisar os resultados encontrados neste trabalho.

4.3.1 Fazenda Bom Será

As observações sobre a primeira comunidade analisada – Fazenda Bom Será – foram acessadas a partir do contato com duas/dois moradoras/es daquela comunidade. Segundo o relato concedido, Bom Será foi fundada por duas famílias distintas: a família do Dantinha e a família do Pedro Periquito, entre as décadas 1950-1960. Em meados da década de 1970, outras famílias que ali chegavam deram continuidade e crescimento à fazenda. Atualmente a comunidade possui 15 famílias e um sítio, neste não há famílias residindo, é ocupado apenas quando o dono (que é de outra região) faz suas visitas esporádicas. As casas ali habitadas são separadas entre si por uma distância média de 2 km. De acordo com as informações, tal característica é o que torna essa comunidade uma fazenda e não um povoado.

Em termos de organização social, política, econômica, educacional e sociocultural, percebe-se uma comunidade que não possui centros comerciais, espaços de lazer ou transações coletivas entre as pessoas do lugar. Os meios de subsistência constituem-se pelo plantio do feijão, milho, mandioca, pela produção de sisal e pela criação de caprinos, ovinos e galináceos. Os modos de subsistência envolvem a venda dos alimentos oriundos da agricultura familiar, produzidos de forma independente ou a partir da organização de mutirões, batalhões e farinhadas (nos quais são reunidos homens da comunidade para o preparo da terra nas roças e mulheres para o plantio e colheita dos alimentos), além da venda dos animais de criação. Cabe considerar que apesar de tais negociações econômicas ocorrerem entre as pessoas da comunidade, estas são majoritariamente realizadas no Povoado Santo Antônio.

Nesta comunidade não há instituições de ensino, postos de saúde ou sindicatos. Todas as articulações relacionadas a estes âmbitos são estabelecidas no Povoado Santo Antônio, onde a população se une para engendrar pautas e as necessidades existentes. No que se refere às condições de infraestrutura, destaca-se que não há serviços de saneamento básico como: esgotamento sanitário (as pessoas costumam incinerar o lixo produzido em suas propriedades ou utilizá-lo com adubo), captação, tratamento e distribuição de água potável para consumo ou higiene. Apenas em tempos de seca ou estiagem irregular, o Governo Federal, através do Exército Brasileiro, envia caminhões-pipa para abastecer as casas, que geralmente possuem cisternas particulares ou construídas pelo Programa Cisternas, também do Governo Federal.

Há, entretanto, um poço artesiano de uso coletivo (sem filtro dessalinizador) abastecendo a comunidade.

Os meios de transporte são particulares e as visitas a outras comunidades são realizadas através de motocicletas (bastante comum na maioria das casas), a pé ou através de caronas. Para se locomover até a sede do município, as pessoas que não possuem motocicletas ou outro meio de transporte, se utilizam de ônibus ou carros particulares, oriundos de comunidades vizinhas, em dias específicos da semana: quarta-feira e sexta-feira, este último trata-se do dia em que a cidade de Monte Santo realiza sua feira livre.

A comunicação entre a população é realizada através de ligações telefônicas e pelas redes sociais digitais. A televisão e o rádio são citados como os meios mais usuais de acesso à informação. Além disso, a troca de informações via recados e conversas durante os encontros e atividades laborais coletivas (agora restritas devido à pandemia da COVID-19) constituem formas importantes de comunicação e sociabilidade. Atividades como buscar lenha ou água em poços e tanques comunitários, a construção e reformas das casas ou a já citada realização de mutirões e batalhões nos roçados são formas comuns de troca social naquele contexto. Ressalta-se que não são realizados festejos culturais ou religiosos dentro desta comunidade, limitando-se a pequenas comemorações familiares, nas quais, com pouca frequência, convidam-se demais habitantes para participação. Por essa razão, é costume das pessoas moradoras frequentarem a região central do Povoado Santo Antônio aos sábados e domingos ou em festas regulares, em busca de lazer e diversão.

De acordo com a contabilização populacional levantada nesta pesquisa, a comunidade rural Fazenda Bom Será possui o total de 46 habitantes. Foram entrevistadas 16 mulheres (03 jovens e 13 adultas).

Figura 3

Comunidade Rural - Fazenda Bom Será, município de Monte Santo/BA.



Nota. Em amarelo, área habitada da comunidade rural Fazenda Bom Será

4.3.2 Povoado Santo Antônio

Ao nos deslocarmos da última casa da comunidade Fazenda Bom Será, nos deparamos com uma estrada de terra que leva ao Povoado Santo Antônio, segunda e última comunidade rural pesquisada. A distância entre as duas comunidades  de aproximadamente 4 km.

As informações sobre a história e organização desta comunidade foram obtidas através de uma moradora da comunidade que trabalha na área da educação. Segundo a entrevistada, não se sabe ao certo quando o Povoado Santo Antônio foi fundado, todavia, ela conta que as figuras de Luis Dantas e Antônio Dantas foram seus primeiros moradores. Antônio era filho de Luís, ambos refugiados de uma das grandes guerras na Europa, conseguiram chegar ao Brasil e erguer um novo lugar para viver. Após alguns anos e com a morte do pai, Antônio construiu sua família e seus bens através da criação de animais e da plantação de alimentos para a própria subsistência. Com o desenrolar dos anos, famílias foram se desenvolvendo a partir da agricultura e da caça, comercializando o algodão e a mamona. Tais atividades promoveram a construção de estradas entre a comunidade e a sede municipal de Monte Santo. Após o falecimento de Antônio sua família passou a chamar a

localidade de Santo Antônio em sua homenagem, e aos poucos com o número de casas instaladas aumentando ganhou a classificação de *povoado*.

A organização territorial de Santo Antônio mostra-se um pouco diferente da comunidade anterior, visto que boa parte das casas está organizada em blocos de proximidade, formando a região central do povoado, denominada Biongo. As demais casas estão situadas próximas ao Biongo, porém, relativamente afastadas umas das outras. Sobre isso, é importante mencionar que os limites geográficos que separam as comunidades são estabelecidos pela população utilizando-se de casas ou roças de alguma pessoa moradora para estabelecer essa delimitação. Esse arranjo territorial é definido pela população como uma divisa. O Povoado Santo Antônio possui o total de 7 divisas com outras comunidades rurais, dentre as quais está a Fazenda Bom Será.

Com relação ao processo de subsistência, o povoado mantém semelhanças com a Fazenda Bom Será, tendo em vista que o plantio de feijão, milho, a produção do sisal e a criação de caprinos, ovinos e galináceos também se configuram como os principais meios de subsistir e de gerar renda para a sua população. Contudo é percebida uma intensificação das atividades para além do sustento familiar como o abate de caprinos, ovinos e gado para a venda da carne e peles, além da venda dos rebanhos. A relativa independência comercial do povoado com relação à sede municipal também caracteriza a organização econômica desta comunidade, visto que na região central do povoado, existem bares e pequenos mercados que abastecem a comunidade. Tal processo promove novas relações econômicas e favorece a realização de transações entre o Povoado Santo Antônio e a Fazenda Bom Será.

No que se refere à presença de instituições, destaca-se que não há sindicatos no povoado, contudo, há uma associação de trabalhadores na qual são debatidos projetos sociais para o desenvolvimento comunitário. No Povoado Santo Antônio, há uma escola rural que oferece dois níveis de ensino: educação infantil e ensino fundamental I. Recentemente a comunidade também passou a sediar um posto de saúde. Há também uma capela (religião católica) e uma igreja (religião evangélica). Ressalte-se que todas essas instituições se localizam na região do Biongo, sendo formalmente compartilhadas com a Fazenda Bom Será.

Com relação às condições de infraestrutura da comunidade, ressalta-se que também não há serviços de saneamento básico como: esgotamento sanitário (a prefeitura recolhe o lixo através de caçambas), captação, tratamento e distribuição de água potável para consumo e higiene. De forma semelhante à Fazenda Bom Será, apenas durante secas ou estiagens irregulares, o Governo Federal envia caminhões-pipa para abastecer as casas. A maioria das residências também possui cisternas particulares ou construídas pelo Programa Cisternas.

Também há um poço artesiano coletivo (com filtro dessalinizador) abastecendo a comunidade. Os meios de transportes utilizados para acessar outras comunidades vizinhas incluem motocicletas e carros particulares, no entanto, para chegar à cidade, pessoas sem meios de transporte utilizam ônibus ou carros coletivos privados oriundos de outras comunidades ao entorno.

Quanto aos meios de comunicação e acesso à informação estes são estabelecidos a partir dos recados e encontros coletivos (atualmente restritos pela COVID-9), bem como pelo uso de ligações telefônicas e de redes sociais digitais, além da televisão e do rádio.

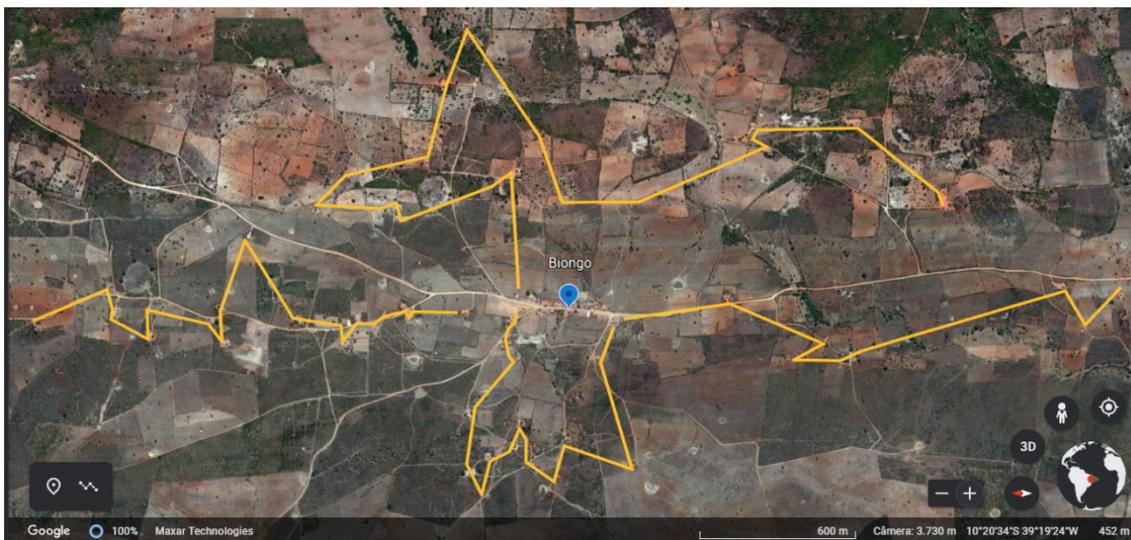
No que se refere às manifestações culturais, percebe-se que é nesta comunidade que estão centralizadas as festas coletivas e atividades de entretenimento e lazer. Em razão de seu nome são realizados anualmente festejos juninos no dia 13 de junho. O festejo de Santo Antônio é conhecido pela população como “A Festa do Dia 13”, com direito a comidas típicas, quadrilhas, brincadeiras e música ao vivo. A festa é tradicionalmente realizada na região do Biongo. No restante do ano, são os domingos e os sábados que marcam a abertura de bares, havendo o recebimento de uma expressiva quantidade de pessoas de outras comunidades e da sede municipal. Atualmente, com a pandemia da COVID-19, esses festejos e encontros estão suspensos e o Biongo tem recebido uma menor quantidade de pessoas, o que impactou significativamente a renda de comerciantes locais e de suas famílias.

Como foi destacado, existem 07 divisas que delimitam geograficamente o território desta comunidade em relação a outras, são estas: a Fazenda Bom Será; a Fazenda Poço Verde; a Fazenda Lage Grande; o Povoado Acarú; a Fazenda Olho D’água; o Povoado Foveiro; e a Fazenda Quembrenghem. Dessa maneira, respeitando os arranjos territoriais estabelecidos pelas pessoas do lugar, todas as residências presentes nas sete divisas do Povoado Santo Antônio e consideradas pertencentes a ele foram contabilizadas e acessadas.

De acordo com a contabilização populacional, levantada nesta pesquisa, o Povoado Santo Antônio possui o total de 221 habitantes. Foram entrevistadas 46 mulheres (09 jovens e 37 adultas).

Figura 4

Comunidade Rural – Povoado Santo Antônio, município de Monte Santo/BA.



Nota. Em amarelo, área habitada da comunidade rural Povoado Santo Antônio. Em azul, Biongo (região central do povoado).

4.4 As Participantes

O intuito inicial desta pesquisa consistiu em realizar entrevistas presenciais com mulheres escolarizadas e não escolarizadas, de três faixas etárias: jovens (18 anos a 24 anos), adultas (25 a 59 anos) e idosas (acima de 60 anos), nascidas e/ou moradoras das comunidades rurais supracitadas. Quando estas eram apenas moradoras, observava-se quanto à sua naturalidade também se originar em outras ruralidades, visto que é bastante comum na região, a mudança de residências entre as comunidades rurais ali existentes. Contudo em razão do contexto pandêmico, algumas mudanças precisaram ser implementadas: a exclusão da terceira faixa etária (acima de 60 anos) por configurar-se grupo de risco para a doença COVID-19; e a construção de um questionário online de pesquisa, a fim de diminuir o contato social durante a aplicação, em virtude dos riscos de contaminação pelo novo coronavírus.

A partir das modificações supracitadas participaram desta pesquisa 62 mulheres: 12 mulheres jovens e 50 mulheres adultas, escolarizadas e não escolarizadas, contemplando, dessa maneira, apenas as faixas etárias: jovem (a partir de 18 a 24 anos) e adulta (a partir de

25 a 59 anos)⁸. Todas nascidas e/ou moradoras das comunidades rurais Fazenda Bom Será e Povoado Santo Antônio, no período de coleta. Além das entrevistadas, também participaram 02 moradoras/es da comunidade Fazenda Bom Será e 01 moradora da comunidade Povoado Santo Antônio, fornecendo dados e informações sobre a origem histórica das comunidades, através de conversa informal. Também 02 moradoras/es da Fazenda Bom Será e 02 moradoras do Povoado Santo Antônio compuseram as lideranças comunitárias facilitadoras da coleta de dados.

4.5 Procedimentos de Coleta de Dados

A pandemia da COVID-19 delineou algumas imposições quanto à realização deste trabalho, na medida em que tornou o campo de pesquisa presencial um território de dúvida e apreensão, em função do risco de contaminação pelo novo coronavírus. Além disso, limitou a possibilidade de acessar recortes sociais específicos dentre as mulheres participantes, como as mulheres idosas, não escolarizadas, e as sem recursos de conexão à internet/aparelho celular. O impacto das novas configurações sociais impostas pelo cenário pandêmico ampliou a já existente necessidade de reflexão sobre os desafios frequentemente encontrados na pesquisa em cenários rurais, ressaltando a importância de se observar as novas dimensões e aprendizados que cenários atípicos podem oferecer à pesquisa nacional.

Conforme já observado por Dantas et al. (2018), as pesquisas em contextos de ruralidade exigem uma confluência entre o método e a ética, propondo a observação das alteridades e das singularidades constituintes desses espaços. O que se mostra atualmente como uma postura de extrema relevância, sobretudo, ao considerar períodos pandêmicos, nos quais as pessoas estão sujeitas à ampliação de suas vulnerabilidades psicossociais e sanitárias, necessitando serem vistas e encontradas com compreensão, olhar crítico e humanidade. Desse modo, reforça-se que uma lógica urbano-centrada, não dando conta dos diversos cenários e modos de vida no campo, acabaria também por impedir o descortinamento das mudanças que a pandemia incorporou nas ruralidades, confinando as observações da pesquisa ao isolamento

⁸Neste trabalho, estamos considerando a lei brasileira que define como pessoas adultas, aquelas que possuem idade entre 18 anos completos e 59 anos completos. No entanto, para subdividi-las em jovens e adultas, nos baseamos na definição proposta pela Organização Mundial de Saúde (1965), que considera a juventude até os 24 anos de idade. Nesse sentido, optamos aqui por uma concepção etária ao invés de geracional. (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990/Estatuto da Criança e do Adolescente; e Lei nº 10.741/14.423, de 1º de outubro de 2003/22 de julho de 2022/Estatuto do Idoso/Estatuto da Pessoa Idosa).

analítico (Romanelli, 1998), reforçando posturas universais e insensíveis, criando uma fantasia epistemológica sobre a ruralidade que não condiz com a sua diversa realidade.

Buscando levar em consideração as observações supracitadas, o plano de coleta de dados orientou-se para a aplicação do questionário de forma online, mas também por meio da entrevista presencial, já que era necessário garantir que as mulheres não escolarizadas fossem devidamente incluídas na pesquisa. Reforça-se que a exclusão de um dos grupos etários (acima de 60 anos) foi rigidamente realizada a fim de seguir corretamente as medidas de segurança impostas pelo contexto pandêmico, e para proteger tais mulheres. Em relação às aplicações por meio da entrevista presencial (junto às mulheres não escolarizadas), também foram observadas todas as medidas de segurança contra a infecção do novo coronavírus, através da realização de quarentena de 15 dias (pela pesquisadora responsável pela aplicação), do rigoroso uso de máscaras, álcool gel, distanciamento físico e preferência por locais abertos no momento das entrevistas presenciais. Também foi solicitado que mulheres da mesma família aplicassem o questionário online umas nas outras, contudo, essa opção foi preterida pelas participantes.

Durante o período de quarentena foi realizado um levantamento quantitativo das casas pertencentes à Fazenda Bom Será e ao Povoado Santo Antônio, buscando identificar quantas famílias residiam naqueles contextos e em quais residências existiriam mulheres dentro da faixa etária de interesse desta pesquisa, excetuando as mulheres com idade acima de 60 anos. Além disso, foi verificada a possibilidade de as pessoas não estarem recebendo visitas, em virtude da pandemia, mesmo com as devidas medidas de segurança sendo tomadas. Foram encontradas 02 mulheres adultas que recusavam receber visitas dentro de suas casas, mas que poderiam conversar do lado de fora destas, com o devido distanciamento físico. Foram mapeadas as residências que possuíam sinal de internet via conexão sem fio ou móvel para o compartilhamento do link do questionário online de pesquisa, junto às mulheres escolarizadas e munidas de aparelho celular smartphone. O levantamento e mapeamento foram possíveis em razão de as duas comunidades possuírem um número relativamente pequeno de habitantes, e por manterem uma fluida rede de interação social.

Antes de iniciar a pesquisa, foi relevante considerar alguns aspectos da organização social das comunidades, como o horário das entrevistas, tendo em vista, que era preciso respeitar o espaço das atividades agrícolas e domésticas exercidas pelas famílias nas comunidades. Nesse sentido, sendo o mês de Janeiro, uma época em que não costuma haver colheita e nem plantio naquela região, devido ao clima, o encontro se deu com mais facilidade, exceto pelo calor que as caminhadas provocavam, exigindo preparo e cuidados,

com a hidratação e o uso de proteção solar. As visitas eram realizadas a pé ou em motocicletas pertencentes à família da presente pesquisadora responsável.

Outra estratégia relevante para dar início à coleta de dados, sobretudo, considerando a pesquisa em contexto de ruralidade, em tempos de pandêmicos, onde o desconhecido e o medo podem se tornar fortes oponentes da pesquisa, foi a de estabelecer contato com alguém da comunidade que exercia um papel de liderança (ser conhecido ou conhecida por todas as pessoas da comunidade e manter uma relação de respeito) entre a população local. Assim, antes de iniciar as visitas às residências, foram eleitas 02 lideranças em cada comunidade, as 04 lideranças eleitas fazem parte da família da pesquisadora de mestrado responsável. É importante considerar que sempre era solicitado que essas pessoas se ausentassem durante as entrevistas, a fim de garantir o sigilo e o conforto das entrevistadas.

Uma das primeiras dificuldades para a coleta de dados se deu antes mesmo do início das aplicações, devido ao fato de a pandemia ter prejudicado as condições de sinal de telefonia da região e conseqüentemente, da rede de conexão móvel (3g/4g), consideradas pelas moradoras e moradores da região, como algo já precário. Dessa maneira, as mulheres escolarizadas que utilizavam celulares smartphones com sinal 3g/4g, não poderiam acessar o link do questionário online de pesquisa. Nesse sentido, a alternativa para inseri-las foi a de realizar a aplicação do questionário por meio de entrevista presencial, passando de casa em casa. O link foi enviado apenas para as mulheres escolarizadas, com acesso à internet. No entanto, a maioria das mulheres das comunidades preferiu responder presencialmente e através do celular da pesquisadora de mestrado responsável.

Durante o início das aplicações optou-se por não entrevistar as mulheres de forma aleatória, mas sim, partindo da primeira casa da comunidade rural Fazenda Bom Será, seguindo em direção à estrada de terra que leva ao Povoado Santo Antônio. Buscou-se finalizar todas as entrevistas nas residências que se mantinham muito próximas umas das outras, a fim de diminuir as trocas entre as mulheres sobre o tema da pesquisa, evitando possíveis influências nas respostas, bem como a possibilidade de criar uma resistência quanto ao tema, antes mesmo de serem convidadas a participar das entrevistas. Nesse sentido, a aplicação do questionário se deu por meio da entrevista presencial para a maior parcela das mulheres entrevistadas, em ambas as comunidades. Cabe destacar mais uma vez que a eleição de uma liderança comunitária foi de extrema importância na acessibilidade das casas e na aceitabilidade das mulheres em participar das entrevistas. O estranhamento, a timidez e a pouca abertura iniciais, com muita frequência eram situações diminuídas quando a pessoa se via diante de uma pessoa do seu contexto.

Antes da aplicação do questionário, primeiramente, era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), salientando os pontos mais importantes da participação, como o sigilo, anonimato, possibilidade de desistência a qualquer momento, tema da pesquisa e tempo de duração, além da solicitação para o prosseguimento da entrevista. Nesses momentos, era bastante comum que algumas pessoas da família permanecessem junto à entrevistada durante as aplicações, principalmente, seus esposos/companheiros.

A coleta de dados foi realizada durante o mês de janeiro de 2021, iniciando-se pela Fazenda Bom Será, onde foram entrevistadas o total de 16 mulheres (3 mulheres jovens e 13 mulheres adultas). Apenas 01 moradora adulta não foi entrevistada, pois estava viajando no período da coleta. No Povoado Santo Antônio foram entrevistadas 46 mulheres (09 mulheres jovens e 37 mulheres adultas). Nesta comunidade, 04 mulheres adultas não participaram da pesquisa pelas seguintes questões: saúde mental; estar viajando no período da coleta, falhas de conexão à internet e origem urbana. E 02 mulheres jovens não responderam ao questionário online enviado via link, apesar de aceitarem participar da pesquisa ao serem convidadas remotamente.

4.6 Instrumento

Como já foi mencionado, primeiramente foi desenvolvido um roteiro de entrevista semiestruturado para fins de aplicação presencial nas comunidades rurais participantes desta pesquisa. No entanto a declaração da pandemia da COVID-19, e com a conseguinte reestruturação dos calendários de pesquisa nas universidades, optou-se por alterar o instrumento de pesquisa, formatando-o para um questionário semiestruturado online, a fim de ser aplicado junto às mulheres escolarizadas e conectadas, evitando o mínimo de contato presencial com as participantes. O questionário foi produzido através do *Google Forms*, um aplicativo gratuito de gerenciamento de pesquisas através do qual é possível coletar e registrar informações sobre as pessoas.

Salienta-se que o questionário de pesquisa seguiu a mesma estrutura proposta para a aplicação presencial, compondo as duas seguintes etapas: a primeira etapa constituiu a aplicação de tarefas de evocação livre; seguida pela aplicação de 23 questões abertas e 18 questões fechadas. E a segunda etapa compreendeu questões sobre a caracterização

sociodemográfica das entrevistadas. Apenas foi modificado o formato de algumas questões para fins de aplicação digital (Anexo B).

Também foi produzido um diário de campo com o objetivo de fornecer narrativas cotidianas sobre o contexto pesquisado, potencializando o enriquecimento do material de pesquisa, bem como servindo de espaço para anotações pertinentes ao campo de pesquisa atravessado pela ocorrência da pandemia. É sabido que diários de campo podem fornecer à pesquisa científica não só um retorno, mas a oportunidade de a pesquisadora observar a sua atuação durante o encontro com as pessoas e o lugar em que habitam, constroem suas formas de compreender o mundo, orientam suas práticas, dando-lhes significado. Romanelli (1998) salientou que o encontro com a alteridade acontece quando nos dispomos a enxergar nossas coparticipantes da pesquisa, como pessoas e não como objetos de apropriação, ressaltando que quando nos desvestimos da neutralidade e da objetividade, permitimos que a subjetividade aconteça de forma segura e responsável, ou seja, permitindo olhar com equilíbrio para o método e para as pessoas, sem anular nenhum e nem o outro.

4.7 Procedimentos de Análise

As pesquisas embasadas pela teoria das representações sociais sustentam-se teórico-metodologicamente na busca pelo entendimento de como significações partilhadas coletivamente se manifestam via discursos, narrativas e práticas sociais, ampliando, dessa maneira, as condições para a compreensão da realidade simbólica de contextos pouco ou nunca estudados, e contribuindo para o compartilhamento de novas perspectivas e visões de mundo (Moscovici, 2003).

Considerando tal potencialidade, esta pesquisa recorre ao pensamento teórico-metodológico de Jodelet (1989/2001; 2009) e Moscovici (1961/2012) com a finalidade de compreender o caminho e os elementos de comunicação pelos quais percorrem e são construídas as representações sociais do objeto *feminismo* na vida cotidiana das mulheres participantes. Tal enfoque objetiva reconhecer o modo como estas representações são passadas e experienciadas através das práticas sociais, no mundo coletivo (Banchs, 2004), bem como entender as estratégias de ancoragem e objetivação utilizadas para acolher a novidade, e oferecer o conforto da iconicidade.

Além disso, esta pesquisa também é escrita à luz da orientação epistemológica feminista dos Saberes Localizados, de Haraway (1995), com o compromisso de reforçar o posicionamento ético-político para a construção do conhecimento a partir de uma proposta de responsabilidade e problematização crítica da pesquisadora diante do pesquisar, delineando uma metodologia compreensiva do mundo fora da noção de neutralidade e socialmente situada. Tal posicionamento se soma e encontra diálogo junto ao campo da teoria das representações sociais, cujas premissas também se embasam na compreensão de saberes cotidianos contextualizados.

Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa, que buscou identificar e compreender as representações sociais de *feminismo* para mulheres de dois contextos de ruralidade específicos (considerando a possibilidade de existência, construção ou inexistência desta representação), fazendo uso de um questionário semiestruturado online. Os dados obtidos através do instrumento de pesquisa foram submetidos à análise de tabela de frequência simples e à análise de conteúdo.

Os dados das questões fechadas foram sistematizados através do recurso Planilhas Google, da plataforma Google Drive, fornecendo frequências simples, cujos resultados permitiram a elaboração de múltiplas análises sobre a caracterização sociodemográfica das participantes e de suas comunidades, conferindo a esta pesquisa o entendimento socio-histórico, político e cultural dos contextos analisados. Sendo também possível, a realização de análises sistemáticas quanto aos modos e meios de circulação do objeto de estudo investigado, e sua recepção no cotidiano daqueles espaços.

O método utilizado para analisar as questões abertas e as evocações de palavras obtidas através do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) foi a análise de conteúdo categorial. A análise de conteúdo é definida por Bardin (1977/2016, p. 44) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Segundo a autora, tais técnicas são capazes de analisar os conteúdos presentes nas mensagens, indagando-as sobre como foram construídas, seu caráter constitutivo, contemplando sua carga afetiva e sua bagagem sociocultural. Nesse sentido, a técnica age em confluência com os objetivos das pesquisas em representações sociais, dedicadas à compreensão da dinâmica psicossociológica subjacente à construção do pensamento comum, saberes e práticas sociais, a partir dos diferentes contextos.

De acordo com Bardin (1977/2016), a análise de conteúdo é realizada a partir do seguinte percurso: pré-análise, exploração do material, tratamento e interpretação dos

resultados. A fase pré-analítica consiste em realizar o primeiro contato com o material a ser analisado, organizando-o e selecionando-o de forma sistemática, mas também intuitiva, por meio da leitura flutuante. É a partir disso que podem ser formulados ou respeitados os objetivos e as hipóteses do trabalho analítico a ser iniciado. Essa aproximação com o material vai aos poucos demarcando seu *corpus*, cuja constituição precisa cumprir as seguintes regras: a *exaustividade*, na qual nenhum aspecto do material pode ser excluído sem uma análise rigorosa de sua função; a *representatividade*, quando a amostra representa aquele universo; a *homogeneidade*, quando o material a ser analisado provém de emissoras semelhantes e é colhido a partir da mesma técnica, sobre o mesmo tema; e a *pertinência*, essa regra diz respeito ao fato de que o material deve estar de acordo com o objeto e objetivos previstos na análise.

Na fase de exploração do material, concentra-se a codificação e a categorização do material. Para Bardin (1977/2016), essa fase exige mais tempo e também possui algumas regras a serem cumpridas, as categorias precisam seguir critérios de pertinência, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade. Por fim, a fase de interpretação em que os dados precisam adquirir significado, representando mais do que uma descrição dos achados, também uma compreensão dos conteúdos manifestos e subjacentes das mensagens analisadas, possibilitando a construção de inferências.

4.8. Diário de Campo: a Pesquisa em Contextos de Ruralidade Durante a Pandemia da COVID-19⁹

O que permitiu me aproximar do contexto da presente pesquisa não foi, como eu havia pensado, no início do meu curso de mestrado, o fato de eu ter nascido e crescido na ruralidade em que me propus estudar. Como bem salientou Romanelli (1998), nem mesmo a participação no cotidiano e a convivência são completamente eficazes para compreender o espaço vivido pela outra e pelo outro e os detalhes etnográficos que compõem as trocas e práticas sociais. Para isso, é preciso antes, a sabedoria de desconhecer-se e reparar na alteridade. Desse modo, ao me preparar para o campo, vi que não seria suficiente apenas lembrar como as trocas aconteciam naquele espaço, nem como as desconfianças e os

⁹ Este diário de campo foi produzido pela presente pesquisadora de mestrado durante o seu campo de pesquisa, nas comunidades rurais Povoado Santo Antônio e Fazenda Bom Será, município de Monte Santo/BA, sendo por essa razão, escrito em primeira pessoa.

enredos discursivos se organizavam, mas sim, me atentar para aquela realidade que se apresentava naquele instante, com as mudanças que o tempo e a experiência social cuidaram em realizar. Estive em constante e compreensível órbita entre o lugar de pesquisadora e o de ex-moradora daquela ruralidade.

Minha primeira aproximação com o campo de pesquisa, no papel de pesquisadora de mestrado, foi iniciada em agosto de 2019, quando realizei um pré-campo através do qual pude conversar com mulheres oriundas de diferentes ruralidades do município, estudantes de um curso de graduação de uma faculdade particular, na sede municipal. Naquele momento, o pré-campo tinha o objetivo de perceber a presença de elementos representacionais para o termo *feminismo* naquele contexto. Para tanto foi realizada uma conversa informal com essas mulheres durante uma das disciplinas ministradas naquela faculdade.

Durante a discussão solicitei que a coordenadora da turma inserisse no plano de aula a seguinte questão: “*O que vem à sua mente quando você ouve feminismo?*”. A partir da utilização do termo indutor as participantes responderam livremente as seguintes evocações: “*aborto*”; “*defende ideologias*”; “*direitos iguais*”; “*extremismo*”; “*sou pró-vida*”; “*tem muitos, eu pesquisei*”; “*tá invertendo valores*”; “*complexo*”; “*azul e rosa*”; “*muito ramificado*”; “*a mulher é forte como o homem, mas ela não pode se masculinizar*”. Tais observações indicaram a presença de elementos representacionais, reforçando os objetivos desta pesquisa. Foi a partir desse primeiro contato que iniciei as anotações em meu diário de campo, ao qual retornei em 2021, durante a aplicação do questionário de pesquisa.

A escrita do diário de campo ocorreu antes mesmo de a aplicação dos questionários ser iniciada, quando ao chegar à minha comunidade de origem (Fazenda Bom Será), em dezembro de 2020, realizei quarentena, seguindo os protocolos indicados pelas organizações de saúde para o controle da contaminação pelo novo coronavírus. Durante esse período de quarentena pude registrar os principais movimentos cotidianos e as vivências atuais daquela primeira comunidade. Em casa, através dos meus familiares, construí os levantamentos e mapeamentos úteis à pesquisa objetivando otimizar o tempo das aplicações, diminuir os possíveis desafios impostos pela pandemia, e eleger as lideranças comunitárias que iriam me acompanhar durante as entrevistas. Era sabido e esperado que a recusa em receber visitas e o medo provocado pelo contexto pandêmico iriam atravessar o meu contato não só com as mulheres da comunidade, mas com todas as pessoas que ali viviam. Desse modo, o plano de pesquisa em campo foi elaborado levando em consideração tais preocupações.

A primeira atitude que tomei, ainda em quarentena e através de um aplicativo de mensagens instantâneas (*Whatsapp*), foi a de escolher as lideranças comunitárias, pois, a

partir daquele momento seria necessário que o plano de pesquisa fosse realizado em conjunto. Posteriormente, busquei aproveitar o sentido intercomunicativo provocado pela fofoca (Gouveia et al., 2011) e intencionalmente provoquei o “burburinho” de que eu estava fazendo quarentena e de que iria realizar uma pesquisa na comunidade, porém, sem dizer do que se tratava. O objetivo era diminuir o medo em relação à minha presença e tornar a comunidade mais acessível e aberta à pesquisa.

A escolha das lideranças comunitárias foi baseada na minha experiência vivenciada naquele espaço, por conhecer um pouco das formas de aproximação entre moradoras e moradores dali. Era sabido, por exemplo, que para as mulheres adultas, levar uma pessoa também adulta creditaria mais confiança ao processo, pois, as trocas sociais entre elas acontecem com mais frequência. Enquanto para as mulheres mais jovens, estar com alguém da mesma faixa etária, seria mais confortável, pela mesma razão anteriormente mencionada. Nesse sentido, foram escolhidas três pessoas adultas da minha família que possuem frequente interação social com as moradoras, além de uma liderança jovem que também possui a mesma rede interacional. Não posso afirmar como teria sido se eu não tomasse tais alternativas, mas posso dizer que todas as mulheres convidadas presencialmente, aceitaram participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas observando todos os protocolos de segurança recomendados pelas organizações de saúde (uso de máscara, álcool gel, distanciamento físico). O acesso às residências foi realizado através de motocicleta familiar e o primeiro contato era feito pelas lideranças e algumas vezes também por mim. Boa parte das entrevistas foi realizada do lado de fora das casas, a fim de garantir boa ventilação. As más condições de conexão à internet também me faziam realizar as entrevistas onde eu conseguia encontrar sinal 3g/4g. Algumas entrevistas foram realizadas no alto de roçados e lajedos, ao abrigo de árvores, sendo necessária proteção solar e hidratação constante. Neste primeiro contato com as participantes foi possível notar alguns episódios de despreocupação e descuido quanto ao risco de infecção pelo novo coronavírus. Em alguns casos, fui inquirida a retirar a minha máscara com a justificativa de que “ninguém estava doente ali para eu ter esse medo todo”. Assim, era sempre necessário modificar os planos, remarcar a entrevista para outro dia, dialogar sobre alternativas e também sobre o contexto de pandemia vivenciado.

Com relação ao momento em que as mulheres eram convidadas para a entrevista, na maioria das vezes, elas destacavam sentir receio de não responderem adequadamente à pesquisa, julgando-se “ignorantes” e “não saberem responder nada”, às vezes isso acontecia antes mesmo de saber de qual tema se tratava a pesquisa. Contudo ao longo do questionário,

mostravam-se bastante interessadas em falar sobre o tema, sobretudo, diante de questões que tratavam de suas práticas cotidianas. Aqui, podemos pensar na relevância em desconstruir o papel de poder que a pesquisadora ocupa ao encontrar seu contexto de pesquisa, ressaltando a necessidade de saber entrar em contato com o saber genuíno das participantes para alcançá-las em seus modos de compreensão. Sobre esse ponto, Romanelli (1998) foi assertivo em afirmar que a pessoa que é entrevistada deverá atuar como uma ponte de mediação entre aquilo que vivencia e aquilo que a pesquisadora deseja conhecer e se aprofundar, divorciando o método de apropriações enrijecidas.

Percebi que a entrevista de pesquisa exercia um papel de escuta para boa parte das mulheres entrevistadas cuja consequência mais nítida era o aprofundamento contextual em suas vivências, potencializando suas respostas e considerações acerca do tema abordado. Sobre esse aspecto, a violência de gênero apareceu como um fenômeno presente na experiência das participantes. Em algumas residências era comum que algumas mulheres relatassem episódios de violência física, psicológica e sexual sofridas ali mesmo em suas casas ou nas casas de outras mulheres. Muitos relatos eram indiretos e amedrontados, vozes ecoando violências diárias, simultaneamente crentes e desconfiadas diante da minha presença. As negociações do gênero também foram observadas entre mim e os maridos/companheiros das mulheres entrevistadas, visto que, com certa frequência, eu precisava receber uma autorização implícita destes para que eu adentrasse às residências e pudesse realizar a aplicação do questionário. Significando dizer que a não realização dessa negociação iria formatar o modo pelo qual eu iria acessar aquelas mulheres, ou seja, formataria a pesquisa com mulheres naquela ruralidade.

No que se refere ao instrumento de pesquisa, pôde-se observar, durante a aplicação do TALP, que ao serem solicitadas a responder ao comando: *“O que vem à sua mente ou à sua lembrança quando você ouve o termo feminismo?”*, algumas mulheres imaginavam que eu estivesse perguntando especificamente sobre lembranças pessoais do passado, datas familiares comemorativas. Dessa forma, o comando precisou ser alterado para *“No que você pensa quando você ouve feminismo?”*. Além da TALP, as questões 4, 5, 6, 7 e 8 precisaram acrescentar a opção “não sabe dizer”, em virtude do desconhecimento acerca do termo indutor “feminismo”, declarado por boa parte das mulheres participantes.

A experiência com as primeiras entrevistas começou a demonstrar que por mais que eu tivesse origens naquela ruralidade, o meu questionário ainda se mostrava pouco acessível pelo cotidiano pesquisado. Fazendo com que o instrumento se formatasse junto ao campo, reformulando alguns termos e questões do questionário que se mostravam “barreiras de

compreensão”, reforçando a necessidade de observar o campo de pesquisa a fim de conhecer suas formas de construir e compreender os significados do mundo, visto que, não se tratava necessariamente de uma pura incompreensão de termos da pesquisa, mas de uma falta de encaixe destes junto à organização discursiva do contexto. O que poderia ser interpretado como fuga de resposta ou incompreensão à pergunta, na verdade, significava um outro modo de expressão sobre a temática discutida, exigindo cautela e humildade interpretativa.

As observações supracitadas indicaram que faz parte do treino metodológico pensar o método como uma ferramenta que se constrói através da relação com o espaço-tempo da pesquisa e em como as ruralidades e qualquer contexto social devem ser enxergados de acordo com os arranjos de comunicação que as fundamentam, considerando como os acontecimentos do mundo impactam na organização social de sua população. Algumas das questões para as quais me preparei no decorrer do curso de mestrado se mostraram pequenas diante do cenário de pandemia que se instalou no Brasil e no mundo, sobretudo, pesquisando em contexto de ruralidade. Deparei-me com desafios ligados a cinco dimensões estreitamente relacionadas: abertura, representatividade, aplicabilidade, questões de gênero e o contexto pandêmico.

A *abertura*, na qual foi exigida uma organização estratégica da aplicação da pesquisa, que levasse em conta como a comunidade vivenciava a novidade e a forma como a repelia ou aceitava a sua chegada. A *representatividade*, dimensão que se refere ao fato de que nem todas as mulheres puderam responder ao questionário de pesquisa online, ou por razões sociodemográficas como a baixa escolaridade e não alfabetização, ou estruturais como os problemas de conexão à internet e a falta de celulares smartphones por parte de algumas entrevistadas.

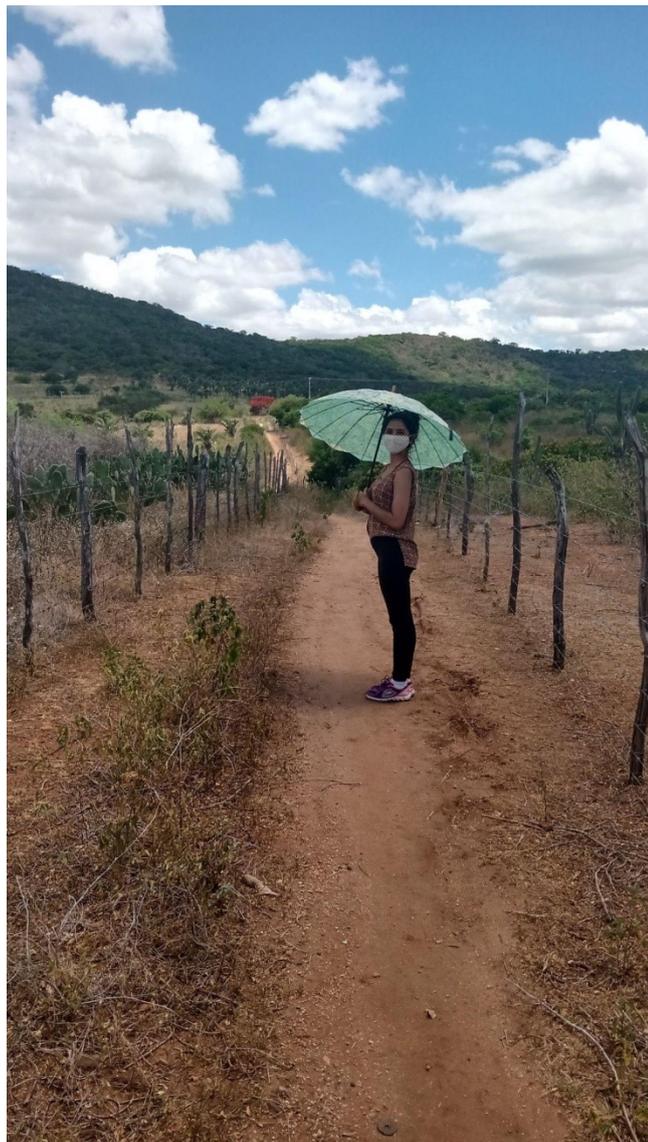
A *aplicabilidade*, que configurou todo o percurso de readaptação do instrumento. Esta dimensão está diretamente relacionada à anterior, na medida em que foi graças ao processo de entrevista que foi possível observar a necessidade de alterações no questionário. Tais alterações estão ligadas ao modo organizativo do discurso e a forma como as mulheres daquelas comunidades dão significado e interpretam o mundo em que vivem. Essa dimensão me colocou diante de um dos maiores desafios desta pesquisa e de uma de suas maiores riquezas: desafio porque eu iria aplicar o questionário online por meio de entrevista, de casa em casa, para praticamente todas as mulheres participantes. E riqueza porque foi por conta desse contato que o acesso ao conteúdo simbólico das entrevistadas, via dúvidas e questionamentos quanto ao instrumento possibilitou o estabelecimento de uma relação de troca ao invés de apropriação do conteúdo e de sua emissora (Romanelli, 1998, p. 124).

A *questão de gênero*, dimensão que me permitiu compreender o quanto os cenários cotidianos daquelas comunidades estão demarcados pelos papéis de masculinidade e feminilidade ali negociados, demonstrando a necessidade de se considerar tais aspectos durante a aproximação com o contexto de pesquisa, bem como nas potencialidades de fazer desse encontro uma intervenção para a mudança. Além de ensinar que o olhar atento e compreensivo, desvestido de autoritarismo e imposições facilitam sobremaneira a relação de confiança e abertura entre pesquisadora e participante. E por fim, *o contexto pandêmico*, que apesar de impactar a realização desta pesquisa, nos fez refletir sobre a postura de se tomar certos lugares como “produto da pesquisa empírica” (Romanelli, 1998, p. 125) sem a devida consideração da organização social e de como os fenômenos do mundo transformam e reconfiguram esses espaços. Tal observação foi um desafio exigente, mas necessário, sobretudo, nestes momentos em que o obscurantismo predomina e as divulgações sobre a ciência acabam sendo sublimadas pela desinformação ideológica.

Sabemos que a pesquisa tem a potencialidade de desenhar políticas públicas através da leitura quali-quantitativa de seus resultados, mas o seu fazer em campo também se inclui nessa potência. Muitas outras implicações foram importantes durante a aplicação do questionário de pesquisa, mas sem dúvida, as dimensões mencionadas demonstram estratégias e posicionamentos que não seriam tão marcantes se não estivéssemos em um momento tão atípico e sem precedentes como o qual estamos vivendo agora.

Figura 5

Míria Moraes em coleta de dados na Fazenda Bom Será, Monte Santo/BA.



5 Resultados e Discussões

Os resultados serão apresentados a seguir de forma descritivo-analítica, contemplando principalmente as faixas etárias das entrevistadas. Outras variáveis foram observadas sempre que estas indicaram especificidades relevantes para o estudo.

A presente seção de resultados e discussões compõe-se duas partes. A primeira corresponde à apresentação das mulheres participantes desta pesquisa e dos marcadores sociais que atravessam suas vivências na territorialidade compartilhada: modos de vida, formas de sociabilidade, acesso à informação e a construção do *ser mulher*. Entendendo que essas informações constituem base fundamental para a formação de representações sociais. A segunda parte corresponde à discussão sobre *como* e *se* são construídas representações sociais de *feminismo* para as mulheres entrevistadas. As tabelas foram organizadas observando as duas faixas etárias analisadas, de modo a evidenciar as significações compartilhadas entre as duas faixas etárias.

5.1 Caracterização Sociodemográfica e Modos de Vida das Participantes

De acordo com os resultados obtidos, a maioria das mulheres entrevistadas pertence à faixa etária *adulta* representando mais de 80% da amostra (n=50). No que se refere especificamente à idade das entrevistadas, observou-se que mulheres jovens concentram-se entre 18 e 23 anos e mulheres adultas entre 27 e 49 anos de idade.

Observando ambas as faixas etárias, os resultados indicam que a maioria das participantes se autodeclara parda (61,3%), seguida por uma segunda maioria autodeclarada branca (33,9%). Apenas 01 entrevistada se autodeclarou preta, 02 autodeclararam-se amarelas, e nenhuma entrevistada se autodeclarou indígena. Sobre as condições de moradia, a maioria das participantes informou residir em casa própria.

Os dados referentes ao posicionamento político e religião também se mostraram semelhantes entre as faixas etárias. Dentre as que responderam de acordo com o espectro político utilizado no questionário de pesquisa, observou-se uma polarização entre as posições esquerda e direita em que 04 entrevistadas adultas e 01 jovem posicionaram-se politicamente como de direita e 01 adulta entrevistada e 02 jovens posicionaram-se como de esquerda.

Chamou atenção o fato de que 80% das mulheres adultas e mais de 60% das mulheres jovens participantes não souberam responder se tinham uma posição política específica. Sobre a religiosidade foi percebida a preponderância da religião católica. Dentre as 62 mulheres entrevistadas, 56 informaram serem vinculadas a essa religião, representando 90,3% da amostra geral, fato muito relacionado à formação das comunidades e a influência histórico-simbólica do catolicismo no município de Monte Santo/BA. A pequena parcela restante se colocou vinculada à religião evangélica e à doutrina kardecista.

Os dados relativos ao estado civil, conforme a tabela 1 apresenta, demonstram que a maioria das participantes se encontra casada (74,2%), esse dado foi mais expressivo entre as mulheres adultas (82%).

Tabela 1
Estado Civil/Faixa Etária (n=62)

	TOTAL				TOTAL GERAL	
	JOVENS		ADULTAS			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Casada	5	41,7%	41	82%	46	74,2%
Solteira	7	58,3%	5	10%	12	19,4%
Viúva	-		2	4%	2	3,2%
Divorciada	-		1	2%	1	1,6%
Prefere não dizer	-		1	2%	1	1,6%
TOTAL	12	100%	50	100%	62	100%

Também foi analisado o perfil etário matrimonial das entrevistadas casadas, cujos resultados revelaram que, de modo geral, uma parcela significativa de mulheres se casou pela primeira vez, antes de completar a maioridade (32,3%). Sendo que destas, 36% correspondem às mulheres adultas e 16,7% às mulheres jovens. Salienta-se que entre as respondentes adultas, 02 relataram ter se casado aos 15 anos e 01 declarou ter se casado com apenas 14 anos de idade. Com relação à maternidade, esta se caracterizou como um fenômeno que possui alta prevalência entre as mulheres adultas. Vale destacar especificamente que na Fazenda Bom Será todas as mulheres adultas são mães, e, no Povoado Santo Antônio apenas

01 mulher adulta não exerce a maternidade. Quando se observa a faixa etária jovem, percebe-se uma menor frequência, apenas 04 mulheres jovens informaram exercer a maternidade.

A questão da violência doméstica contra a mulher também foi investigada através do instrumento de pesquisa. 05 mulheres jovens e 04 mulheres adultas declararam já ter sofrido violência doméstica, o equivalente a 14,5% da amostra. 01 mulher jovem e 05 mulheres adultas optaram por não responder a essa questão. Quanto aos tipos de violência doméstica sofridos estão a violência psicológica, física, moral e sexual. Entre as adultas, a violência psicológica, moral e sexual foram os tipos mais relatados, e entre as jovens todos os tipos foram destacados. Nenhuma mulher entrevistada relatou ter sofrido violência patrimonial. Ressalta-se que o questionamento sobre a ocorrência de episódios de violência era sempre acompanhado de informações relevantes sobre os tipos de violência doméstica contra a mulher, mecanismos de suporte e proteção, bem como pela disponibilidade de suporte psicológico quando necessário. Percebeu-se que algumas mulheres falavam de situações de violência percebidas ou sofridas por elas a partir de comentários soltos e indiretos, optando por não responder quando eram diretamente perguntadas sobre tal questão.

Ao serem questionadas se conhecem ou já ouviram falar sobre a Lei Maria da Penha¹⁰, apenas 01 (faixa etária adulta) mulher declarou não conhecer a lei. Já as informações que explicitavam os diferentes tipos de violência doméstica praticados contra as mulheres, estes revelaram-se uma novidade para boa parte das entrevistadas, gerando muitas perguntas e curiosidades durante a aplicação do questionário.

O índice de escolaridade das participantes apontou para um cenário educacional bastante deficitário, visto que grande parte das participantes alcançou apenas o ensino fundamental I (43,5%) e uma pequena parcela ingressou no ensino superior (11,3%). As mulheres adultas são as que menos se escolarizaram, em termos de quantidade, no entanto, todas aquelas que se formaram no ensino médio, também fizeram curso de graduação. Diferentemente das jovens, que apesar de mais da metade ter alcançado o ensino médio, menos desta ingressou no ensino superior. Já a taxa de analfabetismo é baixa (4,8%), não sendo presente entre as mulheres jovens.

¹⁰ Lei brasileira de nº 11.340/2006, sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem como objetivo criar mecanismos de prevenção e coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher. O nome da lei é uma homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, agredida pelo companheiro durante anos, símbolo de resistência a esse tipo de violência e denunciante do descaso do Estado brasileiro diante dessa problemática. (Instituto Maria da Penha)

Tabela 2
Escolaridade/Faixa Etária (n=62)

	TOTAL				TOTAL GERAL	
	JOVENS		ADULTAS			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Não alfabetizada	-	-	3	6%	3	4,8%
Ensino Fundamental I	-	-	27	54%	27	43,5%
Ensino Fundamental II	2	16,7%	11	22%	13	21%
Ensino Médio	7	58,3%	3	6%	10	16,1%
Curso Normal/ Magistério	-	-	1	2%	1	1,6%
Graduação	3	25%	4	8%	7	11,3%
Pós-graduação	-	-	1	2%	1	1,6%
TOTAL	12	100%	50	100%	62	100%

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

Com relação à renda mensal familiar das entrevistadas, buscamos identificar a existência de benefícios sociais, bem como se as mulheres participantes possuem renda própria, como a utilizam e se contribuem para a renda mensal de suas famílias. Além disso, também foi observado quem é a pessoa responsável pela administração da renda familiar e dos benefícios sociais recebidos. Os dados apresentados na tabela 3 evidenciam o quanto é significativo o papel do Programa Bolsa Família (PBF)¹¹ para este grupo, configurando-se como o único meio de aquisição de renda para mais da metade das entrevistadas (54,8%), nas duas faixas etárias. A segunda parcela mais representativa da amostra geral e dos grupos etários alcança o valor de renda mensal de até 01 salário mínimo apenas.

¹¹ Programa social de transferência de renda criado pela lei nº 10.836/2004 a partir da unificação de programas sociais anteriores. Foi desenvolvido durante o Governo do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de combater a extrema pobreza e a desigualdade social. O valor recebido é variável, depende das condições sociais de cada núcleo familiar. Através da Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, o PBF foi substituído pelo programa Auxílio Brasil.

Tabela 3*Renda Mensal Familiar/Faixa Etária (n=62)*

	TOTAL				TOTAL GERAL	
	JOVENS		ADULTAS			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 01 salário mínimo	4	33,3%	17	34%	21	33,9%
Até 02 salários mínimos	-	-	2	4%	2	3,2%
Até 05 salários mínimos	-	-	-	-	-	-
Acima de 05 salários mínimos	1	8,3%	-	-	1	1,6%
Bolsa Família	6	50%	28	56%	34	54,8%
Outro benefício	-	-	1	2%	1	1,6%
Não respondeu	1	8,3%	2	4%	3	4,8%
TOTAL	12	100%	50	100%	62	100%

Nota. Salário mínimo vigente em 2021: R\$1.100. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

Quando observamos a administração da renda mensal familiar, apesar de uma pequena parte das entrevistadas adultas relatar também gerenciá-la junto aos seus companheiros, percebeu-se que são estes os principais responsáveis por esse papel. Contudo, no que se refere ao recebimento do Bolsa Família, viu-se que este é majoritariamente gerenciado pelas mulheres adultas. Já as mulheres jovens informaram que as figuras de cuidado (pai e mãe) são as principais responsáveis pela administração do benefício ou do salário familiar.

Mais da metade da amostra possui uma renda individual (54,8%), principalmente mulheres adultas (58%), algo possivelmente relacionado ao recebimento e gerenciamento do benefício do Bolsa Família por parte desse grupo, bem como, pela existência de atividades de trabalho informal (ver tabela 5). A maioria das jovens indicou não ter renda individual, algo que também encontra relação com o índice de desemprego observado nesta faixa etária (ver tabela 5). As participantes que possuem renda individual declararam utilizá-la para gastos domésticos e com filhas/os. Apenas 05 mulheres relataram que utilizam essa renda para gastos consigo mesmas. A maioria revelou ainda contribuir total ou parcialmente com a renda

mensal familiar. Tal dado reforça a crescente participação e protagonismo de mulheres das ruralidades na composição da renda familiar, dado apontado como crescente, sobretudo na região Nordeste do país, conforme documento “Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010” (IBGE, 2014).

Tabela 4
Renda Individual/Faixa Etária (n=62)

	TOTAL				TOTAL GERAL	
	JOVENS		ADULTAS			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
SIM	5	41,7%	29	58%	34	54,8%
NÃO	7	58,3%	21	42%	28	45,2
TOTAL	12	100%	50	100%	62	100%

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

5.1.1 A Organização Social do Trabalho

Destacamos anteriormente que as principais formas de subsistência e geração de renda do grupo social no qual estão inseridas as participantes desta pesquisa são o trabalho na agricultura familiar e a venda de animais de criação. Entretanto, a fim de identificar formas alternativas de trabalho/emprego, buscou-se analisar *outras atividades laborais não ligadas à agricultura e ao serviço doméstico familiar*.

Os resultados apontaram para atividades como operação de caixa, o exercício da docência, serviço de merendeira, diarista e serviços gerais (exercidas pelas mulheres adultas). E operação de caixa e os serviços de beleza (exercidas pelas mulheres jovens). Algumas destas atividades são exercidas na sede urbana no município, mas a maioria delas está situada na região do Biongo. Apesar da existência de outras atividades de trabalho/emprego, estas representam uma pequena parcela da ocupação das participantes, visto que metade das jovens se autodeclararam desempregadas e apenas 16% das adultas estão trabalhando em trabalhos

formais, informais ou autonomamente. Destaca-se ainda que dentre as 62 mulheres entrevistadas, apenas 04 informaram trabalhar com carteira assinada.

Tabela 5

Atividade de Trabalho/Faixa Etária (n=62)

	TOTAL				TOTAL GERAL	
	JOVENS		ADULTAS			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
“Dona de casa”	-	-	24	48%	24	38,7%
“Agricultora”	3	25%	17	34%	20	32,3%
Trabalhadora formal	-	-	6	12%	6	9,7%
Trabalhadora informal	3	25%	1	2%	4	6,5%
Autônoma	-	-	1	2%	1	1,6%
Desempregada	6	50%	1	2%	7	11,3%
TOTAL	12	100%	50	100%	62	100%

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

Como já mencionado anteriormente, o trabalho familiar na agricultura (34%) e no ambiente doméstico (48%) aparecem como as principais atividades realizadas entre as participantes adultas, bem como é percebido como formadores da construção identitárias deste grupo etário, a partir dos quais passam autodefinirem-se como “*donas de casa*” e “*agricultoras*”, nesta ordem. Em contrapartida, as mulheres jovens indicaram não compartilhar dessa identificação, tendo em vista que nenhuma se autodeclarou “*dona de casa*” e apenas 03 identificaram-se como “*agricultoras*”. Observando a importância de ambos, nesta territorialidade analisada, buscamos verificar com maior profundidade como se estrutura a participação das entrevistadas nestas atividades. Para tanto, as participantes foram questionadas sobre *organização e divisão de tais atividades*, no ambiente familiar, qual o *tempo médio diário* investido, além de qual o *significado atribuído* à sua participação.

Com relação ao *trabalho doméstico familiar* importa considerar que apesar de uma parcela significativa (61,3%) de mulheres entrevistadas não ter declarado “*dona de casa*” como a ocupação principal, todas as mulheres entrevistadas informaram realizar atividades

domésticas em suas residências, sendo que 95,2% destas afirmaram-se como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. O tempo médio de dedicação a essas tarefas foi maior entre as adultas do que entre as mulheres jovens, algumas adultas chegam a trabalhar por mais de 8h diárias. Sobre a participação secundária de outras pessoas da família na realização de tarefas domésticas, apenas 21% é composta por figuras do sexo masculino, o restante é composto pelas filhas, mães, sogras, noras ou irmãs das entrevistadas.

Quanto à caracterização da própria participação, 75,8% da amostra considera o trabalho doméstico familiar uma *forma de trabalho*. Enquanto 11,3% consideram-no como sendo uma *forma de ajuda*. Uma pequena parcela (9,7%) também o considera como sendo uma *profissão/emprego ou prestação de serviço*. A porcentagem que considera o trabalho doméstico uma *forma de trabalho* é maior entre as adultas (75,8%), a maioria das jovens entrevistadas (58,3%) o consideram uma *forma de ajuda* e 16,7% também o classificaram como sendo uma “*obrigação*”.

Tais dados revelam que o trabalho doméstico assume um lugar de conceituação das mulheres adultas como “donas de casa”, enquanto adquire outro significado para as jovens, o de “obrigação” ou ajuda, não constituindo a autorrepresentação destas mulheres como trabalhadoras, estas são desempregadas e não “donas de casa”, ainda que realize tais atividades. Essa percepção vai informar sobre o modo como as mulheres jovens estão questionando as relações de trabalho e vendo nas atividades domésticas que executam uma função socialmente naturalizada, e não do ponto de vista da regulamentação ou do reconhecimento de direitos. Conforme também apontou o estudo de Aguiar e Stropasolas (2010), mulheres jovens se mostram questionadoras da identidade doméstica atribuída socialmente às mulheres, sobretudo, pelo reconhecimento de que tais atividades são desvalorizadas do ponto de vista do acesso à renda e a direitos sociais, sendo consideradas improdutivas. Outro aspecto que também pode estar relacionado à compreensão do trabalho doméstico com uma forma de ajuda, para as jovens desta pesquisa, refere-se ao fato de que a maioria das mulheres desse grupo etário se autodeclarou solteira durante a pesquisa. O fato de ainda morarem com os/as pais/mães pode indicar uma noção de não responsabilização pelo trabalho doméstico, culminando na noção de ajuda.

Já ao serem questionadas sobre o *trabalho na agricultura familiar* mais da metade da amostra declarou atuar nesta atividade (61,3%), sendo as adultas a maior parte dessa parcela (86,8%). Apenas 05 jovens atuam em atividades da agricultura familiar. Diferentemente do trabalho doméstico, o trabalho na agricultura foi atribuído majoritariamente a figuras do sexo masculino. 80% das adultas e 75% das jovens entrevistadas indicaram pais e esposos como os

principais responsáveis. E apenas 4,5% de todas as mulheres participantes desta pesquisa configuraram-se como principais responsáveis pelo trabalho na agricultura familiar. Contudo, ao observar a responsabilidade secundária nesta atividade, viu-se que são elas, as mulheres entrevistadas, que o fazem.

Com relação ao tempo médio dedicado, os resultados revelam que as mulheres jovens dedicam menos tempo em atividades na agricultura familiar em comparação com as mulheres adultas, cuja dedicação chega às 5h diárias. Em relação ao modo como as entrevistadas definem a sua participação nesta atividade, a maioria considera uma *forma de trabalho* (65,8%), 23,7% consideram o trabalho na agricultura familiar uma *forma de ajuda*, e 10,5% como uma *profissão/emprego ou prestação de serviço*. Ressalta-se que tanto para a maioria das mulheres jovens (60%) como para a maioria das mulheres adultas (66,7%) que trabalham na agricultura familiar, esta atividade é tida como uma *forma de trabalho*.

Os dados apresentados apontam para uma presentificação do trabalho doméstico na vida dessas mulheres, ilustrando uma normativa de gênero naturalizada que reforça a delegação de atividades domésticas às mulheres (Sorj, 2014), tornando-as, compulsoriamente, as principais responsáveis por exercê-las, mesmo para aquelas que sequer a enxergam como parte de sua identidade como trabalhadora, como foi percebido entre as jovens participantes nesta pesquisa. Já o trabalho na agricultura, atividade historicamente atribuída aos homens e percebida como “ajuda” quando realizada pelas mulheres (Aguiar & Stropasolas, 2010; Brumer, 2004), aqui aparece definido como uma forma de trabalho, mas não escapa de ser colocado como uma atividade secundária, mesmo sendo executada por 61,3% das participantes. Essa percepção vai informar sobre o papel da mulher “trabalhadeira” que dá conta das obrigações no seu âmbito doméstico e de “ajudar” no que for preciso para a manutenção familiar, além de realizarem o trabalho invisível do lar ao chegarem das roças, pois, por ser “sua obrigação” não é questionado, espera-se que seja cumprido. É nessa relação de invisibilidade, sobrecarga e não reconhecimento que a identidade “trabalhadeira” se forja e vai forjar junto com ela a identidade das mulheres que são atravessadas por essa violência de gênero.

Identificamos a partir destes dados que a maioria das mulheres entrevistadas contribui com a renda mensal familiar, dedicam-se significativamente ao trabalho na agricultura e praticamente todas realizam o trabalho doméstico em suas casas. Observou-se uma organização social do trabalho pré-definida pelo gênero, favorecendo a manutenção de relações de poder e o aumento de desigualdades entre homens e mulheres em contextos de ruralidades. Processo que resulta em múltiplas jornadas, no trabalho não remunerado/não

reconhecido e no “desprotagonismo” do papel exercido pelas mulheres na provisão mensal de suas famílias, confinando-as em uma identidade pautada pelo território da casa e do cuidado.

Abramovay e Rua (2000) enfatizam que a construção social do gênero resulta em um apagamento da participação das mulheres no mercado de trabalho e de acessar os direitos que possuem, contribuindo para a compreensão que vão construir sobre a sua identidade trabalhadora. O pensamento de Monteiro et al. (2018) também destaca a invisibilidade do trabalho doméstico destinado às mulheres implica na desvalorização não só no âmbito privado das relações, mas nos níveis sociais e econômicos, visto que o ser “dona de casa” e todas as suas responsabilidades formam um trabalho invisível e imposto que serve historicamente como a mola propulsora das sociedades capitalistas.

5.1.2 Atividades Cotidianas: Rotina e Formas de Lazer

Com o objetivo de compreender como se organiza o cotidiano das mulheres participantes, buscamos conhecer suas *principais atividades de rotina* e como estas são avaliadas pelas participantes. Também foram observadas quais são as *formas de lazer/diversão* presentes no cotidiano.

A partir da análise entre a ordem de frequência de ocorrência das respostas e o número de respostas obtidas foram identificadas como *as principais atividades de rotina* das entrevistadas: *o Trabalho Doméstico; Atividades de Lazer; Múltipla Jornada; Trabalho na Agricultura* e *o Trabalho Fora de Casa*.

A tabela 6 demonstra que o *Trabalho Doméstico* é a principal atividade na rotina das entrevistadas (70%), sendo relatada com mais frequência entre as mulheres adultas (75,9%) do que entre as jovens (50%). As *Atividades de Lazer* aparecem como a segunda principal atividade realizada, porém, mais presentificada no cotidiano das mulheres jovens (37,5%), tendo em vista que apenas 7,4% das mulheres adultas destacaram-na como uma atividade presente em suas rotinas. Destaca-se que a *Múltipla Jornada* foi relatada apenas pela faixa etária adulta (9,3%) cujo conteúdo das respostas indicou uma rotina marcada pelo trabalho em mercadinhos; escolas comunitárias; atividades braçais nas próprias roças ou na de terceiras/os (realizando o corte do licurizeiro¹², manejo de animais de criação, colheita do

¹²*Syagrus Coronata*, palmeira característica do bioma Caatinga, do qual se aproveita a folhagem e caule para a produção de artesanatos e construção, e os licuris (as amêndoas) na culinária e até mesmo como alimento para animais de criação.

feijão e milho); e na busca manual de água para gastos/consumo e de lenha para o cozimento. Todas elas somadas às tarefas domésticas e ao cuidado de filhas/os.

Já o *Trabalho na Agricultura* aparece com uma menor frequência entre as entrevistadas (5,7%) quando referido como uma atividade de rotina. Também foram identificadas respostas que indicaram que o *Trabalho Fora de Casa* compõe, ainda que em menor equivalência (2,9%), a rotina de algumas destas mulheres.

Tabela 6
Principais Atividades de Rotina/Faixa Etária (n=70)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
Trabalho doméstico	50%	75,9%	70%
Atividades de lazer	37,5%	7,4%	14,3%
Trabalho na Agricultura	6,3%	5,6%	5,7%
Trabalho Fora de Casa	6,3%	1,9%	2,9%
Múltipla Jornada	-	9,3%	7,1%
TOTAL	22,9% =16	77,1% =54	100% = 70

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

Corroborando com os dados sobre a organização social do trabalho, observamos que o trabalho doméstico é a ocupação mais predominante na vida das participantes, sendo parte da sua rotina diária, mesmo entre aquelas que exercem outras atividades laborais. Importante considerar que a múltipla jornada destacada pelas entrevistadas também é marcada pelo trabalho braçal e exaustivo, tendo em vista que a ausência de abastecimento de água e de orçamento para o gás de cozinha na região as coloca diante de longas distâncias em busca de lenha e água para manutenção alimentar.

A avaliação das atividades de rotina foi organizada a partir de duas categorias: *atividades prazerosas e não prazerosas* relacionadas pela ordem de frequência de ocorrência das respostas e o número total das respostas obtidas. A tabela 7 abaixo revela que o *Trabalho Doméstico* é uma atividade frequentemente relatada pelas mulheres adultas (70,3%) como a mais prazerosa dentre as quais realizam, cuja composição é expressa pela limpeza da casa e o cuidado com a família; lavagem de roupas e o preparo do alimento. Em contrapartida, as

mulheres jovens mencionam as *atividades de lazer* como as mais prazerosas de suas rotinas (3,5%), sendo compostas pelo uso de redes sociais, leituras, passeios de bicicleta, beber e ouvir música. Destaca-se que a frequência de respostas para *atividades de lazer*, entre as adultas, corresponde apenas a 10,8% do total de suas respostas, compondo-se por caminhadas, leituras e ao ato de sair de casa.

Tabela 7

Avaliação Positiva das Atividades de Rotina/Faixa Etária (n=53)

CATEGORIAS	JOVENS	%	ADULTAS	%	TOTAL
	CONTEÚDO ASSOCIADO		CONTEÚDO ASSOCIADO		
Trabalho Doméstico	“Arrumar” a casa, cuidar das crianças e cozinhar.	18,8	“Arrumar” a casa, cozinhar, lavar a louça, cuidar das crianças e da família, limpar os terreiros, lavar roupas.	70,3	54,7%
Atividades de Lazer	Ler, ouvir música, pedalar, dançar e usar as redes sociais, beber.	37,5	Fazer caminhada, ler e sair de casa.	10,8	18,9%
Estar com Amigas e Familiares	Para conversar, sair ou ficar em casa.	25	-	-	7,5%
“Fazer Tudo”	Gosta de tudo que faz.	12,5	Fazer todas as coisas, pois, as mulheres “tem que cuidar de tudo”.	8,1	9,4%
Trabalho	Gosta de trabalhar	6,3	Trabalhar “para ter o próprio dinheiro” e “não depender de homem”.	5,4	5,6%
Trabalho na Agricultura	-	-	Trabalhar nas roças.	5,4	3,7%
TOTAL	29,6% (16)		70,4% (37)		100% (53)

Quanto às atividades não prazerosas, o *Trabalho Doméstico* aparece novamente como a resposta mais frequentemente mencionada, só que desta vez, por ambas as faixas etárias (72,7%). O conteúdo das respostas identificou que a composição dessa atividade é semelhante àquela citada na categoria de atividades prazerosas. Sobre isso, chamou atenção o fato de essa atividade ser avaliada tanto positiva como negativamente pelas entrevistadas adultas, sugerindo que estas baseiam suas escolhas entre o que gosta ou não de fazer a partir de um espectro de atividades ligadas, majoritariamente, aos serviços domésticos. Sobre esse dado, também podemos destacar o papel do processo de socialização/naturalização direcionado às mulheres, através do qual se legitima que além de serem as pessoas responsáveis pelo trabalho doméstico, também precisam gostar e se identificar com ele a fim de alcançarem o que se define como “ser mulher”. Também é preciso destacar, o baixo índice de atividades de lazer presente no cotidiano desse grupo etário.

Tais dados vão apontar para o quanto o trabalho doméstico estrutura a vida dessas mulheres e a sua subjetividade, de modo a invadir a rotina diária e impedir a possibilidade de inserção de outras práticas e mesmo do descanso, tal processo também foi observado no trabalho de Monteiro et al. (2018), no qual reflete-se sobre a ausência do poder de escolha para mulheres que são atravessadas por essa divisão sexual do trabalho. Colocamo-nos diante de urgências antigas: promover o investimento de problematizações e pesquisas que questionem o modo pelo qual são articuladas as relações de gênero nas ruralidades, dando atenção para o resgate da subjetividade de mulheres rurais que se veem reféns daquilo que vivenciam em suas casas e contextos comunitários, bem como para a promoção de ações que ampliem o grau de reconhecimento de direitos (Nogueira & Toneli, 2016).

Outras atividades como *Não Fazer Nada* (33,3%) e *Ser Cobrada* (11,1%) também aparecem entre as respostas mencionadas pelas jovens. Entre as adultas, também ocorreram respostas cujo conteúdo apontou o *Trabalho na Agricultura* (8,6%); *Múltiplas Jornadas* (2,9%); *Assistir TV* (2,9%); *Acordar Cedo* (2,9%); e *Sair de Casa* (5,7%) como atividades não prazerosas.

Tabela 8

Avaliação Negativa das Atividades de Rotina/Faixa Etária (n=44)

	JOVENS	%	ADULTAS	%	TOTAL
CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO		CONTEÚDO ASSOCIADO		

Trabalho Doméstico	“Arrumar a casa todos os dias”, cozinhar e lavar roupas.	55,6	“Arrumar a casa todos os dias”, pois “é chato e um dever” cozinhar, lavar roupas e banheiros.	77,1	72,7%
Ser Cobrada	Ser cobrada por coisas que as pessoas da família sabem fazer sozinhas.	11,1	-	-	2,3%
Não Fazer Nada	Ficar em casa sem ter algo para fazer.	33,3	-	-	6,8%
Múltipla Jornada	-	-	“Não gosto de chegar do trabalho e ter que arrumar casa, não gosto também de não ser ajudada em casa pelo marido”.	2,9	2,3%
Trabalhar na Agricultura	-	-	Trabalhar nas roças.	8,6	6,8%
Acordar Cedo	-	-	Ter que acordar cedo.	2,9	2,3%
Assistir TV	-	-	Assistir TV	2,9	2,3%
Sair de Casa	-	-	Ter que sair de casa.	5,7	4,5%
TOTAL	20,5% (9)		79,5% (35)		100% (44)

Por fim, os dados sobre as *formas de lazer e diversão* das entrevistadas, indicaram que, de modo geral, a grande maioria se diverte ou compartilha momentos de lazer, principalmente, com pessoas amigas (46,9%) e em seguida com familiares (34,6%).

Tabela 9
Formas de Lazer e Diversão/Faixa Etária (n=81)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
--	---------------	----------------	--------------

Sair/Estar com Amigas/os	63,2%	41,9%	46,9%
Sair/Estar com Familiares	10,5%	41,9%	34,6%
“Beber”	10,5%	6,5%	7,4%
Nada	10,5%	4,8%	6,2%
“Trabalhar”	5,3%	-	1,2%
“Assistir Televisão”	-	1,6%	1,2%
“Fazer Crochê”	-	1,6%	1,2%
Visitar Vizinhas	-	1,6%	1,2%
TOTAL	23,5%=19	76,5=62	100%=81

Nota. Os dados podem não corresponder à percentagem total devido ao arredondamento.

Considerando as faixas etárias, a análise de conteúdo apontou que as mulheres jovens indicaram compartilhar momentos de lazer/diversão principalmente com *Amigas/os* (63,2%), destacando entre as atividades compartilhadas a dança, conversações e os passeios. Já as mulheres adultas mencionaram, de forma proporcional, compartilhar momentos de lazer e diversão com *Amiga/os* (41,9%) e *Familiares* (41,9%), destacando as festas comunitárias, as conversas e danças realizadas com amigas/os; e os almoços e passeios realizados com a família.

O ato de “*Beber*” (7,4%) foi uma resposta mencionada por ambas as faixas etárias, sobretudo, entre as jovens (10,5%), aparecendo no conteúdo das respostas como uma atividade que se relaciona ao fato de estar com outras pessoas e de agir socialmente, do simplesmente ao fato de ingerir bebida alcoólica.

Ressaltamos que “*Trabalhar*” (5,3%) foi uma resposta mencionada apenas entre as jovens. “*Assistir Televisão*” (1,6%); “*Fazer Crochê*” (1,6%) e *Visitar Vizinhas* (1,6%) apenas entre as adultas. Também destacamos que o ato de visitar vizinhas apareceu como uma atividade relacionada a uma troca cotidiana, ao ato de estar com outras mulheres, em uma relação que diz do lugar da intimidade, de mulher para mulher, o que se mostra diferente do estar com amigas/os e familiares, em que o compartilhamento e a interação realizada podem estar sujeitos ao cumprimento de papéis (esposa, mãe e filha). Dessa forma, o modo como vão ocorrer as práticas de interação social e as figuras que estão presentes nestas trocas

podem se relacionar ao tipo de conteúdo que será elaborado e discutido por esse grupo social analisado.

A resposta *Nada* (6,2%) também foi mencionada por ambas as faixas etárias, sendo justificado pelas participantes devido à inexistência de formas de se divertir onde vivem. Essa insatisfação também foi apontada no estudo de Aguiar e Stropasolas (2010), principalmente com relação às mulheres jovens, que ao se depararem com essa escassez de divertimento, se veem condicionadas a abandonar suas ruralidades, um dos fatores que contribuem para o processo de migração de jovens mulheres para as regiões urbanas, junto com a recusa de permanecerem submetidas ao lar primário da família, e ao secundário, dado pela via do matrimônio. Ademais, a pandemia da COVID-19 também foi apontada como uma limitação aos momentos de lazer e diversão das entrevistadas. Ressalta-se que os dados referentes às formas de diversão e lazer das participantes foram solicitados levando em consideração também o período anterior à deflagração da pandemia da COVID-19.

5.1.3 Acesso à Informação e Práticas de Sociabilidade

Com relação ao *acesso à informação*, verificou-se qual seria o principal meio de informação utilizado, se as entrevistadas possuem ou não acesso à internet em suas casas, os dispositivos e o tipo de rede são utilizados para acessar informação e facilitar as trocas sociais. No que se refere às *práticas de sociabilidade*, buscou-se analisar a participação das entrevistadas em grupos comunitários ou em grupos especificamente organizados para mulheres, em suas comunidades ou fora delas. E, quais seriam as principais temáticas discutidas entre as participantes e outras mulheres do seu grupo social e de outras comunidades vizinhas. Para estes dados também foi levado em consideração o período anterior à deflagração da pandemia da COVID-19.

De acordo com os resultados da pesquisa, o principal *meio de informação* utilizado pelas entrevistadas são os *Jornais Televisivos* (51,6%). Observando as faixas etárias, percebe-se que as *Redes Sociais Digitais* se configuram como o principal meio de acesso à informação para as mulheres jovens entrevistadas (83,3%) enquanto que para as adultas, são os *Jornais Televisivos* (60%) que cumprem esse papel. Destaca-se que todas as mulheres jovens da amostra não apontaram como meio de acesso à informação *Jornais e Revistas Impressos; Programas de TV ou Rádio*.

Tabela 10*Principal Meio de Informação/Faixa Etária (n=62)*

	TOTAL				TOTAL GERAL	
	JOVENS		ADULTAS		Freq.	%
	Freq.	%	Freq.	%		
Redes sociais digitais	10	83,3%	8	16%	18	29%
Novela	-		3	6%	3	4,8%
Jornais televisivos	2	16,7%	30	60%	32	51,6%
Revistas e jornais impressos	-	-	1	2%	1	1,6%
Programas de rádio	-	-	4	8%	4	6,5%
Programas de TV	-	-	4	8%	4	6,5%
TOTAL	12	100%	50	100%	62	100%

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

As respostas também indicaram que o *acesso à internet* está presente para 80,6% das mulheres entrevistadas, sendo que todas as mulheres jovens e 76% das mulheres adultas possuem acesso à internet em suas casas. Quanto à *rede de conexão* utilizada para as entrevistadas com acesso à internet, a *Rede Sem Fio* é a mais utilizada (61,3%), seguida pela *Rede Móvel* (17,7%). E o *dispositivo de acesso* mais utilizado para acessar a internet é o *Telefone Celular* (79%), embora nem todas as mulheres possuam celulares de uso pessoal. Apenas 01 entrevistada relatou utilizar o *Computador* como dispositivo de acesso. Sobre essa discussão, algumas dificuldades foram levantadas pelas entrevistadas quanto ao acesso a aulas remotas durante a pandemia da COVID-19. A escola rural que oferece o ensino básico para a população também não dispõe de computadores nem mesmo de acesso à internet.

Consideramos neste trabalho como *práticas de sociabilidade* as relações estabelecidas entre as mulheres participantes e o grupo social com quem compartilham o cotidiano de trabalho, lazer, educação e outras dimensões da territorialidade onde vivem. Percebeu-se através dos dados, que há pouca participação e engajamento em atividades grupais, sejam elas articuladas para todo o grupo ou organizadas especificamente para mulheres. Somente 12 mulheres adultas relataram participar de grupos comunitários, sendo estes de natureza religiosa e política ou dedicados à organização de festas e assuntos escolares. Entre as jovens,

02 declararam fazer parte de grupos relacionados a manifestações artísticas e à religião. Ao serem questionadas sobre a participação em grupos organizados apenas para mulheres, nenhuma entrevistada adulta respondeu participar desse tipo de grupo, e apenas 01 mulher jovem relatou frequentá-los, não revelando, porém, as temáticas discutidas.

Verificamos que as trocas sociais realizadas entre as mulheres entrevistadas, na sua própria comunidade ou em comunidades vizinhas, quando acontecem, se dão a partir de relações de trabalho, educação, lazer/diversão e religião, não sendo presente a participação em sistemas grupais organizados para discussão de questões específicas das mulheres. A pandemia da COVID-19 foi ressaltada pelas participantes como um impedimento para a participação em encontros, contudo, esse dado não alterou a quantidade de grupos existentes, tampouco a frequência participativa das mulheres entrevistadas em tais grupos, fora do contexto pandêmico.

Destacamos que o instrumento de pesquisa trouxe informações acerca de dois dos mais importantes movimentos sociais organizados por mulheres trabalhadoras rurais do Brasil: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Norte e Nordeste (MMTR-NE) e a Marcha das Margaridas. Percebemos que ambos ainda são desconhecidos pela maioria das mulheres entrevistadas, principalmente jovens, visto que todas estas apontaram desconhecer o MMTR-NE, e apenas 01 revelou conhecer a Marcha das Margaridas (MM). Já entre as adultas o MMTR-NE é conhecido por 12 mulheres, e a MM é conhecida por 05 mulheres adultas. Os dados revelam o desconhecimento de grupos profundamente dedicados a estudar e legitimar a experiência e os direitos de mulheres das ruralidades no Brasil e na região Nordeste, como é o caso do MMTR-NE. Segundo Aguiar (2016) e Thayer (2001), os movimentos sociais organizados por mulheres rurais empreendem um papel significativo na construção de políticas e ações para essa população, na medida em que consideram a realidade vivida, isto é, porque vão falar de um lugar próprio, além de assumir um papel importante na integralização de novas pautas aos estudos feministas e de gênero marcadamente urbanizados.

No que se refere às *principais temáticas discutidas* pelas entrevistadas junto a outras mulheres do seu grupo social ou pertencentes a outras comunidades vizinhas (levando em consideração o impacto causado pela pandemia da COVID-19), viu-se que algumas mulheres se recusavam a responder ou se mantinham receosas quanto a essa pergunta. A tabela 11 a seguir relaciona a frequência de ocorrência das respostas e o número total de respostas obtidas, indicando as principais temáticas discutidas pelas participantes.

Tabela 11
Principais Temáticas Discutidas (n=69)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
COVID-19	7,7%	-	1,5%
“Feminismo”	15,4%	-	2,9%
Acesso a Direitos Básicos	30,8%	12,5%	15,9%
“Violência Doméstica”	7,7%	1,8%	2,9%
Relações Amorosas	7,7%	5,4%	5,8%
“Machismo”	7,7%	3,6%	4,4%
Vida Pessoal/Ser Mulher	23,1%	26,8%	26,1%
“Nenhum” / “É difícil Conversar”	-	19,6%	15,9%
Saúde/Cuidado Familiar	-	16,1%	13%
Lazer/Entretenimento	-	10,7%	8,7%
Religiosidade	-	3,6%	2,9%
TOTAL	18,8% (13)	81,2% (56)	100% (70)

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

Os dados revelaram que discutir sobre a *Vida Pessoal/Ser Mulher* se configura como a principal discussão realizada pelas entrevistadas, representando uma frequência de 26,1% das respostas. Percebe-se, no entanto, algumas diferenças entre as faixas etárias analisadas, visto que, apesar de partilharem de discussões sobre a experiência do ser mulher e aspectos da vida cotidiana, junto às adultas, mulheres jovens mencionaram com maior frequência discussões sobre *Acesso a Direitos Básicos* como o emprego, educação, saúde e política (30,8%), alinhadas às discussões sobre a temática do “*Feminismo*” (15,4%). As adultas, por sua vez, mencionaram o tema da *Saúde e Cuidado Familiar* (16,1%) como uma das discussões mais presentes em suas trocas sociais. Estes resultados sugerem que as discussões, quando ocorrem, estão muito vinculadas aos modos de vida e as práticas cotidianas impostas

ou agenciadas pelas mulheres entrevistadas, apresentando particularidades quanto ao marcador geracional observado.

Outras discussões como *Lazer/Entretenimento* (8,6%); *Relações Amorosas* (5,7%); *Religiosidade* (2,9%); “*Machismo*” (4,3%) e *COVID-19* (1,4%) também fazem parte das discussões realizadas pelas entrevistadas.

Chama a nossa atenção a frequência significativa (19,6%) de respostas entre as adultas que indica a ausência de discussões estabelecidas entre estas participantes e outras mulheres de seu contexto ou rede de relações, o equivalente a 11 mulheres adultas ou 22% do total de entrevistadas neste grupo etário. As respostas desta categoria explicitaram um baixo índice de interação social entre esse grupo e outras mulheres, como declarado nas seguintes falas: “é melhor guardar pra gente do que dizer aos outros” (M12¹³, 49 anos), “é difícil eu conversar com as pessoas é mais dentro de casa” (M13, 27 anos), “não converso com o pessoal daqui” (M26, 21 anos), “eu pouco converso aqui” (M29, 38 anos), “não costumo falar com elas” (M43, 46 anos) “é difícil sair” (M46, 32 anos). Ou mesmo o não reconhecimento de algum assunto que possa ser discutido, como destacado pelas respostas “nenhum tema” (M23, 38 anos; M34, 25 anos; M50, 21 anos), “não lembro” (M32, 58 anos; M35, 28 anos). É preciso salientar, no entanto, que essa negativa, sobre não conversar com outras mulheres da comunidade, também pode indicar uma resposta baseada naquilo que é esperado para o comportamento dessas mulheres: não ficar fora de suas casas ou não ficar de conversa por aí. Não sendo necessariamente um quadro tão marcante de pouca interação entre as participantes, mas uma forma de cumprir essa norma ou até mesmo de se afastar, em um nível identitário, do tema desta pesquisa: feminismo.

Pudemos perceber que as trocas dialógicas estabelecidas pelo grupo social estudado unem-se e dividem-se ao mesmo tempo, de acordo com a experiência geracional vivenciada, com as práticas sociais e a partir daquilo que é reconhecido como importantes de serem discutidas junto a outras mulheres do seu grupo ou de outras redes relacionais. Unem-se na elaboração de discussões que permeiam suas subjetividades e realidade cotidiana, diferenciando-se quanto às pautas que cada grupo etário decide, através de sua inscrição social no mundo, negociar umas com as outras. Também se diferenciam pela tímida presença intersubjetiva de negociações e/ou pelo receio de informar a sua ocorrência, como percebido entre as adultas, diante da dificuldade de sequer reconhecer temáticas possíveis para o debate e/ou pela falta de oportunidade de movimentar-se discursiva e fisicamente para além do

¹³A letra M refere-se à Mulher e a numeração subsequente refere-se ao número equivalente à entrevistada.

interior de suas casas. Algo que vai apontar ou para um processo de solidão e/ou de silenciamento deste grupo etário analisado.

5.1.4 Ser Mulher

As entrevistadas foram convidadas a expressar o que para elas significa *ser mulher*. Para a análise dos dados foram consideradas a frequência de ocorrência de respostas em relação ao número total de respostas obtidas, bem como a análise do conteúdo destas respostas. A tabela 12 abaixo exemplifica as frequências e as categorias temáticas encontradas.

Tabela 12
Ser Mulher/Faixa Etária (n=94)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
“Desafio”/”Dificuldade”	25%	-	4,3%
“Ser Perfeita”/”Se Encaixar”	12,5%	-	2,1%
Trabalhadora	6,3%	-	1,1%
“Honestidade”/”Honra’	12,5%	23,1%	21,3%
Bom e Ruim	12,5%	1,3%	3,2%
“Coisa Boa”	12,5%	1,3%	3,2%
Autocuidado	6,3%	5,1%	5,3%
Empoderada/Independente	12,5%	12,8%	12,8%
“Trabalhadeira/Guerreira”	-	26,9%	22,3%
Respeitar as Pessoas	-	7,7%	6,4%
Sororidade	-	1,3%	1,1%
“Ser Respeitada”	-	10,3%	8,5%

“Ser Mãe”/”Casar”	-	5,1%	4,3%
“Inteligente”	-	1,3%	1,1%
Não Sabe	-	3,9%	3,2%
TOTAL	17%% (16)	83% (78)	100% (94)

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

Os dados revelaram que o significado de *ser mulher* é construído a partir de um campo de negociação de significados que se aproximam e se distinguem a depender do perfil etário destas mulheres e de como estas conseguem organizar suas práticas de sociabilidade e a vida cotidiana. As construções de significado se aproximam pela denúncia dos desafios sociais que atravessam a existência-mulher, diferenciando-se naquilo que vai revelar a forma como cada faixa etária vai se relacionar ou questionar as expectativas e os papéis sociais criados mediante tais atravessamentos. Desse modo, as categorias temáticas encontradas foram organizadas observando as significações sobre o *ser mulher* que são compartilhadas entre as faixas etárias, ou seja, considerando a amostra geral, e aquelas que são específicas de cada faixa etária a fim de compreender tal complexidade.

As categorias compartilhadas entre as faixas etárias foram: a categoria *Honestidade/Honra* (21,3%), cuja frequência de respostas foi a maior entre as entrevistadas, principalmente adultas, e referiu-se a uma significação pautada pelo “comportamento” (M33, 18 anos) e pelas “atitudes” (M27, 22 anos) esperadas, revelando também uma obrigação imposta às mulheres de preservarem a “honra” (M06, 56 anos) e a “honestidade” (M35, 28 anos; M39, 50 anos; M41, 54 anos; M54, 42 anos; M57, 49 anos). Esse conteúdo aparece vinculado ao âmbito das relações afetivo-sexuais como uma exigência moral da sexualidade que qualifica e elege mulheres para esse tipo de relação a partir do comportamento julgado como adequado. Diferenciando-as entre as mulheres “direitas” (M08, 31 anos; M10, 49 anos) e aquelas mulheres que “se jogam” (M31, 39 anos). Nesse aspecto, o *ser mulher* aparece vigiado e ajustado aos valores tradicionais que regem o tipo e a quantidade de suas escolhas sexuais. Sugerindo uma ideia de cuidado que é diferente do autocuidado, de permitir-se ser livre para o prazer e para amar, sendo mais ligado à preservação da própria honra, ao ato de se guardar para alguém, visto que “não é toda mulher que deve se entregar ao desprezo e

pegar tudo que encontrar, é se compor e olhar quem ela vai arrumar para ser dono nela” (M10, 49 anos), *ser mulher* “não é dizer que é, tem que ter um nome” (M22, 38 anos).

Empoderada/Independente (12,8%) conteúdo que esteve ligado, para as jovens, à luta por direitos de igualdade “é ser forte para as cobranças, e saber lutar pelos seus direitos” (M01, 18 anos) e à possibilidade de escolher e alcançar a liberdade “é poder escolher, ter o poder da escolha” (M05, 19 anos). Estando para as adultas, como algo relacionado ao empoderamento das mulheres e fortalecimento do saber-poder ser mulher, “é a pessoa ser dona de si mesmo poder se expressar, ter sua opinião própria” (M44, 35 anos); ao autorreconhecimento de sua existência dissociada da figura masculina, “ser mulher é ser livre, não ser autoridade de ninguém, não ser algo que alguém possa ser dono porque muitos acham que sim” (M19, 30 anos); à independência “não ser dependente de outra pessoa, ter nossas coisas” (M11, 27 anos) e à obtenção de direitos que lhe são negados na dinâmica das relações desiguais junto aos homens. “eu explicaria que mulher tem que ter os direitos que o homem tem, a gente também trabalha pra sustentar a casa e não dependemos de homem, é ter os direitos que o homem tem” (M45, 59 anos).

As respostas também enfatizaram uma recusa ao *ser mulher* fruto da socialização que percebe as mulheres como um sexo frágil e obediente aos homens, “a gente nasce e é vista como sexo frágil, onde minha criação a gente tinha que respeitar o homem e respeitar ele acima de qualquer coisa, fui criada assim, mas vejo que a gente não é obrigada a seguir essa doutrina, a gente é muito mais forte, às vezes muito mais competente que muitos homens, nem tudo temos que baixar a cabeça porque é mulher” (M03, 31 anos). Acrescentando ainda a maternidade como um dos elementos constituidores de mulheres fortes e empoderadas, “mulher não é sexo frágil porque se não, não tínhamos tido filho e não teríamos tanta mulher empoderada, mas as daqui ficam muito quietas e seguem essa doutrina” (M03, 31 anos).

A categoria *Autocuidado* (5,3%) referiu-se, para as jovens, ao processo de aceitação do próprio corpo, respeitando a maneira como se veem, “é se sentir bem com nós mesmas e nosso corpo” (M26, 21 anos). Entre as adultas apesar de haver menção à manutenção da autoestima e o olhar para si mesmas “nós tem que se arrumar pra nós gostar de nós mesmas, porque somos mulheres, não se arrumar pra marido, mas para nós mesmas, pra gente se gostar”, também enfatizou-se a necessidade do cuidado com o corpo pela ótica da saúde “é se cuidar contra as doenças” (M04, 52 anos), e pela compreensão de que essa preocupação é função inerente às mulheres, pois “as mulheres se cuidam mais” (M37, 40 anos), “mulher de verdade é que se cuida da saúde [...] mulher é se cuidar.” (M48, 44 anos).

Coisa Boa (3,2%) relacionada ao *ser mulher* como sendo como algo positivo “ser mulher é muito bom” (M49, 22 anos), “acho que é parte boa” (M27, 22 anos), “é maravilhoso pelo menos para mim”. E a categoria *Bom e Ruim* (3,2%) que se referiu ao *ser mulher* a partir de uma valoração negativa-positiva, ao mesmo tempo em que significa uma “dádiva” (M21, 22 anos) e algo “maravilhoso” (M60, 34 anos), “muito bom” (M24, 20 anos), também se mostra uma vivência que ressalta dificuldades enfrentadas diante da estrutura social que lhe atravessa diariamente, visto que “às vezes temos muitas críticas” (M24, 20 anos) e “tem horas que é muito difícil porque a gente luta tanto e a gente é desrespeitada somente pelo fato de ser mulher” (M21, 22 anos).

As categorias elaboradas apenas pelas mulheres jovens foram: a categoria *Desafio/Dificuldade* (25%), que obteve a maior frequência das respostas entre as jovens e simbolizou o ser mulher a partir de um enfrentamento ligado ao fato de as mulheres sempre serem criticadas e desrespeitadas em muitos aspectos na sociedade, “ser mulher é uma coisa muito desafiadora, temos que aguentar várias críticas e muita falta de respeito” (M50, 21 anos), “é bem complicado porque às vezes tem críticas sobre nosso corpo sobre o que gente pensa” (M26, 21 anos). Além de destacar a constante e cansativa busca por direitos e reconhecimento, “ser mulher não é fácil, é sempre correr atrás dos direitos que na maioria das vezes não são ofertados da forma que deveria ser, é lutar por igualdade numa sociedade machista e preconceituosa” (M58, 24 anos), e o quanto estão sujeitas, neste percurso de luta, a passar por situações de extrema violência, “é difícil, muitas vezes somos desrespeitadas, abusadas e mortas” (M38).

Ser Perfeita/Se Encaixar (12,5%) que se referiu ao ser mulher como ligados ao cumprimento de padrões estéticos inalcançáveis e normativos, “é a gente se encaixar em outros padrões nada a ver” (M26, 21 anos), e pelo delineamento desse corpo objetificado pela regra do belo e jovem “ser mulher é a pessoa ser toda perfeitinha, no corpo, peitinho bonito, bunda, cabelos e olhos lindos” (M16, 23 anos). E a categoria *Trabalhadora* (6,3%) que indicou o trabalho com um aspecto definidor do ser mulher, referindo-se a ele como uma possibilidade de liberdade financeira para as mulheres, mesmo trazendo como cenário deste o ambiente doméstico, “é principalmente também ser trabalhadora, levantar cedo e cuidar dos filhos, para não ser sustentada pelo marido, pai e mãe” (M16, 23 anos), aqui o trabalho doméstico parece definir o *ser mulher trabalhadora* a partir da compreensão que evoca uma *ação* ao invés de uma *condição* que a define, a força de trabalho aqui é reconhecida e não tida como um destino natural.

As categorias elaboradas apenas pelas mulheres adultas foram: a categoria “*Trabalhadeira*”/“*Guerreira*” (26,9%), a mais frequentemente mencionada entre as adultas, na qual as expressões “trabalhadeira” (M39, 50 anos; M57, 49 anos) ou “guerreira” (M36, 39 anos; M62, 38 anos) estão relacionadas à valoração do papel do trabalho na vida dessas mulheres, sendo um qualificador moral dessas sujeitas. Ao mesmo tempo em que age como um elemento ideológico que vai legitimar a multiresponsabilidade delegada às mulheres no âmbito das tarefas domésticas e do cuidado “ser mulher é ser guerreira, forte, tem seus filhos pra cuidar, saber ser responsável, é uma guerreira” (M53, 34 anos), “muita coisa, ser mulher é ser guerreira trabalhadeira” (M18, 43 anos). Ressaltando uma compreensão que acaba servindo para torná-las aquelas que são as responsáveis por tudo e todas/os, “pessoa ser mulher é ser tudo, ser boa dona de casa” (M17, 40 anos), “mulher é tudo na vida ela tem que ter tudo e ter a responsabilidade” (M12, 49 anos), “ser mulher é tudo, ser dona de casa e cuidar” (M29, 38 anos), “ser mulher é ser uma boa dona de casa uma boa mãe, cuidadosa das coisas em casa” (M07, 59 anos).

Esta categoria também revelou uma dinâmica de multitarefas que encontra na figura da mulher o destino dado e obrigatório de executá-las, “nós se não tiver a mulher em casa não tem nada feito, a mulher é pra tudo, quem resolve” (M47, 40 anos), “ter muita responsabilidade” (M54, 42 anos). Tal significação diz de uma solidão de tarefas e de um endereçamento que as tornam “donas da casa”, porém, a casa aqui descrita se mostra um lugar de obrigações e não de propriedade, não são donas da casa por terem a casa, são donas do que a casa e seus habitantes precisam, “trabalhar fazer muitas coisas dentro de casa” (M46, 32 anos), “é trabalhar e fazer tudo certinho dentro de casa com marido e filhos, com tudo e por tudo” (M06, 56 anos). Desse modo, a significação mais evocada pelas adultas vai retratar que o ser mulher significa uma existência que se faz pelo cumprimento naturalizado de obrigações, como diz uma das entrevistadas “é uma tarefa ser mulher” (M12, 49 anos).

Ser Respeitada (10,3%), categoria que se referiu ao respeito que a mulher deveria receber tanto em âmbito macrossocial, “às vezes a gente não é valorizada o quanto merecemos, muitas são julgadas não tem o valor merecido, tem preconceito, não é vista como um ser na sociedade” (M55, 31 anos), “muitas vezes a gente como mulher não recebe esses valores que deveríamos ter” (M20, 56 anos), quanto no âmbito familiar, algo percebido como ausente, “eu acho assim a mulher tem que ser respeitada ser amada, por tudo, pai, mãe, família e marido, ser respeitada” (M52, 40 anos), “o homem não sabe respeitar a mulher, nem as filhas, ele maltrata a mulher, dou mais apoio às filhas do que ao meu marido” (M31, 39 anos). A categoria *Respeitar as Pessoas* (7,7%) referiu-se ao modo adequado pelo qual as

mulheres devem tratar as pessoas, apontando para a educação como uma qualidade que define a mulher, “educada” (M06, 56 anos) e “saber tratar as pessoas com educação” (M15, 58 anos). *Ser Mãe/Casar* (5,1%) cujo conteúdo trouxe o ser mulher associado à imposição social da maternidade e do casamento, “os filhos faz a gente ser mulher” (M60, 34 anos), “ser mulher é ter filho, casar” (M40, 34 anos). A maternidade também foi enfatizada como um aspecto que define a mulher pelo atributo do sagrado, “é um ser iluminado por Deus, só em dar luz a outro ser já é especial e único” (M30, 28 anos).

As categorias com baixas frequências entre as respostas foram: *Sororidade* (1,3%), que indicou o respeito e à união entre as mulheres; *Inteligente* (1,3%) apontada como uma qualidade definidora do ser mulher. E *Não Sabe* (3,9%) na qual o ser mulher foi trazido pelas entrevistadas como algo que elas não saberiam explicar.

Os dados apresentados demonstraram que as respostas mais frequentes para cada faixa etária indicaram um significado para o *ser mulher* muito pautado pelos desafios e dificuldades enfrentados em meio à luta por direitos, quando significado pelas mulheres jovens. E quando significado pelas adultas, muito ligado à compreensão de ser “trabalhadeira”/“guerreira”, retratando um lugar de exigência em que deve-se dar conta de tudo. Observa-se que apesar de estas duas categorias apontarem para significados que indicam experiências distintas na elaboração do significado de *ser mulher*, ambas denunciam sentimentos de exaustão e cansaço que permeiam essa vivência.

As mulheres adultas apontaram este *ser mulher* como um lugar permeado por obrigações, onde não só se exige o cuidado com a casa, filhas/os e companheiros, como também o cuidado consigo mesmas, cuidado esse que os dados sobre lazer/diversão e rotina apontaram como difícil de ser possibilitado. Para essas mulheres, o *ser mulher* é retratado como uma experiência operária do cuidado, ou seja, mulher é a “trabalhadeira”, é uma “tarefa” e não uma existência. Essa compreensão vem reforçar o quanto estas mulheres elaboram o *ser mulher* a partir daquilo que, como vimos nesta pesquisa, estrutura o cotidiano de suas práticas, onde não basta cuidar, *ser mulher* é cuidar de tudo! Tal construção já foi discutida no estudo de Baronio e Geiger (2018), no qual a experiência de *ser mulher* construída nas ruralidades aparece definida como produtora de sofrimentos, resultante direta de uma percepção de si mesma assaltada pelo patriarcado.

Voltando a nossa pesquisa, os dados também apontaram que a maternidade também se insere na percepção das adultas como uma dimensão que significa o *ser mulher*, aqui ele é representado como uma benção a partir da possibilidade de gerar uma vida, revelando uma visão essencialista e divinizada dessa experiência. O casamento também aparece como um

marcador associado a essa concepção. Chamou a atenção o baixo percentual relativo a esses dois elementos, visto que, ambos fazem parte de uma construção histórica acerca do *ser mulher* na ruralidade, muito ancorada à reprodução e ao matrimônio, conforme aponta a literatura (Baronio & Geiger, 2018; Ribeiro & Doula, 2020). Tais dados, bem como aqueles que apontam para o *ser mulher* associado à competência, ao reconhecimento da luta por direitos, à valorização, e ao respeito exercido *para* elas e não apenas *por* elas (ainda que de forma tímida), indicam que há processos de resistência e mudança acontecendo nestes espaços, contribuindo para o tensionamento de significados tradicionalmente atribuídos ao *ser mulher*.

No que se refere às mulheres jovens, o *ser mulher* foi significado com uma experiência que se mostra difícil e desafiadora em diferentes aspectos da vida social, em razão da ausência de igualdade de direitos, e das limitações impostas pelo machismo. Desigualdades que também são refletidas na exigência de um padrão de beleza a ser cumprido, na objetificação de seus corpos, e na deflagração de situações de violência extrema como o abuso e a morte de mulheres em razão de serem mulheres. As dificuldades relatadas pelas mulheres jovens são simbolizadas a partir do lugar de enfrentamento de condições desiguais impostas ao *ser mulher*, diz de um lugar de movimento e de questionamento, pelo qual o “ser trabalhadeira” (ligado à multiresponsabilidade) e a “tarefa de ser mulher” são postas em xeque.

Pôde-se observar que os conteúdos elaborados para a maioria das jovens entrevistadas indicam uma maior conscientização dos papéis e expectativas sociais que são impostas à existência-mulher, sugerindo que as pautas não estão completamente realizadas e que o *ser mulher* desejado é algo que precisa ser conquistado. Enquanto que para a maioria das adultas, mesmo que já existam tensões e resistências, a significação do *ser mulher* ainda está muito associada ao “ter que fazer”, ao cumprimento de papéis e expectativas pré-estabelecidas socialmente, sugerindo um baixo agenciamento de pautas, o pouco reconhecimento de direitos e um *ser mulher* constantemente interpelado por um conjunto de obrigações.

A significação do *ser mulher* pautada pela honestidade e pela honra, resposta comum às entrevistadas, pôde revelar a existência de uma ótica de vigilância do comportamento e da subjetividade das mulheres, processo também encontrado no estudo de Thayer (2001) no qual se demonstra que essa vigilância da sexualidade se constitui na desautorização de seus corpos diante do controle masculino familiar, o que além de escotar sua sexualidade, também a reduz à tarefa de procriação, na qual prazer é uma palavra inexistente. A honestidade e a honra aparecem aqui muito ligadas a essa vigilância social, que acaba culminando numa

tarefa de vigiar a si própria, seus comportamentos, opiniões e do desejo/amor. Essa autovigilância não pertence ao campo do autocuidado, e sim, ao campo da responsabilidade com a honra familiar, onde não ter honra significa “sujar” o nome da família (o nome do pai). Sendo capitãs de si mesmas, torna-se ainda mais difícil o rompimento daquilo que lhes aprisiona, mantendo-se o sistema.

Destaca-se sobre isso que a compreensão da mulher “trabalhadeira” vai ser um dos, se não o mais importante atributo construtor desse *ser mulher* que é regido pela vigilância-autovigilância, pois vai atuar como legitimador de papéis socialmente atribuídos às mulheres “direitas e honradas”. Tal compreensão também foi observada no estudo de Nascimento et al. (2008) no qual a valorização das mulheres foi apontada como sendo parte da representação que se tem do *ser mulher* a partir do *ser mãe, esposa e dona de casa*. O estudo ressaltou que o valor atribuído à honestidade depende do gênero, sendo alcançado apenas pelas mulheres que vivem de acordo com o que é posto como moralmente correto. Essa discussão também encontra relação quanto à formação predominantemente religiosa do grupo social analisado, uma das principais bases de ancoragem das mulheres entrevistadas.

Nesse sentido, encontramos significações de *ser mulher* que ainda revelam um cenário de atribuição de papéis destinados às mulheres, com base nos valores da sociedade patriarcal e das exigências impostas por esse regime, valores estes, ainda muito arraigados nas ruralidades tradicionais. Além de significações que demonstram tensionamentos e resistências capazes de modificar tais atribuições, mas que ainda enfrentam cotidianamente o desafio e a dificuldade de sua sustentação. É como se este *ser mulher* significado pelas mulheres participantes ainda não escapasse daquele peso que a palavra *mulher* carrega ao ter que se deslocar pelo mundo, como bem escreveu Atwood (2010).

5.2 Representações Sociais de Feminismo

5.2.1 Contextos Comunicativos

Conforme destacou Guareschi (2000), as representações sociais podem ser construídas e alcançar sua manifestação a partir de diferentes modos e meios comunicacionais. Os modos podem ser observados a partir dos detalhes das práticas sociais, comunicação formal/informal, costumes e hábitos e na complexidade simbólica pela qual se

apresentam socialmente. Já os meios apresentam-se como veículos que permitem o movimento e a circulação dessa atividade simbólica.

Nesse sentido, reconhecendo a importância de tais aspectos na compreensão das representações sociais, buscou-se verificar os *modos* pelos quais as participantes se relacionam com *feminismo* e os *meios* comunicacionais pelos quais as participantes acessam a esse objeto dentro da sua realidade cotidiana. Além disso, também foi identificada a *frequência* com a qual as participantes entram em contato com *feminismo* e quais as *figuras de referência* presentes em suas comunidades ou no âmbito mediático que dialogam e discutem sobre o objeto.

Para a análise dos *modos* pelos quais as entrevistadas relataram ter acesso ao *feminismo* observou-se a frequência de ocorrência de respostas em relação ao número total de respostas obtidas. Os dados demonstram que as discussões sobre o objeto, quando ocorrem, vinculam-se principalmente às relações entre *Familiares* (15,3%), *Amigas/os* (12%) e *Profissionais da Educação* (11,3%). *Vizinhas/os* também aparece como um grupo no qual essa discussão ocorre (8%). Entretanto, chamou bastante atenção que a categoria *Ninguém* obteve a maior frequência de ocorrência de respostas obtidas (17,3%), cumprindo ressaltar que tal resposta foi especificamente mencionada pelas mulheres adultas (25,5%).

A observação das faixas etárias indicou que mulheres jovens dialogam sobre o objeto principalmente com *Familiares* (22,9%) e *Amigas/os* (18,8%). Seguidos por *Profissionais da Educação* (16,7%) e *Colegas de Escola/Faculdade* (16,7%). Já a faixa etária adulta, além de relatar com maior frequência não discutir sobre o objeto com nenhum dos grupos mencionados (25,5%), quando discute, isso também se dá principalmente com as figuras *Familiares* (11,2%) e *Religiosas* (10,8%). Seguidas por *Amigas/os* (8,8%) e *Profissionais da Educação* (8,8%). A tabela 13 também expõe as frequências para outros grupos e modelos comunicacionais que também fazem parte das trocas e discussões elaboradas por cada faixa etária.

Tabela 13

Modos de Circulação do Feminismo/Faixa Etária (n=150)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
Profissionais da Saúde	2,1%	4,9%	4%
Familiares	22,9%	11,8%	15,3%

Vizinhas/os	10,4%	6,9%	8%
Amigas/os	18,8%	8,8%	12%
Profissionais da Educação	16,7%	8,8%	11,3%
Colegas de Escola/Faculdade	16,7%	3,9%	8%
Patroa/Patrão	2,1%	2%	2%
Em Bares	4,2%	2,9%	3,3%
Nas Casas de Farinha	2,1%	4,9%	4%
Em Encontros Religiosos	4,2%	10,8%	8,7%
No Trabalho Coletivo na Agricultura	-	5,8%	4%
Encontros em Sindicatos	-	2%	1,3%
Ninguém	-	25,5%	17,3%
Outras	-	1%	1%
TOTAL	31,4% (48)	68,6% (102)	100% (150)

Percebe-se aqui que os modos pelos quais as entrevistadas estabelecem discussões acerca de *feminismo* fazem parte de um contexto comunicacional no qual há uma predominância de discussões acerca do objeto dentro do seio familiar e entre amigas/os, sugerindo uma base para a construção de representações sociais fortemente ligadas aos contextos comunicativos informais e aos hábitos e costumes (Guareschi, 2000; Vala & Castro 2013) que são acordados entre seus grupos de pertença familiar ou de amizade. O que encontra sentido nos dados já encontrados sobre as principais formas de lazer/diversão e rotina diária dessas mulheres, marcadamente restritas ao relacionamento com estes dois grupos mencionados, principalmente, mulheres adultas. Nesse sentido, os passeios, as danças com as amigas, a organização das festas, os almoços em família compõem o terreno fértil no qual formas de conhecimento serão elaboradas e negociadas. Dentre os contextos formais de comunicação apenas o contexto educacional possui uma frequência significativa. Os espaços religiosos e de saúde, bem como os sindicatos, ainda aparecem de modo tímido.

Cumpra ressaltar que o *Ninguém* destacado pelas mulheres adultas também corrobora com os resultados que sugerem um baixo nível de interação social entre grande parte das adultas entrevistadas e outras mulheres, e/ou um receio de informar sobre essa interação e fazer parte do “tipo” de mulheres que falam sobre esse tema, como já destacamos anteriormente.

Com relação aos **meios** ou veículos pelos quais as participantes acessam discussões sobre *feminismo*, a frequência de ocorrência de respostas relacionadas ao número total de respostas obtidas indicou que o meio comunicacional mais mencionado pelas entrevistadas foi *Programas de TV* (15,5%). Seguido pelas *Novelas* (11%); *Jornais Televisivos* (9,3%); *Aulas* (9,3%); *Internet* (9,3%) e as *Redes Sociais Digitais* (9%).

Os *Programas de TV* se configuram como os meios comunicacionais mais mencionados, tanto pelas jovens quanto pelas adultas, para acessar o objeto. Porém, as faixas etárias vão se diferenciar quanto às escolhas comunicacionais secundárias que vão utilizar para acessá-lo. Percebe-se que mulheres jovens mencionam a *Internet* (13,3%), *Redes Sociais* (12,1%) e as *Aulas* (13,3%) como outros meios pelos quais acessam com maior frequência discussões sobre *feminismo*, utilizando veículos comunicacionais ligados ao ciberespaço e às ferramentas educacionais, sugerindo uma inserção ativa no seio destas discussões. Enquanto as adultas trazem as *Novelas* (11,6%) e os *Jornais Televisivos* (10,1%) como outros meios mais frequentemente utilizados, permanecendo no campo da comunicação televisiva, indicando uma inserção menos ativa e mais indireta em meio às discussões sobre o objeto.

Tabela 14
Meios de Circulação do Feminismo/Faixa Etária (n=290)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
Livros	8,4%	5,8%	6,6%
Aulas	13,3%	7,7%	9,3%
Jornais Televisivos	7,2%	10,1%	9,3%
Programas de TV	14,5%	15,9%	15,5%
Novelas	9,6%	11,6%	11%
Filmes/Documentários	8,4%	4,8%	5,9%

Teatro	1,2%	0,5%	0,7%
Programas de Rádio	4,8%	6,8%	6,2%
Músicas	7,2%	9,2%	8,6%
Internet (Sites)	13,3%	7,7%	9,3%
Redes Sociais Digitais	12,1%	7,7%	9%
Espaços de Saúde	-	3,4%	2,4%
Nenhum	-	7,7%	5,5%
Outros	-	1%	0,7%
TOTAL	28,6% (83)	71,4% (207)	100% (290)

Observamos que, de modo geral, as entrevistadas indicam a comunicação televisiva como o principal meio pelo qual saberes e informações acerca de *feminismo* podem ser acessados e difundidos. E familiares e amigas/os como os grupos de interação social com os quais estabelecem e negociam trocas, compartilham costumes, hábitos e crenças ligados ao objeto. As diferenças observadas entre as faixas etárias apontam para aspectos culturais e geracionais que atravessam a escolha e uso de meios e modos de acesso à discussão sobre o objeto estudado.

Percebeu-se o papel sociossimbólico exercido pelo contexto educativo e digital para as mulheres jovens, bem como pelo contexto televisivo para as mulheres adultas. Os resultados demonstraram que são nestes contextos de comunicação que os novos objetos de representação vão se manifestar e estar sujeitos aos processos de ancoragem e objetivação de novas representações, entrando em acordos ou em conflitos de sentido. Reiteramos as palavras de Jodelet (2009) sobre o papel da esfera de pertença-subjetividade, visto que, nesta pesquisa, as jovens apresentam um lugar em que a permeabilidade de novos saberes e a sua elaboração assume uma caracterização ativa e protagonista, enquanto as adultas trazem consigo uma construção de saber que sugere uma integração indireta, não significando a ausência dessa elaboração, e sim, que esta se movimenta mais colada aos seus modos de vida e àquilo que lhes é autorizado elaborar.

A análise da *frequência* pela qual se entra em contato com *feminismo* observou o número total de participantes (n=62). Os dados revelaram que a maioria das participantes relatou *Nunca* (32,3%) ou *Raramente* (22,6%) ter tido contato com o objeto. Outros 21% declararam que *Às Vezes* entra em contato e 17,7% declararam que *Muitas Vezes* têm contato com o objeto. Apenas 6,5% da amostra informou que *Sempre* tem contato com *feminismo*.

Observando as faixas etárias, percebeu-se que mulheres jovens são as que mais tiveram algum tipo de contato com o objeto, tendo em vista que nenhuma jovem declarou *Nunca* ouvir falar de *feminismo*. Boa parte deste grupo declarou que *Às vezes* (33,3%), *Muitas Vezes* (25%) ou *Sempre* (25%). E apenas 16,7% relataram *Raramente* ter contato com o objeto. Para as adultas, o contrário se apresenta, visto que a maioria delas declara que *Nunca* (40%) ou que *Raramente* (24%) tem contato com *feminismo*. Seguidas por uma menor parcela que relata que *Às Vezes* (18%) e *Muitas Vezes* (16%). Diferentemente das jovens, apenas 2% das adultas declararam *Sempre* ter contato com *feminismo*.

As entrevistadas também informaram sobre o quanto acreditam que *feminismo* é discutido em seu contexto comunitário. Os resultados demonstraram que para a maioria das participantes ele *Nunca* (45,2%) ou *Raramente* (33,9%) é discutido. Uma pequena parcela acredita que ele *Às vezes* (9,7%) é discutido. E 11,3% da amostra não soube responder a essa pergunta. Não houve diferenças significativas quanto a essa questão entre as faixas etárias. A maioria das jovens (66,7%) e adultas (82%) acredita que *feminismo* é *Raramente* ou *Nunca* discutido. O que evidencia que, de modo geral, o objeto ainda aparece pouco presentificado nas trocas sociocomunicativas realizadas pelo grupo social analisado, ainda que as mulheres jovens tenham declarado acessá-lo de forma constante.

No que se refere às *figuras de referência* que discutem ou dialogam sobre *feminismo*, apenas 02 mulheres jovens e 03 adultas declararam conhecer alguém que discuta sobre o objeto em suas comunidades, sendo que estas são pessoas amigas, familiares e vizinhas. A maioria das participantes (85,5%) também informou desconhecer figuras públicas que discutam sobre *feminismo*.

Dentre as figuras públicas que foram citadas, as mulheres jovens indicaram o cantor de funk *Mc Gui*; a vereadora carioca *Marielle Franco*; a jornalista da TV Bahia *Jéssica Senra*; a ex-BBB *Marcela McGowan*; e a ex-deputada federal *Manuela D'Ávila*. As mulheres adultas, por sua vez, indicaram como suas figuras públicas de referência as atrizes globais *Leandra Leal* e *Taís Araújo*; a cantora *Ivete Sangalo*; as apresentadoras de programas de entretenimento *Fátima Bernardes* (Rede Globo) e *Eliana* (SBT); e os apresentadores de programas de auditório *Silvio Santos* e *Ratinho* (SBT).

Sobre essa questão observou-se que as figuras públicas elencadas pelas participantes jovens se destacam pela sua participação política e militante, bem como por serem vítimas de violência de gênero a partir de suas reivindicações pelo reconhecimento de demandas políticas, de gênero e sociais, como é o caso da ex-deputada Manuela D'Ávila, vítima de um esquema de *fake news*, durante sua última campanha eleitoral, e da vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada pela milícia carioca¹⁴, em 14 de março de 2018. Há também figuras que defendem abertamente pautas em prol das mulheres e do feminismo como a jornalista Jéssica Senra e a ex-bbb Marcela McGowan.

As figuras de referência das mulheres adultas apesar de trazerem pessoas que publicamente defendem a causa das mulheres e pautas feministas, como as atrizes Taís Araújo e Leandra Leal, percebeu-se uma maior ênfase em referências que dirigem programas voltados para o entretenimento e cotidianidades, cuja temática feminista tem aparecido de forma ainda tímida e não nomeada, como é o caso das referências Fátima Bernardes e Eliana, ou não aparecem, como nos casos dos programas do Ratinho e Silvio Santos. A presença de atrizes de novela também sugere relação com os meios utilizados por esse grupo para acessar o objeto, visto que, as personagens por elas vivenciadas podem trazer a pauta feminista pela via das práticas, ou seja, de uma linguagem que atinge a compreensão do feminismo prático e não nomeado.

Como Jodelet (1989/2001) nos ensina, a comunicação de massa age de forma a potencializar a passagem das representações sociais pela sua capacidade de espalhamento através da qual se instaura no seio das relações sociais. Nesse sentido, podemos inferir que o papel dos meios de comunicação de massa utilizado pelo grupo social analisado, sobretudo, mulheres adultas, vai fazer parte do processo de formulação do conteúdo representacional de *feminismo*, indicando que apesar de indireto, os meios televisivos não são contextos passivos de significação, como costumamos pensar. Sobre isso, os meios utilizados pelas entrevistadas também levantam a discussão sobre o papel das mídias sociais digitais, sobretudo, em tempos de *fake news* e de desinformação, e sobre a responsabilidade da televisão, na construção do pensamento social.

As entrevistadas também foram questionadas se conhecem algum movimento feminista em suas comunidades ou fora delas. Somente 01 mulher (jovem) relatou conhecer algum movimento feminista, sendo este localizado na cidade de São Paulo, o qual a participante conheceu em uma viagem. Demonstrando que além de não terem acesso aos

¹⁴Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes foram assassinados em 14 de março de 2018. O ex-policia militar Ronnie Lessa foi acusado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro como o autor do crime. (MPRJ)

movimentos de mulheres rurais, pelos quais poderiam articular demandas e questionar suas condições de vida e direitos, também não possuem acesso a movimentos feministas organizados que poderiam também fazer circular a passagem de temáticas ligadas a questionamentos de suas realidades, bem como possibilitar o acesso a discussões reivindicatórias sobre os lugares e papéis ocupados por mulheres e homens nas sociedades, integrando-as ao debate feminista nomeado e organizado e também fazendo com que este se integre às práticas destas mulheres e reconheça suas pautas e seus feminismos. Integração urgente e necessária, porém, apontada na literatura como escassa desde o período em que ocorrem as principais articulações feministas no Brasil (Aguiar, 2016) até os tempos atuais (Gomes et al., 2016).

5.2.2 Análise das Evocações

As palavras evocadas para o termo indutor *feminismo* foram analisadas a partir da análise de conteúdo categorial (Bardin, 2016), fazendo-se uma leitura exaustiva do material, organizando-o de acordo com as proximidades de sentido, para em seguida transformá-lo em temas categoriais. A interpretação aprofundada resultou na construção de inferências e na sua relação com a literatura existente. As palavras evocadas foram organizadas e distribuídas em dicionários de palavras específicos para cada faixa etária (tabelas 15 e 16), nos quais são reveladas as categorias temáticas encontradas.

Tabela 15

Dicionário de Palavras Evocadas - Termo Indutor Feminismo/Faixa Etária Jovem

TERMO INDUTOR “FEMINISMO” FAIXA ETÁRIA JOVEM	
TERMO PRINCIPAL	TERMOS EVOCADOS
“LUTA” PELOS DIREITOS DAS MULHERES	“Luta”; “Movimento revolucionário”; “Direito de a mulher ter igualdade no trabalho”; “Direitos”; “Igualdade”; “Liberdade”; “Mulheres na política”; “Uma conquista”; “Respeito da opinião da mulher”; “É um conjunto de direitos”; “É falar de mulher”.
“MACHISMO” / “DESIGUALDADE”	“Sobre o posicionamento entre homem e mulher que a mulher sempre tá mais embaixo”; “Mulher não trabalhar”; “Desigualdade”; “Desvalorização”; “Sexismo”; “Preconceito”; “Quando a pessoa tá no relacionamento e o

	marido quer mandar na pessoa”; “Machismo”; “Desrespeito”.
“RESPEITO”	“Respeito”; “Aceitação”; “Empatia”.
“EMPODERAMENTO”	“Poder”; “Força”; “Empoderamento”.
“SORORIDADE”	“Sororidade”.
AÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES / “FEMINICÍDIO”	“Esse caso tipo marido matando a esposa porque não aceita o término de namoro”; “Feminicídio”.
“FEMINISTA”	“Feminista”.
CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS	“Hipócrita”; “Sem caráter”; “Sem noção”; “Não sabe o que faz e fala”.
“NÃO SEI” (n=01)	“Não sabe”

Tabela 16

Dicionário de Palavras Evocadas-Termo Indutor Feminismo/Faixa Etária Adulta

DICIONÁRIO DE PALAVRAS EVOCADAS	
TERMO INDUTOR “FEMINISMO”	
FAIXA ETÁRIA ADULTA	
TERMO PRINCIPAL	TERMOS EVOCADOS
“NÃO SEI” (n=28)	“Não sabe”; “Não me lembra nada porque eu não sei”; “Nunca vi não feminismo”; “Assunto desconhecido”.
“O FEMININO”/”SER MULHER-MÃE”/”DONA DE CASA”	“Feminino”; “Pessoa feminina”; “Ser mulher”; “O que eu passei minha mãe passou também”; “A pessoa só sabe o que é uma mãe sendo mãe”; “Fisionomia”; “Que é uma palavra muito forte porque vem de uma pessoa que traz gerações”; “Uma geração de pessoas e animais tudo que é fêmea”; “Cuidar de criança”; “Lembro de me arrumar”; “Fazer faxina”; “Cozinhar”; “Família”.
AÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES / “FEMINICÍDIO”	“Quando o cara bate na mulher”; “Morte”; “São repreendidas”; “Aquilo que as mulheres sofrem em relação aos homens”; “Sofrimento por parte de alguém que você confiava muito”; “Palavra sobre homem que maltrata mulher com palavras e empurrão”; “A gente vê tanta reportagem ruim que acontece”; “A gente vê tanta coisa e vê muitas coisas acontecer e não pode ajudar”; “Homem que estupra mulher”; “Desprezo”; “Muitos homens chegam a matar”; “Como às vezes as pessoas sofrem o feminicídio”; “Hoje está acontecendo muito homicídio tem a mulher como dono”; “Covardia”; “Homem”; “Trauma”; “É errado”; “Falta de coragem de a mulher reagir”; “Desespero”. “Estresse”; “Nervoso”; “Doença”; “Tristeza”.
CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS	“Penso que essa palavra ofende a gente”; “Penso

	na deslealdade das pessoas com os outros”; “Pensar no jeito que está o mundo; Eu não gosto”; “Falsidade”.
“MACHISMO” / DESIGUALDADE	“Porque a mulher deveria ter mais uma representação no convívio social, (...) existe muito preconceito ainda”; “Machismo”; “Desrespeito com a classe”; “É a pessoa machista”; “Quando homem quer ter mais direito que a mulher”; “O homem não aceita que a mulher seja livre e tenha seus pensamentos e atitudes”; “O homem acha que é dono da mulher”; “Eles não entendem a gente em um relacionamento”; “Eu acho que é uma coisa que deveria ser tipo mudado”.
“EMPODERAMENTO”	“Empoderamento”; “Negócio da empoderação feminina”; “Mulheres que estavam usando calças sujas de sangue menstrual”; “A mulher ser dona si mesma e não deixar que o homem mande nela”; “Eu me represento como mulher”; “Sobre nós mulheres”; “Financeiramente”.
“LUTA” PELOS DIREITOS DAS MULHERES	“Luta pelos direitos”; “Justiça”; “Igualdade”; “A pessoa ser feminista”; “Que os direitos são iguais”; “Nós devemos ser respeitadas”; “Estudar”.
“SORORIDADE”	“Sororidade”; “Tem aquele negócio de a mulher se mais unida”.
SENTIMENTOS BONS	“Felicidade”; “Ter amor ao próximo”.
“RACISMO”	“Racismo”; “Acho racista”.

Na tabela 17 abaixo está exposta a frequência de ocorrência de respostas, para cada categoria temática encontrada, a partir das evocações sobre o termo *feminismo*, considerando as duas faixas etárias.

Tabela 17

Evocação do Termo Indutor Feminismo (n=162)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
“Respeito”	12,2%	-	3,7%
“Feminista”	2%	-	0,6%
“Não Sei”	2%	24,8%	17,9%
Ações de Violência Contra as Mulheres/”Feminicídio”	6,1%	22,1%	17,3%
“Luta” pelos Direitos das Mulheres	34,7%	6,2%	14,8%
“Machismo”/“Desigualdade”	20,4%	11,5%	14,2%
“Empoderamento”	10,2%	8%	8,6%
“Sororidade”	4,1%	1,8%	2,3%
Características Negativas	8,2%	4,4%	5,6%

“O Feminino”/“Ser Mulher-Mãe”/“Dona de Casa”	-	17,7%	12,4%
Sentimentos Bons	-	1,8%	1,2%
“Racismo”	-	1,8%	1,2%
Total		30,3% (49)	69,7% (113)
			100% (162)

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento

A partir da análise dos dados encontrados identificamos que as entrevistadas compartilham um mesmo campo representacional de *feminismo*, ao mesmo tempo em que possuem diferenciações importantes na forma como elaboram e caracterizam tais representações. Nesse sentido, os resultados serão descritos e analisados observando as representações sociais compartilhadas entre as duas faixas etárias, ou seja, considerando a amostra geral, dando atenção em seguida às representações sociais elaboradas distintamente por cada faixa etária.

Os elementos representacionais de feminismo compartilhados pelas entrevistadas constituíram as seguintes categorias:

Ações de Violência Contra as Mulheres/“Feminicídio” (17,3%), categoria cujo conteúdo representacional apontou que o termo *feminismo* evoca elementos de feminicídio e de outros tipos de violência perpetrados contra as mulheres. Indicando elementos que dizem da violência psicológica, moral e física, “palavra sobre homem que maltrata mulher com palavras e empurrão, palavras feias pra maltratar” (M52, 40 anos), “quando um homem abusa de uma mulher e bate” (M34, 25 anos), “quando o cara bate na mulher” (M10, 49 anos); da violência sexual, “homem que estupra mulher” (M54, 42 anos); bem como dos elementos que explicitam diretamente o feminicídio, “como às vezes as pessoas sofrem o feminicídio e são repreendidas” (M20, 56 anos), “morte” (M10, 49 anos), “feminicídio” (M58, 24 anos), “muitos homens chegam a matar” (M52, 40 anos).

As evocações apresentadas ressaltam uma dinâmica de violência em que se denuncia o agente abusador, ou seja, reconhece nos homens a figura que perpetra a violência, sendo esta visualizada pelos seus diferentes tipos, não apenas pela violência física, pois, as palavras “feias” também maltratam as mulheres. Também foi possível analisar nas evocações que fazem referência ao feminicídio, que este aparece especificamente indicado, tanto pelas jovens quanto pelas adultas, partindo dos relacionamentos afetivo-sexuais, “esse caso tipo, marido matando a esposa porque não aceita o término de namoro” (M16, 23 anos), “o homem

acha que é dono da mulher, hoje está acontecendo muito homicídio tem a mulher como dono” (M31, 39 anos).

Observou-se que esse elemento representacional ao mesmo tempo em que se relaciona à percepção da violência vivenciada por mulheres fora do contexto comunitário das entrevistadas, cuja visualização e alcance aparecem mediados pelos meios de comunicação televisiva, “a gente vê tanta reportagem ruim que acontece” (M22, 38 anos), também parece indicar uma percepção do próprio contexto comunitário como um espaço permeado por relações abusivas e violentas, marcados pelo medo e pelo silenciamento diante da impossibilidade de oferecer suporte, “a gente vê tanta coisa e vê muitas coisas acontecer e não pode ajudar.” (M48, 44 anos). Ou mesmo pela evocação dos impactos emocionais potencialmente associados às experiências de violência explicitadas, como o “estresse, nervoso” (M10, 49 anos) e a “tristeza” (M20, 56 anos).

Destaca-se que esse dado se mostrou mais presente nas respostas mencionadas pelas mulheres adultas (22,1%) em comparação às mulheres jovens entrevistadas (6,1%).

“*Luta*” pelos Direitos das Mulheres (14,8%), cujo conteúdo elaborado compreende *feminismo* como um objeto que diz respeito ao processo de luta pelos direitos a serem assegurados e conquistados para as mulheres, tais como o direito de exercer sua opinião livremente; de ter igualdade no ambiente de trabalho e à participação na política, citado principalmente pelas jovens, “direito da mulher ter igualdade no trabalho; respeito da opinião da mulher” (M21, 22 anos), “mulheres na política” (M01, 18 anos), bem como ao direito ao estudo e a condições de justiça e respeito na sociedade, exposto pelas adultas, “nós devemos ser respeitadas” (M28, 28 anos), “estudar” (M30, 28 anos); “que os direitos são iguais” (M60, 34 anos). Observou-se também que, ao mesmo tempo em que *feminismo* é representado como “um movimento revolucionário” (M01, 18 anos), “uma luta” (M05, 19 anos), ou seja, uma ferramenta capaz de garantir às mulheres o alcance de tais direitos, também representa o próprio direito alcançado, é “justiça; igualdade” (M02, 45 anos), é “um conjunto de direitos” (M27, 22 anos).

Aqui, as evocações das mulheres jovens indicaram com mais especificidade os espaços políticos e as conquistas que podem ser alcançadas através do feminismo, bem como quais são as suas protagonistas (as mulheres), denotando elementos representacionais que se articulam a partir de um movimento dinâmico e que exige uma participação ativa. Enquanto as mulheres adultas explicitaram os direitos propriamente ditos e não o seu agenciamento, mas pelo viés da experiência pessoal, de serem respeitadas.

Cumprer ressaltar que, de forma inversa à categoria anterior, a maior frequência de respostas desta categoria foi emitida pelas mulheres jovens (34,7%) em comparação às mulheres adultas (6,2%).

“*Machismo*”/“*Desigualdade*”(14,2%) referiu-se justamente a não conquista dos direitos supracitados, constituindo-se por categorias socio-históricas responsáveis pela subjugação de mulheres à “desvalorização e machismo” (M58, 24 anos), visto que, “a mulher deveria ter mais uma representação no convívio social, e muitas vezes, existe muito preconceito ainda” (M57, 49 anos), bem como por um “posicionamento entre homem e mulher que a mulher sempre tá mais embaixo” (M24, 20 anos), seja no ambiente de trabalho em que se denuncia o fato de a “mulher não trabalhar” (M24, 20 anos), seja no lugar afetivo das relações onde mulheres também não possuem o direito de desejarem a partir de si mesmas, mas sim, a partir das vontades de seus companheiros, “a gente se relaciona com uma pessoa e depois ela quer ser nosso dono mandar na gente e satisfazer as vontades dele” (M28, 28 anos). Aqui as entrevistadas trazem elementos representacionais de *feminismo* a partir daquilo que evoca o preconceito de gênero e a falta de representatividade das mulheres na sociedade, além de também denunciarem a dinâmica interacional entre homens e mulheres como um lugar-relação fortemente pautado pela desigualdade e pelo machismo.

“*Empoderamento*” (8,6%), cujo conteúdo significou *feminismo* como um objeto que vai dizer sobre o poder-ser das mulheres, de uma apropriação de si mesmas como pessoas de direito. As jovens explicitam a partir de elementos que evocam a ocupação de espaços sociais antes negados, endereçando às conquistas aquilo que nomeiam como “força” (M38, 18 anos) e “poder” (M01, 18 anos). Enquanto as adultas vão trazer o reconhecimento de um lugar para mulheres que não deve mais ser pautado pela lógica da desautorização, ou seja, “a mulher ser dona si mesma e não deixar que o homem mande nela” (M31, 39 anos); nem pela lógica da dependência, “a mulher não tem mais que esperar pelo homem, pois ela é independente, não espera por ninguém”. Chamou atenção a evocação de uma das entrevistadas adultas, cujo conteúdo apontou para uma objetivação do termo *feminismo* a partir de um lugar corporificado, “mulheres que estavam usando calças sujas de sangue menstrual” (M03, 31 anos).

A categoria “*Sororidade*” (2,6%) indicou uma compreensão de *feminismo* a partir da nomeação de um processo que vai pensar a união de uma categoria identitária, “sororidade” (M01, 18 anos; M58, 24 anos; M02, 45 anos), “tem aquele negócio de a mulher ser mais unida” (M61, 33 anos). A categoria *Características Negativas* (5,8%) cujos elementos representacionais explicitaram sentimentos negativos relacionados ao termo *feminismo*,

vinculados ao âmbito da dinâmica relacional, “hipócrita” (M49, 22 anos), “falsidade” (M44, 35 anos), “penso na deslealdade das pessoas com os outros” (M04, 52 anos), evidenciando também sentimentos de insatisfação com a realidade em que se vive “pensar no jeito que está o mundo” (M12, 49 anos).

E por fim, a categoria “*Não Sei*” (17,9%) cuja apresentação no campo representacional de *feminismo* nos convida para uma compreensão analítica cuidadosa e mais aprofundada do que podemos dar conta neste trabalho. Esta categoria obteve a maior frequência de ocorrência das respostas na amostra geral, no entanto, cumpre considerar que esta frequência foi significativamente maior entre as entrevistadas adultas (24,8%), em comparação às jovens (2%). A descrição das respostas sugeriu a priori um desconhecimento diante do termo *feminismo*, “não me lembra nada porque eu não sei o que é, porque nunca me disseram” (M06, 56 anos); “nunca vi não feminismo” (M09, 51 anos); “não sei” (M33, 18 anos; M07, 59 anos; M08, 31 anos; M11, 27 anos; M13, 27 anos; M14, 38 anos; M15, 58 anos; M18, 43 anos; M19, 30 anos; M22, 38 anos; M23, 38 anos; M25, 52 anos; M32, 58 anos; M34, 25 anos; M35, 28 anos; M36, 39 anos; M37, 40 anos; M39, 50 anos; M41, 54 anos; M42, 35 anos; M43, 46 anos; M45, 59 anos; M46, 32 anos; M47, 40 anos; M48, 44 anos; M56, 37 anos; M62, 38 anos).

Tais dados nos direcionam ao perfil sociodemográfico das respondentes desta categoria, no sentido teórico-metodológico de compreender de forma situada qual o contexto de elaboração deste “não saber” e a sua articulação com outros dados, também similares, apresentados ao longo dos resultados como o “nenhum”/“é difícil conversar”, referente às temáticas discutidas e às redes de interação social existentes; o “ninguém” e o “nenhum” relativos aos modos e meios de acesso ao objeto. Além do “não sei dizer”/“explicar” referente à explicação de *feminismo*; o “nada” e o “não sabe” relativos à avaliação e posicionamento diante do objeto, bem como da nomeação de pessoas ligadas a ele (dados que serão apresentados na próxima seção). Observar tais questões nos possibilita um entendimento mais aprofundado acerca dessa resposta e a identificar como esta se articula ao campo representacional que estamos desvelando. Também pode nos ajudar a compreender se essa resposta possui relação com alguma dificuldade enfrentada durante a realização da tarefa de evocação livre ou indicar a ocultação de elementos representacionais que ameaçam os valores e as normas pertencentes a esse grupo de mulheres, evidenciando aqui a possibilidade de uma zona muda de representações (Abriç, 2003 *apud* Menin, 2006).

Identificou-se que essa categoria constitui-se, majoritariamente, de mulheres adultas (28 adultas e apenas 01 mulher jovem), o equivalente a 46,8% da amostra geral. Esta maioria

autodeclara-se branca, casada, com ensino fundamental incompleto e “donas de casa”. Também informam uma rotina marcada pelo isolamento e pela intensa dedicação às atividades domésticas, possuindo baixos índices de lazer e de interação social com outras mulheres de seu contexto ou redes de relações, mantendo suas interações, principalmente com familiares e amigas/os, além de possuir a programação televisiva (jornais, novelas e programas de TV) como o seu principal meio de acesso à informação. Quanto ao objeto *feminismo*, este foi informado, majoritariamente, como algo nunca acessado ou discutido no âmbito individual e comunitário. A maioria ainda declarou, amplamente, desconhecer figuras de referência ou grupos que discutam sobre o tema, tampouco apresentou nomeação ou soube dizer como são nomeadas as pessoas que falam sobre o objeto.

Os elementos representacionais defeminismo compartilhados apenas entre as entrevistadas jovens constituíram as seguintes categorias: “Respeito” (12,2%), cujo conteúdo indicou ser o “respeito” (M05, 19 anos; M21, 22 anos; M38, 18 anos; M26, 21 anos) um elemento que faz parte da construção de significado de feminismo, associado também às noções de “empatia” (M58, 24 anos) e “aceitação” (M26, 21 anos). E a categoria “Feminista” (2%) que indicou sucintamente um processo de nomeação e inscrição grupal ligado ao objeto analisado. Tais elementos representacionais se coadunam com as principais elaborações sobre o objeto, feitas por este grupo etário, e já destacadas acima.

Os elementos representacionais de feminismo compartilhados apenas entre as entrevistadas adultas constituíram as seguintes categorias: “O Feminino/“Ser Mulher-Mãe”/“Dona de Casa”(17,7%), categoria com uma frequência de respostas significativa, cujo conteúdo trouxe elementos que explicitam as expectativas e os papéis de gênero atribuídos às mulheres em função do sexo de nascimento, tais como: a maternidade, “me lembra ser mãe, a pessoa só sabe o que é uma mãe sendo mãe” (M17, 40 anos), “que é uma palavra muito forte porque vem de uma pessoa que traz gerações” (M53, 34 anos); os aspectos fisiológicos que vão ressaltar as finalidades reprodutivas, “uma geração de pessoas e animais tudo que é fêmea” (M53, 34 anos); os aspectos físicos endereçados socialmente ao “feminino” através de uma lógica cisnormativa, “fisionomia” (M44, 35 anos), “tipo quando a mulher é feminina” (M61, 33 anos), “pessoa feminina” (M42, 35 anos); além de também explicitar o comportamento social esperado para esse “feminino” como “cuidar de criança, fazer faxina; cozinhar” (M30, 28 anos).

E a categoria *Sentimentos Bons* (1,8%); cujo conteúdo trouxe sentimentos e ações positivas associadas ao *feminismo* como “felicidade” (M44, 35 anos) e “amor ao próximo” (M40, 34 anos). E a categoria *“Racismo”* (1,8%) que aparece como um dos elementos que o

termo *feminismo* explicita ao ser evocado, “racismo” (M04, 52 anos), “acho racista” (M57, 49 anos).

Figura 6

Campo Representacional de Feminismo para as Mulheres Rurais Entrevistadas



Nota. Imagem elaborada pela autora.

Considerando a amostra geral, nota-se que as representações sociais de feminismo elaboradas pelas mulheres rurais entrevistadas explicitam elementos que evocam, principalmente, a *violência contra as mulheres* e o *crime do feminicídio*. E em seguida, elementos que evocam as *lutas pelos direitos das mulheres*, associados ao reconhecimento das *desigualdades* e do *machismo* presentes nas relações, demonstrando também uma articulação com elementos ligados ao *empoderamento* e à *sororidade*. A análise indicou que apesar de as entrevistadas compartilharem um mesmo campo representacional de *feminismo*, este irá apresentar especificidades no que se refere à elaboração e caracterização desse campo, quando consideramos a faixa etária analisada (jovens e adultas). Nesse sentido, é através desse critério analítico que daremos continuidade à nossa discussão.

A observação das faixas etárias nos evidencia que *as representações sociais de feminismo para as mulheres jovens entrevistadas* vão se constituir, sobretudo, pelos aspectos que se relacionam às lutas pelos direitos das mulheres e à percepção das imposições sociais,

culturais e econômicas que atravessam suas vivências, trazendo também a sororidade e o empoderamento feminino como parte de suas negociações de sentido sobre o objeto. Informando sobre uma construção representacional que se ancora em um lugar de movimento e nomeação, sendo percebida uma menor circulação de significações ancoradas nos elementos da violência contra as mulheres/feminicídio ou em expectativas e papéis de gênero, bem como de respostas que indiquem um “não sei” sobre o objeto (n=1/ 8,3% da amostra de jovens).

De forma praticamente inversa às jovens, *as representações sociais de feminismo para as mulheres adultas*, constituem-se, principalmente, a partir de elementos que vão explicitar as violências perpetradas contra as mulheres e o crime do feminicídio, bem como pelo “feminino” pautado pelas expectativas de gênero e pelo cumprimento de papéis socialmente esperados para as mulheres, ligados, particularmente, à vida doméstica e do lar matrimonial, ao critério biológico da reprodução e à maternidade. Cumpre ressaltar que, embora com menor homogeneidade, também estão presentes elementos representacionais que evocam o enfrentamento do machismo e da desigualdade, a percepção do empoderamento e da sororidade e o reconhecimento das lutas das mulheres por direitos iguais. No entanto, o que nos chama a atenção neste grupo etário se refere à indicação do “não sei” acerca do termo *feminismo*, para a maioria das mulheres adultas entrevistadas (n=28/56% da amostra de adultas).

Tais especificidades presentes no campo representacional analisado evidenciam que o marcador geracional atravessa e organiza as representações sociais de *feminismo* construídas pelas participantes. Os modos de vida; as formas como estabelecem suas trocas sociais e redes de relações em seus contextos e fora deles; os meios e modos pelos quais acessam informações e dados sobre o objeto, bem como o modo como significam o *ser mulher* compreendem os aspectos que se relacionam diretamente com essa diferenciação percebida. Tal processo já foi demonstrado na literatura sobre gênero e geração em contextos de ruralidade, em que se mostra a articulação existente entre o marcador *geração* e as dinâmicas cotidianas familiares, os arranjos de poder no seio das relações generificadas, no compartilhamento e na noção de pertença dos espaços vivenciados em coletividade (Scott, 2010), bem como no alcance de pautas relacionadas aos feminismos nomeados e às questões de gênero (Pizzinato et al., 2015).

Identificamos que a construção de representações sociais de *feminismo* para mulheres jovens vai informar um lugar social que se constrói pautando-se pelo questionamento de modelos, pela conscientização de papéis sociais pré-estabelecidos, a partir de uma

inserção/discussão ativa e multidirecional, indicando um processo de politização que se articula para além da ruralidade onde vivem, isto é, para além do espaço intersubjetivo de suas trocas (Jodelet, 2009). Integram-se aos seus contextos de vida através da interação social que realizam e trazem para casa os novos elementos assimilados a partir da sua inscrição em outros níveis de pertença, marcadamente situados nos espaços digitais e educativos, algo que irá posicioná-las diante da própria localização sócio-histórica e corporificada (Haraway, 1995), oportunizando a nomeação e caracterização de feminismo, forjando o seu modo de representá-lo.

Dessa maneira, mulheres jovens agem introduzindo na realidade cotidiana novos elementos de sentido, confrontando valores ali estabelecidos e construindo novas negociações, como pudemos observar com relação ao modo como estas observam o lugar do trabalho doméstico em suas vidas, que mesmo altamente presente da realidade cotidiana, não se constitui como aquilo que as define como trabalhadoras. Ou pelos significados atribuídos ao *ser mulher*, em que são ressaltados os desafios diante da sociedade patriarcal como os aspectos definidores dessa existência, e que vão dizer que *ser mulher* é lutar contra esse sistema. Ou ainda pelas temáticas que embasam suas discussões com outras mulheres de sua ruralidade, nas quais o acesso a direitos básicos é a prioridade de suas pautas discursivas, além das figuras de referência de *feminismo* que possuem, objetivadas através da personificação de mulheres politicamente engajadas em um movimento político-organizado.

Sobre isso, importa destacar sobre o papel exercido por estas jovens no que se refere à negociação de representações em seus contextos de vida, visto que, ainda que haja uma maior presentificação dos elementos representacionais de luta neste grupo, a sua pequena circulação entre as mulheres adultas vem informar a existência de um movimento que se faz nas entrelinhas da comunicação entre os dois grupos etários. Tal processo de conscientização político-social sugere ser construído *de jovens para* as adultas a partir da triangulação *eu – outra – objeto* (Jodelet, 2009; Moscovici, 1961/2012). Significa dizer que, se o seio familiar é o principal espaço no qual grande parte das mulheres adultas se constitui em interação e elabora seus saberes, é também este o terreno simbólico no qual parte destas mulheres irá conseguir forjar suas representações sociais de *feminismo*. As mulheres jovens, ao se relacionarem com suas mães, avós e irmãs em meio aos almoços e passeios em família citados, irão contribuir para a incorporação de novos objetos sociais e para as tessituras de elementos representacionais advindos dos contextos interativos de comunicação dos quais participam. Esses almoços e passeios se assemelham aos lavadouros descritos por Perrot

(1989, p. 214), são os “locais de feminismo prático”, ou seja, aqueles contextos nos quais podemos encontrar a potência dos feminismos não nomeados ou organizados.

Nesse sentido, podemos inferir que os elementos representacionais que evocam a luta das mulheres, e também aqueles que vão trazer elementos ligados ao empoderamento feminino e à sororidade, construídas por uma pequena parcela das mulheres adultas, são gerados a partir das negociações realizadas entre os dois grupos etários analisados, ou seja, pela esfera intersubjetiva (Jodelet, 2009) na qual são possibilitadas a partilha dos saberes sobre o mundo compartilhado e a negociação de novas formas de compreendê-lo e reivindicá-lo. Ressalta-se também que essa pequena parcela de adultas discutindo sobre questões de igualdade e luta das mulheres, vem confirmar o que se percebe na literatura sobre o quanto o marcador geração irá impactar em diferenciações no modo como as mulheres rurais irão se apropriar das discussões feministas e de gênero, tendo em vista que, mulheres adultas e idosas ainda são atravessadas pela falta de acesso e discussão de tais temáticas (Pizzinato et al., 2015). Sobre isso, cumpre também destacar, que, apesar de o acesso à internet se fazer presente na realidade da grande maioria das entrevistadas, sugerindo que informações estão chegando ou que são possíveis de serem encontradas, também vão revelar que apenas as informações não são capazes de mudar ou construir representações. É preciso interagir e negociar umas com as outras, como indica estar acontecendo com as mulheres entrevistadas.

No que se refere às representações sociais construídas pelas mulheres adultas entrevistadas, estas irão explicitar, principalmente, elementos que se articulam aos diferentes tipos de violência contra as mulheres e ao feminicídio, indicando sua relação com os veículos comunicacionais os quais acessam. Os jornais televisivos, programas de TV e as novelas apresentaram-se como os principais veículos comunicacionais que favorecem a passagem e a circulação de representações sociais do objeto para este grupo, cujo poder que estes possuem de alimentar as conversações existentes (Guareschi, 2000; Jodelet, 1989/2001) irá sedimentar as construções simbólicas feitas por estas mulheres. São nestes contextos de comunicação acessados pelas adultas que são visualizadas as situações de violência contra as mulheres e o crime do feminicídio¹⁵, enfatizando-se seu caráter doméstico e conjugal, tal como estas apontam em suas evocações, caráter já reconhecido como comum a essas práticas violentas, conforme aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública/2021, cujos dados apontam que

¹⁵Tipificação do crime cometido contra mulheres em situações de violência doméstica ou familiar ou de menosprezo e prática discriminatória pela condição do sexo feminino. A lei do feminicídio 13.104/2015 foi sancionada no ano de 2015. Foi a partir desse ano que os meios de comunicação de massa e as redes sociais digitais passaram a descortinar e problematizar a morte das mulheres em razão de serem mulheres.

a maioria dos casos de feminicídio (85,1%) no Brasil é praticada por companheiros ou ex-companheiros das vítimas e em ambiente residencial, caracterizando esse tipo de crime como uma violência doméstica e familiar.

Essa construção representacional também informa sobre um lugar de percepção da violência nos próprios contextos de vida destas mulheres, como foi destacado nas suas evocações, bem como pelo reconhecimento da violência a partir de seus diferentes tipos, de que violência é algo que maltrata as mulheres, seja ela física ou psicológica. Nesse sentido, ao ser indicado como um termo que evoca elementos de feminicídio e de violências perpetradas contra as mulheres, o termo *feminismo* também sugere evocar um lugar ocupado pelas próprias entrevistadas, cuja experiência também se mostra cerceada por diferentes tipos de violência e marcada pelo machismo e pelas imposições das vontades daqueles que se dizem “donos da gente” (M19, 30 anos; M28, 28 anos; M31, 39 anos).

Ao falarem daquilo que o feminismo denuncia também denunciam suas vivências. A partir das outras, dizem de si mesmas. E assim, reivindicam o direito de viver, agindo no feminismo sem nomeá-lo. Denunciam pelo não dito, pelo lugar velado que não se pode declarar nos questionários, como foi apontado no diário de campo desta pesquisa, onde se percebeu mulheres adultas informando sobre as violências sofridas por elas e vizinhas, mas que não respondiam sobre isso diretamente em seus questionários, ou por aquelas que me olhavam em silêncio num sinal implícito de que eu precisava pedir autorização aos seus companheiros para lhes entrevistar. Como já destacado na literatura (Cintrão & Siliprandi, 2011; Engel, 2020; Monteiro et al., 2018; Paz, 2016) as mulheres que vivem em contextos de ruralidades são atravessadas pelo feminicídio e pela violência doméstica de forma específica, tendo em vista o entrelaçamento dos diferentes marcadores sociais e a ruralidade, encontro que vai revelar condições de vida precárias, marcadas pela sobrecarga em tarefas domésticas e de cuidado, pela invisibilização da identidade trabalhadora, pelo desemprego, falta de acesso à terra, distanciamento entre as casas/isolamento, ausência de dispositivos de proteção capacitados, dependência afetivo-econômica de companheiros.

A experiência de vida das mulheres adultas, atravessadas pela violência de gênero e pelo machismo, também ajuda a compreender os elementos representacionais ancorados no “feminino”, pois vão evidenciar o conteúdo de suas práticas, atravessadas pelas multitarefas domésticas, pelo desprotagonismo de sua participação na agricultura familiar, pela vigilância-autovigilância de sua honra. Processo orquestrado de modo a resultar em duplas/triplas jornadas, no sequestro de momentos de descanso e lazer, levando-as a ter poucas redes de interação social, integração e produção de saberes que possam agenciar pautas questionadoras

dos lugares ali ocupados. E tudo isso é violência! Desse modo, percebe-se que suas representações vão ser elaboradas a partir do modo como o seu *ser mulher* é significado. Significa dizer que quando evocam o “feminino” também estão evocando suas “tarefas de ser mulher”: ser “trabalhadeiras”, operárias do cuidado, mãe/esposas e “honradas”. Destacando dessa maneira, o processo socio-histórico inventado pelo patriarcado que constitui esse “feminino” como algo regulado pela generificação e performances esperadas (Butler, 2013), e como um destino das mulheres (Engel, 2020; Monteiro et al., 2018;). Além disso, a ausência de redes de apoio ou grupos organizados dedicados ou não às causas das mulheres em seu contexto comunitário, são fatores que revelam o silenciamento e a solidão a que estas mulheres estão submetidas. Sobre isso, podemos destacar o quanto as construções de significado que possuem acerca do *ser mulher*, podem contribuir para reforçar esses lugares, tendo em vista que a mulher “trabalhadeira” e “honrada” compreende uma existência orquestrada justamente para o não questionamento de papéis, para a romantização da maternidade/casamento, para operar o cuidado e autovigiar moralmente a sua sexualidade e desejo, impedindo quaisquer organizações coletivas.

Desvelamos nesta pesquisa que as mulheres jovens representam a partir de um acionamento político, de um lugar de compreensão de demandas sociais, que interpreta a própria existência como um lugar atravessado por lutas e movimentos capazes de questionar suas condições de vida. Associam elementos de *luta*, de *empoderamento*, *respeito* e outras nomeações que vão questionar o *machismo* e a *desigualdade* enfrentados pelas mulheres, ou seja, evocam aquilo que o feminismo defende, fazendo isso através de uma trajetória de sentidos nomeados e articulados politicamente, elaborando representações a partir de uma inscrição social ativa e atravessada por níveis de pertença nos campos micro e macrossociais.

Também desvelamos que parte das adultas representa *feminismo* a partir de um acionamento, porém, este vai dizer de uma queixa individual, de uma observação atravessada pelo medo e pelo sentimento de choque e impossibilidade diante daquilo que veem acontecer com outras mulheres e consigo mesmas em seus contextos ou do que assistem nos jornais e programas televisivos, evocando elementos representacionais de *violência contra as mulheres e o feminicídio*. Representando-o também a partir daquilo que estrutura suas práticas, marcadas pelo destino às tarefas domésticas e ao cuidado familiar, às múltiplas jornadas e à vigilância da sua honra/honestidade, aspectos que vão forjar o ser mulher “trabalhadeira”, a partir das expectativas sociais e moralmente esperadas para o *feminino* evocado. Revelando assim, algo antigo e conhecido pelos estudos que se dedicam a pesquisar junto às ruralidades: há um silenciamento e solidão que provocam a invisibilidade e o esquecimento de mulheres

rurais no Brasil, cujas condições de vida sobrecarregadas e violentadas pelo patriarcado-capitalista continuam a abafar seus gritos (Scott et al., 2010).

Contudo apesar de elaborarem representações sociais a partir de uma inscrição marcadamente indireta e ancorada em violências e expectativas sociais, mulheres adultas também encontram na triangulação junto às mulheres jovens de seu grupo social a possibilidade transformadora de ampliação e entrelaçamento de suas elaborações de sentido, explicitando que a *luta*, o *empoderamento* e o reconhecimento das relações *machistas* e *desiguais* constituem uma construção potente de representações sociais capazes de alterar certas práticas e realidades a que estão violentamente condicionadas, construindo um enfrentamento às categorias sociais tradicionais, entre elas, a própria ruralidade em que se vive.

O “não sei” relatado por boa parte deste grupo articula-se ao campo representacional de *feminismo* refletindo um lugar existencial pautado pelo silenciamento e isolamento, que é evidenciado tanto ocorra uma ausência de representações quanto haja um emudecimento dos elementos representacionais acerca do objeto. Outro ponto importante a ser ressaltado, refere-se aos principais veículos comunicacionais utilizados pelas mulheres adultas entrevistadas, pois, os jornais televisivos, programas de TV e novelas, configuram-se como espaços onde a nomeação e a caracterização de *feminismo* não costumam ser explicitamente apresentadas, visto que, não compõem a tônica das discussões engendradas nesses espaços. Podemos dizer que o termo *feminismo* até aparece nos meios comunicacionais elegidos pelas estas mulheres, porém, muito mais relacionado à ação prática, ao não dito, estão nas cenas de personagens de novelas ou nos temas que integram as pautas de programas de entretenimento citados. Nesse sentido, a hipótese de ausência de representações sociais de *feminismo* para parte desse grupo, pode encontrar relação com a ausência de acesso a uma nomeação do objeto analisado, nos contextos comunicativos os quais acessam.

Já a hipótese de haver uma zona muda de representações sociais encontra sentido quando refletimos sobre como mulheres adultas, apesar de não agirem no feminismo através das trajetórias nomeadas pertinentes ao *movimento-epistemologia* feminista (tal como as jovens entrevistadas já indicam fazer), não deixam de compreender as pautas do feminismo e de objetivá-las através de suas *práticas*, ou seja, através daquilo que como vimos neste trabalho, funda e refunda este complexo fenômeno social. Percepção que pudemos ter ao ver, neste grupo de mulheres que afirmaram não saber representá-lo a partir do seu termo, práticas que contestam e denunciam a violência contra mulheres ali em suas comunidades (como apontado no diário de campo) e nas telas da televisão; as múltiplas jornadas que enfrentam e

ao machismo de seus companheiros; bem como são aquelas protagonizam a responsabilidade pela manutenção de suas casas, seja através de recursos financeiros advindos de atividades em outras comunidades, seja pela lenha ou pela água que carregam em suas cabeças diariamente.

Nesse sentido, somos convocadas a pensar na originalidade de práticas e reivindicações de mulheres que não se autodefinem feministas, não nomeiam feminismo ou mesmo se sentem à vontade e seguras para representá-lo através de questionários de pesquisa, mas que podem contribuir, sobremaneira, para a construção desse fenômeno que é maior do que o seu nome. Os dados desta pesquisa convidam-nos a dar maior importância e urgência para o desvelamento e integração de suas práticas nesse conjunto de ações e organizações que articulam o fim das violências e do apagamento de mulheres rurais, do que apenas no reconhecimento terminológico dos objetos sociais.

5.2.3 Explicando Feminismo

No intuito de contribuir para uma melhor compreensão do campo representacional de feminismo, sobretudo, considerando eventuais dificuldades durante a utilização da tarefa de evocação livre, as entrevistadas também foram questionadas sobre como explicariam *feminismo* para alguém que conhecessem. Os dados obtidos nesta questão também foram organizados em categorias a partir da relação entre a ordem de frequência de ocorrência das respostas e o número total das respostas obtidas, e a partir da análise de conteúdo destas respostas. Foram observadas as categorias compartilhadas pelas entrevistadas que compõem a amostra geral, e, as categorias compartilhadas por cada faixa etária. Os dados estão expostos na tabela 18 abaixo.

Tabela 18
Explicando Feminismo (n=62)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
Modo de Vida	10%	-	1,6%
“Movimento Social”/”Luta” pelos Direitos das Mulheres	80%	13,5%	24,2%
Ações de Violência contra as Mulheres/”Femicídio”	10%	19,2%	17,7%
“Não Sei Dizer”/”Explicar”	-	48,1%	40,3%

“O Feminino”	-	9,6%	8,1%
Algo Ruim / Odioso	-	7,7%	6,5%
Cuidado	-	1,9%	1,6%
Total	16,1% (10)	83,9% (52)	100% (62)

Nota. Os dados podem não corresponder à porcentagem total devido ao arredondamento.

As categorias compartilhadas entre as entrevistadas foram: *Movimento Social/Luta pelos Direitos das Mulheres* (24,2%) cujo conteúdo significou feminismo como um movimento social dedicado a lutar pelos direitos das mulheres, “feminismo é um movimento social na busca por direitos” (M58, 24 anos), “é uma luta pelos direitos das mulheres e da igualdade de gênero” (M02, 45 anos), “acho que o feminismo é uma palavra que define o perfil da mulher no seu contexto social” (M55, 31 anos); aparecendo também como aquilo que vai nomear o processo da desigualdade enfrentado, “tipo um conceito de que a mulher não tem seus direitos” (M24, 20 anos). As explicações também dão ênfase para a noção de igualdade empreendida nesta luta, ressaltando haver confusões quanto aos objetivos do *feminismo* na opinião de outras pessoas, e em particular, na de homens, “feminismo às vezes as pessoas se confundem, mas ele é um movimento social em que as mulheres buscam igualdade, no trabalho o direito de salários iguais, igualdade de gênero, onde também os homens acham que elas querem ultrapassar eles, mas não é isso, ela só quer ser respeitada e estar no mesmo lugar que ele está porque é um direito de todos” (M21, 22 anos), “ia falar que assim os direitos iam ser iguais” (M60, 34 anos), “que independente de ser mulher ou homem todo mundo de lutar pelo que sonha, todos iguais” (M30, 28 anos), “é a busca por igualdade entre homens e mulheres” (M05, 19 anos).

Nesta significação, o objeto aparece atrelado às mulheres como as principais articuladoras dessa luta-movimento-conceito por elas denominado, “um movimento social, onde as mulheres são as protagonistas” (M01, 18 anos), “são mulheres num conjunto, seria um grupo de mulheres em busca dos seus direitos, não reconhecidos pela sociedade” (M03, 31 anos), “é um grupo de movimentos pelas mulheres que buscam os seus direitos iguais, para que as pessoas entendam que mulheres têm as mesmas oportunidades que homens ou como qualquer outra pessoa” (M50, 21 anos). As entrevistadas também explicam *feminismo* como aquilo que promove o empoderamento resultante da união entre as mulheres, ressaltando a necessidade de sua apropriação e continuidade, “feminismo é as mulheres tentando ter os direitos delas iguais aos homens, onde elas podem fazer o que elas quiserem se sentindo bem sem se preocupar com o que a sociedade vai falar” (M26, 21 anos), “eu acho

que a gente tem ser mais feministas, ser mais nós, defender bem a outra, tratar bem, é você defender você mulher” (M31, 39 anos). Destaca-se que, como já percebido na análise das evocações, esta categoria esteve mais presente entre as entrevistadas jovens (80%), do que entre as adultas (13,5%).

E a categoria *Ações de Violência contra as Mulheres/Feminicídio* (17,7%) cujo conteúdo indicou os diferentes tipos de violências perpetradas contra as mulheres como os elementos que vão dar significado às suas explicações de *feminismo*, “negócio de estupro e fazer mal pra gente” (M47, 40 anos), “porque eu vejo passar no jornal que muita mulher morre só por ser mulher, é vista como sexo frágil” (M30, 28 anos), “também não sei explicar, mas é ser mulher, elas são muito agredidas pelos homens”, “eu não entendo, estou por fora disso, deveria entender mais, mas eu diria que não é pra aceitar nenhum tipo de abuso” (M34, 25 anos), “eu explicaria que o feminismo é uma mulher é muito fina que não pode ter estupro” (M54, 42 anos), “eu diria pra não pode ter essas violências tanta coisa ruim eu daria o conselho para as pessoas ficarem de bem” (M22, 38 anos), “que feminismo é tipo de pessoas que não respeita o jeito de ser do outro, e não aceita” (M51, 36 anos). Percebeu-se também que a figura do homem aparece mais uma vez representada como o agente agressor, aquele que comete tais violências. “eu diria que é a parte do homem que eles são muito machistas e não entendem o lado da mulher” (M36, 39 anos).

Identificou-se que além de objetivarem uma identidade agressora, as construções de significado apresentadas também apontam para um lócus onde as violências ocorrem – os relacionamentos, “tipo assim, feminismo é o que eu falei na primeira pergunta, os homens não aceitam eles querem tudo no jeito deles, quando o relacionamento não dá certo é cada um pro seu lado, que não deve fazer nada com a cabeça quente, cada um para o seu lado para a gente não ver o que a gente vê na televisão, que matam, que asfixiam elas” (M16, 23 anos). Enfatizam as imposições machistas e violentas instauradas em relacionamentos afetivo-heterossexuais, cujo atravessamento vai significar a construção de relações assimétricas e confinadas ao controle de homens sobre mulheres, e no desvelamento de um “amor” ambíguo que age pela via contrária do afeto, “eu explicaria que tudo é um maltrato de amor, carinho e caráter, falta de respeito” (M52, 40 anos). Ressaltam também e em primeira pessoa o silenciamento, a subjugação e os sofrimentos emocionais advindos dessa problemática “que a gente tem que ser capaz de viver a nossa vida e não ter medo, tem muitas mulheres que tem medo do marido matar e obriga a ficar para o resto da vida, de levantar a cabeça e denunciar” (M11, 27 anos). Semelhante aos dados das evocações, esta categoria também foi mencionada

com maior frequência entre as entrevistadas adultas (19,2%), apenas uma entrevistada jovem mencionou esse conteúdo (10%).

A categoria compartilhada apenas pela faixa etária jovem foi: *Modo de Vida* (10%) e referiu-se ao *feminismo* como “uma forma de viver” (M33, 18 anos).

Já as categorias compartilhadas apenas pela faixa etária adulta foram: “*O Feminino*” (9,6%), cujo conteúdo esteve relacionado aos aspectos biológicos que pautam as construções de gênero baseadas no dispositivo binário feminino-masculino, “que feminismo vem de uma pessoa que é fêmea, tudo que é feminino” (M53, 34 anos), “eu vou falar sobre a mulher ter o direito de assumir qualquer ato que seja masculino que não seja só o feminino (M20, 56 anos). Além dos aspectos que evocam elementos ligados à construção de identidade de gênero e à orientação sexual, “que a sexualidade não define ninguém” (M30, 28 anos), “é quando uma pessoa ela é de um jeito e quer ser de outro” (M44, 35 anos), pra mim é quando a mulher é feminina e tem a opção sexual de ser feminista” (M61, 33 anos).

A categoria *Algo Ruim/Odioso* (7,7%) que significou *feminismo* como algo negativo e que provoca desentendimentos e desconfianças entre as pessoas, “eu falaria para eles não serem desleais uns com os outros porque o feminismo vai por aí, da pessoa ser desleal ao outro” (M04, 52 anos), “eu acho que seja assim, uma coisa que seja de ódio, a pessoa pode não gostar de você e lhe detestar” (M10, 49 anos). Além de evocar respostas que trazem a noção de relações pautadas pela lógica de inferioridade-superioridade, “os grandão que só querem pra si, que não lembram de nós pobres” (M25, 52 anos), “eu penso que é quando a pessoa quer ser dono do mundo e das coisas” (M28, 28 anos). A categoria *Cuidado* (1,9%), na qual *feminismo* seria aquilo que promove o respeito mútuo entre as pessoas, “assim gratidão porque tem gente que é ingrato, precisa deixar ingratidão de lado (...) cuidar bem de quem a pessoa ama” (M17, 40 anos). Destaca-se que os conteúdos de ambas as categorias sugerem associação aos elementos explicitados na categoria que diz das violências cometidas contra as mulheres e do feminicídio, contudo, devido ao fato de serem as únicas respostas apresentadas por estas respondentes, optou-se por deixá-las em categorias separadas.

Por fim, corroborando mais uma vez os dados apresentados na análise das evocações, a categoria “*Não Sei Dizer*”/“*Explicar*” também indicou um “não saber” com relação ao termo *feminismo*, aparecendo aqui como a categoria que obteve a maior frequência de respostas entre as mulheres adultas participantes (48,1%), sendo respondido por 25 mulheres adultas, o equivalente a 50% do total de mulheres adultas participantes. O conteúdo das respostas indicou o não reconhecimento de significações que deem conta de explicar *feminismo*, “acho que nem sei, porque eu caço na mente e não tenho (...)” (M15, 58 anos);

“não explicaria porque não sei dizer” (M13, 27 anos); “eu ficava quieta porque eu não sei” (M12, 49 anos); “não explicava nada porque não sei” (M09, 51 anos); “nada, que eu não sabia” (M06, 56 anos); “aí é difícil porque eu não sei explicar” (M18, 43 anos); “(...) falar a verdade nada na mente” (M19, 30 anos); “não sei explicar porque não sei o que significa” (M42, 35 anos); “eu não ia falar nada porque não sei esse nome” (M43, 46 anos); “ficava difícil porque tem momento que passa um branco” (M48, 44 anos); “não sei dizer/explicar” (M08, 31 anos; M07, 59 anos; M37, 40 anos; M40, 34 anos; M41, 54 anos; M45, 59 anos; M46, 32 anos; M56, 37 anos; M57, 49 anos; M62, 38 anos; M59, 32 anos; M23, 38 anos; M35, 28 anos; M39, 50 anos; M29, 38 anos).

Perguntar às participantes como elas explicariam *feminismo* para alguém nos possibilitou inferir que, quando este é explicado pelas mulheres rurais entrevistadas, aparecem dois principais grupos de categorias: “*movimento social*”/“*luta*” *pelos direitos das mulheres e ações de violência contra as mulheres*”/“*feminicídio*”. Categorias elaboradas tanto por jovens quanto por adultas, mas organizando-se a partir de diferenciações articuladas de acordo com o marcador geracional. Este marcador irá situar as entrevistadas jovens como aquelas que mais explicam *feminismo* a partir de uma articulação política e nomeada, partindo do questionamento da cultura patriarcal como a base da socialização machista que forja aquilo que se compreende como homem-mulher, masculino-feminino, e o que vai ser exigido ou autorizado a partir disso. E as entrevistadas adultas, como aquelas que mais explicam *feminismo* pela evocação de conteúdos que se ligam principalmente às violências praticadas contra as mulheres e ao crime do feminicídio, expressando-se a partir de uma queixa que denuncia o assombro diante de dinâmicas relacionais pautadas pela violência. Além de também se apresentarem como um grupo etário que demonstra, de forma majoritária, não saber explicar o objeto, sustentando a complexidade deste resultado conforme observado através da análise das evocações.

5.2.4 Posicionamento e Avaliação

Finalmente, as entrevistadas foram convidadas a se *posicionarem* sobre o quanto estas e o seu contexto comunitário se mostram a favor ou contrárias ao *feminismo*; a *avaliarem* os aspectos negativos e positivos deste objeto; e a informarem como acreditam que as pessoas que falam de *feminismo* *são* ou *devem* ser *chamadas* pelas outras pessoas.

Os dados demonstraram que do total de participantes 40,3% se posicionaram *a favor* de *feminismo* e 21% se posicionaram *contrárias*. 9,7% responderam que para elas *tanto faz*. Ressalta-se que 29% das participantes informaram *não saber dizer* como se posicionam diante do objeto.

Observando as faixas etárias, viu-se que a maioria das jovens (66,7%) se posiciona *a favor*, 25% se dizem *contrárias* e 8,3% *não sabem dizer* como se posicionam diante do objeto. Nenhuma mulher jovem relatou que *feminismo* para ela *tanto faz*. Entre as adultas, a porcentagem de mulheres que *não sabem dizer* (34%) se são *a favor* de *feminismo* e aquela que se diz *a favor* (34%) foi a mesma. Outros 20% se posicionaram *contrárias* ao objeto e 12% afirmaram que para elas *tanto faz*.

No que se refere ao posicionamento do contexto comunitário diante do objeto, apenas 8,1% das entrevistadas acreditam que seu contexto comunitário é *a favor* de *feminismo*. 9,7% indicaram que o contexto comunitário é *contrário* e 38,7% das entrevistadas indicaram que para o seu contexto *tanto faz*. A maior parcela das entrevistadas (43,6%) indicou que *não sabe dizer* a respeito do posicionamento de seu contexto comunitário em relação ao objeto. Destaca-se que as entrevistadas adultas foram as que mais demonstraram *não saber* informar sobre o posicionamento de seu contexto a respeito de *feminismo* (46%), em relação às jovens (33,3%). Ao passo que as jovens foram as que mais indicaram que para o seu contexto *feminismo Tanto Faz* (66,7%), em comparação às mulheres adultas (32%).

Observa-se que apesar de a maioria das mulheres participantes estar posicionada a favor daquilo que compreende como *feminismo*, uma parcela significativa se colocou contrária ao objeto ou não soube responder à questão, aspecto observado principalmente na faixa etária adulta. O contexto no qual estão inseridas também aparece mais destacado pelas adultas como um local onde elas desconhecem qual o posicionamento que se tem a respeito do objeto.

Já a avaliação de *feminismo* foi, de modo geral, mencionada como positiva para a maioria das participantes (29%). Entre as faixas etárias, são as jovens quem mais mencionam que *feminismo* tem *Mais Coisas Boas* (58,3%). Enquanto a maioria das mulheres adultas menciona que *feminismo* tem *Tanto Coisas Boas Quanto Ruins* (32%). Ressalta-se que nenhuma jovem declarou não saber responder a essa questão, contudo, um número significativo de mulheres adultas (24%) declarou justamente *Não Saber* avaliar *feminismo* (ver tabela 19).

Tabela 19*Avaliação do Feminismo/Faixa Etária (n=62)*

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
Mais Coisas Boas	58,3%	22%	29%
Mais Coisas Ruins	33,3%	22%	24,2%
Tanto Coisas Boas Quanto Ruins	8,3%	32%	27,4%
Não Sabe	-	24%	19,4%
TOTAL	19,4% (12)	80,6% (50)	100% (62)

Percebe-se que quando avaliado, o principal atributo positivo de *feminismo* elencado pelas entrevistadas se refere ao ato de *Lutar pelo Direito das Mulheres* (73,7%). Cabe ressaltar que este atributo foi o único compartilhado pelas faixas etárias e o mais mencionado em cada uma delas. Outros atributos também foram citados pelas entrevistadas como o ato de *Provocar Mudanças* (14,3%), citado pelas jovens. E o *Respeito entre as Pessoas* (25%) e a *Maternidade* (8,3%), atributos citados pelas mulheres adultas (ver tabela 20).

Tabela 20*Coisas Boas do Feminismo/Faixa Etária (n=19)*

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
Provoca Mudanças	14,3%	-	5,3%
Lutar pelo Direito das Mulheres	85,7%	66,7%	73,7%
Maternidade	-	8,3%	5,3%
Respeito entre as Pessoas	-	25%	15,8%
TOTAL	36,8% (7)	63,2% (12)	100% (19)

A análise de conteúdo das respostas indicou que mulheres jovens expressam atributos positivos para *feminismo* relacionados ao diálogo e à modificação de costumes e dos modos de vida pré-estabelecidos, “eu vejo o feminismo como uma oportunidade de mudança, muitas pessoas só precisam de um toque, uma conversa, e é isso que o feminismo propõe” (M01, 18

anos), ressaltando a questão da luta por igualdade de direitos para as mulheres, nos mais diferentes cenários sociais, como o atributo que mais caracteriza positivamente esse fenômeno “se não fosse o movimento social feminista as mulheres não tinham alcançado muitas coisas, as lutas não tinham sido almeçadas, o direito de trabalhar, o direito de vestir o que quiser porque antes as mulheres viviam numa prisão, presas em casa com os filhos e o marido.” (M21, 22 anos).

Já as mulheres adultas também indicaram a igualdade de direitos como o principal atributo positivo de *feminismo*, enfatizando que a partir dele é possível adquirir conhecimento e conscientização de direitos cujo impacto resulta no empoderamento e enfrentamento diante de desigualdades, tanto no ambiente doméstico como no ambiente público, “ao buscar saber desse assunto, as coisas boas são a gente se posicionar mais quando a gente aprende, ter mais coragem de algumas coisas, no trabalho, não deixar que a gente seja minoria, dentro de casa a mesma coisa, pois somos iguais” (M03, 31 anos). As adultas destacam ainda, como parte desse atributo positivo, o seu papel na defesa das mulheres diante de situações de violência doméstica, “quando as pessoas lutam e ajudam outras mulheres que passam por dificuldades, abuso e agressão porque é mulher” (M61, 33 anos). Além disso, este grupo etário também acrescentou como características positivas do objeto o fato de este se relacionar com o cuidado em saúde e com a experiência ao lado de pessoas amigas.

No que se refere aos atributos negativos que caracterizam o *feminismo*, os dados demonstram que o ato de *Gerar Violência Contra a Mulher/“Feminicídio”* aparece com a maior frequência de respostas (31,8%) entre as participantes da pesquisa. Indicando, no entanto, que a categoria com a maior frequência de respostas foi *Não Sabe* (38,6%), sendo esta mencionada apenas pelas mulheres adultas. (ver tabela 21).

Tabela 21

Coisas Ruins do Feminismo/Faixa Etária (n=44)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
Gerar Violência Contra a Mulher/“Feminicídio”	50%	30%	31,8%
Lidar com o Machismo	50%	5%	9,1%
“Ódio”	-	12,5%	11,4%
“Racismo”	-	5%	4,6%

“O Feminino”	-	2,5%	2,3%
Mulheres Provocativas	-	2,5%	2,3%
Não Sabe	-	42,5%	38,6%
TOTAL	9,1% (4)	90,9% (40)	100% (44)

O conteúdo das respostas indicou que as entrevistadas atribuem como características ruins de *feminismo* os elementos ligados a experiências televisionadas nas quais são retratados cenários de violência contra as mulheres e o feminicídio, “que elas são muito agredidas” (M32, 58 anos), perpetrados no seio das relações conjugais, como já destacado na análise das evocações, “mais ruins pras mulheres, tipo, a separação que os ex-maridos não aceitam, que quer matar e maltratar as mulheres, isso não pode” (M11, 27 anos), “às vezes eu tô assistindo na televisão e eu vejo o que acontece com as mulheres, a morte delas” (M39, 50 anos).

Observando as faixas etárias, mulheres jovens ressaltam o *Lidar com o Machismo* (50%) como parte dessa caracterização negativa, e as adultas trazem aspectos negativos ligados ao “Ódio” (12,5%) entre as pessoas, bem como a indicação de que *Mulheres Provocativas* (2,5%) compõem aquilo que caracteriza negativamente o *feminismo*, junto com “O Feminino” (2,5%) e o “Racismo” (5%).

Com relação à questão sobre como as entrevistadas acreditam que as pessoas que falam sobre *feminismo* são chamadas pelas outras pessoas, a análise da frequência de ocorrência das respostas indicou que as entrevistadas mencionam com mais frequência que *Não Sabem* (56,5%) como essas pessoas são chamadas pelas outras pessoas. Entre as respostas obtidas, o termo “Feministas” (6,5%) aparece como a principal adjetivação endereçada às pessoas que discutem *feminismo*, seguida pelas adjetivações “Mau Caráter” (4,8%), “Femicidas” (4,8%) e “Ignorantes” (4,8%). Entre as faixas etárias, “Feministas” é a adjetivação mais citada pelas mulheres jovens e “Femicidas” a mais citada pelas adultas (ver tabela 22).

Tabela 22

Como Pessoas que Falam de Feminismo SÃO Chamadas/Faixa Etária (n=62)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
--	---------------	----------------	--------------

“Militantes”	18,2%	-	3,2%
“Vagabundas”	9,1%	-	1,6%
“Ignorantes”	9,1%	3,9%	4,8%
“Feministas”	27,3%	2%	6,5%
Pessoas que Querem Ser Superiores	9,1%	2%	3,2%
“Mau Caráter”	9,1%	3,9%	4,8%
“Radicais”	-	2%	1,6%
“Feminicidas”	-	5,9%	4,8%
“Preconceituosas”/”Machistas”	-	3,9%	3,2%
“Corruptas”	-	2%	1,6%
“Racistas”	-	2%	1,6%
“Lésbicas”	-	3,9%	3,2%
“Fofoqueiras”	-	2%	1,6%
“Mulher”	-	2%	1,6%
“Estuprador”	-	2%	1,6%
Não Sabe	18,2%	64,7%	56,5%
TOTAL	17,7%% (11)	82,3% (51)	100% (62)

Percebeu-se nesta questão, que a percepção que as entrevistadas têm sobre como essas pessoas são vistas por outras pessoas diz de uma adjetivação majoritariamente negativa e vulgarizada, como retratado nos termos: “*Vagabundas*”; “*Ignorantes*”; “*Mau Caráter*”; “*Preconceituosas/Machistas*”; “*Corruptas*”; “*Racistas*”; “*Fofoqueiras*”. Ou compreendidas como sendo pessoas que possuem posturas radicais e que buscam algo apenas para si, como percebido nos termos: “*Radicais*”; “*Pessoas que Querem Ser Superiores*”. Já os termos que se associam ao movimento feminista: “*Militantes*” e “*Feministas*” foram os menos percebidos. Também houve menção às palavras “*Lésbicas*” e “*Mulher*”. Ressalta-se que os

termos “*Femicidas*” e “*Estuprador*” também foram indicados como adjetivações endereçadas às pessoas que falam de *feminismo*, algo que pode sugerir relação com a elaboração de representações sociais de violência e feminicídio por parte das mulheres adultas.

Ao responderem sobre como as entrevistadas acreditam ser mais apropriado denominar as pessoas que falam de *feminismo*, o *Não Sabe* (43,1%) aparece mais uma vez como a resposta mais mencionada entre as participantes. Contudo aparecem características mais positivadas como indicam os termos “*Pessoas Boas*”; “*Pessoas Normais*”; “*Inteligentes*”. Além de adjetivações ligadas ao que caracteriza o movimento de luta por direitos das mulheres, pelo empoderamento e pela passagem dessas pautas às outras mulheres e pessoas, como visto nos termos “*Defensoras dos Direitos das Mulheres*”/“*Empoderadas*”; “*Revolucionárias*”; “*Feministas*”; “*Influenciadoras*”. O termo “*Mulher*” também aparece entre as respostas. As adjetivações negativas percebidas revelam uma percepção das pessoas que falam de *feminismo* como “*Egoístas*”; “*Ignorantes*”; “*Corruptas*” e “*Fofoqueiras*”. Mais uma vez retornam às adjetivações os termos “*Femicidas*” e “*Estuprador*”, acrescentando-se também o termo “*Machistas*”. A tabela 23 exemplifica os dados obtidos.

Tabela 23

Como Pessoas que Falam de Feminismo DEVEM SER Chamadas/Faixa Etária (n=65)

	JOVENS	ADULTAS	TOTAL
“Defensoras dos Direitos das Mulheres” / “Empoderadas”	35,7%	11,7%	16,9%
“Revolucionárias”	7,1%	-	1,5%
“Feministas”	28,6%	3,9%	9,2%
“Influenciadoras”	7,1%	-	1,5%
“Inteligentes”	14,3%	-	3,1%
Não Sabe	7,1%	52,9%	43,1%
“Femicidas”	-	2%	1,5
“Pessoas Boas”	-	9,8%	7,7%

“Corruptas”	-	2%	1,5%
“Mulher”	-	2%	1,5%
“Machistas”	-	3,9%	3,1%
“Estuprador”	-	2%	1,5%
“Ignorantes”	-	2%	1,5%
“Fofoqueiras”	-	2%	1,5%
“Egoístas”	-	2%	1,5%
“Pessoas Normais”	-	3,9%	3,1%
TOTAL	21,5% (14)	78,5% (51)	100% (65)

A partir dos resultados apresentados nesta seção, foi possível identificar que o *posicionamento* sobre *feminismo* se mostra distinto em relação às faixas etárias. Percebeu-se que mulheres jovens são mais favoráveis e atribuem mais características positivas do que negativas ao objeto, enquanto boa parte das adultas, apesar de destacar que o objeto tem tanto coisas boas quanto ruins, refletindo uma negociação heterogênea dessa avaliação, também se mostra atravessada por um *não saber*, como já destacado nos dados anteriores.

No que se refere às *avaliações* elaboradas acerca do objeto, há uma concordância entre as faixas etárias com relação aos atributos positivos e negativos do objeto analisado, visto que, tanto mulheres jovens, quanto as adultas que responderam a essa questão, indicaram a luta por direitos como os elementos que caracterizam seus aspectos positivos. E as ações de violência contra as mulheres e o feminicídio, como os elementos que compõem seus aspectos negativos. Já a denominação das pessoas que falam de *feminismo* foi mais percebida de forma negativa quando caracterizada pelas outras pessoas, e mais positivamente quando essa denominação partia das próprias entrevistadas, sobretudo mulheres jovens. Importante considerar, para as três questões analisadas, a alta frequência de respostas que indicaram um *não saber* responder acerca do que foi solicitado.

Sobre a *nomeação* de pessoas que falam de *feminismo*, percebeu-se que a maioria das mulheres adultas indica *não saber* caracterizar as pessoas que falam de *feminismo*, nem indicar como elas são chamadas pelas outras pessoas, corroborando com os achados da

análise das evocações. No entanto, quando estas conseguem realizar essa nomeação, são as que mais utilizam aspectos negativos para fazê-la. Por outro lado, e também reforçando os resultados obtidos na análise das evocações, mulheres jovens tendem a qualificar as pessoas que discutem ou falam de *feminismo* a partir de aspectos positivos e ligados aos elementos que mais dizem de seu campo representacional, ou seja, pelos aspectos da participação e engajamento político, protagonizados pelas mulheres que agem no feminismo.

Acreditamos ser importante mencionar que, ao final do nosso questionário de pesquisa, perguntamos se as entrevistadas gostariam de participar de uma palestra sobre o tema *feminismo* futuramente. Todas as mulheres jovens entrevistadas responderam positivamente para essa possibilidade, e apenas 03 mulheres adultas relataram não ter interesse.

6 Considerações Finais

Estudos que se dedicam a pesquisar e encontrar mulheres rurais, especialmente no Brasil, dificilmente se finalizam, ao contrário, apontam para um inacabamento. Uma falta que revela um longo caminho a ser percorrido e acessado por pesquisadoras e pesquisadores, seja qual for a área de atuação, o mais urgente possível. Aqui, não se pretendeu e nem se conseguiria esgotar todas as discussões acerca da diversidade que contextos distancializados (e não distantes) do saber-poder são capazes de oferecer à pesquisa brasileira, tampouco se buscou uma postura neutra/objetiva diante da territorialidade analisada, na qual, eu, mestranda, me reconheço como mulher, rural, e agora como pesquisadora.

Empreendemos o objetivo de identificar e compreender como, e se, são construídas representações sociais de *feminismo* para mulheres jovens e adultas, em duas comunidades rurais localizadas no município de Monte Santo, sertão da Bahia. Formulando, para tanto, uma estratégia teórico-metodológica que tentasse dar conta de também evidenciar, a partir do campo representacional descoberto, os elementos de sentido que o constituem; as formas comunicativas capazes de sedimentar e oferecer passagem às representações sociais; e a compreensão de como estas são elaboradas e negociadas pelas mulheres rurais participantes.

Associando-se a tais objetivos, também foi imprescindível considerar o complexo atravessamento da pandemia da COVID-19 ao se pesquisar em um contexto já marcado pelas ausências e esquecimentos por parte da pesquisa científica, o que trouxe para este trabalho o compromisso ético-político de *ir* às ruralidades. Desse modo, além de uma descrição que sintetize os principais resultados e aponte novos caminhos, também desejamos enfatizar e celebrar aqui, nestas considerações, a tamanha importância de termos nos dedicado ao *antes* do trabalho de campo: os ajustes do instrumento de pesquisa e coleta de dados; a postura metodológica compreensiva diante do medo e do isolamento; e a busca pela responsabilidade de construir uma psicologia social contextualizada e corajosa.

Identificamos que a vivência das mulheres entrevistadas se constitui a partir de uma territorialidade diversa, multidimensional e singular. Uma ruralidade socialmente situada em um contexto precário de acesso a direitos básicos, principalmente, no âmbito da educação, trabalho, renda, e ainda muito marcada por construções sociais tradicionais e conservadoras. Tivemos a oportunidade de conhecer a experiência e os modos de vida das mulheres rurais participantes, compreendendo como estas podem acessar objetos sociais e elaborar representações e significados sobre o mundo. Ou, não acessá-los em função da solidão e do

emudecimento impostos às suas práticas cotidianas e às suas subjetividades. Encontramos um grupo social composto por mulheres que articulam seus saberes a partir de sua localização corporificada, agindo de acordo com o modo pelo qual seus corpos transitam ou *podem* transitar; as possibilidades que o *ser mulher* construído oferece às suas escolhas e acordos; a geração à qual pertencem, bem como pela forma como estabelecem ou deixam de estabelecer trocas e diálogos com outras mulheres ao seu redor e com outros grupos para além de suas casas e roçados.

A compreensão analítica dos resultados revelou a existência de um campo representacional de *feminismo* ainda em construção, guardando especificidades quando se considera olhar de perto esses modos de vida, os contextos comunicativos, as redes de inscrição/interação social, e, sobretudo, o marcador geracional. Sendo este último, um dos principais dispositivos organizadores dessas diferenciações percebidas, impactando em resultados que retrataram representações sociais ora compartilhadas ora específicas.

Aprofundando-nos nesses resultados, identificamos que as representações sociais de *feminismo* se constituem, para a maioria das mulheres jovens, a partir da possibilidade de acesso a uma memória histórica e política, às reivindicações coletivas e às demandas sociais pautadas por um feminismo nomeado, ou seja, informam um processo em que é possível se ver naquilo que representa. Ao passo que para uma parcela das mulheres adultas vem nos alertar para uma construção de representações que agem como denúncias de um mundo pessoal, no qual as ações de violência contra as mulheres, o feminicídio e as expectativas de gênero são explicitadas através de um processo simbólico de identificação e medo, porém, não significando um agenciamento organizado de práticas de questionamento, como as jovens, mas sim uma queixa individual, que apesar de não se apresentar estruturada, é suficientemente capaz de apontar para uma recusa às relações violentas que vivenciam, além de reivindicar o maior de todos os direitos: a vida. Dizendo sem dizer, afirmam uma existência invadida pela impossibilidade de *ser* para além da norma e do que é posto como correto e esperado para seus corpos, revelando o quanto suas representações sobre o mundo são impactadas por esse atravessamento.

Percebemos que a literatura em representações sociais confirma-se ao demonstrar como os contextos onde ocorrem as comunicações agem como base das ancoragens, e de como os veículos que favorecem a passagem de representações sociais, constituem-se potentes na construção destas formas vivas de conhecimento, tendo em vista o papel das redes sociais digitais e dos meios de comunicação de massa discutidos neste trabalho. No entanto, como também percebemos, apenas acessá-los ou tê-los à disposição não se mostra

suficientemente capaz de promover essa construção representacional, para tanto, é necessário o compartilhamento de informações conectado à realidade dos contextos de vida e das pessoas que dele fazem parte, e, sobretudo, é preciso que haja interação, pois as palavras são vazias sem as pessoas. Sobre isso, ressaltamos a oportunidade de observar o quanto as mulheres jovens, a partir da troca intersubjetiva que fazem junto às adultas, atuam transmitindo informações e injetando novos sentidos na vida cotidiana. Desse modo, a análise das representações sociais elaboradas pelas mulheres rurais participantes veio reforçar o reconhecimento do papel das práticas e da interação social na produção do conhecimento partilhado.

Vimos a partir dos achados a capacidade transformadora que a produção de representações sociais possui de agenciar mudanças coletivas, de redefinir identidades e de reorientá-las diante dos costumes e dos valores arraigados opressivamente, tornando-se um enfrentamento prático para a desconstrução, não só das ruralidades tradicionais, mas da sociedade como um todo. Demonstrando a relevância da pesquisa sobre representações sociais em contextos de ruralidade, para o amplo desenvolvimento teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais, valorizando-a menos pelo seu uso instrumental, e mais como um campo que se constitui a partir da dinâmica fenomenológica que tanto lhe caracteriza e caracteriza os seus objetos de investigação.

A significativa quantidade de respostas “não sei” acerca do termo *feminismo*, percebida em grande parte das adultas, também trouxe à tona a discussão sobre a invisibilidade e o silenciamento a que mulheres rurais brasileiras ainda estão expostas e condicionadas, além de nos provocar a pensar nas diferentes formas de representar o objeto para além de sua nomeação, processo que merece ser mais bem investigado em novas pesquisas. Os resultados revelaram um importante campo de investigação a ser desenvolvido, principalmente, no que se refere aos processos de ancoragem e objetivação articulados ao campo representacional desvelado, intentando compreender a possibilidade de uma zona muda representacional por trás do “não sei” evocado, visto que este não é capaz de definir, por si, uma ausência de representações.

Tais achados servem para denunciar como os impactos do não acesso à participação política em movimentos organizados para mulheres e a solidão intersubjetiva vivenciada pela maioria das entrevistadas, em sua própria territorialidade, são capazes de impedir o reconhecimento e a nomeação de lutas e ações coletivas que concorrem para a construção de mundos mais justos e equitativos. O desconhecimento da existência de movimentos de mulheres rurais, relatado pelas entrevistadas, também corroboram com a urgente necessidade

de aproximação destes movimentos e das teorias feministas junto às ruralidades, tendo em vista que ambos compartilham a potencialidade de promover a articulação de mulheres rurais em um cenário organizado de lutas por direitos, bem como a conscientização de condições de vida desiguais, cerceadas pelo machismo e pelas violências. Nessa mesma oportunidade, sabe-se que o agenciamento de estudos e pesquisas em psicologia social, ou na psicologia de modo geral, que se dediquem a pesquisar as condições de vida de mulheres rurais, pode contribuir significativamente para o fim desse processo histórico de silêncios, abandonos e não encontros, pois, tornam possível a elaboração de políticas públicas, ações e teorias capazes de garantir a preservação da dignidade e a valorização da vida humana, como tão bem pontua o nosso código de ética.

Finalizamos este trabalho com o desejo de *continuar* realizando e suscitando outras análises e inquietações. Para que assim, mulheres rurais, além do acesso, também possam ter a oportunidade de inovar de sentidos e novas representações os movimentos-teorias tidos como “já constituídos”.

Referências Bibliográficas

- Abramovay, Ricardo. (1999). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, 29(1).
<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtas/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>.
- Abramovay, Ricardo. (2003). *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Em R. Abramovay, *O futuro das regiões rurais* (pp.17-56). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Abric, Jean C. (2001). Las Representaciones Sociales: Aspectos Teóricos. Em J.Abric; J. D. Chevrel, *Prácticas sociales y representaciones*. (Org.), *As Representações Sociais* (pp. 11-31). Editora Coyoacán.
- Aguiar, Vilênia V. P. (2016). Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, 15, 26-295.
<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>
- Aguiar, Vilênia V. P.; & Stropasolas, Valmir L. (2010). *As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina*. Em P. Scott; R. Cordeiro; M. Menezes (Orgs.), *Gênero e Geração em Contextos Rurais* (pp. 157-182).
https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc
- Akotirene, Carla. (2018). *O que é interseccionalidade*. Editora Letramento.
- Alba, Martha. (2014). *Representações sociais e memória coletivas: uma releitura*. Em A. M. Oliveira; M. F. S. Santos; & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. TechnoPolitik Editora.
<http://www.technopolitik.com.br/files/TRS%2050%20anos2aEdAbr17PDFsRp.pdf>
- Albagli, Sarita; & Maciel, Maria L. (2004). Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência e Informação*, 33(3), 9-16.
<https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000300002>
- Albuquerque, Francisco J. B. (1996). Aspectos psicossociais do mundo agrário. *Revista de Psicologia*, 13/14(1/2), 69-75.
http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/11106/1/1995_art_fjbalbuquerque.pdf

- Almeida, Angela M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 713-737. <https://www.scielo.br/j/se/a/rHhKVKfRWrCyyfqVfrzLX9x/?format=pdf&lang=pt>
- Almeida, Angela M. O.; Santos, Maria F. S.; & Trindade, Zeidi A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v8n3/v8n3a05.pdf>
- Almeida, Maria A. F. (1986). *Feminismo na Bahia 1930-1950*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia). Repositório Institucional UFBA. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19647>
- Alvarez, Sonia E. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, (43), 13-56. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>
- Álvaro, José L.; & Garrido, Alicia (2007). *Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. Editora McGraw-Hill.
- Alves, Branca M.; & Pitanguy, Jaqueline. (2005). *O que é feminismo* (8ª ed). Editora Brasiliense. (Obra original publicada em 1985)
- Anderson, Elizabeth. (2000, 9 de agosto). *Feminist Epistemology and Philosophy of Science*. Stanford Encyclopedia of Philosophy. <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>
- Anzaldúa, Gloria. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 229-236. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>
- Arruda, Angela. (2000). Feminismo, gênero e representações sociais. *Textos de História*, 8(112), 113-138. <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27805/23903>
- Arruda, Angela. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127-147. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>
- Atwood, Margaret. (2010). *Peso* (M. A. Máximo, Trad.) Em S. Chao, (Org.), *Antologia pan-americana* (pp. 233-247). Editora Record.

- Azevedo, Mariana; Medrado, Benedito; Lyra, Jorge (2018). Homens e o movimento feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. *Cadernos Pagu*, (54).
<https://doi.org/10.1590/18094449201800540014>
- Badran, Margot. (2002, janeiro). *Islamic feminism: what's in a name?*. Al-Ahram Weekly.
<http://weekly.ahram.org.eg/2002/569/cu1.htm>
- Ballestrin, Luciana M. A. (2017). Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1065-1054. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>
- Banchs, María A. (2004). Alternativas de apropiación teórica: abordaje procesual y estructural de las representaciones sociales. *Educ. Cult. Contemp.*, 1(2), 39-60.
- Barbosa, Silvia M. S. (2003). *O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu: uma reconstrução histórica político-social*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo). Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da Universidade Metodista de São Paulo. <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/361>
- Bardin, Laurence. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans., 4ª ed). Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Baronio, Franchesca C.; & Geiger, Luciene. (2018). A construção do ser mulher na agricultura familiar: uma perspectiva logoterapêutica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 24(1), 91-97. <https://doi.org/10.18065/RAG.2018v24n1.10/>
- Beauvoir, Simone. (1949). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Difusão Européia do Livro.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3959829/mod_resource/content/1/Beauvoir.O_segundo_sexo-DIFEL.pdf
- Berth, Joice. (2019). *Empoderamento*. Editora Jandaíra.
- Bertoni, Luci M.; & Galinkin, Ana L. (2017). *Teoria e métodos em representações sociais*. Em L. P. Mororó; M. E. S. Couto; R. A. M. Assis (Orgs.). *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias [online]* (pp. 101-122). EDITUS Editora da UESC. <https://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf>
- Biazzo, Pedro P. (2011). Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. *Revista Geo UERJ*, 1(18), 104 -119. <https://doi.org/10.12957/geouerj>

- Blay, Eva A. (2001). 8 de março: conquistas e controvérsias. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 601-607. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200016>
- Boni, Valdete. (2018). *Movimento de mulheres camponesas, feminismo e segurança alimentar*. Em J. C. Tedesco; J. J. Seminotti; H. J. Rocha (Orgs.), *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas* [online] (pp. 124-144). Editora UFFS. <https://doi.org/10.7476/9788564905764.0005>
- Bonomo, Mariana. (2010). *Identidade Social e Representações Sociais de Rural e Cidade em um Contexto Rural Comunitário: Campo de Antinomias*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo). Repositório Institucional UFES. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3123>
- Bonomo, Mariana; Trindade, Zeidi A.; Souza, Lídio; Coutinho, Sabine M. S. (2008). Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, 22(1), 153-181. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i1.342>
- Bonomo, Mariana; Souza, Lídio; Menandro, Maria C. S.; Trindade, Zeidi A. (2011). Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 676-689. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400002>
- Bordalo, Caroline A. (2011). *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da UFRRJ. <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/2634>
- Brasil. (2008) *Territórios da Cidadania* [online]. <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territórios+da+cidadania.pdf>
- Brumer, Anita. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revistas Estudos Feministas*, 12(1), 205-227. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>
- Buarque de Hollanda, Heloísa (Org.). (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. Editora Companhia das Letras.
- Butler, Judith. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Civilização Brasileira.

- Cabecinhas, Rosa. (2009). *Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise*. Em M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp. 51-66). Ver o Verso Edições. <https://core.ac.uk/download/pdf/55610394.pdf>
- Calado, Luciana E. F. (2006). *A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco). Repositório da Universidade Federal de Pernambuco. https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7590/1/arquivo7802_1.pdf
- Câmara dos Deputados. (1987). *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/carta-das-mulheres-1>
- Campos, Judas T. (2012). Uma pesquisa pioneira para a compreensão da cultura caipira. *Estudos Avançados*, 26(76), 335-350. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000300030>
- Candiani, Heici. (2019). O que pode ser criticado nas críticas a O Segundo Sexo. *Cadernos Pagu*, (56), 1-25. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560001>
- Carneiro, Maria J. (1998). Ruralidade: identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 6(2), 53-75. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>.
- Carneiro, Sueli. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
- Carvalho, João E. C. (2005). As representações sociais e o conhecimento do cotidiano. *Revista Neurociências*, 13(3), 145-151. <https://doi.org/10.4181/RNC.2005.13.145>
- Carvalho, João G. S.; & Arruda, Angela. (2008). Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. *Paidéia*, 18(41), 445-456. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300003>
- Castañeda, Martha P. (2008). *Metodología de la Investigación Feminista*. Fundación Guatemala.
- Castro, Karol. (2017, 27 março). *Leia mulheres: conhecendo o projeto e a sua importância*. Chico Rei Blog. <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>.

- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. (n.d). *União Feminina do Brasil* [verbete]. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-feminina-do-brasil>
- Cintrão, Rosângela; & Siliprandi, Emma. (2011). O Progresso das Mulheres Rurais. Em L. L. Barsted, & J. Pitanguy. (Orgs.), *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010* (pp. 186-230). ONU Mulheres. https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf
- Coelho, Mayara P. (2016). Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(1), 214-224. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n1/17.pdf>
- Colin, Elaine C. S.; Pelicioni, Maria C. F. (2018). Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André. *Saúde Soc.*, 27(4), 1246-1260. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170850>
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Referências-Técnicas-para-Atuação-dasos-Psicólogas-em-Questões-Relativas-a-Terra.pdf>
- Cordeiro, Rosineide; & Scott, Russel P. (2007). Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 419-423. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200008>
- Corga, Danielle Monteiro. (1998). *Uma história da Psicologia Social: sua diversidade*. (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). Repositório da Produção USP. <https://repositorio.usp.br/item/000999730>
- Corrêa, Mariza. (2001). Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, (16), 13-30. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644535>
- Corrêa, Mariza. (2004). Trampas do traje. *Cadernos Pagu*, (22), 185-200. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100008>
- Costa, Albertina; Ávila, Maria B.; Silva, Roseane; Soares, Vera; & Ferreira, Verônica (Orgs.). (2010). *Divisão do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo*. Edições SOS Corpo.

- Costa, Maria da Graça S. G.; Dimenstein, Magda D. B.; & Leite, Jäder F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estudos de Psicologia*, 19(2), 145-154. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200007>
- Costa, Marta C.; Lopes, Marta J. M.; & Soares, Joannie S. F. (2014). Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 213-221. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000200003>
- Costa, Marta C.; Lopes, Marta J. M.; & Soares, Joannie S. F. (2015). Agendas públicas de saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais - análise do nível local no Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(5), 1379-1387. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015205.04412014>
- Costa, Marta C.; Lopes, Marta J. M.; & Soares, Joannie S. F. (2015). Violence against rural women: gender and health actions. *Escola Anna Nery*, 19(1), 162-168. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150022>
- Costa, Suely G. (2004). Movimentos feministas, feminismos. *Revista Estudos Feministas*, 12, 23-36. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300003>
- Costa Neto, Maurício; & Dimenstein, Magda. (2017). Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 461-474. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002542016>
- Costa Neto, Mauricio C.; & Dimenstein, Magda. (2017). Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais. *Trends in Psychology*, 25(4), 1653-1664. <https://doi.org/10.9788/TP2017.4-09Pt>
- Cova, Anna. (2012). História das mulheres em questões. (2012). *Projeto História*, 45, 317-325. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/15017/11211/0>
- Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Dantas, Candida M. B.; Dimenstein, Magda; Leite, Jäder F.; Torquato, Jaqueline; Macedo, João P. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a pesquisa. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-10. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477>

- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Editora Boitempo.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf
- Deere, Carmen D. (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feminista*, 12(1), 175-204.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2011). *Estatísticas do Meio Rural 2010- 2011*. DIEESE; NEAD; MDA.
<https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioRural10-11.html>.
- Deplagne, Luciana. (2014). *Pioneirismo, utopia e nacionalismo: a épica-feminista de Christine de Pizan*. Em C. Stevens; S. R. Oliveira; V. Zanello (Orgs.), *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas* (pp. 217-229). Editora Mulheres. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16349/1/LIVRO_EstudosFeminista_sedeGeneroArticulações.pdf
- Deffontaines, Pierre. (1944). Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim Geográfico*, 2(14), 141-157.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n14_maio.pdf
- Doise, Willem. (1990). *Les représentations sociales*. Em R. Ghiglione; C. Bonet; J. F. Richard. (Eds.). *Traité de psychologie cognitive* (pp. 111-174). Dunod.
- Ebling, Sandra B. D.; Falkembach, Elza M. F.; Nascimento, Lizandra A.; Silva, Marciele M.; Silva, Silvana O.; & Minussi, Patrícia S. (2015). As mulheres e suas ‘lidas’: compreensões acerca de trabalho e saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, 13(3), 581-596.
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00065>
- Engel, Cintia L. (2020). *A Violência contra a mulher*. Em N. Fontoura; M. Rezende; A. C. Querino (Orgs.), *Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo*.
<https://dx.doi.org/10.38116/lv978-65-5635-010-3>
- Facchini, Regina; Carmo, Íris. N.; & Lima, Stephanie P. (2020). Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*; 41, 1-22.
<https://doi.org/10.1590/ES.230408>
- Farias, Angela C. (2017). “O direito que se constituiu patriarcal”: o feminismo e a luta contra o feminicídio. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*.

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497123507_ARQUIVO_AngelaFarias-FazendoGenero2017.pdf

- Farr, Robert M. (1994). *Representações sociais: a teoria e sua história*. Em S. Jovchelovitch; P. Guareschi (Orgs.), *Textos em representações sociais*. Editora Vozes.
- Farr, Robert M. (1995). *Representações sociais: a teoria e sua história*. Em P. Guareschi, S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (3ª ed, pp. 31-59). Editora Vozes.
- Ferreira, Mary. (2011). Feminismos no nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. *Polis (Santiago)*, 10(28), 145-160. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682011000100009>
- Fonseca, Rosa M. G. S. (2013). Mulher, ciência e pesquisa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 47(4), 773-780. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420130000400001>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021* (ano 15). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>
- Fraisse, Geneviève. (1991). *Musa de la razón: la democracia excluyente y la diferencia de los sexos*. Ediciones Cátedra.
- França, José V.; Mota, José M.; Silva, Leandro A.; & Oliveira, Maria D. C. (2015). *A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia*. (Projeto). Edital Minc/UFPE 2013: preservação e acesso aos bens do patrimônio afro-brasileiro. http://afro.culturadigital.br/wp-content/uploads/2015/10/A-Carta-de-Esperanca-Garcia_DocumentoFINAL.pdf
- Furtado, Fabrina P., & Andriolli, Carmen. (2021). Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 29(1). <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-6>
- Galinkin, Ana L.; & Ismael, Eliana. (2013). *Gênero*. Em L. Camino, A. R. R Torres, M. E. O. Lima, M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (2ª ed, pp. 643-699). Editora Technopolitik.
- Garcia, Maria F. (2019, 8 de março). *A brasileira que era chamada de “mulher do diabo” por ter senso de justiça*. Observatório do Terceiro Setor.

<https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-brasileira-que-era-chamada-de-mulher-do-diabo-por-ter-senso-de-justica/>

Gomes, Rita C. M.; Nogueira, Conceição; & Toneli, Maria J. F. (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 115-124. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300004>

Gomes, Vanessa S. (2018). *A vida de Hipátia de Alexandria*. Mulheres na Matemática. <http://mulheresnamatematica.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/237/2018/06/A-Vida-de-Hipátia-de-Alexandria.pdf>

Gouges, Olympe. (1791). *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclaraDirMulherCidada1791RecDi-daPESSOALJNETO.pdf>

Gouveia, Valdiney V.; Sousa, Deliane M. F.; Albuquerque-Sousa, Andréa X.; Sá-Serafim, Roseane C. N.; & Gonçalves, Clênia M. T. S. (2011). Escala de atitude frente à fofoca: evidências de validade e confiabilidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(3), 616-627. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300013>

Guedes-Pinto, Ana L.; & Fontana, Roseli A. C. (2004). As mulheres professoras, as meninas leitoras e o menino leitor: a iniciação no universo da escrita no patriarcalismo rural brasileiro: uma leitura a partir de Infância de Graciliano Ramos. *Cadernos CEDES*, 24(63), 165-191. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000200004>

Haesbaert, Rogério. (2004). Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Conferência, Porto Alegre. <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>

Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

Hirt, Maiara. C; Costa, Marta C.; Arboit, Jaqueline; Leite, Marinês T.; Hesler, Lilian Z.; & Silva, Ethel B. (2017). Representações sociais da violência contra mulheres rurais para um grupo de idosas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 38(4), 1-8. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.68209>

Instituto Avon & Folks Netnográfica. (2018). *A voz das redes: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres*. 2015-2017. https://institutoavon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/vozes-das-redes_2016.pdf

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1958). *Municípios do Estado da Bahia* (Enciclopédia dos municípios brasileiros, vol. 21).
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio*.
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Sinopse do Censo Demográfico 2010/Bahia. Censo 2010, IBGE.
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=29>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2015*.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira*.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas*.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Perfil dos Municípios Brasileiros*.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101770.pdf>

- Jodelet, Denise. (2001). *Representações Sociais: um domínio em expansão*. Em D. Jodelet (Org.), *As Representações Sociais* (pp. 17-41). Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (Obra original publicada em 1989)
- Jodelet, Denise. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 679-712. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300004>
- Jornal GGN. (2019, 9 de março). *Como surgiu o termo “feminazi” e por que ele deve ser erradicado*. <https://jornalggn.com.br/editoria/cultura/como-surgiu-o-termo-feminazi-e-por-que-ele-deve-ser-erradicado/>
- Jornal GHZ. (2015, 19 de setembro). *O que está por trás do termo “feminazi”*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/09/o-que-esta-por-tras-do-termo-feminazi-4851370.html>
- Jovchelovitch, Sandra. (1998). Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. *Psicologia & Sociedade*, 10(1), 54-68.
- Jovchelovitch, Sandra. (2004). Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 20-31. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200004>
- Karam, Karen. (2004). A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 303-320. <https://www.scielo.br/j/ref/a/TtGn767X6Cky3NJqBgxThbT/>
- Karawejczyk, Mônica. (2013). *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral. <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3657>
- Karawejczyk, Monica. (2018). Christine de Pisan: uma feminista no medievo?!. *Historiæ*, 8(1), 189–204. <https://www.periodicos.furg.br/hist/article/view/6214/5087>
- Kaufmann, Jean-Claude. (2013). *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Editora Vozes.
- Kayser, Bernard. (1972). El espacio rural y el nuevo sistema de relaciones ciudad campo. *Revista de Geografía*, 6(2), 209-216. <https://raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45864/60081>

- Kyrillos, Gabriela M. (2020). Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>
- Landini, Fernando. (2015). *La noción de Psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano*. Em F. Landini (Org.), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 21-32). CLACSO.
- Landini, Fernando; Cowes, Valeria G.; Bianqui, Vanina; Logiovine, Sabrina; Vázquez, Jessica; & Viudes, Sergio. (2015). Accesibilidad en el ámbito de la salud materna de mujeres rurales de tres localidades del norte argentino. *Saúde e Sociedade*, 24(4), 1151-1163. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015137239>
- Lasseby, W. R.; & Lovrich, N. P. (1985). A rural development model with potential international applications. *Journal of Rural Studies*, 1(3), 267-277.
- Leão, Naiara. (2018). *Feminismo e religião: as mulheres que buscaram independência na Idade Média*. Revista AZMina. <https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-religiao/>
- Leite, Jäder F. (2015). *Espacios Rurales y Ámbitos de Intervención para la Psicología*. Em F. Landini (Org.), *Hacia una psicología rural latinoamericana* (pp. 97-102). CLACSO.
- Leite, Jäder F.; Macedo, João P. S.; Dimenstein, Magda; & Dantas, Cândida. (2013). *A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais*. Em J. F. Leite; M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-55). Editora da UFRN.
- Levischi, Beatriz. (2019, 18 de março). *Contra o machismo: relembre 8 hashtags que mudaram um pouco o mundo*. Universa UOL. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/18/oito-hashtags-transformadoras-de-mulheres-e-para-mulheres.htm>
- Lima, Ana C. O. S.; Oliveira, Monalisa P. (2019). *Aqultune, uma princesa africana no Brasil*. Em M. P. Oliveira (Org.), *História colonial e ensino de História: propostas de planos de aula*. Editora da Universidade Federal de Roraima.
- Lima, Cila. (2017). *Feminismo Islâmico: mediações discursivas e limites práticos*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Biblioteca Digital USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07082017-121004/publico/2017_ValdecilaCruzLima_VCcorr.pdf

- Lima, Elizabeth M. F. A.; & Yasui, Silvio. (2014). Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em Debate*, 38(102), 593-606. <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>
- Lopes, Eliana M.; Ferreira, Clarice R.C.; & Friedrich, Douglas R. (2018). Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(1), 262-287. <http://dx.doi.org/10.26864/pcs.v8.n1.12>
- Lopes, Monique R.; & Aguiar, Rafael R. (2020). Carta das mulheres à constituinte: uma análise sobre as leis de violência contra as mulheres a partir das críticas ao direito. *Revista de Ciências do Estado*, 5(1), 1-25. <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2020.20681>
- Logiovine, Sabrina; Rotman, Joaquín; & Bianqui, Vanina. (2017, 3-8 de dezembro). Psicología y ruralidades: aportes sobre salud, educación, género y desarrollo rural. *XXXI Congreso ALAS*, Uruguai. https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/9023_sabrina_logiovine.pdf
- Lugones, María. (2011). Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, 6(2), 105-119. https://hum.unne.edu.ar/generoysex/seminario1/s1_18.pdf
- Macedo, João P.; & Dimenstein, Magda. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313.
- Machado, Flávia P. (2019). Feminismos em contextos rurais: reflexões a partir das mobilizações de mulheres trabalhadoras rurais sem terra em uma perspectiva decolonial. *ANPUH-Brasil, 30º Simpósio Nacional de História*. Recife. https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564152795_ARQUIVO_artigoanpuh2019.pdf
- Machado, Laêda B.; & Aniceto, Rosimere A. (2010). Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(67), 345-363. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200009>
- Maeda, Sayuri T.; Borges, Ana L. V.; Nakamura, Eunice; Miyahiro, Daniela; & Silva, Lucila F. (2007). Access to pre-natal care and cervical cancer prevention action among women from Brazilian Landless Workers Movement. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 16(3), 433-438. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000300008>
- Maffesoli, M. (1987). *O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Editora Forense Universitária.

- Maia, Ludmila S. (2014). Viajantes de saias: escritoras e ideias antiescravistas numa perspectiva transnacional (Brasil, século XIX). *Revista Brasileira de História*, 34(68), 61-81. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000200004>
- Menin, Maria S. (2006). Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 043-052. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000100006>
- Marková, Ivana. (2017). A fabricação da teoria de representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 358-375. <https://doi.org/10.1590/198053143760>
- Martín-Baró, Ignácio. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martinez, Fabiana. (2019). Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, (56). <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8657098>
- Matos, Marlise. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 67-92. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>
- Mazzotti, Alda J. A. (2002). A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação*, (14-15), 17-37. <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913>
- Monteiro, Rodrigo P.; Araújo, José N. G.; & Moreira, Maria I. C. (2018). Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n4/02.pdf>
- Monte Santo. (2022, dezembro 6). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Retrieved 03:30, dezembro 6, 2022 from https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Monte_Santo&oldid=64861301.
- Moscovici, Serge. (1978). *A representação social da psicanálise*. Editora Zahar.
- Moscovici, Serge. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (3ª ed). Editora Vozes.
- Moscovici, Serge. (2009). Os ciganos entre perseguição e emancipação. *Sociedade e Estado*, 24(3), 653-678. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300003>

- Moscovici, Serge. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Editora Vozes. (Obra original publicada em 1961)
- Moraes, M. D. C.; & Vilela, S. L. O. (2013). Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. *Revista FSA*, 10(1), 59-85. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/94046/1/RevFSASergioVilela.pdf>
- Movimento de Mulheres Camponesas. (s.d.). História: Conheça a história do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. <https://mmcbrasil.org/home/historia/>
- Naase, Karin M. (2009). "The dream of making a living from the land": Amazon settler women as change agents. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 4(2), 247-260. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000200003>
- Nascimento, Adriano R. A.; Gianordoli-Nascimento, Ingrid F.; Trindade, Zeidi A. (2008). A representação social do trabalho feminino para homens casados. *Mental*, 6(11), 145-164. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v6n11/v6n11a09.pdf>
- Nascimento, Ellen S. (2019). *Não se nasce mulher negra, torna-se: resistindo a perspectiva de gênero*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Fronteira Sul). Repositório Digital UFFS. <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3176/1/NASCIMENTO.pdf>
- Neri, Christiane (2013). Feminismo na Idade Média: conhecendo a cidade das damas. *Revista Gênero & Direito*, 2(1), 68-85. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/16950/9653>
- Oliveira, Eleonora M. (2008). O feminismo desconstruindo e re-construindo o conhecimento. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 229-245. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100021>
- Oliveira, Francisco. (1972). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Editora dos Novos Estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2195645/mod_resource/content/0/10%20Crítica%20a%20Razão%20Dualista%20a_economia_brasileira.pdf
- Oliveira, João M.; & Amâncio, Lígia. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*, 14(3): 597-615. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300002>

- Organização Mundial de Saúde. (1965). *Problemas de la salud de la adolescencia: Informe de un Comité de Expertos de la O.M.S* (Informe técnico nº308). Genebra.
<https://apps.who.int/iris/handle/10665/38485>
- Organização das Nações Unidas. (2010). *Objetivos de desarrollo del milenio*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.
https://www1.undp.org/content/undp/es/home/sdoverview/mdg_goals.html
- Organização das Nações Unidas. (2019). *ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050*. Organização das Nações Unidas News.
<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>
- Paiva, Mirian S. (1997). Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 50(4), 517-524. <https://doi.org/10.1590/S0034-71671997000400007>
- Palmonari, A., & Zani, B. (2003). *Lesétudes de communautés*. Em S. Moscovici, & F. Buschini (Orgs.), *Lesméthodesdesscienceshumaines* (pp. 13-38). PufFondamental.
- Parreira, Bibiane D. M.; Goulart, Bethania F.; Ruiz, Mariana T.; Silva, Sueli R.; & Gomes-Sponholz, Flávia A. (2017). Sintomas de depressão em mulheres rurais: fatores sociodemográficos, econômicos, comportamentais e reprodutivos. *Acta Paulista de Enfermagem*, 30(4), 375-382. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201700056>
- Paula, Alexandre S.; & Kodato, Sérgio. (2016). Psicologia Social e Representações Sociais: uma aproximação histórica. *Revista de Psicologia da IMED*, 8(2), 200-207.
<https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v8n2p200-207>
- Paulilo, Maria I. S. (2010). Intelectuais e militantes e as possibilidades de diálogo. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 927-940. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300017>
- Paz, Potiguara O. (2016). Femicídios rurais: uma análise de gênero. *Revista Baiana de Enfermagem*, 30(2), 1-11. <https://doi.org/10.18471/rbe.v30i2.15380>
- Pedro, Joana M, & Barletto, Marisa. (2019). Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. *Revista Feminismos*, 7(1), 3-16.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/31863/21190>
- Pereira, Cleyciane Cássia Moreira. (2018). *Necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatua - Maranhão*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia). Repositório Institucional UFBA.
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29808>

- Perrot, Michelle. (1989) Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, 9(18), 9-18.
- Pessoa, Mayara L. S.; & Borges, Josefa L. J. (2018). Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo. *Revista katálysis*, 21(03), 544-553. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p544>
- Pinto, Benedita C. M. (2002). Vivências cotidianas de parteiras e 'experientes' do Tocantins. *Revista Estudos Feministas*, 10(2), 441-448. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200013>
- Pinto, Céli R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil* (Coleção História do Povo Brasileiro). Fundação Perseu Abramo.
- Pinto, Céli R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Pinto, Neuzeli M. A.; Pontes, Fernando A. R.; Silva, Simone S. C. (2013). A rede de apoio social e o papel da mulher na geração de ocupação e renda no meio rural. *Temas em Psicologia*, 21(2), 297-315. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-01>
- Pizzinato, Adolfo; Hamann, Cristiano; Machado, Rodrigo O.; & Strey, Marlene N. (2015). Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. Dossiê Políticas Sexuais e de Gênero no Contemporâneo, *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 247-255. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1484>
- Pizzinato, Adolfo; Hamann, Cristiano; Maracci-Cardoso, João G.; & Cezar, Marcelo M. (2016). Jovens Mulheres do Âmbito Rural: Gênero, Projetos de Vida e Território em Fotocomposições. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 473-483. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tFJBv5ddJnd7pNS5JC7ggtS/>
- Portella, Marilene R. (1999). Cuidar para um envelhecer saudável: a construção de um processo educativo com mulheres rurais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 52(3), 355-364. <https://doi.org/10.1590/S0034-71671999000300005>
- Prado, M. A; M. (2008). *Psicologia e comunidade: a utopia dos projetos científicos*. Em A. V. Zanella; M. J. T. Siqueira; L. A. Lhullier; S. I. Molon (Org.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 210-220). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. <https://books.scielo.org/id/886qz>

- Prates, Lisie A.; Cecon, Fernando G.; Alves, Camila N.; Wilhelm, Laís A.; Demori, Carolina C.; Silva, Silvana C.; & Ressel, Lúcia B. (2015). A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(12), 2483-2492. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00006715>
- Preciado, Paul B. (2014, 9 de maio). *Féminismeamnésique*. *JornalLibération* [on-line]. https://www.liberation.fr/france/2014/05/09/feminisme-amnesique_1014052/
- Rémy, Jean. (1993). Le rural et l'urbain entre la coupure et la différence: la métamorphosedesrelationsvilles/campagne. *Espaces et Sociétés*, (72), 31-47.
- Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012*. (2012). Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Revista da Marcha das Margaridas. (2019). *100 mil margaridas em marcha*. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG). http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1446518319_28112019110736.pdf
- Rey, Fernando L.G. (2006). As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 69-85. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v8n2/v8n2a05.pdf>
- Ribeiro, Diana; Nogueira, Conceição; & Magalhães, Sara I. (2021). As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Sul-Sul - Revista De Ciências Humanas E Sociais*, 1(03), 57-76. <https://doi.org/10.53282/sulsul.v1i03.780>
- Ribeiro, Djamila. (2017). *O que é lugar de fala?* (Feminismos Plurais). Editora Letramento.
- Ribeiro, Isadora; & Sheila, Doula. (2020). Representações sociais sobre as mulheres rurais nas fotografias da revista Globo Rural (1985-2015). *Revista Eco-Pós*, 23(2), 345-369. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i2.27397>
- Roberti, Javier; & Mussi, Giannina. (2014). El desarrollo rural y las contribuciones de la Psicología: un estado de la cuestión. *Mundo Agrario: revista de estudios rurales*, 15(28). https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6183/pr.6183.pdf
- Rocha, Luis F. (2014). Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 46-65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>

- Rodrigues, Paula C. P. (2018). Protofeminismo no renascimento italiano pela pena se Isotta Nogarola. *Historiæ* 8(2), 239-252.
<https://periodicos.furg.br/?journal=hist&page=article&op=view&path%5B%5D=6496>
- Rodrigues, L.; & Scott, R. (2013). Um passeio pelos estudos de gênero e a produção do conhecimento. Em M. Grossi, M. Lago, A. Nuernberg (Orgs.), Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, 21(2), 737-740. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200025>
- Romanelli, Geraldo. (1998). A entrevista antropológica: troca e alteridade. Em G. Romanelli, & Z. M. M. Biasoli-Alves (Orgs;), *Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa*. Legis Summa.
- Ronzani, Telmo M.; Mendes, Kissila T.; Oliveira, Conrado P.; & Leite, Jáder F. (2019). *Contextos rurais e Psicologia Comunitária: um encontro possível e necessário*. Em M. N. Carvalho-Freitas; L. C. Freitas; T. C. Pollo (Orgs.), *Instituições, saúde e sociedade: contribuições da psicologia*. Editora da Universidade Estadual de Minas Gerais.
- Ronzani, Telmo M.; Mendes, Kissila T.; Afonso, Júlia B.; Quintão, Elisa C.; Guilherme, Tháles G.; Oliveira, Conrado P.; & Leite, Jáder F. (2021). A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221801>
- Rovai, Martha G. O. (2016). *A coragem do afeto: memórias femininas sobre a greve de Osasco, em 1968*. Em J. R. Almeida (Org.), *História oral e movimento social: narrativas públicas*. Editora Letra e Voz.
- Rua, Maria G.; & Abramovay, Miriam. (2000). *Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. UNESCO.
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000138.pdf>
- Sá, Celso P. (1996). Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, 4(3), 19-33. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a02.pdf>
- Sá, Celso P. (1998). *Construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Sá, Celso P.; & Arruda, Angela. (2000). O estudo das representações sociais no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, (2), 11-31.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24121>

- Sales, Celecina M. V. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 437-443. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>
- Santoro, Fernando. (2020). A primeira filósofa: o amor à sabedoria da Lira. *Revista Archai*, (28), 1-26. https://doi.org/10.14195/1984-249X_28_2
- Santos, Cristina; & Diniz, Gláucia. (2006). *Condição feminina, gênero e autovalorização*. Em M. O. Almeida, M. F. S. Santos, G. R. S. Diniz, Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais*. Editora da Universidade de Brasília.
- Santos, Fernanda S. (2019). *Dos arrabaldes ao miolo: Iyalodê Zeferina S Anunciação em sua dança de guerra*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia). Repositório Institucional UFBA. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32261>
- Santos, Iolanda A. F.; & Betto, Janaína. (2021). Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. *Caderno CRH*, 34, 1-18. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42344>
- Santos, Maria F. S. (1994). Representação social e a relação indivíduo-sociedade. *Temas em Psicologia*, 2(3), 133-142. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v2n3/v2n3a13.pdf>
- Santos, Maria F. S. (1998). *A velhice na zona rural. Representação social e identidade*. Em C. Nascimento-Shulze (Org.), *Novas contribuições para teorização e pesquisa em representações sociais* (Coletâneas ANPEPP, n. 10, pp. 59-83). <https://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n10a006.pdf>
- Sarti, Cynthia A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 35-50. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003>
- Sawaia, Bader B. (2007). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. Em R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Editora Vozes. https://www.academia.edu/31467863/Regina_H_F_Campos_Org_Psicologia_Social_Co_munitaria_da_solidariedade_a_autonomia
- Schaaf, Alie V. D. (2003). Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, (10), 412-442. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200014>

- Schneider, Sergio. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista Brasileira de Economia Política*, 30(3), 511-531.
<https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>
- Schons, Aline S.; Machado, Lilliane M. M.; & Amorim, Tatiana R. G. (2020). Não se nasce feminista, torna-se: uma análise do filme *As Sufragistas*. *Esferas*, (19), 116-127. <http://dx.doi.org/10.31501/esf.v0i19.12413>
- Scott, Joan W. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Scott, Parry. (2010). *Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações*. Em P. Scott, R. Cordeiro, M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 15-33). Editora Mulheres.
https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc
- Scott, Parry; Rodrigues, Ana C.; & Saraiva, Jeíza. (2010). *Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais*. Em P. Scott; R. Cordeiro; M. Menezes (Orgs.), *Gênero e Geração em Contextos Rurais* (pp. 63-94).
https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc
- Secretaria do Planejamento. (n.d.). *Territórios de Identidade da Bahia*. Portal do Governo da Bahia. <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>
- Silva, Brisana I. B. M.; Barros, Jorge F. C. L.; Freire, Sandra E. A.; Negreiros, Fauston; & Macedo, João P. (2019). Produção da Psicologia no Brasil sobre mulheres rurais: revisão sistemática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 163-178.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v71n2/12.pdf>
- Silva, Jacicarla S. (2009). *Vozes femininas da poesia latino-americana: Cecília e as poetisas uruguaias* [online]. Editora UNESP; Cultura Acadêmica.
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109121/ISBN9788579830327.pdf>
- Silva, Jéssica M. S. (2018). *Antifeminismo no Facebook: um estudo sobre violência contra a mulher na internet*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará). Programa de Pós-Graduação UFPA.
https://ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Turma%202016/Dissertação%20_Jéssica%20Modinne%20de%20Souza%20e%20Silva.pdf

- Silva, Kátya B.; & Macedo, João P. (2017). Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 815-830. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002982016>
- Smith, Barbara. (1979). Racism and Women's Studies. *Frontiers: A Journal of Women's Studies*, 5(1), 48-49. <https://www.jstor.org/stable/3346304?refreqid=excelsior%3A3395ea1be1688d940456a59bc1e54415>
- Soares, Vera. (1994). Movimentos feministas: paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas Especial*, N.E(94), 11-24. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>
- Sorj, Bila. (2014). Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, 26(1), 123-128. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100009>
- Spohr, Alexandre P.; Maglia, Cristiana; Machado, Gabriel; & Oliveira, Joana O. (2016). Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. *Revista Estudos Feministas*, 24(2), 417-441. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p417>
- Sternbach, Nancy S.; Navarro-Aranguren, Marysa; Chuchryk, Patricia; & Alvarez, Sonia E. (1994). Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. *Estudos Feministas*, 2(2), 255-296. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213/14762>
- Teles, Maria A. A. (1999). *Breve história do feminismo no Brasil*. Editora Brasiliense. (Obra original publicada em 1993)
- Tesser, Gelson J. (1994). Principais linhas epistemológicas contemporâneas. *Educar em Revista*, (10), 91-98. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.131>
- Thayer, Millie. (2001). Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 103-130. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100006>
- Thum, Moara A.; Ceolin, Teila; Borges, Anelise M.; & Heck, Rita M. (2011). Saberes relacionados ao autocuidado entre mulheres da área rural do Sul do Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32(3), 576-582. <https://doi.org/10.1590/S1983-14472011000300020>
- Tönnies, Ferdinand. (1979). *Comunidad y Asociación*. Editora Penínsulas

- Vala, Jorge; & Castro, Paula. (2013). *Pensamento social e representações sociais*. Em J. Vala; & M; B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social* (9ª ed., pp. 569-602). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vasquez, Gislayne C. F. (2009). A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(4), 856-867. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400015>
- Venâncio Filho, Raimundo. (2014). *O sagrado e o profano no Sertão da Bahia: a religiosidade em Monte Santo*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Salvador). Repositório Institucional UCSAL. <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/123456730/140>
- Venturini, Mariana R. (2019). *Comunistas no Brasil e a emancipação da mulher: as conferências partidárias de 1956 e 2007*. (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas). Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_5d6973aa6c56fc278566610acf159eec
- Vieira, Pâmela R.; Garcia, Leila P.; Maciel, Ethel L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. *Revista brasileira de epidemiologia*, 23, 1-5. <https://doi.org/10.1590/1980-5497202000033>
- Villela, Wilza V.; & Pereira, Pedro P. G. (2012). Gênero, uma categoria útil (para orientações políticas)?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(10), 2585-2587. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000006>
- Villwock, Ana P. S; Germani, Alessandra R. M.; Roncato, Patrícia E. S. (2016). Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. *Alamedas*, 4(1), 1-17. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/13526/9880>
- Vincent, Andrew. (1995). *Feminismo*. Em A. Vincent, *Ideologias políticas modernas*. Editora Zahar.
- Wanderley, Maria N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8(2), 87-145. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>
- Wanderley, Maria N. B. (2011). *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Universidade Estadual de Campinas.

- Wanderley, Maria N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(supl.1), 025-044. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>
- Wanderley, Maria N. B.; & Favareto, Arilson. (2013). *A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas*. Em C. Miranda; H. Silva (Orgs.), *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras* (pp. 413-463). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>
- Wollstonecraft, Mary. (2015). *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (A. R. Carmo, Trad.). Editora Boitempo.
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindicã o%20dos%20direitos%20da%20mulher%20-%20Mary%20Wollstonecraft.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindicã%20o%20dos%20direitos%20da%20mulher%20-%20Mary%20Wollstonecraft.pdf) (Obra original publicada em 1792)

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada participante,

Você está sendo convidada para participar da pesquisa **“Representações Sociais de Feminismo para Mulheres em Contexto de Ruralidade”**. Esta pesquisa tem como objetivo compreender como mulheres de diferentes faixas etárias, nascidas e/ou moradoras de três comunidades rurais do município de Monte Santo/BA, trocam conhecimento sobre o termo **feminismo**. Para isso, vamos fazer perguntas sobre este termo e sobre a função que ele ocupa no contexto comunitário das mulheres participantes. **A pesquisa é de responsabilidade da professora Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento e da pesquisadora Míria Moraes Dantas.**

Para participar desta pesquisa você responderá a um questionário, de forma remota e/ou impressa, conforme a sua preferência, ele poderá ser respondido por você mesma ou por um/uma familiar. Consideramos que pesquisas com seres humanos sempre envolvem riscos em alguma medida. Ainda assim, acreditamos que sua participação nesta pesquisa não implicará em perdas ou riscos significativos, a não ser o esforço cognitivo de responder ao questionário em um tempo estimado de 30 minutos. O questionário, não consiste em uma avaliação ou teste de conhecimentos e não possui qualquer forma de identificação em seu preenchimento, apenas, o seu consentimento em participar. Você pode desistir a qualquer momento da sua participação, sem lhe acarretar qualquer tipo de penalidade. Sua participação será totalmente voluntária e não terá qualquer tipo de despesa e você não receberá remuneração por sua participação. Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e serão usados apenas para fins de pesquisa. Os questionários impressos e digitais ficarão armazenados por 6 anos, sob responsabilidade do Departamento de Psicologia da UFMG. **Adaptando-se aos protocolos de segurança exigidos no contexto da pandemia da COVID-19**, você receberá um link para o questionário digital e/ou entrevista remota, via telefone celular/email. Caso você prefira realizar o preenchimento do questionário impresso este poderá ser feito por você ou por familiar escolarizada/o. **Independentemente da forma de sua participação, você receberá uma via impressa deste termo rubricada pelas pesquisadoras responsáveis.** Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação nesta pesquisa, você poderá pleitear indenização, segundo as determinações da Resolução 466/12, capítulo IV, inciso IV.3, alínea h.

Colocamo-nos à sua disposição para quaisquer dúvidas, em caso de necessidade de apoio emocional após o preenchimento do questionário, ou para indenizações, basta entrar em contato com as pesquisadoras nos contatos abaixo:

- **Prof^a. Dr^a. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento**, pesquisadora responsável. Telefone para contato: (31) 3409-6278. E-mail: ingridfgian@gmail.com
- **Míria Moraes Dantas**, pesquisadora de mestrado responsável. Telefone para contato: (31) 9 9730-8791. E-mail: miriamoraes.p@gmail.com

As pesquisadoras também poderão ser contatadas no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) 4º andar, no Departamento de Psicologia ou no Programa de Pós Graduação em Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG.

Apenas no caso de dúvidas éticas, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP-UFMG). - Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP-UFMG) deverá ser contatado na Av. Antônio Carlos,

6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (31) 3409-4592. E-mail: coep@prpq.ufmg.br.

Estando de acordo, assino abaixo o presente Termo de Consentimento. Declaro que li e entendi as informações relativas a esta pesquisa contidas neste Termo de Consentimento e concordo em participar voluntariamente da mesma. AUTORIZO a utilização das informações prestadas na pesquisa intitulada **“Representações Sociais de Feminismo para Mulheres em Contexto de Ruralidade”**.

Belo Horizonte, ____ de _____ 2020

Assinatura: _____

Míria Moraes Dantas

Assinatura: _____

Prof^aDr^a Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Assinatura: _____

Entrevistada

Assinatura:

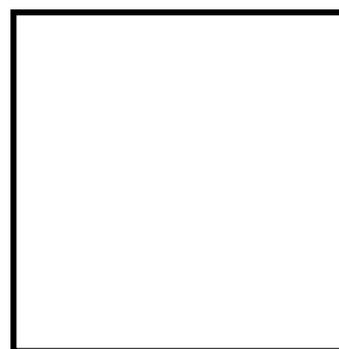
A Rogo da Entrevistada CPF:

Assinatura:

1ª Testemunha CPF:

Assinatura:

2ª Testemunha CPF:



Impressão
Digital

Anexo B – Questionário semiestruturado (aplicação digital e impressa)

Data de aplicação: Número do questionário:

Comunidade:

Meu nome é Míria Moraes Dantas, sou estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. No momento estamos realizando uma pesquisa intitulada **Representações Sociais de Feminismo para Mulheres em Contexto de Ruralidade** e precisamos contar com a sua colaboração.

Primeiramente, vou lhe apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com informações sobre esta pesquisa, e a seguir, conforme seu consentimento, você poderá responder ao questionário de pesquisa.

PRIMEIRA ETAPA

1. TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS (TALP)

Para começar, eu gostaria que você digitasse 5 palavras ou expressões que vem à sua mente quando você ouve o termo FEMINISMO.

Instrução: utilize vírgulas para separar cada uma das 5 palavras ou expressões. Pode digitar!

Agora, eu gostaria que você digitasse 5 palavras ou expressões que vem à sua mente quando você ouve o termo FEMINISTA.

Instrução: utilize vírgulas para separar cada uma das 5 palavras ou expressões. Pode digitar!

2. MODOS E MEIOS DE CIRCULAÇÃO DO OBJETO

1. Se você tivesse que explicar FEMINISMO para alguém, como você explicaria? (Explique da forma que quiser).

2. Com que frequência você lê, discute ou ouve falar sobre FEMINISMO?

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Muitas vezes
- Sempre

3. *Em qual das opções abaixo você já ouviu ou leu sobre FEMINISMO? (pode marcar mais de uma opção)*

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 1) Livros | 13) nas Casas de Farinha |
| 2) Escola | 14) Durante o trabalho na Roça/Agricultura |
| 3) Universidade/Faculdade | 15) Reuniões/Encontros religiosos |
| 4) Jornais e Revistas | 16) Redes Sociais Digitais: Instagram, Facebook, Youtube, Twiter, WhastApp, TikTok. |
| 5) Programas de TV | 17) Sindicatos |
| 6) Novelas | 18) Espaços de Saúde e Assistência Social (Posto de Saúde, Hospital, Clínica, CRAS/CREAS, CAPS) |
| 7) Filmes/Documentários | 19) Nenhuma das opções |
| 8) Teatro | 20) Outros (especificar) |
| 9) Programas de Rádio | |
| 10) Músicas | |
| 11) Internet (Google, sites e blogs). | |
| 12) Bares ou Festas | |

4. *Com quais das pessoas abaixo você já conversou sobre FEMINISMO? (Pode marcar mais de uma opção)*

- | | |
|---|---|
| 1) Profissionais da Saúde (agentes comunitárias, médica, enfermeira e outras) | 6) Representantes da sua religião (mães/padres, pastoras (es), mães e pais de santo, outras). |
| 2) Familiares | 7) Colegas de escola/faculdade |
| 3) Vizinhas (os) | 8) Patroa ou Patrão |
| 4) Amigas (os) | 9) Psicóloga (o) |
| 5) Profissionais da educação | 10) Nenhuma das opções |
| | 11) Outro (especificar) |

5. *Selecione a opção abaixo que mostra o quanto você acha que FEMINISMO é discutido em sua comunidade?*

- Nunca é discutido
- Raramente é discutido
- Às vezes é discutido

- Muitas vezes é discutido
- Sempre é discutido
- Não sabe dizer

6. *Você acha que FEMINISMO tem mais coisas boas ou mais coisas ruins? (marque apenas uma opção abaixo)*

- Mais coisas boas
- Mais coisas ruins
- Tanto coisas boas quanto coisas ruins
- Não sabe dizer

6.1. *Se boas, quais coisas boas você acha?*

6.2. *Se ruins, quais coisas ruins você acha?*

7. *Selecione a opção abaixo que mostra o quanto você é a favor de FEMINISMO?*

- Sou totalmente a favor
- Sou a favor
- Para mim tanto faz
- Não sou a favor
- Não sou a favor de jeito nenhum
- Não sabe dizer

8. *Selecione a opção abaixo que mostra o quanto você acha que a sua comunidade é a favor de FEMINISMO?*

- Ela é totalmente a favor
- Ela é a favor
- Para ela tanto faz
- Ela não é a favor
- Ela não é a favor de jeito nenhum
- Não sabe dizer

9. *Como as pessoas que falam sobre FEMINISMO são conhecidas ou chamadas pelas outras pessoas?*

10. Como VOCÊ acha que é mais apropriado chamar as pessoas que falam sobre FEMINISMO?

11. Você conhece alguém da sua comunidade que estuda ou fala sobre FEMINISMO?

Sim. Não

11.1. Se sim, quem é essa pessoa e onde você a conheceu? (Se não, siga para a questão 12)

12. Você conhece alguma pessoa famosa que estuda ou fala ou sobre FEMINISMO?

Sim Não

12.1. Se sim, quem é essa pessoa e onde você a conheceu? (Se não, siga para a questão 13)

13. Você conhece ou já ouviu falar de algum movimento social, grupos, reuniões ou encontros que discutam sobre FEMINISMO dentro da sua comunidade ou fora da sua comunidade?

Sim Não

13.1. Se sim, como se chama e onde se localiza? (Se não, siga para a questão 14)

3. REDES DE INTERAÇÃO SOCIAL, TRABALHO E CONTEXTO FAMILIAR

14. Você participa de qualquer atividade em grupo na sua comunidade ou fora da sua comunidade?

Sim Não

14.1. Se sim, qual atividade em grupo você frequenta. (Se não, siga para a questão 15)

15. Você já participou ou participa de movimentos sociais organizados, encontros ou grupos organizados somente para mulheres dentro da sua comunidade ou fora dela?

Sim Não

15.1. Se sim, em quais? (Se não, siga para a questão 16)

16. Sobre quais assuntos você costuma conversar com as outras mulheres de sua comunidade?

17. *Quais dos assuntos abaixo você costuma conversar com outras mulheres em sua comunidade? (Pode marcar mais de uma opção)*

- Violência doméstica e familiar contra a Mulher
- Abuso Sexual
- Aborto
- Cuidado e Saúde
- Direitos Trabalhistas
- Participação na Política
- Direito à Terra
- Independência Financeira
- Corpo e Sexualidade
- Nenhum deles
- Outro (especificar)

18. *Se você fosse explicar o que é ser mulher como você explicaria? (Explique da forma que quiser)*

19. *Digite abaixo o que você mais gosta de fazer em sua rotina, e o que você menos gosta de fazer em sua rotina?*

20. *Você acredita que existem diferenças entre homens e mulheres? (Se sim, digite também quais são essas diferenças, se não siga para a questão 21).*

21. *Qual a sua principal forma de diversão? E com quem você costuma se divertir?*

22. *Quais são suas principais atividades durante a semana? O que você mais faz durante a semana?*

23. *Com qual frequência você vai até a cidade ou em outras comunidades próximas a você?*

- Nunca
- Raramente

- Às vezes
- Muitas vezes
- Sempre
- Outro (especificar)

24. *Quem é a principal pessoa responsável pelo trabalho doméstico em sua casa? (Marque apenas uma opção)*

- Eu
- Minhas filhas
- Meus filhos
- Irmãs/Irmãos
- Pai/Padrasto
- Mãe/Madrasta
- Esposo/Esposa/Companheira/o
- Empregada/o doméstica
- Faxineira/o/Diarista
- Outras pessoas (especificar)

25. *Das pessoas que moram em sua casa, quem também realiza atividades domésticas? (Pode marcar mais de uma opção)*

- Eu
- Minhas filhas
- Meus filhos
- Irmãs/Irmãos
- Pai/Padrasto
- Mãe/Madrasta
- Esposo/Esposa/Companheira/o
- Empregada/o doméstica
- Faxineira/Diarista
- Todo mundo que mora em casa é responsável pelo trabalho doméstico () Ninguém
- Outras pessoas (especificar)

26. *Quais são as atividades que essas pessoas realizam? (Se não, siga para a questão 27)*

27. *Em média, quanto tempo você dedica por dia para realizar as suas atividades domésticas?*

- menos de 1h por dia
- entre 1h e 2h por dia
- entre 3h e 5h por dia
- entre 6h e 8h por dia
- mais de 8h por dia
- Não sabe responder
- Não trabalho em atividades domésticas

28. *Você considera que sua participação nas atividades domésticas em sua casa é:*

- Um tipo de Trabalho
- Um tipo de Profissão/Emprego
- Um forma de Prestação de Serviço
- Uma forma de Ajuda
- Não sabe responder
- Não trabalho em atividades domésticas
- Outra (especificar)

29. *Quem é a principal pessoa responsável pelo trabalho na roça/agricultura familiar em sua casa? (Marque apenas uma opção)*

- Eu
- Minhas filhas
- Meus filhos
- Irmãos/Irmãos
- Pai/Padrasto
- Mãe/Madrasta
- Esposo/Esposa/Companheira/o
- Pessoa contratada
- Outras (especificar)

30. *Das pessoas que moram em sua casa quem também realiza atividades na roça/agricultura familiar? (Pode marcar mais de uma opção)*

- Eu
- Minhas filhas
- Meus filhos

- Irmãos/Irmãos
- Pai/Padrasto
- Mãe/Madrasta
- Esposo/Esposa/Companheira/o
- Pessoa contratada
- Todo mundo que mora em casa é responsável pelo trabalho na roça/agricultura familiar
- Outras pessoas (especificar)
- Ninguém

31. *Quais são as atividades que elas realizam? (Se não, siga para a questão 32)*

32. *Em média, quantas horas você dedica por dia trabalhando na roça/agricultura familiar?*

- menos de 1h por dia
- entre 1h e 2h por dia
- entre 3h e 5h por dia
- entre 6h e 8h por dia
- mais de 8h por dia
- Não sabe responder
- Não trabalho na roça/agricultura familiar

33. *Você considera que sua participação na roça/agricultura familiar é:*

- Um tipo de Trabalho
- Um tipo de Profissão/Emprego
- Um forma de Prestação de Serviço
- Uma forma de Ajuda
- Não sabe responder
- Não trabalho na roça/agricultura familiar
- Outra (especificar)

34. *Quem é a pessoa responsável pela administração da renda familiar em sua casa? (Pode marcar mais de uma opção)*

- Eu
- Minhas filhas
- Meus filhos

- Irmãos/Irmãos
- Pai/Padrasto
- Mãe/Madrasta
- Esposo/Esposa/Companheira/o
- Todo mundo que mora em casa é responsável
- Parentes
- Amigas/os
- Outras (especificar)

35. *Caso você receba o benefício Bolsa Família ou qualquer outro benefício, quem é a pessoa que administra o valor recebido?*

- Eu
- Minhas filhas
- Meus filhos
- Irmãos/Irmãos
- Pai/Padrasto
- Mãe/Madrasta
- Esposo/Esposa/Companheira/o
- Todo mundo que mora em casa é responsável
- Parentes
- Amigas/os
- Não recebo o Bolsa Família ou qualquer benefício
- Outras (especificar)

36. *Você já sofreu algum tipo de violência em sua casa por pessoas da família? Por exemplo, violência física (espancamento, ferimentos com objetos cortantes, estrangulamento); violência psicológica (insultos, ameaças, humilhação); violência sexual (estupro, forçar matrimônio, forçar abortar); violência patrimonial (controlar dinheiro, não pagar pensão, privação de bens); ou violência moral (acusações, expor a vida íntima, xingamentos)?*

- Sim Não Prefere não responder

36.1. *Se sim, quais tipos de violência acima você sofreu? (Se não ou prefere não responder, siga para a questão 37)*

37. *Você já ouviu falar sobre o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR- NE)?*

- Sim Não

37.1. *Se sim, onde você ouviu falar? (Se não, pode seguir)*

Botão de informação após a resposta: O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR- NE) é um movimento social organizado por mulheres rurais, criado em 1986, cujo objetivo principal é lutar pela defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais. O MMTR-NE está presente em 09 estados da Região Nordeste do Brasil. Na Bahia, a representação do MMTR-NE chama-se MMTR-BA e está presente nos territórios baianos do Sisal e Litoral Norte/Agreste Baiano. A cidade mais próxima à Monte Santo com presença do MMTR-BA é Retirolândia.

38. *Você já ouviu falar sobre a Marcha das Margaridas?*

Sim Não

38.1. *Se sim, onde você ouviu falar? (Se não, pode seguir)*

Botão de informação após a resposta: A Marcha das Margaridas é uma das maiores organizações de mulheres trabalhadoras da América Latina. Foi criada no ano de 2000 e é realizada a cada 04 anos por mulheres das águas, das florestas e do campo. O nome da Marcha é dedicado à Margarida Alves, mulher rural paraibana, assassinada em 1983 em frente à sua casa, a mando de fazendeiros da região. Margarida era sindicalista e lutava por melhores condições de vida para trabalhadoras e trabalhadores do campo.

39. *Você já ouviu falar na Lei Maria da Penha?*

Sim Não

39.1. *Se sim, onde você ouviu falar? (se não, pode seguir)*

Botão de informação após a resposta: A Lei Maria da Penha (Lei 11.340) foi aprovada em 07 de agosto de 2006, pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, e tem como objetivo criar mecanismos e estratégias para o combate e prevenção contra todo tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei homenageia a cearense Maria da Penha Maia Fernandes, agredida durante seis anos pelo marido e vítima de duas tentativas de assassinato realizadas por ele. Os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher são: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Para mais informações ligue para o número 180.

40. *Se fosse oferecida uma palestra sobre FEMINISMO em sua comunidade você iria?*

Sim Não Talvez

41. Há alguma outra questão que você gostaria de dizer sobre FEMINISMO?

Muito bem! A primeira etapa do questionário foi finalizada! Para encerrar a sua participação, conclua a seguir a última etapa! E ao final clique no botão ENVIAR!

SEGUNDA ETAPA

4 QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO:

1. Idade: _____

2. Local de nascimento: _____

3. Comunidade onde mora atualmente? _____

4. Há quanto tempo você mora na sua comunidade atual? _____

5. Como você se autodeclara?

- Amarela
- Negra
- Parda
- Branca
- Prefere não dizer
- Outra (especificar)

7. Você é mãe?

- Sim
- Não
- Prefere não dizer

7.1. Se sim, quantas filhas você tem? (Se não, digite 0) _____

7.2. Se sim, quantos filhos você tem? (Se não, digite 0) _____

8. Se sim, qual a idade da sua filha ou do seu filho mais velha/o? (Se não, digite 0) _____

9. Estado civil:

- Solteira
- Casada
- Divorciada
- Viúva
- Mora junto
- Prefere não dizer

10. Com qual idade você se casou ou foi morar junto pela primeira vez? (se for solteira, digite 0) _____

11. A qual religião você é vinculada ou simpatizante?

- Católica
- Evangélica (Pentecostal, Batista, Presbiteriana, Adventista do 7º dia) Espírita Kardecista
- Candomblé
- Umbanda
- Testemunha de Jeová
- Não possui religião
- Prefiro não dizer
- Outra (especificar)

12. Sua posição política é de?

- Direita
- Centro-direita
- Esquerda
- Centro-esquerda
- Centro
- Não tem orientação política
- Não sabe responder
- Outra (especificar)

13. Qual a sua escolaridade? Até qual série ou ano você estudou?

- Não alfabetizada/Semialfabetizada
- Ensino Fundamental Incompleto I (antigo primário e atual 1ª ao 5º ano) Ensino Fundamental Completo I (antigo primário e atual 1ª ao 5º ano)
- Ensino Fundamental Incompleto II (antigo ginásio e atual 6ª ao 9º ano) Ensino Fundamental Completo II (antigo ginásio e atual 6ª ao 9º ano)

- Ensino Médio Incompleto (antigo científico)
- Ensino Médio Completo (antigo científico)
- Curso Normal/Magistério
- Formação Agrícola
- Formação Técnica Incompleta
- Formação Técnica Completa
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação
- Não sabe dizer

14. Qual a sua profissão? _____

15. Você trabalha na agricultura para consumo próprio?

- Sim
- Não
- Não trabalho na agricultura

16. Você trabalha na agricultura para outras pessoas?

- Sim
- Não
- Não trabalho na agricultura

17. Você trabalha em cooperativas? (Cooperativa é um grupo ou associação de pessoas que trabalham juntas a fim de gerar benefícios para todas)

- Sim
- Não

18. Você trabalha com carteira assinada?

- Sim
- Não

19. Qual a sua condição da moradia atual?

- Própria
- Alugada

- Cedida
- Caseira
- Mora de favor
- Outro (especificar)

19. *Você possui renda própria? Uma renda que é sua, fruto do seu trabalho?*

- Sim
- Não

20. *Como você contribui com a renda mensal familiar?*

- Totalmente
- Parcialmente
- Não contribuo

21. *Caso você tenha renda própria, como ela é geralmente utilizada? (Pode marcar mais de uma opção)*

- Para pagar contas da casa
- Para pagar contas das/dos filhas/os
- Para gastos pessoais
- Prefere não dizer
- Não tenho renda
- Outro (especificar)

21. *Qual a sua renda mensal familiar? A soma da renda de todas as pessoas que moram com você?*

- Sem renda mensal
- Até 1 salário mínimo (R\$1.045 – mil e quarenta e cinco reais)
- Até 2 salários mínimos (R\$2.090 – dois mil e noventa reais)
- Até 5 salários mínimos (R\$ 5.225 – cinco mil duzentos e vinte e cinco reais)
- Acima de 5 salários mínimos
- Apenas recebe o Bolsa Família
- Prefere não responder
- Outros (especificar)

22. *Quantas pessoas moram em sua casa além de você? (Caso ninguém more com você, digite 0)* _____

23. *Quem são as pessoas que moram com você? Digite apenas o parentesco. NÃO PRECISA IDENTIFICAR! (Caso ninguém more com você, digite "NINGUEM")*

24. *Qual a sua principal forma de acessar informações e notícias? Ou seja, de que forma você fica sabendo das notícias e informações? (Marque apenas uma opção)*

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Novela | <input type="checkbox"/> Programas de rádio |
| <input type="checkbox"/> Jornais televisivos | <input type="checkbox"/> Programas de TV |
| <input type="checkbox"/> Revistas e jornais impressos | <input type="checkbox"/> Outra (especificar) |
| <input type="checkbox"/> Redes sociais digitais (Facebook, Instagram, YouTube, Twiter, WhastApp, TikTok) | |

25. *Você possui acesso à internet?*

- Sim
- Não
- Uso rede de internet emprestada de vizinhas (os) ou parentes.

26. *Qual a rede de internet que você usa? Ou seja, qual o tipo de internet que você tem em sua casa? (Pode marcar mais de uma opção)*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 3g/4g (via sinal de telefonia celular) | <input type="checkbox"/> Não sei responder |
| <input type="checkbox"/> WiFi | <input type="checkbox"/> Outra (especificar) |
| <input type="checkbox"/> Fibra Ótica | |

27. *Quais aparelhos eletrônicos você usa para acessar internet? (Pode marcar mais de uma opção)*

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Pelo meu computador | <input type="checkbox"/> Computador da escola/faculdade |
| <input type="checkbox"/> Por computador emprestado | <input type="checkbox"/> Papelaria/Lanhouse |
| <input type="checkbox"/> Pelo meu celular | <input type="checkbox"/> Centros de Informática |
| <input type="checkbox"/> Por celular emprestado | <input type="checkbox"/> Não acesso informações disponíveis na internet |
| <input type="checkbox"/> Pelo meu Tablet | <input type="checkbox"/> Outro |
| <input type="checkbox"/> Por Tablet emprestado | |
| <input type="checkbox"/> Pela Televisão | |

AGRADECEMOS A SUA PARTICIPAÇÃO!

Clique no botão ENVIAR abaixo! E finalize o seu questionário! MUITO OBRIGADA!